



# Relatório e Contas | 2024

PRESENTE À SESSÃO DO C. A. DE <u>29/05/2025</u> .	
O Presidente	
Carlos Neves Martins	
O Dir. Clínico ACSH	
Rui Tato Marinho	
A Dir. Clínica ACSP	
Eunice Carriço	
O Vogal	
Miguel Carriço	
O Vogal	
Francisco Matos	
A Extº Directora	
Carla Martins Ribeiro	
ATA N°	<u>29/2025</u>

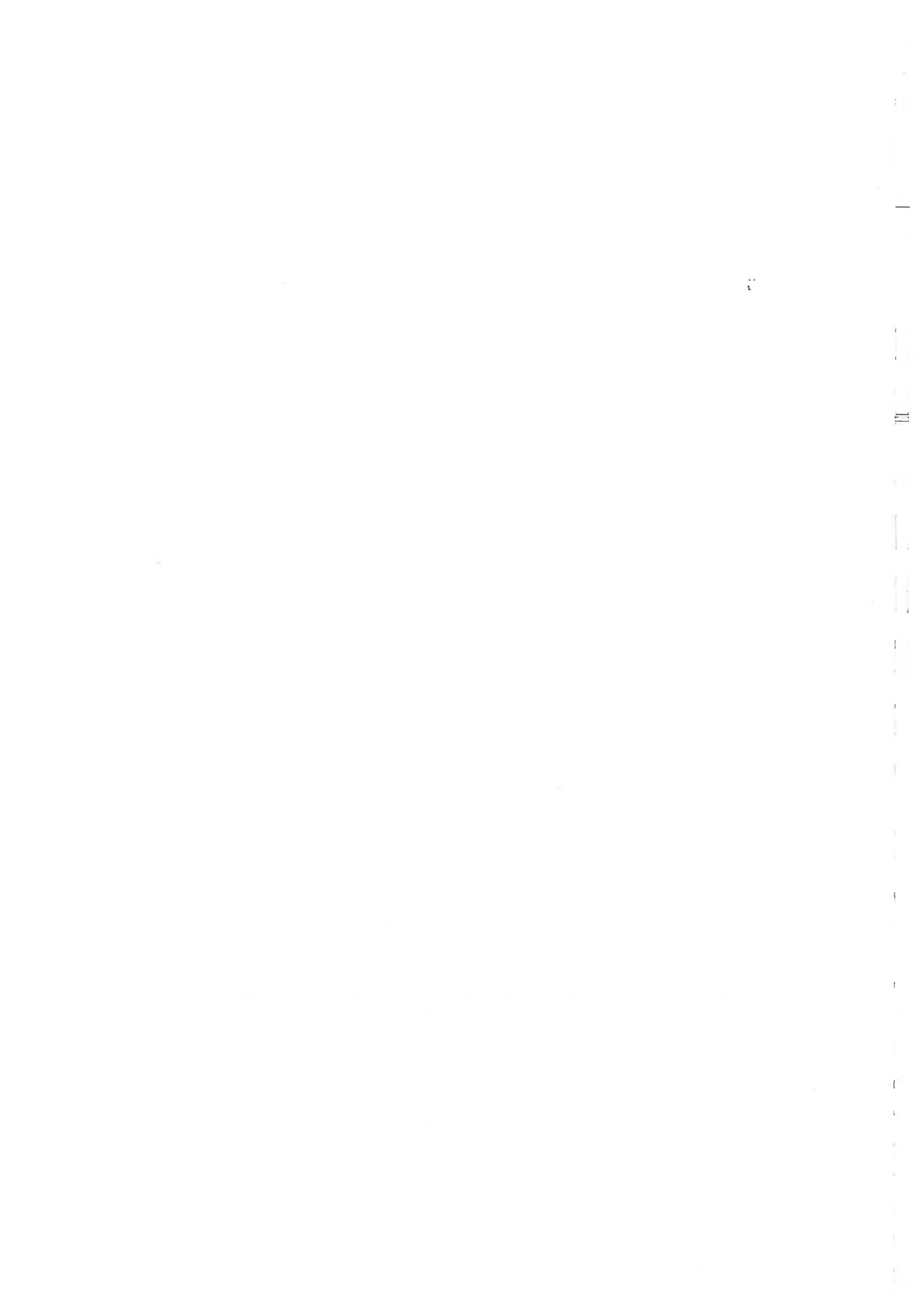
O Conselho de Administração aprova o Relatório e Contas do ano 2024 da Unidade Local de Saúde de Santa Maria.

O Conselho de Administração delibera aprovar as contas e o resultado do Exercício do ano de 2024. Delibera ainda, aprovar a aplicação do Resultado Líquido do Exercício em Resultados Transitados, conforme proposto pela Direção do Serviço de Gestão Financeira.



UNIDADE LOCAL DE SAÚDE  
**SANTA MARIA**







# Índice

Mensagem do Presidente .....	7
<b>1 Estrutura Organizacional.....</b>	<b>10</b>
1.1 Área de Referência .....	10
1.2 Planeamento Estratégico .....	12
1.3 Estrutura Organizacional.....	17
<b>2 Atividade Assistencial .....</b>	<b>21</b>
2.1 Internamento .....	25
2.2 Bloco de Partos .....	26
2.3 Unidade de Hospitalização Domiciliária.....	27
2.4 Atividade Cirúrgica .....	28
2.5 Colheita e Transplantação.....	29
2.6 Consulta Externa .....	30
2.7 Hospital de Dia .....	32
2.8 Urgência .....	33
2.9 Apoio Domiciliário.....	36
2.10 Meios Complementares de Diagnóstico e Terapêutica .....	37
2.11 Acesso aos Cuidados de Saúde .....	39
2.12 Acesso aos Cuidados Primários.....	42
<b>3 Ensino e Formação.....</b>	<b>45</b>
3.1 Certificação do Centro de Formação .....	45
3.2 Dados Gerais .....	46
<b>4 Atividades de Apoio.....</b>	<b>50</b>
4.1 Serviço Social e Gabinete do Cidadão .....	50
4.2 Serviço de Saúde Ocupacional .....	57
4.3 Serviço de Gestão Técnico-Farmacêutica .....	62
4.4 Instalações e Equipamentos .....	64

4.5	Serviço de Logística e Stocks .....	66
4.6	Unidade Gestão Hoteleira.....	68
4.7.	Serviço de Sistemas de Informação .....	72
4.8.	Gabinete de Comunicação e Relações Públicas.....	74
<b>5.</b>	<b>Recursos Humanos .....</b>	<b>78</b>
5.1.	Gestão de efetivos .....	78
5.2.	Caracterização dos recursos humanos.....	79
5.3.	Estrutura etária e género .....	80
<b>6</b>	<b>Investimentos.....</b>	<b>83</b>
6.1	Execução do programa de investimentos.....	83
6.2	Projetos cofinanciados .....	84
6.3	Evolução dos investimentos ao longo dos últimos 5 anos.....	86
6.4	Financiamento do investimento efetuado.....	87
6.5	Ráculos e indicadores.....	88
<b>7</b>	<b>Cumprimento das Orientações Legais.....</b>	<b>90</b>
<b>8</b>	<b>Análise do Desempenho Económico-Financeiro.....</b>	<b>117</b>
8.1	Desempenho Económico .....	119
8.2	Execução orçamental económica – contrato programa .....	123
8.3	Síntese Execução Orçamental – Receita e Despesa.....	124
8.4	Desempenho Financeiro .....	133
8.5	Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso.....	135
8.6	Evolução dos Indicadores Económico-Financeiros .....	137
8.7	Contabilidade de Gestão.....	139
	<b>Demonstrações Financeiras Exercício 2024 .....</b>	<b>141</b>
	<b>ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIO 2024 .....</b>	<b>149</b>
	<b>Demonstrações Orçamentais Exercício 2024.....</b>	<b>183</b>
	<b>ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS EXERCICIO 2024.....</b>	<b>186</b>

# 2024

## Relatório e Contas

3

Unidade Local de Saúde da Santa Maria, E.P.E.







# Mensagem do Presidente

O contexto atual de Portugal e do mundo é marcado pelo desequilíbrio dos mercados, que se traduz num agravamento dos preços, pressionados pelos conflitos na Ucrânia e no Médio Oriente, afetando o crescimento da economia, o bem-estar social e impactando na saúde das populações.

A sociedade portuguesa depara-se com os desafios dos sistemas de saúde mais desenvolvidos no que respeita às alterações demográficas (duplo envelhecimento) e aos padrões da doença (aumento da cronicidade), geradores de um aumento da procura de cuidados e das exigências e expectativas da população. Num cenário de carência de profissionais de saúde e pressão da inovação tecnológica e terapêutica, o incremento das despesas em saúde superior ao crescimento económico é inevitável, constituindo uma ameaça à sustentabilidade do SNS.

Nestas circunstâncias, é necessário potenciar a eficiência dos serviços de saúde e simultaneamente a satisfação dos utentes, adequando o nível de resposta e os recursos da Unidade Local de Saúde de Santa Maria, E.P.E. (ULSSM) à procura crescente.

O ano de 2024 foi o primeiro ano de integração dos cuidados de saúde hospitalares com os cuidados de saúde primários. Foi igualmente o ano em que se registou o maior incremento de sempre no acesso a cuidados de saúde, nas áreas da consulta externa e da atividade cirúrgica.

O ajustamento da capacidade instalada à equitativa gestão do acesso permitiu melhorar simultaneamente a acessibilidade dos utentes e rentabilizar os recursos, resultando no desempenho otimizado da ULSSM, que resultou no ano com maior volume de produção cirúrgica programada e de primeiras consultas CTH realizadas, apesar dos 13 dias de greve, que impactam, mesmo que temporariamente, na atividade da instituição.

No que respeita aos recursos humanos, a ULSSM terminou o ano 2024 com 7.514 profissionais que correspondem a um acréscimo de 13,8% do número de efetivos, comparativamente com o período homólogo, que resulta da fusão por integração dos Cuidados de Saúde Primários no Centro Hospitalar Universitário Lisboa Norte (CHULN) e também do planeamento nesta sensível área da gestão, em que as substituições foram autorizadas de forma célere e com sistemáticas novas contratações.

Ao nível dos investimentos a ULSSM continuou o esforço de inovação que, uma unidade de saúde com elevado nível de diferenciação técnica e de referência para outras unidades, tem de garantir.

Assim, na área das instalações, foi inaugurada a nova Maternidade “Luís Mendes Graça”, a nova Urgência Ginecológica e Obstétrica, concluiu-se a nova Unidade de Ecografia Obstetrica, a obra de remodelação da Unidade de Transplante de Medula Óssea e a obra de remodelação da Consulta de Psiquiatria e Neurologia e iniciou-se a expansão do sistema pneumático de transporte de amostras.

No que diz respeito à área dos equipamentos médicos, foi instalado um novo Acelerador Linear, bem como o primeiro Robot Cirúrgico e um novo equipamento de Angiografia na Unidade de Técnicas de Gastrenterologia. A nova Urgência de Obstetrícia e Maternidade da ULSSM foi igualmente totalmente equipada, assim como a Unidade de Transplante de Medula Óssea.

É nesta conjuntura política, económico-financeira e social que a Unidade Local de Saúde de Santa Maria, EPE herda o desafio de primar pela proximidade da prestação, pela integração de cuidados e pela articulação das respostas, bem como de cumprir os seus objetivos prioritários, nomeadamente de criar inovadoras parcerias de valor e de modernizar a gestão com plataformas tecnológicas, assim como introduzindo a inteligência artificial.

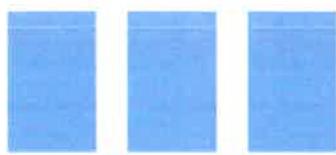
Simultaneamente definiu-se um plano de investimentos estruturante a curto e médio prazo, sustentado em verbas PRR e na capacidade própria de investimento, como foi assumida a introdução de medidas para o bem-estar dos profissionais, de ações para a responsabilidade social e para a melhoria da humanização e qualidade.

Em conclusão será uma parte de uma visão ambiciosa, com planeamento e prioridades exequíveis.

# Relatório e Contas

# 2024

Unidade de Saúde de Santo André - B.P.A.



# 1

# Estrutura Organizacional

## 1.1 Área de Referência

A Unidade Local de Saúde de Santa Maria, E.P.E. foi criada através do Decreto-Lei n.º 102/2023, de 7 de novembro, que procedeu à reestruturação do Centro Hospitalar Universitário de Lisboa Norte, E.P.E., com integração do Agrupamento de Centros de Saúde Lisboa Norte e do Centro de Saúde de Mafra, anteriormente integrado no Agrupamento de Centros de Saúde do Oeste Sul.

O Centro Hospitalar foi criado a 1 de março de 2008, pelo Decreto-Lei n.º 23/2008, resultando da fusão de dois hospitais com elevada dimensão histórica: o Hospital Santa Maria, E.P.E. e o Hospital Pulido Valente, E.P.E. Até então, ambas as instituições constituíam unidades hospitalares centrais da área de Lisboa, embora com características distintas. Por um lado, o Hospital Pulido Valente, E.P.E., com menor número de especialidades e serviços prestados, mas com elevada diferenciação/especialização nas suas áreas de intervenção, e, por outro lado, o Hospital Santa Maria, E.P.E. que se destacava pela diversidade na oferta em todas as áreas da Medicina, apresentando especialidades e técnicas únicas no panorama hospitalar português, constituindo-se como uma referência no processo de ensino e investigação, fruto da partilha de espaço, instalações e profissionais com a Faculdade de Medicina de Lisboa e o Instituto de Medicina Molecular.

Integram a estrutura organizacional as áreas de ação médica, suporte à prestação de cuidados e apoio geral e logística. Os serviços de ação médica estão organizados segundo uma estrutura matricial, assente em departamentos, serviços e unidades funcionais. Esta estrutura nas áreas clínicas permite a intersecção entre a ação de grupos multidisciplinares por patologia, com a atividade dos serviços, e a concretização de novas formas de organização do trabalho, baseadas em princípios de gestão da doença, colocando o doente/utente como centro da atividade. Integram a área de suporte à prestação de cuidados, serviços ou unidades autónomas, com funções transversais de suporte dos serviços de ação médica. As áreas de apoio geral e logística

estão estruturadas verticalmente adotando-se, sempre que possível, formas de organização em torno de processos de trabalho, maximizando os recursos disponíveis na ótica do primado do doente.

O Agrupamento de Centros de Saúde Lisboa Norte (ACeS LxN) foi criado pela Portaria n.º 394-B/2012, de 29 de novembro, que resulta da fusão do ACeS da Grande Lisboa I - Lisboa Norte e o Centro de Saúde de Coração de Jesus (UCSP Coração de Jesus) do ACeS da Grande Lisboa III - Lisboa Central. Esta Portaria reorganizou ainda o ACES Oeste II - Oeste Sul e o ACES Grande Lisboa VIII – Sintra-Mafra, integrando o concelho de Mafra no novo Agrupamento de Centros de Saúde Lisboa Norte Oeste Sul.

O ACeS LxN integra 18 unidades funcionais prestadoras de cuidados de saúde, nomeadamente duas UCSP (UCSP de Sete Rios e UCSP Santa Clara Lumiar), onze USF modelo B (USF Tílias, USF Rodrigues Miguéis, USF do Parque, USF das Conchas, USF da Luz, USF Carnide Quer e USF Benfica Jardim, USF Professor Guilherme Jordão, USF D. Amélia de Portugal, USF Alvalade e USF Monsanto, que inclui dois polos), uma US da SCML (US de Telheiras), três Unidades de Cuidados na Comunidade, e um Centro de Diagnóstico Pneumológico no âmbito dos rastreios e tratamento da tuberculose. O ACeS conta ainda com um Centro de Atendimento Clínico (SAP) e um Serviço de Atendimento Complementar (SAP) para atendimento a utentes em situações de urgência, com uma Unidade de Saúde Pública, uma Unidade de Recursos Assistenciais Partilhados, uma Equipa Coordenadora Local no âmbito da RNCCI, um Centro de Apoio a Jovens, e uma Unidade de Apoio à Gestão.

O Centro de Saúde de Mafra integra duas UCSP (UCSP Mafra Leste e UCSP Mafra Norte, que inclui dois polos), três USF modelo B (USF Andreas, USF D. João V e USF Ouriceira, que incluem dois polos cada), um Serviço de Atendimento Permanente (SAP), um polo da Unidade de Saúde Pública, um polo da Unidade de Recursos Assistenciais Partilhados com as respostas de Higiene Oral, Medicina Dentária, Nutrição, Fisioterapia, Terapia Ocupacional, Psicologia, e Serviço Social, e ainda uma Unidade de Cuidados na Comunidade com resposta de ECCI.

A população elegível para cálculo da capita da ULSSM em 2024 incorporou o número de “Inscritos” no ACeS Lx Norte e no CS Mafra (CSP) acrescidos do número de “Não inscritos” nos CSP, mas com informação clínica Hospitalar, no ano 2019, e corresponde a 345 692 utentes.

## **1.2 Planeamento Estratégico**

A ULSSM tem por objeto a prestação de cuidados de saúde de excelência aos cidadãos, nacionais e internacionais, no âmbito das suas capacidades e responsabilidades, tendo em conta o seu elevado grau de diferenciação e posicionamento ímpar no Serviço Nacional de Saúde.

Na área do ambiente, a ULSSM adota as estratégias e práticas mais adequadas, destacando-se a poupança de recursos naturais, a utilização de energias renováveis e a gestão racional de resíduos, as quais se inserem na responsabilidade social pelo equilíbrio ambiental e pelo desenvolvimento sustentável.

A ULSSM compromete-se com os seguintes Objetivos Estratégicos organizados por Eixo Estratégico de Intervenção:

### **Objetivos Estratégicos por Eixo Estratégico de Intervenção**

#### **Eixo 1 | Facilitar a gestão da mudança e promover o modelo de governação da saúde**

- Ação 1** Melhorar o modelo de gestão e de governação clínica e da saúde
- Ação 2** Implementar um Sistema de Gestão da Qualidade e Segurança do Doente
- Ação 3** Rentabilizar os recursos e processos de suporte
- Ação 4** Promover a criação de USF e de CRI para uma gestão integrada e por objetivos
- Ação 5** Implementar práticas ecologicamente responsáveis
- Ação 6** Desenvolvimento da estratégia de comunicação da ULS

#### **Eixo 2 | Melhorar os processos com foco na qualidade e nos ganhos em saúde**

- Ação 7** Implementar um sistema de informação partilhado entre todos os níveis de cuidados
- Ação 8** Criar um processo clínico eletrónico único
- Ação 9** Criar procedimentos para gestão articulada de situações de urgência
- Ação 10** Saúde, medicina e cirurgia oral e maxilar
- Ação 11** Criar um centro de inovação em saúde para desenvolver e implementar novas tecnologias para a prestação de cuidados

#### **Eixo 3 | Promover a saúde e prevenir a doença**

- Ação 12** Desenvolver projetos de gestão integrada da doença crónica
- Ação 13** Reforçar respostas alinhadas com o PNS 2030 e com principais causas de doença, incapacidade e hospitalização

#### **Eixo 4 | Participação e literacia do cidadão**

- Ação 14** Reforçar e reorganizar os gabinetes do cidadão
- Ação 15** Promover os cuidados ambulatórios e a prestação de cuidados no domicílio

- Ação 16** Desenvolver um sistema de feedback para os utentes que promova o seu envolvimento
- Ação 17** Implementar programas de formação para os profissionais de saúde sobre comunicação eficaz, sobre empatia e humanização
- Ação 18** Melhorar os ganhos em saúde capacitando os cidadãos na gestão da sua saúde

#### Eixo 5 | Envolver e atrair profissionais de saúde

- Ação 19** Desenvolver a ULS como referência nacional no ensino pré e pós-graduado de profissionais de saúde
- Ação 20** Reforçar o papel da investigação e da inovação nos Centros de Referência em áreas clínicas especializadas – projetos de Investigação colaborativos
- Ação 21** Criar um plano de desenvolvimento profissional para cada colaborador para formação contínua
- Ação 22** Criar programas de saúde e bem-estar para colaboradores, para prevenção de riscos profissionais e promoção de estilos de vida saudáveis

#### Eixo 6 | Melhorar o acesso e aumentar capacidade resolutiva

- Ação 23** Criar um Centro Integrado de Diagnóstico e Terapêutica
- Ação 24** Criar equipa de suporte em cuidados paliativos
- Ação 25** Criar equipa comunitária de saúde mental
- Ação 26** Melhoria do acesso à saúde para idosos em Lisboa
- Ação 27** Investir na digitalização de registo de saúde e em novos modelos de prestação de cuidados, utilizando tecnologias emergentes - Hospital Virtual da ULS
- Ação 28** Capacitar o centro de contacto da ULS com um serviço de atendimento suportado com inteligência artificial

Incluem-se, ainda, no seu objeto o desenvolvimento de atividades de investigação, formação e ensino, sendo a sua participação na formação de profissionais de saúde. Daqui decorre a estreita ligação à Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa e outras instituições de ensino/investigação, nomeadamente no âmbito do Centro Académico de Medicina de Lisboa.

No que concerne à oferta de cuidados de saúde, a ULSSM apresenta uma carteira de serviços altamente especializada e diversificada, dirigindo a sua intervenção a um vasto leque de situações de saúde, com diferentes níveis de complexidade. De uma forma geral, a oferta assistencial abrange a área de ambulatório (consulta externa, hospital de dia, cirurgia de ambulatório e meios complementares de diagnóstico e terapêutica), internamento e urgência.

Para além dos diferentes serviços clínicos disponíveis e da oferta de proximidade, a ULSSM apresenta 17 Centros de Referência, reconhecidos como centros de elevada diferenciação para a prestação de cuidados de saúde a utentes com situações clínicas específicas, com especial

concentração de recursos, e constituídos por equipas multidisciplinares e altamente qualificadas, visando a prestação de cuidados com elevado padrão de qualidade, como se pode verificar no quadro seguinte:

### Centros de Referência da ULSSM

Centros de Referência	
Área de intervenção prioritária	Legislação
Epilepsia Refratária	Despacho n.º 11297/2015 de 8 de outubro
Paramiloidose Familiar	
Cardiologia de "Intervenção Estrutural"	
Cardiopatias Congénitas*	
Doenças Hereditárias do Metabolismo	
Oncologia de Adultos - Cancro do Esófago	Despacho n.º 3653/2016 de 11 de
Oncologia de Adultos - Cancro Hepatobilio-Pancreático	março
Oncologia de Adultos - Cancro do Reto	
Oncologia de Adultos - Sarcomas das Partes Moles e Ósseos	
Oncologia Pediátrica - Tumores do Sistema Nervoso Central**	
Transplantação Renal Pediátrica	
Transplante do Rim - Adulto	Despacho n.º 9414/2016 de 22 de julho
Coagulopatias Congénitas	
ECMO (Oxigenação por Membrana Extracorporeal)	
Fibrose Quística	Despacho n.º 6669/2017 de 8 de
Implantes Cocleares***	fevereiro
Neurorradiologia de Intervenção na Doença Cerebrovascular (NIDC)	

\*em colaboração interinstitucional com o Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental, E. P. E. e Hospital da Cruz Vermelha Portuguesa

\*\*em colaboração interinstitucional com o Instituto Português de Oncologia de Lisboa, Francisco Gentil, E. P. E. e Centro Hospitalar Universitário Lisboa Central, E.P.E.

\*\*\*em colaboração interinstitucional com o Centro Hospitalar Universitário de Coimbra, E. P. E., Centro Hospitalar do Porto, E. P. E. e Centro Hospitalar de Vila Nova de Gaia/Espinho, E. P. E.

O objetivo estratégico da instituição passa pelo reconhecimento de novos centros de referência e certificação dos existentes.

A ULSSM tem como propósito prestar cuidados de saúde de elevada qualidade, com eficiência, eficácia e equidade, de forma inovadora, e centrada na pessoa, atuando na prevenção da doença e promoção da saúde, melhorando o bem-estar da nossa comunidade.

Comprometemo-nos, assim, a integrar cuidados, formar a próxima geração de profissionais de saúde e liderar a investigação para o futuro da medicina.

À ULSSM compete garantir a prestação integrada de cuidados de saúde nos diferentes níveis de cuidados, de forma contínua, equitativa, humanizada, com eficiência, elevada qualidade e segurança.

### **Missão**

A sua missão-chave é contribuir para alcançar níveis concretos de saúde e bem-estar para as pessoas e comunidade, através de intervenções planeadas e organizadas para proteger e promover a saúde, prevenir e tratar a doença e a incapacidade, orientadas com base nas necessidades da população, com os recursos de que dispõe e/ou colaborando com parceiros de outros sectores para atingir essa finalidade.

Fruto de uma simbiose histórica, lógica e natural, com a Faculdade de Medicina de Lisboa, com a qual partilha instalações, recursos humanos e conhecimentos, o ensino e a formação pré e pós-graduada constituem-se como outro eixo fundamental da missão, sem prejuízo de parcerias com outras instituições académicas nacionais e internacionais, e em áreas da governança da saúde.

Para além da prestação direta de cuidados de saúde e da formação, a missão da ULSSM comporta ainda as vertentes da inovação, do desenvolvimento científico e da investigação, como corolário lógico e aproveitamento natural das sinergias resultantes dos eixos da prestação e da formação.

### **Visão**

Visão integrada com foco no crescimento e desenvolvimento sustentável da ULSSM, assumindo-se como uma referência nacional e internacional na prestação de cuidados de saúde centrados no cidadão, apoiados por uma cultura organizacional de inovação, investigação e transformação, integrando cuidados de saúde, de qualidade e com segurança, promovendo a responsabilidade social e priorizando o desenvolvimento humano através do ensino e formação.

Na ULSSM todos os cidadãos estão inscritos e acedem facilmente, sempre que necessitem, aos cuidados específicos, diferenciados, globais, adequados, atempados e efetivos ao longo do ciclo

de vida; prestados por serviços e equipas multiprofissionais qualificadas e motivadas; num contexto de comunicação transparente dos resultados.

Na ULSSM existe uma cultura enraizada que privilegia a qualidade e segurança dos atos clínicos praticados, a inovação dos seus processos gestionários, a excelência e competitividade nos serviços prestados, a sustentabilidade e criação de valor da sua atividade, assim como a capacidade de atrair novas competências, nomeadamente no âmbito de um processo integrado de contratualização de serviços com o exterior e de internacionalização.

Esta cultura é parte integrante de uma cultura de desenvolvimento profissional contínuo, sendo que no âmbito da ULSSM, desenvolver-se-ão projetos conjuntos de prestação de cuidados, de formação e ensino e de investigação, a nível nacional e internacional.

### **Valores**

**Confiança:** Com a implementação de processos transparentes, consistentes, que traduzam equidade, justiça e apresentem respostas, estamos a criar uma relação de segurança com os nossos utentes.

**Compromisso com os cidadãos:** Aspiramos sempre ao mais alto padrão de cuidados de saúde, procurando a melhoria contínua em todos os aspectos da nossa organização.

**Integridade:** Atuamos de forma ética, rigorosa, honesta e transparente. Confiamos que estes princípios orientarão as nossas decisões e ações.

**Respeito:** Valorizamos o direito de cada indivíduo à dignidade, privacidade e autonomia. Este valor premeia o nosso atendimento ao utente, a nossa interação em equipa e a nossa relação com a comunidade.

**Responsabilidade social:** Estamos empenhados em contribuir positivamente para a nossa comunidade e para o ambiente. Procuramos minimizar o nosso impacto ambiental e maximizar o nosso impacto social positivo.

**Inovação:** Estamos empenhados em encontrar novas e melhores maneiras de atender os nossos utentes e a comunidade. Valorizamos a criatividade e a abertura às novas ideias.

**Colaboração:** Acreditamos que os melhores resultados são alcançados quando trabalhamos em equipa. Promovemos a colaboração entre diferentes especialidades e departamentos, e entre os nossos profissionais de saúde e os utentes.

**Sustentabilidade:** Queremos consolidar um modelo de sustentabilidade em todas as vertentes da nossa atuação, com vista à construção de uma resposta eficiente, sólida e de confiança, para o ambiente e para as pessoas.

**Equidade:** Reconhecemos os direitos de cada utente e os seus diferentes níveis de necessidades e prioridades. Construímos uma resposta justa, adequada, que trata cada utente na exata medida das suas necessidades.

### 1.3 Estrutura Organizacional

O Conselho de Administração da ULSSM, designado para o triénio 2024-2026, por despacho da Direção Executiva do Serviço Nacional de Saúde n.º 2445/2024, de 7 de março, publicada no Diário da República n.º 48/2024, Série II de 2024-03-07, integra os seguintes membros:

- Presidente - Carlos José das Neves Martins
- Diretor clínico para a área dos cuidados de saúde hospitalares - Rui António Rocha Tato Marinho;
- Diretora clínica para a área dos cuidados de saúde primários - Eunice Isabel do Nascimento Carrapiço;
- Vogal Executivo - Miguel Jorge de Figueiredo Carpinteiro;
- Vogal Executivo - Francisco António Alvelos de Sousa Matoso;
- Enfermeira Diretora - Carla Cristina de Matos Apolinário Martins Ribeiro.

Integram a estrutura organizacional da ULSSM as seguintes áreas:

- Ação Médica;
- Suporte à prestação de cuidados;
- Apoio geral e logística.

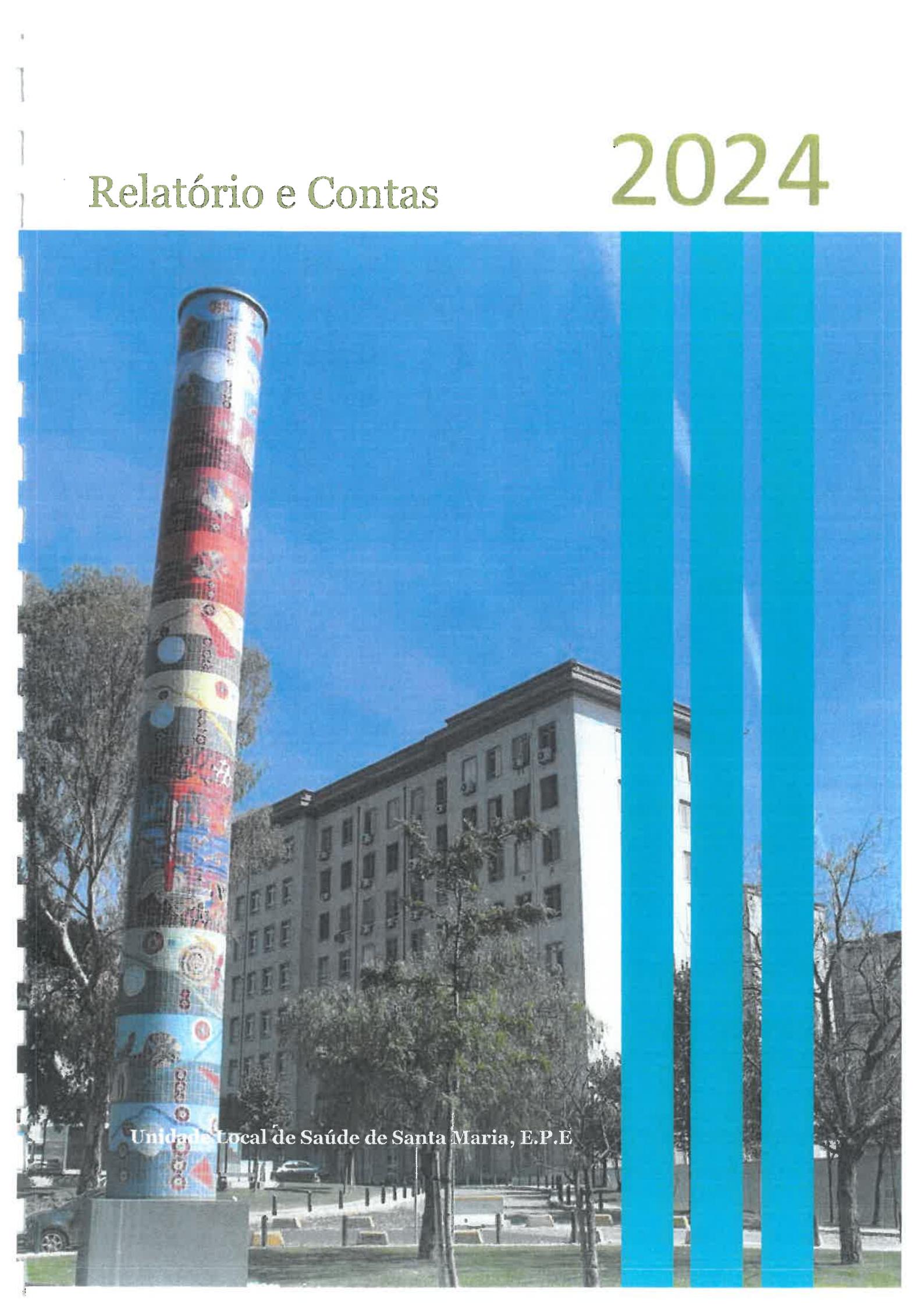
Os serviços de ação médica estão organizados segundo uma estrutura matricial, assente em departamentos, serviços e unidades funcionais. Esta estrutura nas áreas clínicas permite a intersecção entre a ação de grupos multidisciplinares por patologia, com a atividade dos serviços, e a concretização de novas formas de organização do trabalho, baseadas em princípios de gestão da doença, colocando o doente/utente como centro da atividade.

Integram a área de suporte à prestação de cuidados, serviços ou unidades autónomas, com funções de suporte dos serviços de ação médica.

As áreas de apoio geral e logística estão estruturadas verticalmente adotando-se, sempre que possível, formas de organização em torno de processos de trabalho, maximizando os recursos disponíveis na ótica do primado do doente.

# 2024

## Relatório e Contas



Unidade Local de Saúde de Santa Maria, E.P.E





# 2 Atividade Assistencial

O presente relatório constitui-se enquanto um documento técnico que pretende dar a conhecer a atividade assistencial, nas respetivas linhas de produção, no período compreendido entre o dia 1 de janeiro e o dia 31 de dezembro de 2024 comparativamente com os anos 2022 e 2023.

A ULSSM assume-se como uma das principais instituições de saúde que prestam serviços assistenciais a nível nacional, com capacidade de resposta em todas as áreas de cuidados, com capital humano diferenciado e com enfoque na prestação de cuidados efetivos e de qualidade à população.

A ULSSM assume-se como uma das principais instituições de saúde que prestam serviços assistenciais a nível nacional, com capacidade de resposta em todas as áreas de cuidados, com capital humano diferenciado, e com enfoque na prestação de cuidados efetivos e de qualidade à população.

A elevada diferenciação, traduzida na qualidade dos cuidados prestados a todos os que procuram os serviços da ULSSM, colocam-na num patamar único no contexto de saúde português. Atualmente, a sua área de influência direta abrange, no concelho de Lisboa, as freguesias de Alvalade, Avenidas Novas, Benfica, Campolide, Carnide, Lumiar, S. Domingos de Benfica e Santa Clara; no concelho de Mafra, as freguesias de Carvoeira, Encarnação, Ericeira, Mafra, Milharado, Santo Isidoro, União das Freguesias de Azueira e Sobral da Abelheira, União das Freguesias de Enxara do Bispo, Gradil e Vila Franca do Rosário, União das Freguesias de Igreja Nova e Cheleiros, União das Freguesias de Malveira e São Miguel de Alcainça, União das Freguesias de Venda do Pinheiro e Santo Estêvão das Galés.

Para além da sua área de referência direta, a instituição recebe ainda doentes de todas as zonas do país e do estrangeiro, constituindo-se como referência indireta de toda a zona sul do país e Regiões Autónomas dos Açores e Madeira.

Ao longo dos últimos anos são vários os fatores com influência na procura e no perfil de necessidades de cuidados de saúde, nomeadamente:

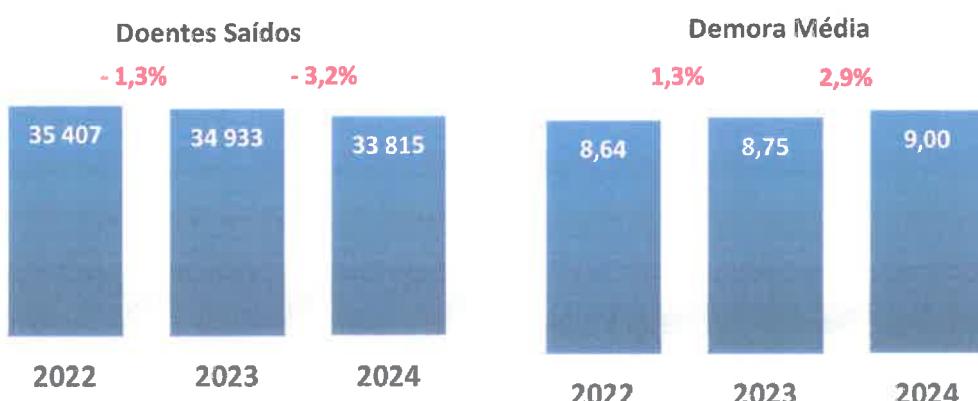
- O aumento da população residente na área de influência direta da ULSSM;
- O impacto do sistema de Livre Acesso e Circulação de Utentes no SNS (Despacho n.º 5911-B/2016, de 3 de maio), com o aumento da procura de utentes referenciados a partir dos cuidados de saúde primários;
- O aumento de doentes referenciados ou provenientes da área de influência direta da ULSSM, mas também de outras áreas de acordo com as redes de referenciação em vigor.

A partir da entrada em vigor do disposto no Despacho n.º 5911-B/2016, de 3 de maio, que aprovou o Livre Acesso e Circulação de Utentes no Serviço Nacional de Saúde (LAC), registou-se um aumento da procura de utentes, referenciados a partir dos Cuidados de Saúde Primários, não pertencentes à área de influência direta da ULSSM, acrescendo de forma exponencial, a partir dessa altura, o número de solicitações afetando os tempos de resolução de listas de espera para cuidados eletivos (consulta externa e cirurgia).

A atividade e os resultados da ULSSM são influenciados tanto pelo contexto político, económico-financeiro e social em que se insere, como pela dinâmica organizacional interna da instituição.

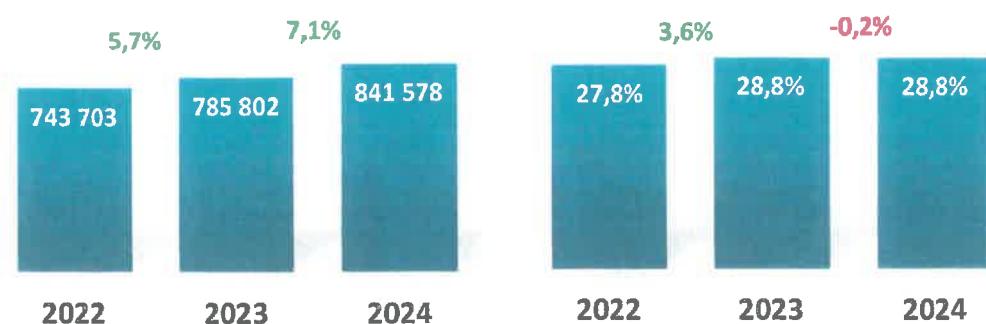
Apresentam-se de seguida os principais indicadores de atividade nas diferentes áreas de intervenção, tendo como referência a atividade desenvolvida em 2024.

Em 2024, a lotação média praticada na ULSSM foi de 948 camas, registando-se um total de 33.815 doentes saídos, com uma demora média de 9 dias. A taxa de ocupação atingiu 87,9%.

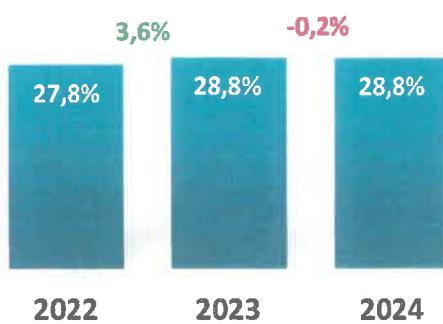


No âmbito da consulta externa, realizaram-se 841.578 consultas em 2024, das quais 28,8% corresponderam a primeiras consultas.

### Total de Consultas Médicas

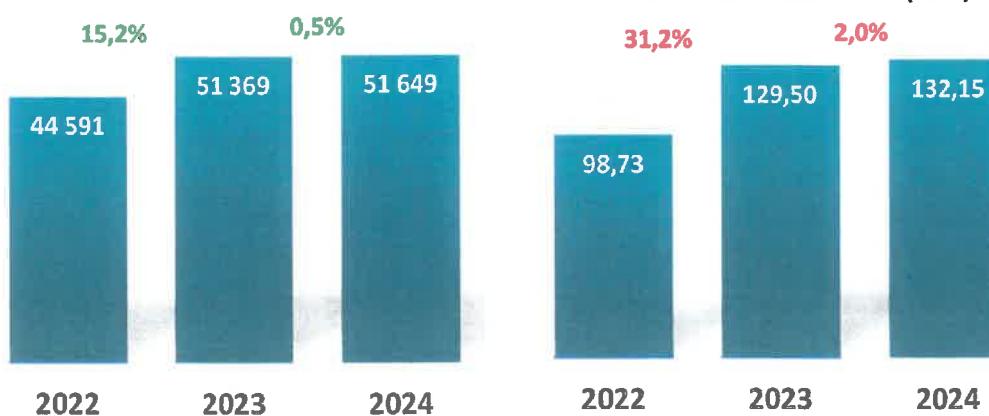


### Taxa de 1<sup>a</sup> Consultas

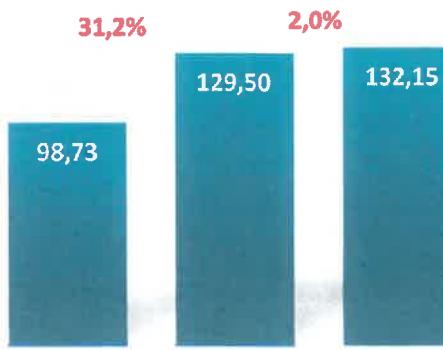


Do total de primeiras consultas, 21,3% (51.649 consultas) foram realizadas através da Consulta a Tempo e Horas (CTH), provenientes dos Cuidados de Saúde Primários (CSP), com um tempo médio de resposta de 132,15 dias.

### 1<sup>a</sup> Consultas Realizadas via CTH

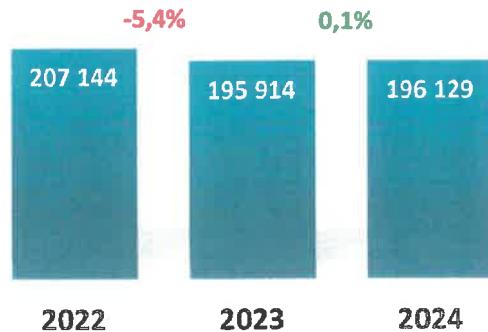


### Tempo Médios Resposta em dias de 1<sup>a</sup> consultas Realizadas (CTH)



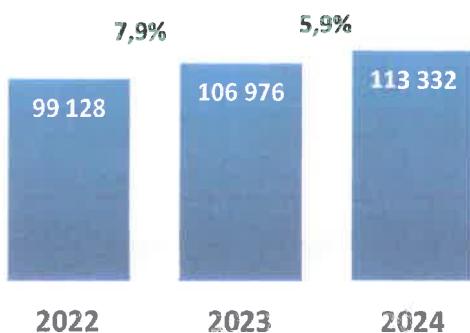
Em 2024, registaram-se 196.129 admissões no Serviço de Urgência, das quais aproximadamente 8,9% resultaram em episódio de internamento.

### Total de Atendimentos

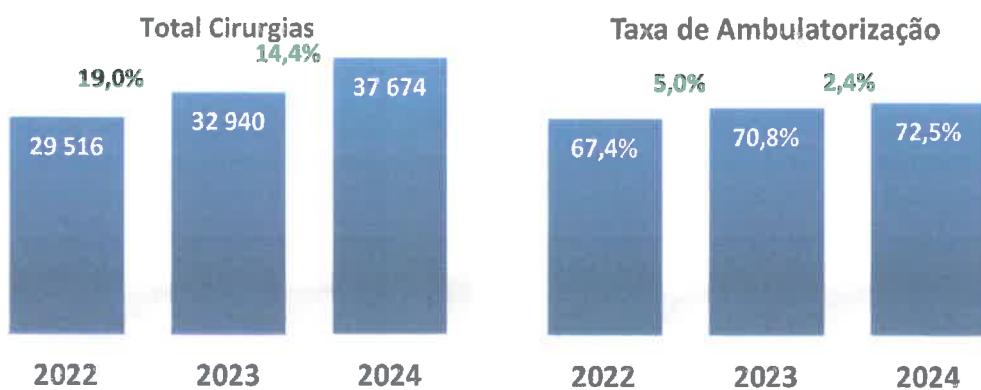


Relativamente à atividade em Hospital de Dia, em 2024 realizaram-se 113.332 sessões, abrangendo um total de 20.588 utentes.

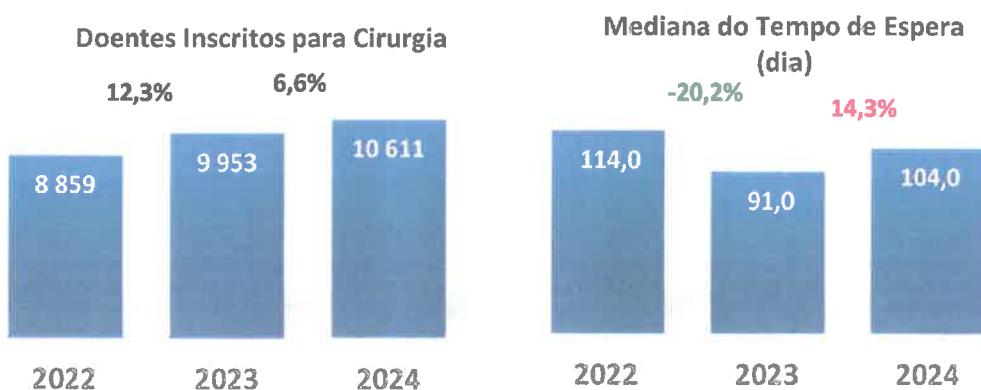
#### Total de Sessões de Tratamento



No que respeita à atividade cirúrgica, em 2024 realizaram-se 32.393 cirurgias programadas, das quais 72,5% foram realizadas em regime de ambulatório. Adicionalmente, efetuaram-se 5.281 cirurgias urgentes, totalizando 37.674 cirurgias ao longo do ano.



No âmbito da gestão da lista de inscritos para cirurgia, a 31 de dezembro de 2024 encontravam-se 10.611 doentes inscritos, com uma mediana do tempo de espera de 104,0 dias. Verificou-se ainda que 87,72% dos doentes foram operados dentro do tempo considerado adequado.



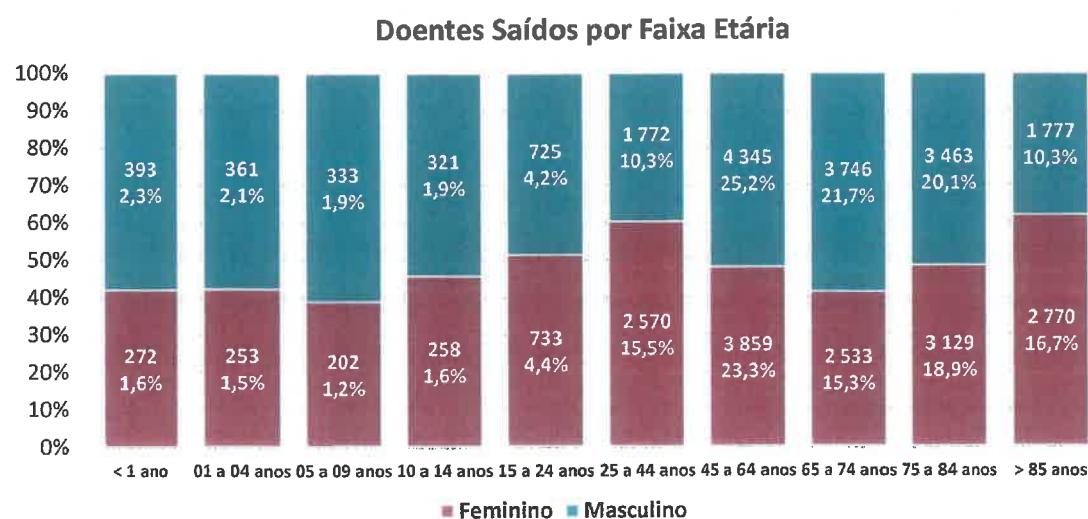
## 2.1 Internamento

O internamento representa uma importante linha de produção da instituição, procurando dar resposta de forma ajustada às necessidades em saúde da população.

Em 2024, registou-se uma queda generalizada da atividade de internamento face a 2023, consequência do atraso na reabertura prevista do Bloco de Partos, da Urgência de Obstetrícia e Ginecologia, e do Internamento pós-parto. Este fator levou a uma redução de 3,2% no número total de doentes saídos em comparação com 2023.

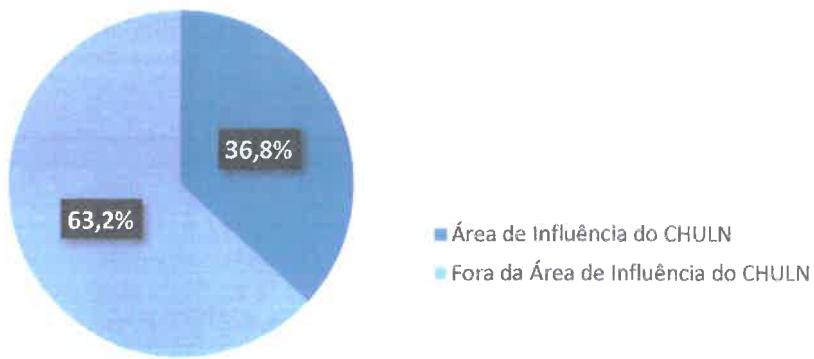
	2022	2023	2024	Δ % 23/22	Δ % 24/23
Lotação Média Praticada	994	951	948	-4,3%	-0,3%
Doentes Saídos	35 407	34 933	33 815	-1,3%	-3,2%
Berçário	2 480	1 371	529	-44,7%	-61,4%
Demora Média	8,64	8,75	9,00	1,3%	2,9%
Taxa de Ocupação	84,4%	88,1%	87,9%	4,4%	-0,2%
Taxa de Mortalidade	6,6%	6,7%	6,7%	2,1%	-0,6%
Doentes Saídos por Cama	35,6	36,7	35,7	3,1%	-2,9%

Na caracterização dos doentes saídos, por faixas etárias e género, observa-se no gráfico seguinte que a faixa etária com maior representatividade, tanto no género feminino como no masculino, situa-se entre os 45 e os 64 anos (23,3% e 25,2%, respetivamente). Esta tendência representa uma alteração no padrão demográfico dos últimos anos para o género feminino, cuja faixa etária mais representativa se situava anteriormente entre os 25 e os 44 anos. Esta mudança reflete, de forma evidente, o impacto do encerramento da unidade de Obstetrícia, cuja população predominante se encontrava nesse intervalo etário.



Ainda no âmbito da caracterização dos doentes saídos, importa analisar a sua proveniência dos doentes saídos do internamento da ULSSM. Tal como nos anos anteriores, a instituição continua a tratar, maioritariamente, doentes com residência fora da sua área de influência, conforme ilustrado no gráfico seguinte.

**Doentes Saídos por Área de Influência do CHULN**



A nível nacional, o distrito com maior predominância é Lisboa, representando 78,2% do total de doentes saídos. Dentro deste distrito, 43,2% são provenientes do concelho de Lisboa, 10,9% do concelho de Loures e 10,6% do concelho de Mafra.

Fora do distrito de Lisboa, a ULSSM continua a receber um número significativo de doentes de outros distritos, nomeadamente Setúbal (7,4%), Leiria (4,6%), Santarém (3,0%) e Faro (2,4%).

## 2.2 Bloco de Partos

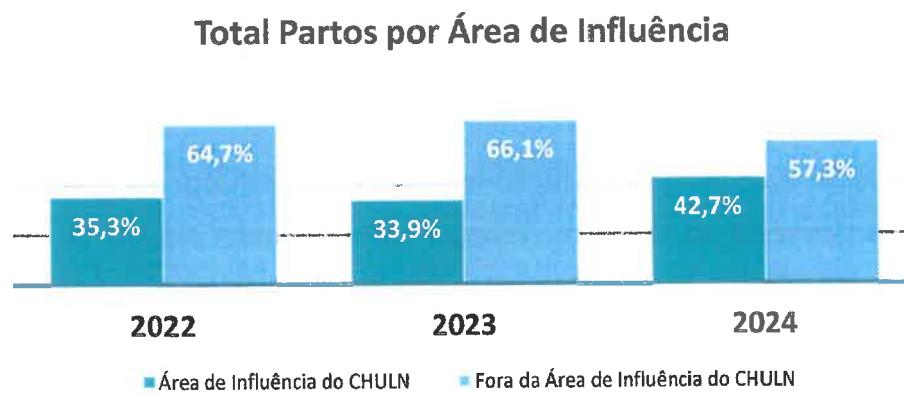
O Bloco de Partos é uma das estruturas mais relevantes no atendimento à saúde da mulher e do recém-nascido, assegurando o acompanhamento e assistência ao parto, tanto em partos normais como por cesariana.

Relativamente à atividade desenvolvida no Bloco de Partos, e em comparação com o período homólogo, registou-se uma diminuição de 60,2% no total de partos realizados. Esta redução era expectável, decorrente do encerramento para obras de requalificação e expansão entre agosto de 2023 e meados de setembro de 2024. Adicionalmente, verificou-se um aumento da taxa de cesarianas, que se fixou nos 35%.



No que respeita à área de residência das utentes, em 2024, os partos realizados a utentes fora da área de influência da ULSSM representaram 57,3% do total. A maioria das utentes residia no distrito de Lisboa (84,3%), valor que, comparativamente com 2023, registou uma redução de 3,1 pontos percentuais. Dentro deste distrito, 48,0% das utentes pertenciam ao concelho de Lisboa, 10,2% ao concelho de Mafra e 8,6% ao concelho de Loures.

Para além do distrito de Lisboa, os distritos mais representativos foram Setúbal (10,2%), Santarém (1,2%) e Leiria (2,6%).



## 2.3 Unidade de Hospitalização Domiciliária

A Unidade de Hospitalização Domiciliária iniciou atividade em fevereiro de 2020, com o objetivo de prestar cuidados a utentes em fase aguda de doença ou em agudização de doença crónica, desde que elegíveis, assegurando a mesma intensidade e complexidade do internamento hospitalar, mas no domicílio e em tempo integral, sob vigilância de uma equipa multidisciplinar.

A criação desta unidade enquadrou-se na estratégia de melhoria da acessibilidade ao internamento, visando a eliminação do internamento de doentes em maca. Esta estratégia

incluía, adicionalmente, o projeto de melhoria da gestão do internamento e o projeto de integração e ambulatorização de cuidados.

A implementação da unidade foi realizada de forma faseada, iniciando-se em fevereiro de 2020 com uma capacidade de 6 camas, que foi progressivamente aumentada para 12 camas em 2024.

Em 2024, foram tratados 271 doentes, registando-se um aumento de 31,6% face a 2023. O tempo médio de estada fixou-se em 12 dias, representando um acréscimo de 6,2% em comparação com o período homólogo.

## 2.4 Atividade Cirúrgica

A atividade cirúrgica constitui uma das principais áreas de atuação da ULSSM, contribuindo significativamente para a resposta às necessidades dos utentes e para o cumprimento da missão da instituição na prestação de cuidados de saúde de elevada qualidade.

Em 2024, registou-se um aumento de 14,4% (+4.734 cirurgias) no total de cirurgias realizadas face ao período homólogo, ultrapassando o desempenho dos anos anteriores. A taxa de ambulatorização situou-se em 72,5%, representando um crescimento de 2,4 pontos percentuais face a 2023.

O aumento da atividade cirúrgica na ULSSM resultou, em grande parte, da implementação do Plano de Recuperação da Atividade Cirúrgica, com particular impacto na Cirurgia de Ambulatório, que registou um acréscimo de 18,6% (+3.691 cirurgias) comparativamente com 2023.



## 2.5 Colheita e Transplantação

O Gabinete Coordenador de Colheita e Transplantação (GCCT) tem por missão o cumprimento dos seguintes programas:

- Colheita multiorgânica ou simples em dador cadáver em morte cerebral
- Colheita de rim em dador vivo
- Transplantação renal no adulto e na criança com dador cadáver e com dador vivo
- Colheita de córnea em coração parado

A atividade desenvolvida pelo GCCT registou uma recuperação em 2024, refletida no aumento do número de órgãos e tecidos colhidos, que passou de 104 em 2023 para 113 em 2024, representando um acréscimo de 8,7%.

	2022	2023	2024	Δ % 23/22	Δ % 24/23
<b>Órgãos e tecidos colhidos</b>					
Coração	2	3	6	50,0%	100,0%
Fígado	17	14	19	-17,6%	35,7%
Rim	60	56	76	-6,7%	35,7%
Pâncreas	1	1	4	0,0%	300,0%
Pulmão	6	2	4	-66,7%	100,0%
Córneas	114	168	195	47,4%	16,1%
Vasos	17	14	19	-17,6%	35,7%
Válvulas	0	0	1	-	-
Nº colheitas realizadas	88	104	113	18,2%	8,7%

Relativamente ao número de transplantes realizados na ULSSM, verificou-se um aumento de 15,1% face a 2023, correspondendo a mais 36 transplantes efetuados ao longo do ano.

	2022	2023	2024	Δ % 23/22	Δ % 24/23
Transplantes realizados	221	239	275	8,1%	15,1%
Rim (Adultos)	64	63	71	-1,6%	12,7%
Rim (Pediátricos)	5	4	2	-20,0%	-50,0%
Córnea	75	91	123	21,3%	35,2%
Medula Óssea	77	81	79	5,2%	-2,5%

## 2.6 Consulta Externa

No âmbito da atividade de consulta externa, registou-se um aumento de 7,1% no total de consultas médicas em 2024 face ao período homólogo de 2023, correspondendo a mais 55.776 consultas realizadas. Este crescimento resulta do aumento de 15.593 primeiras consultas (+6,9%) e de 40.183 consultas subsequentes (+7,2%).

	2022	2023	2024	Δ % 23/22	Δ % 24/23
Primeiras Consultas	206 958	226 463	242 056	9,4%	6,9%
Consultas Subsequentes	536 745	559 339	599 522	4,2%	7,2%
<b>Total de Consultas Externas</b>	<b>743 703</b>	<b>785 802</b>	<b>841 578</b>	<b>5,7%</b>	<b>7,1%</b>
% Primeiras Consultas	27,8%	28,8%	28,8%	3,6%	-0,2%
Índice de Consultas Subsequentes / Primeiras Consultas	2,6	2,5	2,5	-4,8%	0,3%

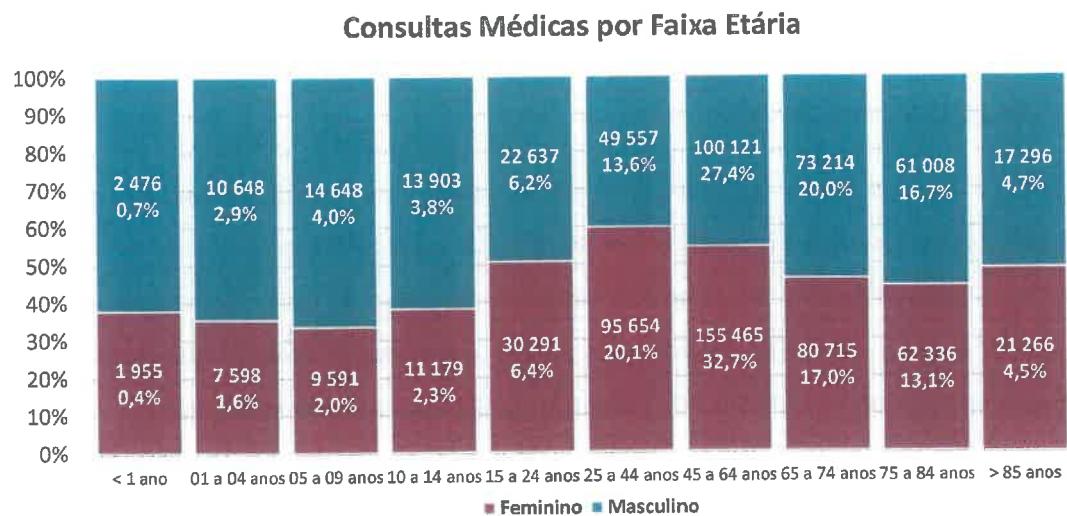
No que respeita às consultas não médicas, registou-se um aumento de 15,2% face ao período homólogo.



Face a 2023, registou-se um ligeiro aumento de 0,87% no número de consultas médicas e não médicas realizadas a doentes internados.

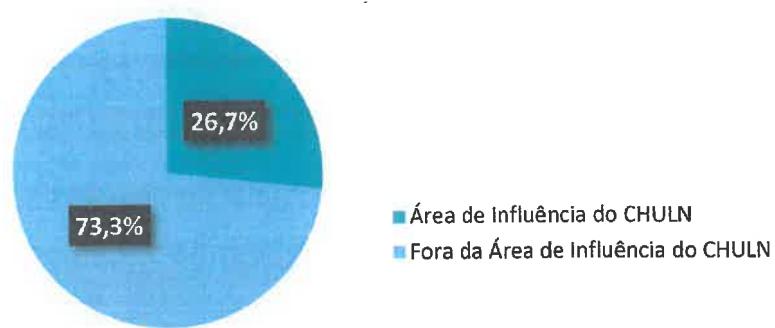


No gráfico seguinte, apresenta-se a distribuição das consultas por escalões etários e por género. Em 2024, o género feminino representou 57% do total de consultas, enquanto o género masculino correspondeu a 43%, mantendo-se esta distribuição estável ao longo do triénio. A faixa etária com maior representatividade em ambos os géneros situa-se entre os 45 e os 64 anos.



Em 2024, 73,3% das consultas foram realizadas a utentes provenientes de fora da área de influência direta da ULSSM, mantendo-se a tendência verificada nos últimos anos.

**Consultas Médicas por Área de Influência do CHULN**



A nível nacional, os distritos com maior representatividade foram Lisboa (78,6%), Setúbal (8,4%), Leiria (4,8%) e Santarém (3,8%). No distrito de Lisboa, destaca-se a proveniência de 12% dos utentes do concelho de Sintra e 10% do concelho de Loures.

## 2.7 Hospital de Dia

O Hospital de Dia oferece um conjunto de serviços médicos e de enfermagem a utentes que necessitam de tratamento, mas não requerem internamento hospitalar. Estes serviços incluem diagnóstico, tratamento, reabilitação e monitorização dos utentes.

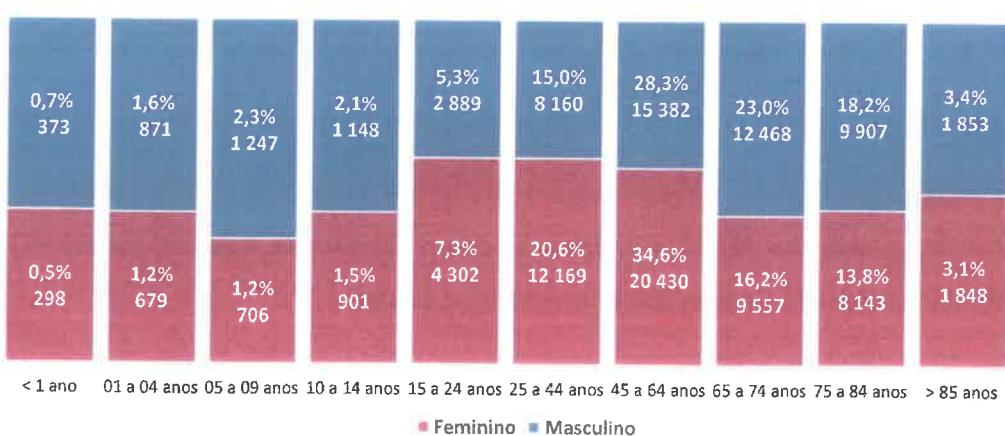
Este modelo de prestação de cuidados tem vindo a ganhar relevância nos hospitais portugueses, permitindo uma abordagem mais personalizada, eficiente e com menor custo para os utentes e para o sistema de saúde em geral.

Em 2023, o Hospital de Dia registou um aumento de 5,9% no número de sessões realizadas, correspondendo a mais 6.356 sessões em comparação com o ano anterior. Contudo, no que respeita ao número total de doentes tratados, observou-se uma diminuição de 3,2%, traduzindo-se em menos 673 doentes com acesso a sessões de Hospital de Dia na ULSSM. Durante o período em análise, a média de sessões realizadas por doente foi de 5,5.

	2022	2023	2024	Δ % 23/22	Δ % 24/23
N.º Sessões	99 128	106 976	113 332	7,9%	5,9%
N.º Doentes Tratados	19 174	21 261	20 588	10,9%	-3,2%
N.º Sessões / Doente	5,17	5,03	5,50	-2,7%	9,4%

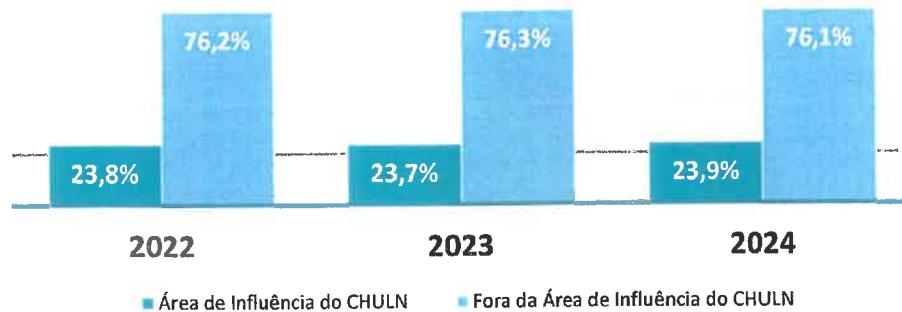
A análise por grupo etário e por género dos doentes tratados revela que a faixa etária dos 45 aos 64 anos correspondeu a 32% do total de sessões realizadas. O género feminino predominou, representando 52,1% do total, uma tendência que se manteve ao longo dos últimos anos.

Sessões de Tratamento por Faixa Etária



Em 2024, 76,1% das sessões de Hospital de Dia foram realizadas a doentes provenientes de fora da área de influência direta da ULSSM, mantendo-se este valor em relação a 2023.

Sessões de Tratamento por Área de Influência



Analizando por distrito, 76,9% das sessões de Hospital de Dia em 2024 foram realizadas a doentes residentes no distrito de Lisboa, 10,1% no distrito de Setúbal, 4,8% no distrito de Leiria e 3,8% no distrito de Santarém. No distrito de Lisboa, 12% das sessões foram realizadas a utentes dos concelhos de Sintra e 11,7% a utentes dos concelhos de Loures.

## 2.8 Urgência

O Serviço de Urgência da ULSSM é composto por três áreas de atendimento: Urgência Central, Urgência de Ginecologia e Obstetrícia e Urgência Pediátrica.

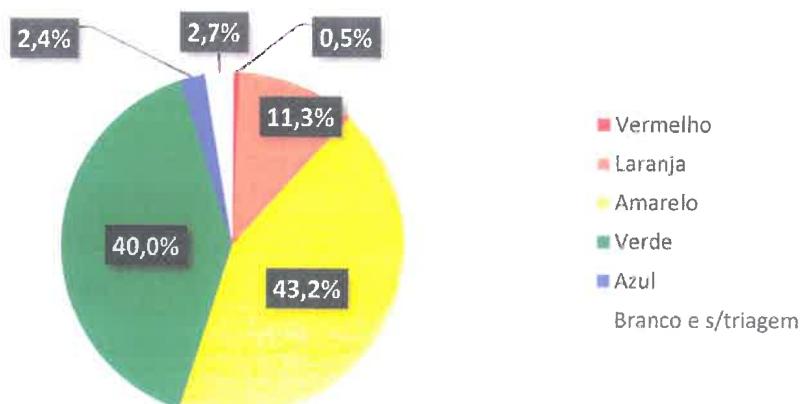
Ao longo dos anos, a afluência de utentes ao Serviço de Urgência tem vindo a crescer, não apenas devido à vasta área de influência da instituição, mas também pela insuficiente articulação com os cuidados de saúde primários, nomeadamente ao nível da sensibilização e informação dos utentes.

Em 2024, registou-se uma média diária de 537 atendimentos, mantendo-se estável face ao ano anterior.

	2022	2023	2024	Δ % 23/22	Δ % 24/23
Urgência Central	147 546	138 346	137 347	-6,2%	-0,7%
Urgência Ginecológica e Obstétrica	17 464	10 319	8 748	-40,9%	-15,2%
Urgência Pediátrica	42 134	47 249	50 034	12,1%	5,9%
Total	207 144	195 914	196 129	-5,4%	0,1%

De acordo com a Triagem de Manchester, cerca de 45,1% dos episódios foram classificados como não urgentes (cores verde, azul ou branca).

N.º de atendimentos por triagem de Manchester

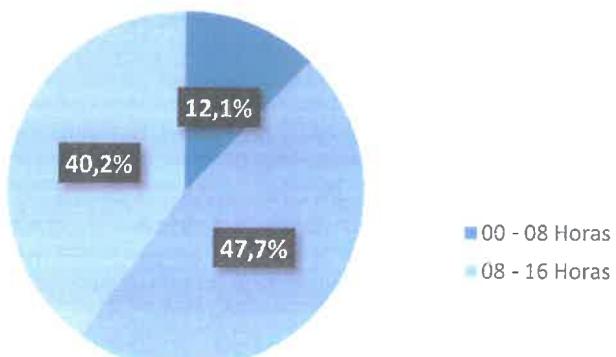


Nos Serviços de Urgência, face ao período homólogo verifica-se o seguinte comportamento:

Triagem de Manchester	2022	2023	2024	Δ % 23/22	Δ % 24/23
Vermelho	839	897	889	6,9%	-0,9%
Laranja	21 476	22 617	22 082	5,3%	-2,4%
Amarelo	82 533	84 060	84 776	1,9%	0,9%
Verde	84 107	76 321	78 399	-9,3%	2,7%
Azul	8 570	5 907	4 675	-31,1%	-20,9%
Branco e s/triagem	9 619	6 112	5 308	-36,5%	-13,2%
Total	207 144	195 914	196 129	-5,4%	0,1%

A análise da distribuição horária dos atendimentos revela que o período entre as 8h00 e as 16h00 concentra 47,7% do total de admissões.

Atendimentos por Turnos



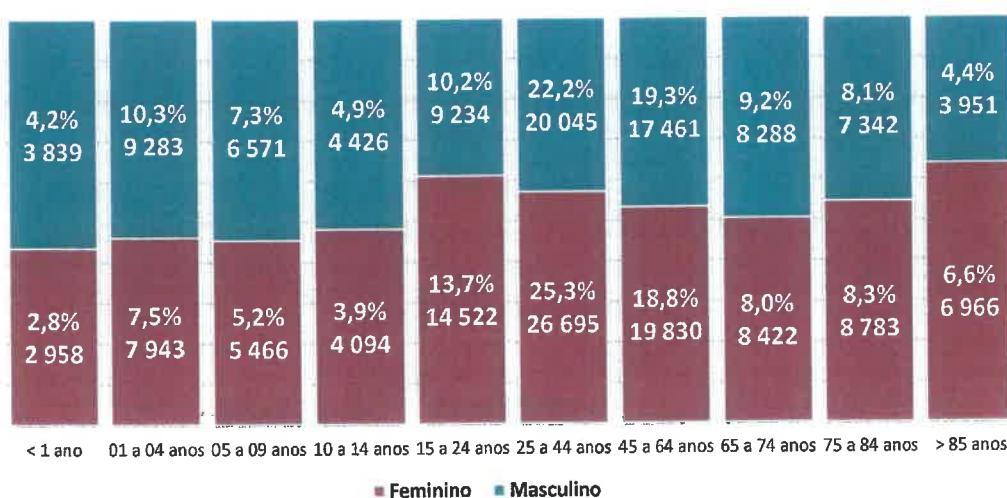
Relativamente ao destino após atendimento, verificou-se que 53,9% dos doentes tiveram alta para o domicílio, sem necessidade de continuidade de cuidados dentro do sistema de saúde.

Os episódios que deram origem a internamento representaram 8,9% do total de atendimentos em 2024, valor inferior ao registado em 2023 (9,4%).

	2022	2023	2024	Δ % 23/22	Δ % 24/23
Abandono	23 186	21 349	16 051	-7,9%	-24,8%
Centro de Saúde / Médico Família	44 099	41 588	39 096	-5,7%	-6,0%
Consulta Externa	11 466	11 158	11 044	-2,7%	-1,0%
Domicílio	102 882	97 143	105 745	-5,6%	8,9%
Falecidos	534	576	512	7,9%	-11,1%
Internamento	19 865	18 412	17 510	-7,3%	-4,9%
Transferência para outros hospitais	4 507	5 030	5 402	11,6%	7,4%
Saída contra parecer médico	605	658	769	8,8%	16,9%
<b>Total</b>	<b>207 144</b>	<b>195 914</b>	<b>196 129</b>	<b>-5,4%</b>	<b>0,1%</b>

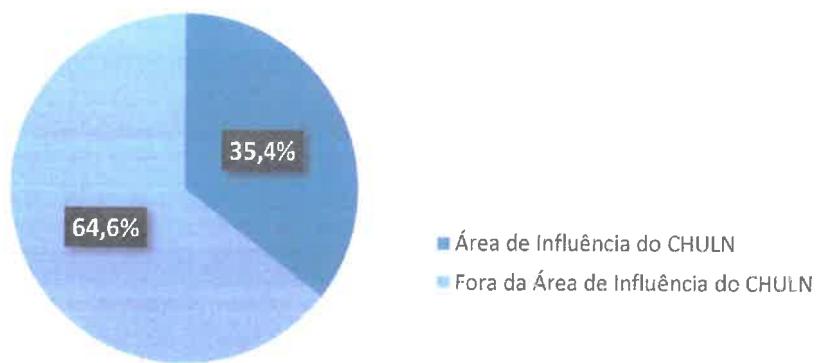
Na análise por faixa etária e género, destaca-se o grupo etário dos 25 aos 44 anos, com um predomínio do género feminino (54%).

Atendimentos por Faixa Etária



Relativamente à origem dos doentes, 65% dos atendimentos em urgência foram realizados a utentes fora da área de influência direta da ULSSM, mantendo-se esta tendência nos últimos anos.

### Atendimentos por Área de Influência do CHULN



Por distrito, 85,7% dos doentes atendidos na Urgência em 2024 eram residentes no distrito de Lisboa, 6,1% em Setúbal, 1,5% em Leiria e 1,6% em Santarém. No distrito de Lisboa, 12,9% dos utentes eram residentes no concelho de Loures e 10,4% no concelho de Odivelas.

## 2.9 Apoio Domiciliário

Mantendo a aposta nos cuidados de proximidade e considerando as características e necessidades dos utentes, o serviço domiciliário continua a ser uma área de intervenção prioritária.

Em 2024, a ULSSM registou um decréscimo de 3,45% no número de visitas domiciliárias face ao ano anterior.



## 2.10 Meios Complementares de Diagnóstico e Terapêutica

O quadro seguinte apresenta os MCDT realizados, entre 2022 a 2024, na ULSSM.

Grupo de Exames	2022	2023	2024	Δ % 23/22	Δ % 24/23
Anatomia Patológica	127 234	118 076	125 827	-7,2%	6,6%
Diagnóstico por Autópsia	656	568	308	-13,4%	-45,8%
Diagnóstico por Citopatologia	15 692	12 494	12 820	-20,4%	2,6%
Diagnóstico por Histopatologia	35 065	35 909	38 399	2,4%	6,9%
Exames Especiais	75 821	69 105	74 300	-8,9%	7,5%
Anestesiologia	3 169	3 756	4 901	18,5%	30,5%
Medicina da Dor	581	648	526	11,5%	-18,8%
Cardiologia	73 838	63 743	72 177	-13,7%	13,2%
Atos de Diagnóstico	69 695	59 982	67 731	-13,9%	12,9%
Electrocardiologia	40 364	29 973	38 404	-25,7%	28,1%
Ecocardiografia	14 421	15 278	17 660	5,9%	15,6%
Cateterismo Cardíaco	4 746	4 548	4 886	-4,2%	7,4%
Outros Estudos	10 164	1 907	6 781	-81,2%	255,6%
Atos Terapêuticos	3 928	3 587	4 209	-8,7%	17,3%
Outros	215	174	237	-19,1%	36,2%
Cirurgia Maxilo-Facial	139	258	641	85,6%	148,4%
Dermatologia	5 011	3 664	2 763	-26,9%	-34,6%
Estomatologia	5 176	4 883	4 369	-5,7%	-10,5%
Estudos do Sono	3 037	3 799	3 593	25,1%	-5,4%
Gastrenterologia	21 250	22 264	22 768	4,8%	2,3%
Técnicas Endoscópicas	18 516	19 622	21 099	6,0%	7,5%
Técnicas Não Endoscópicas	2 512	2 488	1 519	-1,0%	-38,9%
Estudos Funcionais	222	154	150	-30,6%	-2,6%
Genética	9 914	11 069	10 509	11,7%	-5,3%
Ginecologia / Obstetrícia	6 887	4 176	6 872	-39,4%	64,6%
PMA	529	650	795	22,9%	22,3%
IVG	772	595	885	-22,9%	48,7%
Outros	5 586	2 931	5 192	-47,5%	77,1%
Medicina da Reprodução	1 194	1 167	542	-2,3%	-53,8%
Imagiologia/Radiologia	412 286	462 188	480 803	12,1%	4,0%
Angiografia	2 651	2 876	2 596	8,5%	-9,7%
Radiologia de Intervenção	3 943	3 940	4 127	-0,1%	4,7%
Ecotomografia (Ecografia)	59 553	68 117	78 155	14,4%	14,7%
Ressonância Magnética (RM)	14 415	25 475	29 554	76,7%	16,0%
Tomografia Computorizada (TC)	108 620	136 764	144 016	25,9%	5,3%
RX Convencional	223 104	225 016	222 355	0,9%	-1,2%
Imuno-Alergologia	6 925	10 016	13 149	44,6%	31,3%
Imuno-Hemoterapia	277 743	138 942	143 254	-50,0%	3,1%
Análises	261 520	128 155	132 033	-51,0%	3,0%
Procedimentos	16 223	10 787	11 221	-33,5%	4,0%
Unidades Terapêuticas de Sangue e Outros Serviços Prestados pelo IPST, IP	34 967	30 547	27 931	-12,6%	-8,0%
Crioconservação e Cultura de Tecidos	2 123	2 279	412	7,3%	-41,9%
Medicina Física e Reabilitação	296 510	321 378	337 196	8,4%	4,9%
Nefrologia	13 935	13 592	13 221	-2,5%	-2,7%
Neurofisiologia, Neurologia e Outros Proc. Disc. N.	18 810	17 955	16 727	-4,5%	-6,8%
Eletroencefalografia	4 368	4 553	3 659	4,2%	-19,6%
Eletromiografia	2 988	2 988	3 418	0,0%	14,4%
Neuropsicologia	769	1 046	1 171	36,0%	12,0%

Grupo de Exames	2022	2023	2024	Δ % 23/22	Δ % 24/23
Potenciais Evocados Somato-Sensitivos e S.	181	212	187	17,1%	-11,8%
Ultrassonografia	9 718	8 677	7 880	-10,7%	-9,2%
Outros	786	479	412	-39,1%	-14,0%
<b>Procedimentos de Neurodesenvolvimento</b>	<b>1 045</b>	<b>1 316</b>	<b>1 260</b>	<b>25,9%</b>	<b>-4,3%</b>
Oftalmologia	59 470	61 181	74 318	2,9%	21,5%
Oncologia Médica	23 699	25 708	34 885	8,5%	35,7%
Ortopedia	2 198	3 898	4 184	77,3%	7,3%
Otorrinolaringologia	13 491	14 320	14 884	6,1%	3,9%
<b>Patologia Clínica</b>	<b>6 812 888</b>	<b>7 103 094</b>	<b>7 355 071</b>	<b>4,3%</b>	<b>3,5%</b>
Bioquímica	5 282 478	5 615 478	5 809 236	6,3%	3,5%
Hematologia e Hemostase	842 109	880 314	907 140	4,5%	3,0%
Imunologia	212 122	250 764	271 580	18,2%	8,3%
Microbiologia	476 179	356 538	367 115	-25,1%	3,0%
<b>Pneumologia</b>	<b>53 366</b>	<b>61 464</b>	<b>67 095</b>	<b>15,2%</b>	<b>9,2%</b>
Fisiopatologia respiratória	38 218	45 482	52 018	19,0%	14,4%
Ventilação não invasiva	5 830	6 914	7 355	18,6%	6,4%
Técnicas endoscópicas	5 736	5 647	5 557	-1,6%	-1,6%
Técnicas não Endoscópicas	1 423	1 583	1 466	11,2%	-7,4%
Reabilitação Respiratória	2 097	1 812	661	-13,6%	-63,5%
Outros	62	26	38	-58,1%	46,2%
<b>Psiquiatria</b>	<b>22 386</b>	<b>23 920</b>	<b>35 617</b>	<b>6,9%</b>	<b>48,9%</b>
<b>Radioterapia/Radioncologia</b>	<b>46 003</b>	<b>45 721</b>	<b>47 393</b>	<b>-0,6%</b>	<b>3,7%</b>
Tratamentos Simples	6 089	5 179	2 723	-14,9%	-47,4%
Tratamentos Complexos	28 260	28 667	31 993	1,4%	11,6%
Radiocirurgia	25	45	70	80,0%	55,6%
Braquiterapias	298	288	403	-3,4%	39,9%
Outros	11 331	11 542	12 204	1,9%	5,7%
<b>Reumatologia</b>	<b>2 823</b>	<b>3 235</b>	<b>3 151</b>	<b>14,6%</b>	<b>-2,6%</b>
<b>Serviços e Técnicas Gerais</b>	<b>207 209</b>	<b>222 272</b>	<b>254 153</b>	<b>7,3%</b>	<b>14,3%</b>
<b>Urologia</b>	<b>5 257</b>	<b>4 733</b>	<b>4 410</b>	<b>-16,0%</b>	<b>-6,8%</b>
<b>TOTAL</b>	<b>8 570 564</b>	<b>8 805 262</b>	<b>9 184 602</b>	<b>2,7%</b>	<b>4,3%</b>

No quadro seguinte, verifica-se que a ULSSM é praticamente autónoma na realização dos Meios Complementares de Diagnóstico e Terapêutica (MCDT) para os seus utentes, com 99% dos exames efetuados internamente.

As exceções encontram-se nas áreas de Medicina Nuclear, Oxigenoterapia Hiperbárica e em alguns testes/análises para os quais a instituição não dispõe de equipamentos ou técnicas implementadas. No caso dos exames do grupo da Transplantação de Tecidos e Órgãos, estes são realizados no Instituto Português do Sangue e da Transplantação.

Nos restantes grupos, os MCDT são realizados no exterior apenas quando a capacidade instalada se revela insuficiente para dar resposta às necessidades dos dois hospitais (HSM e HPV).

2024 Grupo de Exames	Realizados no CHULN	Realizados no Exterior	Peso %
Anatomia Patológica	125 827	1 135	99,1%
Anestesiologia	4 901	3	99,9%
Medicina da Dor	526		
Cardiologia	72 177	100	99,9%
Cirurgia Maxilo-Facial	641		100,0%
Dermatologia	2 763		100,0%
Estomatologia	4 369		100,0%
Estudos do Sono	3 593		100,0%
Gastrenterologia	22 768	197	99,1%
Genética	10 509	13 781	43,3%
Ginecologia / Obstetrícia	6 872	392	94,6%
Medicina da Reprodução	542		
Imagiologia/Radiologia	480 803	70 663	87,2%
Imuno-Alergologia	13 149		100,0%
Imuno-Hemoterapia	143 254		100,0%
Unidades Terapêuticas de Sangue e Outros Serviços			
Prestados pelo IPST, IP	27 931		
Crioconservação e Cultura de Tecidos	412		
Medicina Física e Reabilitação	337 196		100,0%
Medicina Nuclear	0	6 666	0,0%
Nefrologia	13 221	4	100,0%
Neurofisiologia, Neurologia e Outros Procedimentos de Disciplinas Neurológicas	16 727	475	97,2%
Procedimentos de Neurodesenvolvimento	1 260		
Oftalmologia	74 318		100,0%
Oncologia Médica	34 885		100,0%
Ortopedia	4 184		100,0%
Otorrinolaringologia	14 884		100,0%
Patologia Clínica	7 355 071	13 901	99,8%
Pneumologia	67 095	1	100,0%
Psiquiatria	35 617		100,0%
Radioterapia/Radioncologia	47 393	23	100,0%
Reumatologia	3 151		100,0%
Serviços e Técnicas Gerais	254 153	1 971	99,2%
Transplantação de Tecidos e Órgãos	0	2 641	0,0%
Urologia	4 410		100,0%
<b>TOTAL</b>	<b>9 184 602</b>	<b>111 953</b>	<b>98,8%</b>

## 2.11 Acesso aos Cuidados de Saúde

Ao longo de 2024, a ULSSM manteve o compromisso com a melhoria do acesso aos cuidados de saúde, reforçando a capacidade de resposta cirúrgica e em consulta externa. A gestão da Lista de Inscritos para Cirurgia (LIC) e da Lista de Espera para Primeiras Consultas via CTH (Consulta a Tempo e Horas) foi uma prioridade, permitindo otimizar tempos de espera e aumentar a eficiência dos serviços.

Segue-se a análise detalhada destes resultados.

## **Lista de Inscritos para Cirurgia (LIC)**

No período em análise, aferiu-se um total de 10.611 inscritos para cirurgia na ULSSM, representando um aumento de 6,6% (+658 inscritos) face ao mesmo período de 2023. Comparando o número de novos inscritos até 31 de dezembro de 2024 com o valor registado em 2023, verificou-se um crescimento de 13,5%, correspondente a mais 4.727 novos inscritos.

O quadro seguinte apresenta alguns dos principais indicadores da lista de espera, refletindo o desempenho da ULSSM.

	2022	2023	2024	Δ % 23/22	Δ % 24/23
N.º Inscritos em LIC	8 859	9 953	10 611	12,3%	6,6%
Mediana de Tempo de Espera (dias)	114,0	91,0	104,0	-20,2%	14,3%
Tempo Médio de Espera (dias)	227,56	189,47	188,66	-16,7%	-0,4%
% Doentes Operados em Tempo Adequado	86,96	86,90	87,72	-0,1%	1,0%
% Doentes Prioritários Inscritos	7,24	8,22	5,39	13,5%	-34,4%
% Doentes Oncológicos em LIC > TMRG	29,47	22,13	18,13	-24,9%	-18,1%
% Doentes em LIC > 12 meses	17,02	13,72	12,66	-19,4%	-7,8%
% Doentes em LIC com TE < TMRG	62,19	68,20	69,19	9,7%	1,5%

Embora o número de inscritos para cirurgia tenha aumentado e o tempo médio de espera (TME) tenha permanecido em 188,6 dias, foi possível observar uma melhoria significativa nos indicadores globais de gestão da lista de espera. A maior parte dos utentes que aguardam cirurgia fora do tempo médio de resposta garantida (TMRG) viu uma melhoria nas condições de acesso, refletindo os esforços contínuos para otimizar os processos e reduzir os tempos de espera acumulados. Estes resultados são um reflexo positivo do trabalho realizado para aprimorar a eficiência do sistema, mesmo com o aumento das entradas e da procura pelos serviços.

## **Lista de Espera para 1ª Consultas via CTH**

Em 2024, a ULSSM dedicou-se à melhoria da acessibilidade nas especialidades, aumentando o número de primeiras consultas de 906 por dia em 2023 para 968 em 2024, o que representa um acréscimo de 62 primeiras consultas realizadas por dia. No entanto, apesar deste esforço, a Consulta a Tempo e Horas (CTH) conseguiu manter o mesmo nível de realizações do ano anterior, o que não foi suficiente para responder à elevada procura. Como resultado, verificou-se uma deterioração dos indicadores relacionados com as primeiras consultas CTH.

<b>1<sup>a</sup> Consultas Realizadas</b>	<b>2022</b>	<b>2023</b>	<b>2024</b>	<b>Δ % 23/22</b>	<b>Δ % 24/23</b>
Primeiras Consultas Médicas	162 367	175 094	190 407	7,8%	8,7%
Primeiras Consultas via CTH	44 591	51 369	51 649	15,2%	0,5%
<b>Total de Primeiras Consultas</b>	<b>206 958</b>	<b>226 463</b>	<b>242 056</b>	<b>9,4%</b>	<b>6,9%</b>
% Primeiras consultas realizadas via CTH	21,5%	22,7%	21,3%	5,3%	-5,9%

Face ao número de pedidos de consultas provenientes dos Cuidados de Saúde Primários, que se tem mantido elevado ao longo dos últimos três anos, com cerca de 75.000 pedidos anuais, a ULSSM tem procurado dar resposta a essa procura crescente. Este volume resultou num aumento da Lista de Espera para Consulta (LEC) e num agravamento do tempo médio de espera, que passou de 221,4 dias em 2023 para 227,4 dias em 2024, refletindo a dificuldade em acompanhar a crescente procura com os recursos disponíveis.

<b>Pedidos de 1<sup>a</sup> consulta via CTH</b>	<b>2022</b>	<b>2023</b>	<b>2024</b>	<b>Δ % 23/22</b>	<b>Δ % 24/23</b>
Número de pedidos em Espera	26 534	25 471	27 019	-4,0%	6,1%
Tempo Médio de avaliação do pedido - Triagem (dias)	13,30	21,06	9,60	58,4%	-54,4%
Tempo Médio de Espera para 1 <sup>a</sup> Consulta (dias) via CTH	180,85	221,41	227,38	22,4%	2,7%
% 1 <sup>a</sup> Consultas realizadas (CTH) <TMRG	66,0%	54,5%	55,7%	-17,4%	2,2%
Tempo Médio de Resposta de 1 <sup>a</sup> consultas Realizadas (CTH) (dias)	98,73	129,50	132,15	31,2%	2,0%
Número de Pedidos em Espera > 9 Meses	2 104	3 111	4 246	47,9%	36,5%
% Pedidos em Espera <TMRG	36,9%	29,1%	32,1%	-21,1%	10,2%

O esforço em resolver os pedidos mais antigos levou a um ligeiro aumento no tempo médio de resposta para 1<sup>a</sup> Consulta, que subiu dos 129,5 dias para 132,15 dias (+4 dias face ao mesmo período de 2023). Este cenário reflete a complexidade do desafio de gerir a crescente procura por consultas, ao mesmo tempo que se procura otimizar os recursos e melhorar a acessibilidade, especialmente nas especialidades com maior volume de solicitações. A tendência observada em 2024 indica a necessidade de um reforço na capacidade de resposta, tanto no que diz respeito à disponibilidade de consultas quanto à gestão mais eficiente da lista de espera, a fim de alcançar um equilíbrio mais sustentável e adequado às necessidades dos utentes.

## 2.12 Acesso aos Cuidados Primários

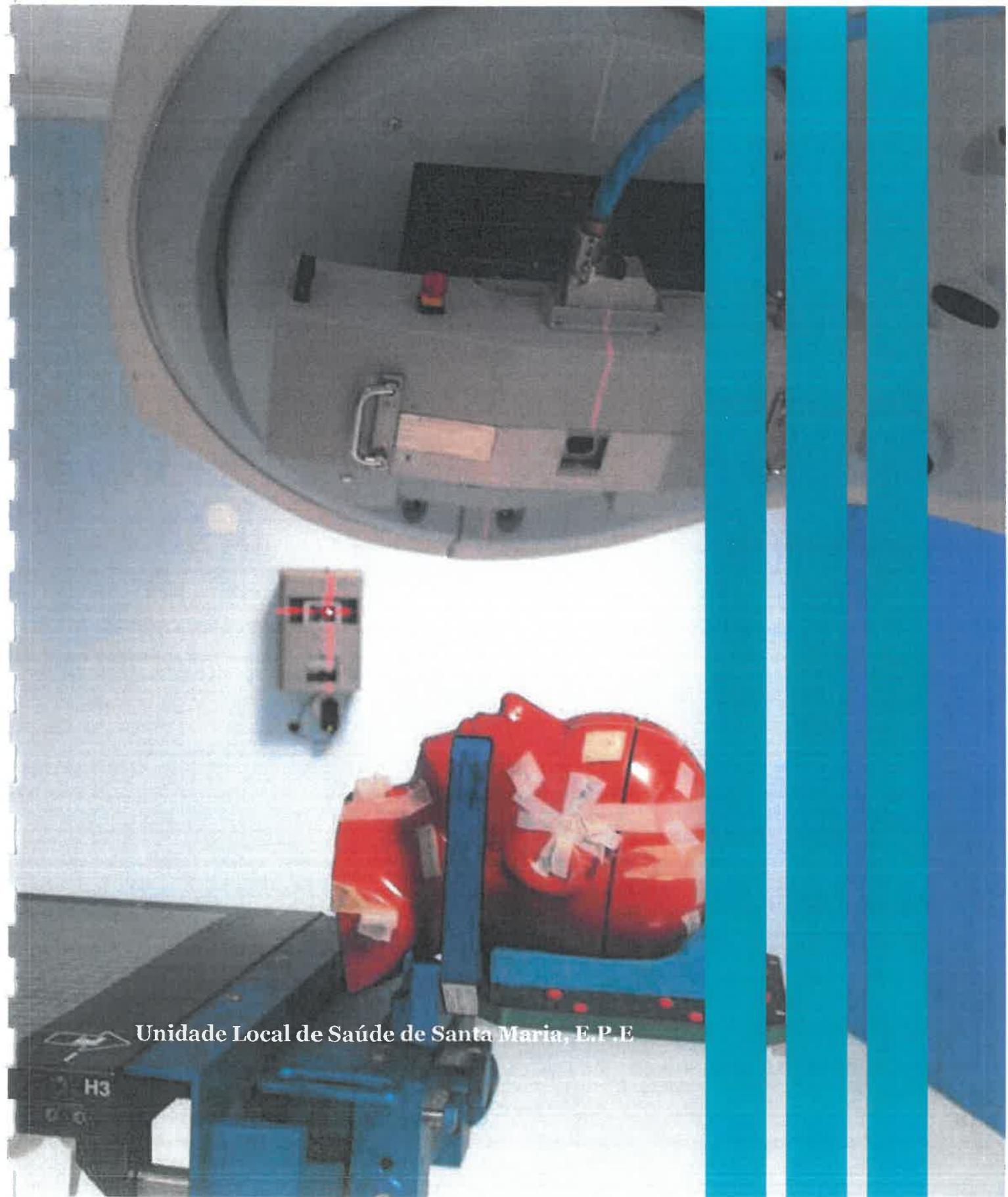
Em 2024, os Cuidados de Saúde Primários do ULSSM registaram um aumento tanto no número de consultas médicas como nas consultas não médicas. Este crescimento reflete um esforço contínuo para garantir o acesso a cuidados de saúde de proximidade e de qualidade, contudo, persiste um desafio significativo, nomeadamente o elevado número de utentes sem médico de família, que em 2024 representa 31,8% da população abrangida.

Este aumento nas consultas, aliado à falta de médicos de família, destaca a necessidade urgente de reforçar a capacidade de resposta da rede de cuidados primários, através da melhoria na gestão de recursos humanos e do aumento da capacidade de acolhimento de novos utentes.

	2022	2023	2024	Δ % 23/22	Δ % 24/23
<b>Utentes Inscritos</b>					
Total de Utentes Inscritos	353 258	355 034	348 712	0,5%	-1,8%
Utentes com Médico de Família	268 005	243 279	237 494	-9,2%	-2,4%
Utentes sem Médico de Família	85 253	111 755	111 218	31,1%	-0,5%
<b>Consultas Médicas</b>					
Total de Consultas Médicas	842 046	796 099	814 659	-5,5%	2,3%
Consultas Médicas Com a Presença do Utente	487 843	489 672	518 425	0,4%	5,9%
Consultas Médicas Sem a Presença do Utente	350 859	302 967	292 459	-13,6%	-3,5%
Consultas Médicas no Domicílio	3 344	3 460	3 775	3,5%	9,1%
<b>Consultas de Enfermagem</b>					
Total de Consultas de Enfermagem	404 437	406 488	439 508	0,5%	8,1%
Consultas Enfermagem	363 828	368 142	398 619	1,2%	8,3%
Consultas Enfermagem no Domicílio	40 609	38 346	40 889	-5,6%	6,6%
<b>Consultas de Outros Profissionais</b>					
Total de Consultas de Outros Profissionais	25 656	28 358	29 938	10,5%	5,6%
Cardiopneumologia	517	504	1 114	-2,5%	121,0%
Fisioterapia	2 616	3 357	3 970	28,3%	18,3%
Higiene Oral	4 669	4 565	2 865	-2,2%	-37,2%
Nutrição	564	2 600	2 409	361,0%	-7,3%
Psicologia	10 195	10 029	11 028	-1,6%	10,0%
Serviço Social	5 891	5 982	5 832	1,5%	-2,5%
Terapia Ocupacional	1 204	1 319	1 381	9,6%	4,7%
Radiologia	0	2	1 334	-	66 600,0%
Outras Especialidades Não Médicas	0	0	5	-	-

# 2024

## Relatório e Contas



Unidade Local de Saúde de Santa Maria, E.P.E

H3





# 3 Ensino e Formação

O Centro de Formação (CF) está integrado na estrutura de serviços de apoio geral da ULSSM, tendo como **atribuições** promover o desenvolvimento e coordenação da formação de todos os colaboradores com vista à melhoria das competências profissionais traduzindo-se na melhoria da qualidade dos serviços a prestar ao utente. No âmbito da sua atuação do CF presta serviços de formação profissional e desenvolve a sua atividade em todas as fases do Ciclo Formativo: Diagnóstico de necessidades de formação, conceção, desenvolvimento e inovação de produtos de formação, planeamento e organização de ações de formação, execução de ações de formação, avaliação e /ou certificação de aprendizagens.

## 3.1 Certificação do Centro de Formação

O Centro de Formação (CF) da ULSSM é acreditado pela Administração Central do Sistema de Saúde (ACSS).

O Centro de Formação adotou o Sistema de Gestão da Formação Profissional e é certificado desde 25 de julho de 2016 pela Norma Portuguesa NP 4512:2012; O Sistema de Gestão da Formação profissional foi consolidado em 2019, com a renovação da Certificação pela APCER, cumprindo os requisitos da NP4512:2012. Com a anulação da norma NP4512:2012, o Centro de Formação adota a norma ISO 21001:2020 implementando o Sistema de Gestão para Organizações Educativas/Formativas (SGOE) numa abordagem por processos visando a melhoria continua e a qualidade dos serviços prestados.

## 3.2 Dados Gerais

Durante o ano de 2024, o Centro de Formação (CF) do CHULN concebeu, planeou, realizou e avaliou os seguintes tipos de produtos formativos, enquadrados em dois Projetos - Saúde 2023 e Transversal 2024:

- **Cursos / Ações de Formação** - atividade concreta de formação que visa atingir objetivos de formação previamente definidos;
- **Sessões Formativas / Conferências / Jornadas** - atividade concreta de formação, de curta duração, que visam a sensibilização e a informação de determinados temas.

Demonstram-se, seguidamente, os indicadores gerais de toda a atividade formativa desenvolvida em 2024, representados sucintamente nos quadros infra:

**N.º Produtos Formativos, n.º Formandos Aprovados, N.º de Horas**

Indicadores	Ações de Formação/Cursos	Sessões Formativas /Jornadas	Total
<b>N.º Ações de Formação / Sessões Formativas Jornadas</b>	153	173	<b>326</b>
<b>N.º Formandos Aprovados</b>	3 698	4 419	<b>8 117</b>
<b>N.º Horas</b>	5 709	287	<b>5 996</b>

Analisando os resultados acima apresentados, verificamos que o Centro de Formação realizou mais 33,6% de produtos formativos face a 2023.

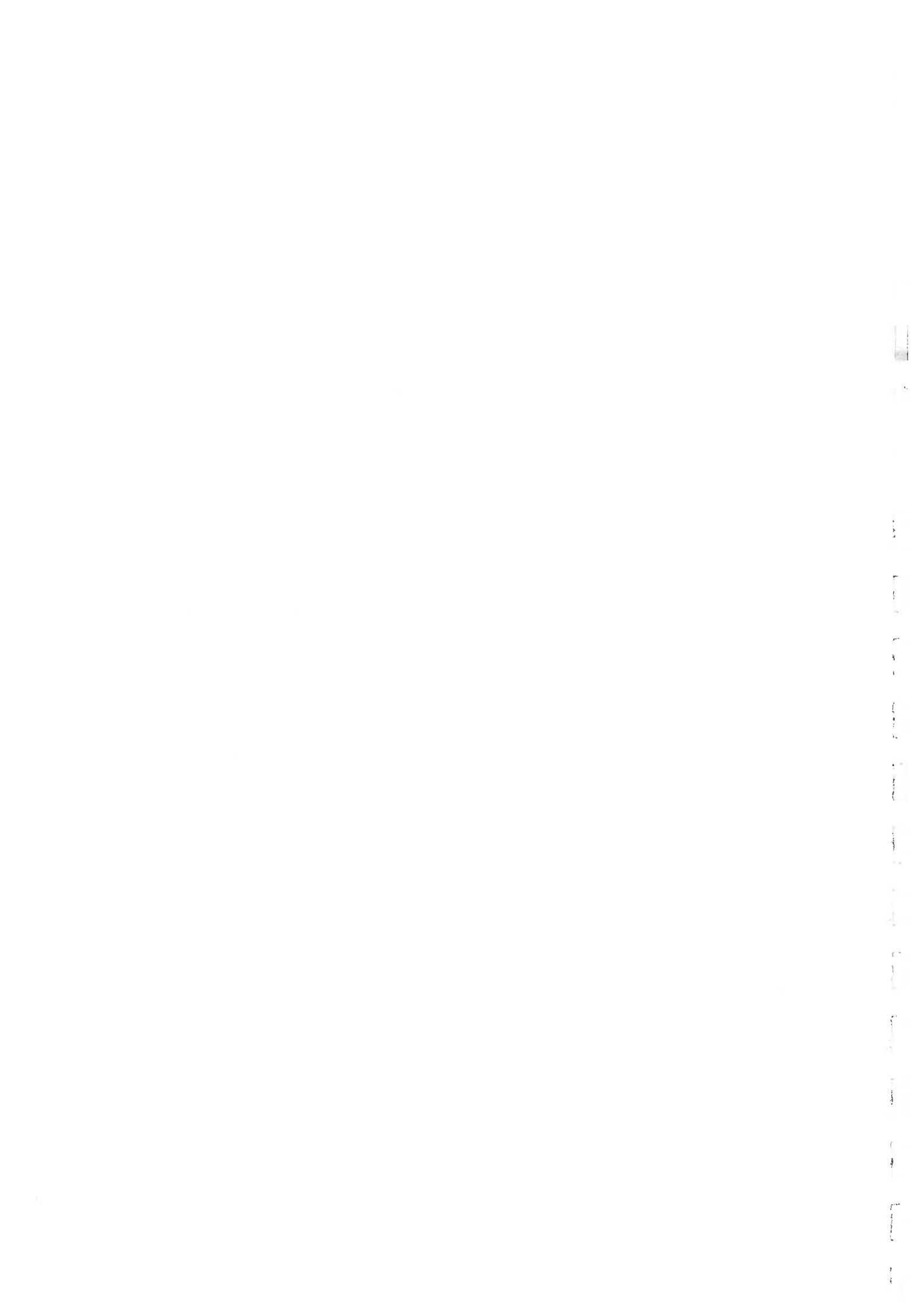
Relativamente ao número de formandos verifica-se um aumento de 21,7%. A maior subida em termos percentuais regista-se no crescimento das horas de formação, que subiu de 2 091 em 2023 para 5996 em 2024, um impressionante crescimento de 186,8%. Esse aumento substancial nas horas de formação sugere uma intensificação do formato das ações, com cursos e programas mais longos ou mais profundos, o que proporciona uma formação mais completa e robusta aos participantes.

O quadro seguinte relaciona as áreas de formação com o n.º de ações, n.º de formandos e n.º de horas ministradas.

Sendo a Saúde o *core business* do CHULN e sendo a classe médica e a classe de enfermagem as classes predominantes nas ações de formação, não é surpreendente que o mesmo se reflita nos valores apurados na classificação 72-Saúde.

**Relação entre áreas de formação, n.º de ações, n.º de formandos e n.º de horas ministradas**

Área de Formação	N.º Ações	N.º Formandos	N.º horas
090 - Desenvolvimento Pessoal	5	102	88
<b>09 - Desenvolvimento Pessoal</b>	<b>5</b>	<b>102</b>	<b>88</b>
146 – Formação de Professores e Formadores de Áreas Tecnológicas	2	28	180
<b>14 – Formação de Professores e Formadores</b>	<b>2</b>	<b>28</b>	<b>180</b>
347-Enquadramento na organização/empresa	21	859	63
<b>34 - Ciências Empresariais</b>	<b>21</b>	<b>859</b>	<b>63</b>
380-Direito	8	170	8
<b>38 - Direito</b>	<b>8</b>	<b>170</b>	<b>8</b>
482-Informática na ótica do utilizador	9	115	31
<b>48 - Informática</b>	<b>9</b>	<b>115</b>	<b>31</b>
721 - Medicina	81	1 890	538
723 - Enfermagem	51	881	949
725 – Tecnologias de Diagnóstico Terapêutico	14	685	17
726 – Terapia e Reabilitação	4	228	16
729 - Saúde - programas não classificados noutra área de formação	67	1 995	3 919
762-Trabalho Social e Orientação	1	12	70
<b>72-Saúde</b>	<b>218</b>	<b>5 691</b>	<b>5 509</b>
853-Serviços de Saúde Pública	2	23	2
861 - Proteção de Pessoas e Bens	38	715	81
862 – Higiene e Segurança no Trabalho	23	414	36
<b>86 - Serviços de Segurança</b>	<b>63</b>	<b>1 152</b>	<b>119</b>
<b>Total</b>	<b>326</b>	<b>8 117</b>	<b>5 996</b>



# 2024

## Relatório e Contas



Unidade Local de Saúde de Santa Maria, E.P.E



# 4 Atividades de Apoio

## 4.1 Serviço Social e Gabinete do Cidadão

O Serviço Social e Gabinete do Cidadão (SSGC) da ULSSM constitui uma unidade nuclear que integra os Serviços de Apoio Clínico e configura-se como elo de ligação e interlocutor privilegiado entre o utente, a família, a equipa terapêutica e a comunidade. Tendo como pilares fundamentais os princípios dos Direitos Humanos e da Justiça Social, procura a resolução de problemas concretos, a prevenção de disfunções e a promoção da mudança, numa perspetiva emancipatória de capacitação e *empowerment*. Contempla uma visão integral da realidade, através do estudo, diagnóstico e intervenção orientada para o utente, adequando as respostas existentes às necessidades numa perspetiva holística.

Integrado no Serviço Social (SS) está o Gabinete do Cidadão (GC) definindo-se com um Serviço que consagra o direito de petição, por via do qual todos os cidadãos têm a faculdade de apresentar, junto de quaisquer autoridades, petições, reclamações ou queixas para defesa dos seus direitos.

O GC tem as seguintes atribuições legais:

- (i) proceder à receção centralizada, registo e tratamento de todas as exposições (atividade core do GC);
- (ii) potenciar a análise e tratamento das reclamações, como indicador de monitorização das boas práticas assistenciais e de gestão;
- (iii) atendimento personalizado, humanizado, com foco na resolução de problemas e gestão de conflitos;
- (iv) reduzir a escrito as exposições orais, sempre que os cidadãos não o possam fazer;
- (v) informar os cidadãos dos seus direitos e deveres enquanto utilizadores dos serviços de saúde;
- (vi) verificar regularmente o grau de satisfação dos cidadãos;
- (vii) promover a divulgação do GC e da ULSSM na comunidade.

O GC da ULSSM, está sediado no Hospital de Santa Maria e é formado por 3 núcleos:

- Área de Cuidados de Saúde Hospitalares (ACSH) – dedicada aos Hospitais de Santa Maria e Pulido Valente, CDP Dr. Ribeiro Sanches e Centro de Atendimento Clínico
- Área de Cuidados de Saúde Primários (ACSP) – dedicada ao Agrupamento de Centros de Saúde de Lisboa Norte
- Área de Cuidados de Saúde Primários (ACSP) – dedicada ao Centro de Saúde de Mafra

#### 4.1.1 Atividade do Serviço Social

A atividade assistencial do SS-CSH, que abrange as grandes áreas funcionais de ação direta do Internamento, Ambulatório e Urgência, é seguidamente representada através de indicadores globais e setoriais.

##### 1. Atividade Assistencial Global

A análise global da atividade do SS-CSH ao longo de 2024 demonstra um crescimento de 6,1%, conforme se documenta no quadro seguinte.

Atividade Assistencial Global

Departamentos	Nº Doentes Atendidos			Δ % 23/22	Δ % 24/23
	2022	2023	2024		
Cirurgia	690	1 007	1.169	45,9	16,1
Coração e Vasos	1 351	1 483	1.637	9,8	10,4
Especialidades Cirúrgicas	2 174	2 608	3.069	20,0	17,7
Medicina	5 441	6 264	6.366	15,1	1,6
MCDT'S	210	281	148	33,8	-47,3
Neurociências e Saúde Mental	2 612	3 361	4.195	28,7	24,8
Obstetrícia, Ginecologia e Medicina da Reprodução	866	543	474	-37,3	-12,7
Oncologia	1 503	1 501	1.369	-0,1	-8,8
Pediatria	2 058	2 047	1.784	-0,5	-12,8
Tórax	915	1 274	1.279	39,2	0,4
Urgência e Medicina Intensiva	1 945	2 161	2.452	11,1	13,5
Unidade de Hospitalização Domiciliária	66	58	25	-12,1	-56,9
Colaboradores CHULN	5	9	6	80,0	-33,3
<b>TOTAL</b>	<b>19 836</b>	<b>22 597</b>	<b>23.973</b>	<b>13,9</b>	<b>6,1</b>

Fonte: Glintt – HS - Gestão de Informação do Serviço Social – ULSSM

## 2. Desempenho do Serviço Social no Planeamento da Alta Hospitalar

No âmbito do internamento hospitalar, um dos objetivos da intervenção do SS é coincidir a alta clínica com a alta social, pelo que o planeamento da alta hospitalar assume especial relevância e representa um momento crucial para o sucesso da continuação e tratamento da recuperação dos cidadãos. No entanto, por multifatores, nem sempre esse objetivo é concretizado. Após ter sido assinada a alta clínica, o acompanhamento para a resolução da alta hospitalar é delegada no SS que, não tendo recursos de apoio próprios, constitui-se como um mediador intra e inter institucional para resposta formal, de negociação e de orientação junto dos cuidadores/famílias/doentes.

Deste modo, importa caracterizar as situações que mais frequentemente condicionaram a alta hospitalar.

Em 2024 dos 10.712 episódios sociais ficaram protelados 334 doentes, com uma média de 27,4 dias de internamento inapropriado.

Dos 334 doentes que ficaram protelados:

- 6 transitaram de 2023;
- 83 foram integrados em cama de proximidade;
- Foram admitidos 12 doentes (10 internados e os restantes 2 em cama de proximidade) no âmbito da Portaria n.38-A/2023 de 2 de fevereiro, com uma média de 52,6 dias e um total de 632 dias.

**Número de Situações Atendidas e Número de Situações de Protelamento**

Departamentos	2023				2024			
	Doentes Atendidos	Doentes Protegidos	% Protegidos/Atendidos	Demora Média	Doentes Atendidos	Doentes Protegidos	% Protegidos/Atendidos	Demora Média
Cirurgia	447	15	3,4	22,3	607	9	1,5	19
Coração e Vasos	693	10	1,4	8,7	821	15	1,8	9
Especialidades Cirúrgicas	1.132	38	3,4	17	1.231	45	3,7	13
Medicina	3.537	162	4,6	39,8	3.509	195	5,6	35
Neurociências e Saúde Mental	557	26	4,7	61,4	575	10	1,7	79,5
Obstetrícia, Ginecologia e Medicina da Reprodução	331	7	2,1	13	263	5	1,9	10
Oncologia	103	1	1,0	216	70	-	-	-
Pediatria	914	9	1,0	14	701	14	2,0	8,8
Tórax	490	4	0,8	20,3	471	4	0,8	37,5
Hospitalização Domiciliária	58	-	-	-	12	-	-	-
SUC	2.161	28	1,3	9,6	2452	37	1,5	3,6
<b>TOTAL</b>	<b>10.423</b>	<b>300</b>	<b>2,8</b>	<b>-</b>	<b>10.712</b>	<b>334</b>	<b>3,1</b>	<b>-</b>

Fonte: Glintt – HS - Gestão de Informação do Serviço Social – ULSSM

### **3. Doentes integrados em camas de retaguarda**

Tendo em linha de conta a afluência de utentes ao nosso ULSSM e, consequentemente, a necessidade de garantir o bom funcionamento dos Serviços e a capacidade de resposta instalada, foi mantida a contratualização de camas de retaguarda com IPSS e Instituições privadas.

Em 2024 foram contratualizadas 71 camas de janeiro a março, aumentando 17 camas a partir de abril de 2024, o que totaliza, até dezembro, 88 camas protocoladas.

Ao longo de 2024, estiveram integrados em cama de retaguarda 392 doentes (tendo transitado 2 ainda de 2022 e 41 de 2023), o que corresponde a um aumento 11,4% face a 2023.

Destes 392 doentes, 271 correspondem a doentes referenciados à RNCCI (69%) e 121 a doentes que aguardavam resposta social - processos de maior acompanhado, pedidos de participação económica para pagamento de lar privado e/ou cuidador privado, regresso ao país de origem, etc. (31%).

O maior nº de doentes integrados em camas de retaguarda corresponde a doentes referenciados à RNCCI, sendo a tipologia de UMDR a que tem maior peso (70,8%).

O tempo médio resposta para admissão em unidades de tipologia de Média Duração e Reabilitação foi de 43 dias (dependendo dos prestadores escolhidos pelas famílias) e, mantém-se em constante rotatividade de doentes.

O tempo médio de resposta para admissão em unidades de tipologia de ULDM foi de 57 dias (também dependendo dos prestadores escolhidos).

Relativamente aos doentes que aguardam resposta social, consideramos ser uma realidade, cuja inexistência de uma política integrada de Saúde, de Segurança Social e de Justiça para responder às crescentes necessidades, não permite uma resposta célere e atempada às diferentes situações sociais-problema.

Acresce, ainda, a morosidade de resposta por parte da SCML, designadamente a pedidos de participação económica para integração em lar, que em 2024 teve um tempo médio de resposta de 90 dias, o que corresponde a um aumento de 11,1% face ao ano transato.

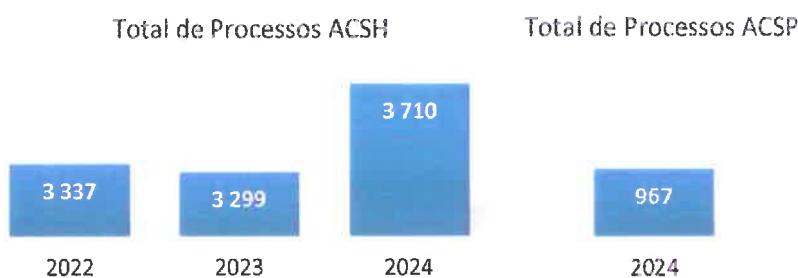
Relativamente às situações cuja entidade de âmbito social responsável é a Segurança Social, a resposta aos pedidos de integração em lar, teve uma média de 225 dias de espera.

## 4.1.2 Atividade do Gabinete do Cidadão

Este capítulo apresenta os indicadores mais relevantes do movimento global do Gabinete do Cidadão (GC) da ULSSM designadamente, o tratamento de exposições nas suas diversas tipologias – reclamações, louvores, pedidos e sugestões – e os atendimentos personalizados efetuados pelos assistentes sociais no GC.

### 1. Total de Processos

No ano de 2024 registaram-se no GC 4 677 processos. Na ACSH o volume de processos ascendeu a 3 710, em todas as suas tipologias, o que corresponde a um crescimento de 12,4% em relação a 2023. A ACSP registou um total de 967 processos, dos quais aproximadamente 80% correspondem a reclamações.



Fonte: Base de Dados do GC – ULSSM

### 2. Processos por Tipologia

#### 2.1. Área de Cuidados de Saúde Hospitalares (ACSH)

Da análise global dos processos da ACSH identificados na tabela infra, verificou-se um expressivo crescimento dos louvores (34,4%) e pedidos (12,5%). As reclamações aumentaram 4,6% as e sugestões diminuíram 9,5%.

Processos por Tipologia ACSH

Tipo de ocorrência	2022	2023	2024	Var % 24/23
Louvores	607	784	1 054	34,4%
Pedidos	309	344	387	12,5%
Reclamações	2 410	2 150	2 250	4,6%
Sugestões	11	21	19	-9,5%
<b>TOTAL</b>	<b>3 337</b>	<b>3 299</b>	<b>3 710</b>	<b>12,4%</b>

Fonte: Base de Dados do Gabinete do Cidadão ACSH - ULSSM

## 2.2. Área de Cuidados de Saúde Primários (ACSP)

Em 2024, os processos da ACSP resultaram predominantemente de reclamações:

Processos por Tipologia ACSP

Tipo de ocorrência	2022	2023	2024	Var % 24/23
Louvores	n.d	n.d	195	n.a
Reclamações	n.d	n.d	772	n.a
Sugestões	n.d	n.d	4	n.a
<b>TOTAL</b>	<b>n.d</b>	<b>n.d</b>	<b>967</b>	<b>n.a</b>

## 3. Reclamações por Temas

### 3.1. Área de Cuidados de Saúde Hospitalares (ACSH)

Em 2024 a temática mais mencionada nas reclamações da ACSH refere-se aos “Tempos de Espera” - com 21% das menções -, seguindo-se o “Acesso a Cuidados de Saúde” “Cuidados de Saúde e Segurança do Doente” com 17,3% e 16,3% das menções, respetivamente.

Reclamações por Temas ACSH

Temas	2022	2023	2024	Var % 24/23
Acesso a Cuidados de Saúde	425	371	425	14,5%
Cuidados de Saúde e Segurança do Doente	403	376	401	6,6%
Focalização no Utente	344	373	263	-29,5%
Instalações e Serviços Complementares	113	114	218	91,2%
Procedimentos Administrativos	287	359	326	-9,2%
Questões Financeiras	55	38	62	63,1%
Tempos de Espera	716	559	516	-7,7%
Outros Temas	242	233	251	7,7%
<b>Total de Menções</b>	<b>2 585</b>	<b>2 423</b>	<b>2 462</b>	<b>1,6%</b>

### 3.2. Área de Cuidados de Saúde Primários (ACSP)

Na Área dos Cuidados de Saúde Primários a temática mais mencionada nas reclamações refere-se ao “Acesso a Cuidados de Saúde” - com 33,3% das menções -, seguindo-se os “Cuidados de

“Saúde e Segurança do Doente” e os “Procedimentos Administrativos” com 22,5% e 17,4% das menções, respetivamente.

#### Reclamações por Temas ACSP

Temas	2022	2023	2024	Var % 24/23
Acesso a Cuidados de Saúde	n.d	n.d	313	n.a
Cuidados de Saúde e Segurança do Doente	n.d	n.d	212	n.a
Focalização no Utente	n.d	n.d	137	n.a
Instalações e Serviços Complementares	n.d	n.d	30	n.a
Procedimentos Administrativos	n.d	n.d	164	n.a
Questões Financeiras	n.d	n.d	4	n.a
Tempos de Espera	n.d	n.d	80	n.a
Outros Temas	n.d	n.d	1	n.a
<b>Total de Menções</b>	<b>n.d</b>	<b>n.d</b>	<b>941</b>	<b>n.a</b>

## 4.2 Serviço de Saúde Ocupacional

A missão do Serviço de Saúde Ocupacional (SSO) centra-se na proteção da saúde e segurança dos trabalhadores da ULSSM no que respeita, essencialmente, à prevenção dos riscos de natureza profissional (“problemas de saúde” ligados ao trabalho) e ainda à promoção da sua saúde no local de trabalho. Como política de Saúde, Segurança e Higiene do Trabalho pretende-se contribuir para a manutenção da saúde e da capacidade de trabalho dos trabalhadores da ULSSM, tendo em consideração o binómio trabalho/saúde.

Para tal, o SSO tem desenvolvido vários programas de gestão de riscos profissionais que visam a minimização dos riscos associados ao trabalho e ainda a promoção da saúde dos trabalhadores. Esses programas, incluem diversas ações que, globalmente, se enquadram em quatro grandes áreas de intervenção:

- A vigilância da saúde, orientada em função da exposição aos diferentes fatores de risco de natureza profissional e potenciais efeitos adversos na saúde, a avaliação da aptidão para o trabalho que visa a adaptação da atividade à situação concreta de saúde dos profissionais da ULSSM e a promoção da sua saúde no local de trabalho;
- A vigilância do ambiente de trabalho, através de ações de identificação e quantificação dos fatores de risco nos locais de trabalho, hierarquização do risco para a segurança e saúde dos trabalhadores e proposta de medidas preventivas e corretivas que visem a minimização dos riscos;
- A formação e informação sobre a prevenção de riscos de natureza profissional e sobre a promoção da saúde no local de trabalho;
- A investigação em saúde ocupacional e a formação pré e pós-graduada em Medicina do Trabalho, Segurança e Higiene do Trabalho, Enfermagem do Trabalho e noutras áreas afins da Saúde Ocupacional.

O Serviço de Saúde Ocupacional da ULSSM é considerado pelo Colégio da Ordem dos Médicos um Serviço idóneo com excelentes capacidades formativas, pelo que nos tem sido solicitado um esforço acrescido para a formação do maior número possível de internos da formação específica.

O Serviço de Saúde Ocupacional é certificado pela NP EN ISO 9001:2015 para a prestação de serviços internos de saúde, segurança e higiene do trabalho desde 2016.

Sintetizam-se os resultados da atividade desenvolvida em 2024 pelo Serviço de Saúde Ocupacional, por áreas predominantes de atividade:

- Saúde do Trabalho
- Segurança e Higiene do Trabalho
- Formação sobre prevenção de riscos profissionais e promoção da saúde
- Participações diversas do SSO
- Atividades de ensino e formação pré e pós-graduada em Saúde Ocupacional
- Atividades científicas e de investigação

#### Principais atividades do SSO relacionadas com a saúde do trabalho

INDICADORES DE ATIVIDADE	Realizado em 2024
Exames de admissão/Periódicos/Ocasionais de Medicina do Trabalho (consultas de Medicina do Trabalho presenciais) a trabalhadores da ULSSM com registo clínico na aplicação informática específica do SSO	9.248
Consultas de Medicina do Trabalho registadas administrativamente na Aplicação da Gestão Hospitalar (inclui consultas presenciais e ainda consultas sem a presença do utente)	9.272
Contactos médicos diretos com chefias (ou outros) para readaptação profissional	203
Relatórios clínicos solicitados ao SSO e respondidos no prazo legalmente estabelecido	105 (100%)
Entrevistas de enfermagem	3.227
N.º de indivíduos incluídos e acompanhados nos programas de promoção da saúde	48
Intervenções breves no âmbito da promoção da saúde e prevenção dos riscos profissionais	1.917
Atos de enfermagem (excluindo administração de vacinas)	2.436
Número total de vacinas que administrou a profissionais	5.831
Número de administrações da vacina contra a gripe sazonal da época em curso	2.500 (35,4%)
Número de administrações da vacina contra a COVID-19 da época em curso	1.664 (23,5%)
N.º de profissionais com investigação e registo de imunidade contra a hepatite B	5.286 (69,6%)
N.º de profissionais com investigação e registo de imunidade para o sarampo	5.391 (71,0%)
N.º de profissionais com investigação e registo de imunidade para a parotidite	5.125 (67,5%)
N.º de profissionais com investigação e registo de imunidade para a rubéola	5.095 (67,1%)
N.º de profissionais com investigação e registo de imunidade para a varicela	4.888 (64,4%)
Acompanhamento de situações com exposição não protegida de PS ao Mycobacterium tuberculosis	5 Situações envolvendo 39 profissionais
N.º Profissionais que efetuaram IGRA para diagnóstico de tuberculose latente	747
Avaliação de situações e acompanhamento dos profissionais com exposição não protegida a ag. biológicos (excluindo SARS-CoV-2 e Mycobacterium tuberculosis)	12 Situações envolvendo 178 profissionais
Avaliação de situações e acompanhamento dos profissionais com exposição não protegida /accidental a agentes de outras naturezas (química, física)	1 Situação envolvendo 34 profissionais
Percentagem de AT com risco biológico com acompanhamento clínico e concluídos até um ano	100%
Acompanhamento de profissionais no âmbito da violência contra profissionais no local de trabalho (notificações recebidas no SSO)	41

IGRA- Interferon Gama Release Assay; PS – Profissionais de saúde; SSO – Serviço de Saúde Ocupacional; Dados de 2024: obtidos a 20/12/2024

## Principais atividades do SSO relacionadas com a segurança e higiene do trabalho

INDICADORES DE ATIVIDADE	Realizado em 2024
Análise e caracterização de postos de trabalho, incluindo postos de trabalho das DP notificadas	33 postos de trabalho individuais caracterizados
Visitas aos Serviços/Setores com atualização das matrizes de avaliação de riscos (MAR), caracterização quantitativa/qualitativa dos fatores de risco e com pareceres técnicos	37 visitas, com elaboração de matrizes de avaliação de risco e pareceres técnicos
Elaboração das Matrizes de Avaliação de Risco e de pareceres técnicos relativos à Anatomia Patológica e Patologia Clínica (visitas realizadas no final de 2023)	Elaboradas 10 Matrizes de avaliação de riscos e 10 Pareceres Técnicos
Visitas aos locais de trabalho por solicitações específicas dos trabalhadores / Serviços ao SSO	12 visitas e 12 pareceres técnicos
Visitas aos locais de trabalho e elaboração de pareceres técnicos no contexto de Acidentes de Trabalho	161 Visitas no âmbito de avaliação de causas de acidentes de trabalho e 66 pareceres técnicos
Medidas preventivas e corretivas propostas ou monitorizadas	831
Entrevista ao acidentado para caracterização do acidente efetuadas pelo Técnico SHT	96,5% dos acidentes de trabalho
Relatório analítico dos AT notificados no ano anterior	Efetuado
Ligação com as chefias dos serviços (mail) com informação sobre o tipo e número de AT ocorridos no ano anterior	Efetuado e-mail informativo para serviços com 5 ou mais acidentes
Avaliações quantitativas/medições de fatores de risco nos locais de trabalho efetuadas pelo SSO com os respetivos pareceres técnicos	21 medições do formaldeído 46 avaliações do ruído
Avaliação qualitativa dos químicos com propriedades perigosas, incluindo cancerígenas, mutagénicas e tóxicas para a reprodução	Avaliação qualitativa da exposição a agentes químicos e elaboração de pareceres técnicos no Laboratório de Neuropatologia e na Anatomia Patológica
Monitorização da exposição a gases anestésicos de acordo com o programa específico	Monitorização da exposição profissional a gases anestésicos em 49 locais de trabalho, com elaboração de 18 relatórios técnicos
Monitorização, registo e gestão das dosimetrias individuais de acordo com as ações definidas no programa de proteção radiológica para profissionais	Monitorização da dose de radiação ionizante (dose efetiva) recebidas por 804 profissionais e da dose equivalente nas mãos de 7 profissionais

## Principais atividades do SSO relacionadas com a formação e informação dos trabalhadores da ULSSM no âmbito da Saúde, Segurança e Higiene do trabalho

INDICADORES DE ATIVIDADE	Realizado em 2024
Ações de formação presenciais dirigidas aos profissionais da ULSSM	24
Desenvolvimento de Ações de formação em formato e-learning dirigidas aos profissionais da ULSSM	2
Ações de formação dirigidas aos profissionais do SSO	21
Normas / recomendações em Saúde Ocupacional	5 Normas

## Outras atividades relacionadas com colaborações e participações do SSO

INDICADORES DE ATIVIDADE	Realizado em 2024
Processo de Gestão da Qualidade (PGQ) do SSO	Auditórias efetuadas e Certificação mantida
Colaboração com os Serviços da ULSSM no âmbito de PGQ / Centros de Referência	Apoio efetuado no âmbito da avaliação de riscos profissionais, exames Medicina do Trabalho, Formação, e monitorização de Acidentes de Trabalho <ul style="list-style-type: none"> <li>• Comissão de Controlo da Legionella</li> <li>• Comissão de Proteção Radiológica</li> <li>• Grupo de Trabalho da Vacinação</li> <li>• Grupo Operativo Institucional para a prevenção da violência contra profissionais de saúde</li> <li>• Ponto Focal Institucional para a Prevenção da Violência no Setor da Saúde</li> </ul>
Participação em Comissões e Grupos de Trabalho da ULSSM	
Requisitos/formalidades legais ou normativas e respostas a Entidades Inspetivas	Autoridade para as Condições de Trabalho: Relatório atividades SSHT 2024; Gabinete de Segurança do Ministério da Saúde: Inquérito sobre implementação do PAPVSS na ULSSM <ul style="list-style-type: none"> <li>• ARSLVT: Programa de Vacinação</li> <li>• SPMT: Integração da Assembleia -Geral e Comissão de Trabalho</li> <li>• DGS: Programa Nacional de Saúde Ocupacional;</li> <li>• Ponto Focal Institucional do PAPVSS</li> <li>• Ordem dos Médicos: Colégio da Especialidade Medicina do Trabalho</li> </ul>
Colaboração com Entidades externas	

## Atividades de ensino e formação pré e pós-graduada em Saúde Ocupacional

INDICADORES DE ATIVIDADE	Realizado em 2024
Formação pré-graduada	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Orientação de um estágio de técnico de Segurança e Higiene do Trabalho</li> <li>• Regência e docência: disciplina opcional de Saúde Ocupacional para alunos do Mestrado Integrado em Medicina da FMUL</li> <li>• Participação na docência: Disciplina “Qualidade e Segurança em saúde”, para alunos do Mestrado Integrado em Medicina da FMUL</li> <li>• Estágios de Medicina do Trabalho de sete Internos da Formação Específica</li> <li>• Estágios de Pós-Graduação em Enfermagem dos Trabalho: Dois</li> <li>• Ensino no Curso de Medicina do Trabalho e Mestrado em Saúde Ocupacional- ENSP/UNL</li> <li>• Coorientação (três) e tutorização (um) de Doutoramentos na área da Saúde Ocupacional</li> <li>• Integração em seis Júris: <ul style="list-style-type: none"> <li>- Concursos de Avaliação final do Internato de Medicina do Trabalho</li> <li>- Concurso de Assistentes Hospitalares de Medicina do Trabalho</li> <li>- Concurso de Assistentes Hospitalares de Medicina Física e Reabilitação</li> </ul> </li> </ul>
Formação pós-graduada	
Concursos de Medicina do Trabalho: Júris	

## Atividades científicas e de investigação

INDICADORES DE ATIVIDADE	Realizado em 2024
Atividade científica: Conferências em Reuniões Científicas Nacionais e Internacionais	6 conferências efetuadas
Atividade científica: apresentação de trabalhos originais	11 trabalhos originais apresentados em reuniões científicas
Atividade científica: publicações de artigos (livros, revistas científicas, <i>proceedings</i> )	6 publicações
Atividade científica: participação em projetos de investigação	3 participações  3 prémios: Melhor e-poster no III Seminário de Medicina do Trabalho; Menção honrosa pelo proceeding paper no International Symposium on Occupational Safety and Hygiene 2024; Menção Honrosa no prémio de Medicina do Trabalho da Academia Nacional de Medicina de Portugal Presidente da Comissão Organizadora do 18º Fórum Nacional de Medicina do Trabalho, Membro da comissão Organizadora das 5ªs Jornadas do Internato Médico da ULS Santa Maria e Presidente e membro da Comissão Científica de dois Congressos Internacionais e um Nacional
Prémios científicos	
Comissões Científicas de Congressos	

## 4.3 Serviço de Gestão Técnico-Farmacêutica

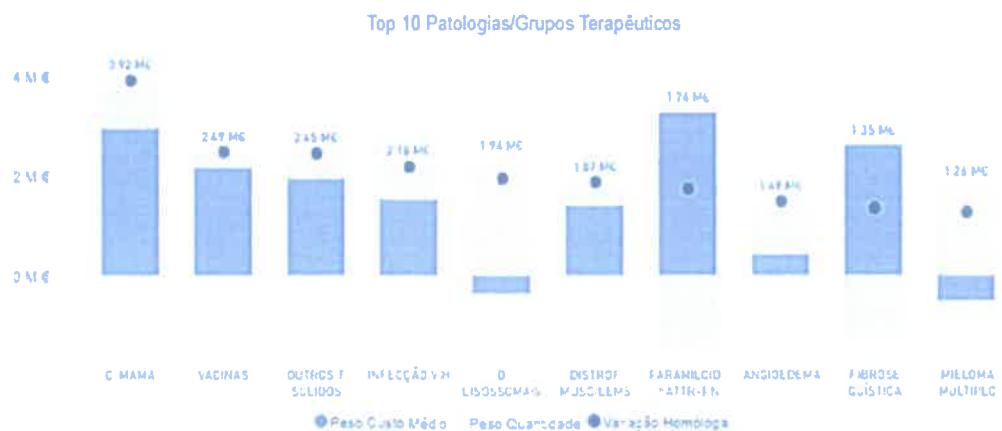
Os Serviços Farmacêuticos são certificados pela Norma NP EN ISO 9001:2015, sendo sua missão o apoio na prestação dos melhores cuidados de saúde, com elevados níveis de competência, excelência e rigor, participando ativamente na formação pré e pós-graduada e na investigação, respeitando sempre o princípio da humanização e promovendo o orgulho e sentimento de pertença de todos os profissionais.

O Serviço de Gestão Técnico-Farmacêutica (SGTF) do CHULN desempenha todas as funções básicas da Farmácia Hospitalar e ainda várias atividades diferenciadas, cuja importância e imprescindibilidade se evidencia tendo em consideração a rápida evolução no campo farmacoterapêutico e a complexidade de problemas (efeitos adversos, interações medicamentosas) colocados por muitas das novas abordagens terapêuticas.

Compete-lhe, portanto, atuar como estrutura de suporte da atividade assistencial, adicionando mais-valias ao processo, tanto de forma direta como indireta e sendo corresponsável com os resultados obtidos na saúde dos utentes e na sustentabilidade do modelo assistencial.

### Monitorização da Terapêutica Farmacológica

A distribuição do consumo de medicamentos pelas principais patologias foi a seguinte:

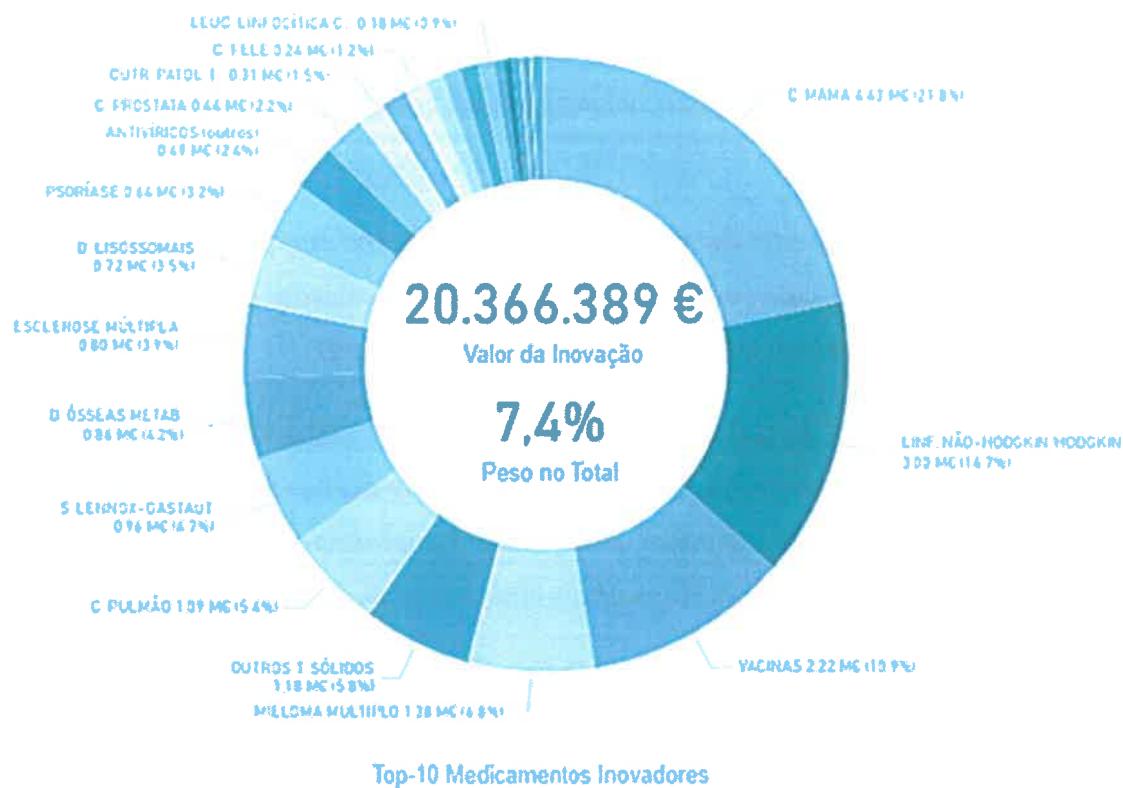


### Medicamentos Inovadores

O consumo acumulado até dezembro em medicamentos inovadores por grupo terapêutico (consideram-se medicamentos inovadores as DCI surgidas no presente ano ou nos dois

anteriores), representam já 7,4% do consumo total, sendo o carcinoma da mama a que tem maior fatia (21,8%).

#### Consumo em Medicamentos Inovadores por Grupo Terapêutico



## **4.4 Instalações e Equipamentos**

O Serviço de Instalações e Equipamentos exerce a sua atividade no âmbito da engenharia clínica e hospitalar, desenvolvendo ações de manutenção das instalações e equipamentos hospitalares, segurança das instalações e equipamentos, exploração das redes e centrais técnicas, bem como a conceção de projeto de remodelações e beneficiações.

A reabilitação hospitalar é um processo fundamental para garantir a qualidade dos serviços de saúde prestados à população.

A modernização das infraestruturas hospitalares é essencial para acompanhar a evolução dos materiais e tecnologias no setor da saúde, proporcionando um ambiente mais seguro, eficiente e confortável para doentes e profissionais de saúde, nomeadamente:

- (i) Modernização das infraestruturas, proporcionando um ambiente mais adequado e funcional para a prestação de cuidados de saúde. Com a atualização dos equipamentos e das instalações, é possível oferecer um atendimento mais eficaz e seguro para os doentes, contribuindo para a melhoria da qualidade dos serviços de saúde prestados;
- (ii) Modernização das infraestruturas hospitalares através da reabilitação do edificado permite otimizar os processos de trabalho e tornar as operações mais eficientes. Com a incorporação de tecnologias avançadas, é possível melhorar a gestão dos recursos e reduzir os custos operacionais, garantindo uma utilização mais eficiente dos recursos disponíveis e aumentando a produtividade da instituição;
- (iii) Criação de ambientes mais acolhedores e seguros para os doentes, promovendo o seu conforto e bem-estar durante o período de internamento. Com a modernização das instalações, é possível melhorar a iluminação, ventilação e isolamento acústico dos espaços, proporcionando condições mais favoráveis para a recuperação dos doentes e contribuindo para a humanização dos cuidados de saúde;
- (iv) Introdução de novos materiais e tecnologias nos espaços de saúde, acompanhando as últimas tendências e inovações no setor da saúde. Com a renovação dos equipamentos e a modernização das instalações, é possível garantir a segurança, eficácia e qualidade dos cuidados de saúde prestados, assegurando a competitividade e a sustentabilidade da instituição.

A ULSSM continuou a implementação da área dos equipamentos médicos dos seguintes projetos que vieram contribuir para a sustentabilidade da Instituição:

- Conclusão da instalação de um Acelerador Linear para o Serviço de Radioterapia. Este investimento visa complementar a capacidade de resposta assistencial aos doentes oncológicos da ULSSM, bem como a doentes provenientes de outras instituições do SNS;
- Manutenção da obra de remodelação da Unidade de Transplante de Medula Óssea que irá permitir aumentar a dotação a nível do internamento do Serviço de Hematologia e Transplantação de Medula, aumentar a capacidade de resposta na área de transplantação e potenciar uma gestão mais eficiente e flexível dos recursos disponíveis;
- Remodelação da Consulta de Psiquiatria e Neurologia que irá permitir melhorar a qualidade dos cuidados prestados aos doentes de Neurologia e aos doentes de psiquiatria, através da reabilitação do espaço;
- Expansão do sistema pneumático de transporte de amostras, que irá possibilitar que todos os serviços possam enviar amostras para a Patologia Clínica como receber medicamentos da Farmácia, otimizando recursos humanos e eficiência no processo de entregas;
- Aquisição do primeiro robot cirúrgico, introduzindo assim na ULSSM equipamento de tecnologia avançada para modernização tecnológica e implementação de novas técnicas cirúrgicas. Este investimento veio reforçar a atuação da ULSSM na medicina de inovação e especializada, com procedimentos cirúrgicos de maior precisão, mais eficazes e com mais segurança para o doente;
- Foi equipada na sua totalidade a nova Urgência de Obstetrícia e Maternidade da ULSSM, com equipamento médico de ponta e maior capacidade de resposta e segurança às parturientes e recém-nascidos;
- Foi equipada a Unidade de Transplante de Medula Óssea potenciando a capacidade de resposta da ULSSM, com equipamento médico diferenciado e especializado;
- Foi instalado o novo equipamento de angiografia na Unidade de Técnicas de Gasterenterologia reforçando a capacidade da ULSSM para implementar as novas técnicas de radiologia de intervenção, com diagnósticos e tratamentos de maior precisão, mediante níveis de radiação ionizante muito inferiores aos anteriormente praticados.

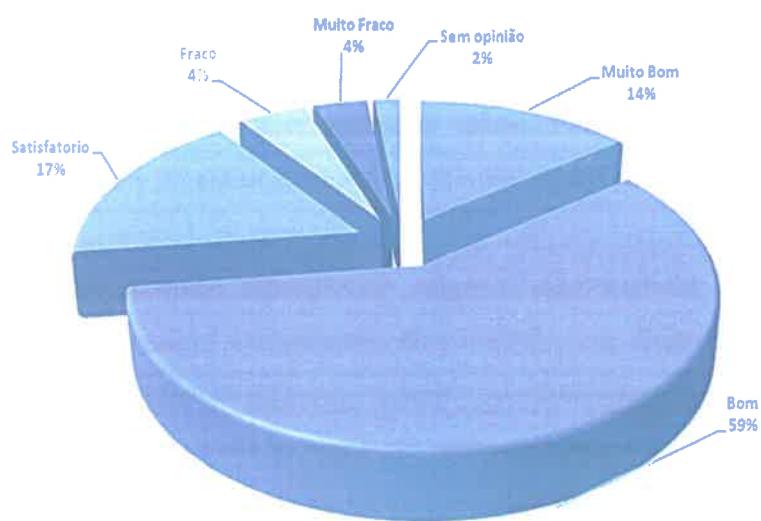
## 4.5 Serviço de Logística e Stocks

O ano de 2024 foi marcado pela criação da nova ULSSM, uma reestruturação interna, redução de equipa e um aumento significativo na nossa atividade.

O Serviço de Logística e Stocks (SLS) continua a trilhar o caminho de racionalização de custos, reforçando o compromisso com a eficiência operacional e a melhoria contínua do nível de serviço.

### 4.5.1 Inquérito de Satisfação 2023

O inquérito de satisfação anual do SLS é uma ferramenta essencial para a recolha e análise da informação sendo os resultados de 2024 os seguintes:



Os dados acima apresentados refletem a valorização prestada pelos Clientes Internos relativamente ao desempenho do SLS durante o ano de 2024 e onde a larga maioria dos inquiridos (73%) considerou que a prestação se situou entre os níveis de Bom ou Muito Bom. Esse resultado reflete, em grande parte, a integração das 37 unidades funcionais dos Cuidados de Saúde Primários (CSP), sem o tempo e recursos estratégicos necessários para a implementação eficaz dos serviços prestados pela Logística e stocks.

Adicionalmente, regista-se uma subida de 5% na melhoria da prestação do serviço, face ao ano de 2023, sendo uma tendência constante desde o ano de 2022.

## **4.5.2 Sistema de Gestão da Qualidade**

O Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ) do SLS, em seu 14º ano, destaca-se por uma maior integração com as demais áreas do Serviço, promovendo sinergias e uma abordagem holística aos desafios. A Qualidade é um pilar transversal, contribuindo proativamente para a melhoria contínua e excelência do serviço.

O serviço é auditado anualmente, através de uma Auditoria Interna e uma Auditoria Externa, nas quais foram identificadas tanto ações corretivas quanto oportunidades de melhoria.

O SGQ permanece como um instrumento essencial para medir e monitorar o desempenho, identificando melhorias, antecipando problemas e implementando ações preventivas. Em constante evolução, adapta-se às necessidades do Serviço e da ULSSM, promovendo uma cultura de melhoria contínua, essencial para garantir a satisfação das partes interessadas e a qualidade dos serviços prestados.

## **4.6 Unidade Gestão Hoteleira**

A Unidade de Gestão Hoteleira (UGH) empenhou-se ativamente em cumprir a missão que lhe está incumbida, debruçando-se em proporcionar aos Utentes da ULSSM a melhor conjuntura hoteleira, numa preocupação constante pela rentabilização dos recursos disponíveis em regime de *outsourcing*, e assegurando o normal decorrer das prestações de serviços contratualizadas pela ULSSM durante o ano 2024, através do planeamento, organização, direção e controlo das atividades nas seguintes áreas hoteleiras:

- Prestação de serviços de alimentação a doentes e colaboradores;
- Prestação de lavagem e tratamento de roupa hospitalar;
- Prestação de serviços de recolha e tratamento de resíduos hospitalares;
- Prestação de serviços de higiene e limpeza;
- Prestação de serviços manutenção de zonas verdes;
- Prestação de serviços de desinfestação;
- Prestação de serviços de distribuição de ceias aos colaboradores.

Em 2024, também competiu à UGH assegurar o planeamento, organização e controlo das seguintes atividades de apoio às áreas hoteleiras:

- Gestão do Alojamento Médico;
- Gestão das Rouparias;
- Gestão do Setor Costura;
- Gestão de aquisição e distribuição de fardamento a Colaboradores da ULSSM.

Em 2024, fez parte da missão da UGH continuar a desenvolver esforços na manutenção do projeto de “biodescontaminação” junto dos serviços clínicos e não clínicos que visou maximizar não só a segurança dos colaboradores e utentes em ambas as unidades hospitalares do HSM e do HPV, como também proporcionar aos colaboradores as condições adequadas para o desenvolvimento da atividade clínica e não clínica nos Serviços da ULSSM.

## 4.6.1 Indicadores de Produção

Apresentam-se infra os indicadores de produção tendo por base as quantidades reais apuradas nas diversas áreas hoteleiras e a respetiva lotação praticada no HSM e HPV em 2024:

Área hoteleira	Indicadores	2024	
		Ano	Mês
Prestação de serviços de alimentação a doentes e colaboradores	Nº de refeições servidas a doentes nas unidades hospitalares da ULSSM	Mês	158 503
		Dia	5 211
		Cama	1 996
		Ano	513 551
Prestação de serviços de higiene e limpeza e desinfeção	Nº de horas de limpeza executadas nas unidades hospitalares da ULSSM	Mês	42 796
		Dia	1 407
		Cama	539
		Ano	1 410 132
Prestação de lavagem e tratamento de roupa hospitalar	Kgs de Roupa limpa distribuída aos serviços das unidades hospitalares da ULSSM	Mês	117 511
		Dia	3 863
		Cama	1 480
		Ano	2 894 256
Prestação de serviços de recolha e tratamento de resíduos hospitalares	Kg de Resíduos produzidos pelos serviços nas unidades hospitalares da ULSSM	Mês	241 188
		Dia	7 929
		Cama	3 037
		Ano	13 808
Prestação de serviços manutenção de zonas verdes	Nº de horas de jardinagem executadas nas unidades hospitalares da ULSSM	Mês	1 151
		Dia	38
		Ano	24 insp.
Prestação de serviços de desinfestação	Nº de intervenções executadas no CHULN	Ano	12 prog.
Prestação de serviços de fornecimento, abastecimento e distribuição de ceias aos colaboradores	Nº de ceias fornecidas a colaboradores nas unidades hospitalares da ULSSM	Mês	189 319
		Dia	15 777
		Ano	519

## 4.6.2 Projetos

### “Biodescontaminação de Ar e Superfícies”

No sentido de prevenir, conter, mitigar as infeções hospitalares, a UGH desenvolveu esforços no ano 2024, para assegurar a execução do projeto “Biodescontaminação de ar e superfícies” nas unidades hospitalares da ULSSM, iniciado em 2020.

No ano 2024, o modelo de biodescontaminação adotado foi um modelo assente em ações de bioescontaminação de caráter curativo, a determinar diariamente pelo Grupo de Coordenação Local do Programa de Prevenção e Controlo de Infeções e de Resistência aos Antimicrobianos (GCLPPCIRA), com execução pela equipa interna da UGH por recurso a aquisição de consumíveis (agente desinfetante H<sub>2</sub>O<sub>2</sub>) e demais bens necessários (indicadores químicos) à biodescontaminação de ar/superfícies, com disponibilização de dois equipamentos (em regime de contra-consumo), portáteis e facilmente transportáveis para desinfeção de ar e superfícies por nebulização seca e adequado à utilização de uma concentração baixa de Peróxido de Hidrogénio (H<sub>2</sub>O<sub>2</sub>) e Iões de Prata (Ag).

Durante o ano de 2024 foram realizadas um total de 81 ações de biodescontaminação nas unidades hospitalares da ULSSM.

Nº de pedidos de biodescontaminação Executados em 2024

Meses	HSM	HPV	ULSSM
Janeiro	7		7
Fevereiro	3	1	4
Março	6		6
Abril	3		3
Maio	7		7
Junho	7	1	8
Julho	4		4
Agosto	11	1	12
Setembro	9		9
Outubro	10		10
Novembro	4		4
Dezembro	7		7
<b>TOTAL</b>	<b>78</b>	<b>3</b>	<b>81</b>

A biodescontaminação configurou-se assim como uma solução de extrema importância para a garantia da segurança Profissionais e Utentes das unidades hospitalares da ULSSM no ano 2024,

solução essa que foi previamente estudada e validada pelo GCLPPCIRA, no que diz respeito à sua utilidade enquanto tecnologia de desinfecção ambiental por métodos “non touch” (biodescontaminação), e enquanto complemento importante às descontaminações terminais asseguradas pela brigada de limpeza, as quais se recomenda (em conformidade com documentação científica) serem seguidas de uma nebulização/dispersão de peróxido de hidrogénio no ar e superfícies.

Efetivamente, a eficácia dos métodos de descontaminação manuais executados pelas brigadas de limpeza não podem por si só ser considerados 100% seguros, pois assenta sobretudo no fator humano (os técnicos de limpeza também estão sujeitos à cadeias de transmissão) com eventual possibilidade de erro humano no decorrer da execução das desinfecções dando origem a possíveis surtos entre Utentes e Colaboradores de diferentes categorias profissionais que laboram nos Serviços (Médicos, Enfermeiros, Assistentes Operacionais, etc.).

Acresce ainda que se trata de um projeto sustentável a nível ambiental, uma vez que o agente desinfetante é biodegradável a 99,9%, não tóxico e não corrosivo.

## 4.7. Serviço de Sistemas de Informação

O Serviço de Sistemas de Informação (SSI), com a criação da ULSSM, viu-se confrontado com a necessidade da integração dos Centros de Saúde de Lisboa Norte e Mafra.

Tal implicou para o SSI, um esforço para a integração de redes, utilizadores, sistemas de comunicação e informação e redes informáticas num único ambiente partilhado por toda a ULS.

Em 2024, no âmbito do SSI foi dada continuidade à consolidação do sistema e processos de resposta e resolução de pedidos de serviço, incidentes e alterações, tornando os processos mais ágeis e eficientes.

Foi também dada continuidade ao redesenho dos processos de relacionamento com os fornecedores a nível de ocorrências, *report* da sua atividade, controlo dos níveis de serviço e penalizações, concretizado na implementação de regras de disponibilização de manuais técnicos, de interfaces e de funcionamento por parte dos fornecedores das aplicações.

Das principais realizações a nível das Soluções Clínicas, destacam-se pela sua dimensão e impacto a implementação do sistema **FLASHKNiFE** que oferece uma taxa de dose de radioterapia muito mais elevada, permitindo que o doente seja tratado em apenas uma sessão e em alguns milissegundos.

Foi implementado ainda o projeto **INNOBICS-SAHS** que permitiu ao Serviço de Pneumologia da Unidade Local de Saúde de Santa Maria integrar um projeto europeu inovador para aumentar o acesso a cuidados de saúde de doentes com apneia do sono.

Foram ainda criadas todas as condições para que projetos estruturantes ao nível do SNS decorressem dentro das datas definidas pela tutela, tais como:

- Abertura do **Centro de Atendimento Clínico de Sete Rios (CAC)**, que aliviou a urgência do Hospital Santa Maria; Projeto “**Ligue Antes, Salve Vidas**” (**LASV**), uma iniciativa que visa reduzir a sobrecarga nas urgências hospitalares;
- Abertura da **nova Maternidade Luís Mendes da Graça**, equipada com tecnologia de última geração.

Ao nível das Soluções Clínicas, ocorreram diversas implementações, destacando-se:

- Upgrade Intellispace - Imagiologia;
- Upgrade Infortucano – Cardiologia, Neurologia e Cirurgia Vascular

- Upgrade Virtualcare – Urgência Obstétrica e Ginecologia
- Desmaterialização/Digitalização de processos nos RH
- Upgrade Elekta – Brachyterapia
- Implementação Catalyst – Novo Acelerador na Radioterapia
- Expansão de interfaces dos termos de responsabilidade com entidades externas
- Implementação do Rennalsoft – Nefrologia

Também na área dos indicadores de gestão foram disponibilizados um conjunto alargado de indicadores, com a disponibilização de uma nova plataforma, o SINAI-BI. Isso permitiu dotar a ULSSM de indicadores em áreas críticas, como é o caso das urgências.

Por último, lembrar a continua monitorização efetuada pelo SSI para permitir que a ULSSM disponha de barreiras a ciberataques cada vez mais frequentes na atualidade. Tal é devido a dispormos de ferramentas que permitem uma defesa eficaz do perímetro informático da ULSSM.

## 4.8. Gabinete de Comunicação e Relações Públicas

O Gabinete de Comunicação e Relações Públicas (GCRP) da Unidade Local de Saúde de Santa Maria assume a missão de desenvolver e implementar estratégias de comunicação para promover a imagem, reputação e objetivos da instituição junto dos seus públicos-alvo, internos e externos.

No relacionamento com os seus principais stakeholders, o GCRP é responsável por garantir uma comunicação eficaz dentro da ULSSM, criando pontos de ligação entre todas as classes profissionais e unidades funcionais, num universo alargado de perto de 8 mil profissionais que integram os Cuidados de Saúde Hospitalares e os Cuidados de Saúde Primários da instituição. Garante ainda a ligação aos Órgãos de Comunicação Social, com o objetivo de divulgar ao grande público informações relevantes sobre a ULSSM, e gere os canais institucionais de informação a utentes e colaboradores.

### Estratégia de comunicação

No ano de 2024, o GCRP da ULS Santa Maria desenvolveu uma estratégia de comunicação assente em três grandes pilares:

- Comunicação Externa e Literacia;
- Eventos e Comunicação Interna, com a reativação da newsletter para profissionais;
- Novos formatos digitais e Inovação.

A aposta no alargamento do leque de oferta nas redes sociais da ULSSM permitiu criar uma sólida e privilegiada base de divulgação no ecossistema digital das Unidades Locais de Saúde.

**Número de seguidores nas duas redes sociais mais representativas  
no grupo dos maiores hospitais 2024**

ULS	Facebook	Linkedin
Santa Maria	40 000	22 000
São João	9 000	57 000
São José	6 000	15 000
Coimbra	25 000	6 000
Santo António	3 000	11 000
Lisboa Ocidental	-	5 000

Com 40 mil seguidores, a ULS Santa Maria é com larga vantagem a instituição do seu grupo com mais expressão no Facebook, rede ainda com grande implantação junto de colaboradores e utentes. As suas publicações chegaram a mais de meio milhão de utilizadores em 2024.

No Linkedin, plataforma estratégica em termos de impacto em stakeholders e no capital humano diferenciado e onde tem 22 mil seguidores, a ULSSM liderou em 2024 nos principais indicadores de atividade – engajamento das suas publicações e alargamento da sua comunidade, com crescimentos nesta área em específico que ultrapassam os 5 mil novos seguidores anuais.

**Resultados de engagement no Linkedin em 2024 no grupo dos maiores hospitais**  
(dados retirados em 12 de dezembro de 2024)

**Total de métricas de engajamento** 

Último(s) 365 dias

Rank	Profile	Hospital	Engagement Score
1	 <a href="#">Sua Page</a>	ULS Santa Maria	43.788
2	 <a href="#">Centro Hospitalar Universitário de São João</a>	Centro Hospitalar Universitário de São João	36.993
3	 <a href="#">Unidade Local de Saúde São José</a>	Unidade Local de Saúde São José	25.044
4	 <a href="#">Sua Page</a>	ULS de Coimbra	21.733
5	 <a href="#">Sua Page</a>	ULS Lisboa Ocidental	16.135
6	 <a href="#">Centro Hospitalar Universitário de Santo António</a>	Centro Hospitalar Universitário de Santo António	13.958

Pela sua relevância social e capital emocional junto da população, a que se alia uma elevada diferenciação das suas equipas e reconhecimento setorial dos seus especialistas; e partindo de uma ampla base de canais institucionais, a que se somam os sítios na inter e intranet, a app My

Santa Maria, as páginas de Instagram, com cerca de 5 mil seguidores, na rede X e no YouTube, a ULSSM desenvolveu condições estruturais para se constituir como um polo importante de literacia e comunicação de Saúde.

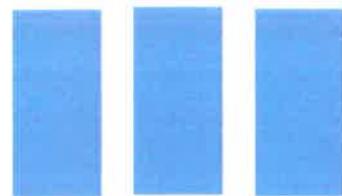
Uma estratégia que recorreu a novos formatos não apenas escritos, mas também audiovisuais, com a aposta de produção de vídeos e apoio à realização e divulgação de podcasts setoriais, de que são exemplos as áreas da Oncologia, com o Zoom IN Cancro, e do Núcleo de Enfermagem de Reabilitação.

# 2024

## Relatório e Contas



Local de Saúde de Santa Maria, E.P.E.



## 5. Recursos Humanos

### 5.1. Gestão de efetivos

Os Recursos Humanos constituem uma parte essencial da organização e são fundamentais para o sucesso da mesma.

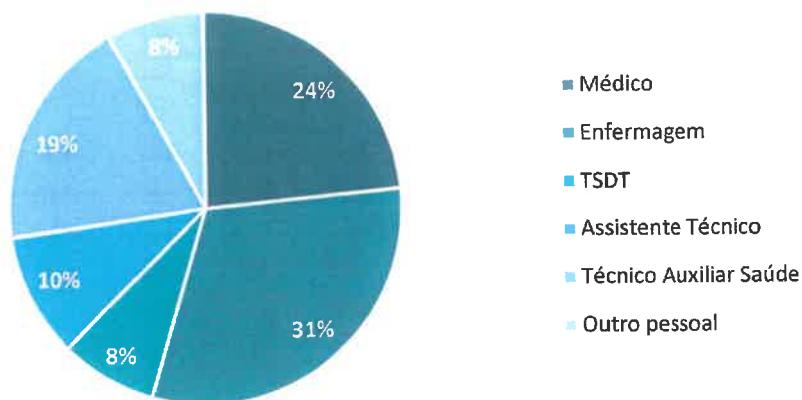
Em relação ao mês homólogo de 2023, há um acréscimo de 13,8% do número de efetivos que resulta da fusão por integração dos Cuidados de Saúde Primários no CHULN:

Grupo Profissional	dez/22			dez/23			dez/24			Var. 2024/23		
	N.º	ETC 35H	ETC 40H	N.º	ETC 35H	ETC 40H	N.º	ETC 35H	ETC 40H	N.º	ETC 35H	ETC 40H
Dirigente	52	55	49	52	54	47	52	55	48	1,6	1,6	1,6
Médico - Total	1 467	1 608	1 407	1 483	1 623	1 420	1 767	1 919	1 679	19,2	18,2	18,2
Especialistas	875	932	815	907	965	844	1 083	1 138	996	19,4	18,0	18,0
Internos	491	561	491	471	538	471	558	638	558	18,5	18,5	18,5
IAC	93	106	93	99	113	99	118	135	118	19,2	19,2	19,2
Internos	584	667	584	570	651	570	676	773	676	18,6	18,6	18,6
Outros	8	9	8	6	7	6	8	8	7	33,3	21,3	21,3
Enfermagem	2 047	2 043	1 788	2 076	2 068	1 810	2 339	2 332	2 040	12,7	12,7	12,7
Farmacêutico	47	47	41	53	53	46	59	59	52	11,3	11,3	11,3
Téc. Superior Saúde	25	25	22	25	25	22	44	43	38	76,0	69,7	69,7
TSDT	528	526	460	521	520	455	593	591	517	13,8	13,7	13,7
Outro Pes.Téc.Superior	184	189	166	186	189	166	226	227	198	21,5	19,7	19,7
Informática	23	25	22	24	26	23	28	29	25	16,7	11,7	11,7
Docente	13	13	11	12	12	10	12	12	10			
Assistente Técnico	616	627	549	624	624	546	770	770	674	23,4	23,4	23,4
Técnico Auxiliar de Saúde							1 447	1 447	1 266			
Assistente Operacional	1 555	1 557	1 363	1 543	1 544	1 351	173	174	152	-88,8	-88,8	-88,8
Outro Pessoal	4	4	4	3	3	3	4	4	4	33,3	31,8	31,8
Total	6 561	6 720	5 880	6 602	6 743	5 900	7 514	7 659	6 702	13,8	13,6	13,6

## 5.2. Caracterização dos recursos humanos

No gráfico seguinte pode-se verificar a distribuição da estrutura de recursos humanos por grupos profissionais

Peso relativo dos grupos profissionais



Apresentam-se de seguida os principais indicadores de Recursos Humanos:

Tipo de indicadores	Indicadores	dez/22	dez/23	dez/24
Estrutura Profissional e Orgânica dos Efetivos	Taxa de Tecnicidade (2)	1,99	2,02	5,35
	Percentagem de Efetivos Inseridos em Corpos Especiais (3)	62,70	62,98	63,91
	Percentagem de Médicos em Formação (Internos)	39,81	38,44	38,26
	Nº de Enfermeiros por Médico	1,40	1,40	1,32
	Percentagem de Pessoal em Serviços Prestadores de Cuidados	88,60	89,03	89,77
Nacionalidade	Percentagem de Efetivos Estrangeiros	4,10	4,26	4,87
	Percentagem de Efetivos com Nacionalidade espanhola	0,56	0,53	0,50
	Percentagem de Efetivos com Nacionalidade brasileira	1,22	1,20	1,29
Carga Horária	Percentagem de Efetivos (Total) com 40 horas	20,06	18,75	18,24
	Percentagem de Médicos (Não Internos) com 42 horas	16,15	13,80	7,58
	Percentagem de Médicos (Não Internos) com 40 horas	60,44	62,98	36,27

(2) - Relação entre o número de efetivos com funções técnicas e o restante pessoal

(3) - Médicos, Enfermeiros, Farmacêutico, TSS e TSDT

### 5.3. Estrutura etária e género

Os indicadores relativos à estrutura etária não traduzem significativas alterações em relação aos anos anteriores. A idade média por grupo profissional foi a seguinte:

Grupo Profissional	dez/22	dez/23	dez/24		
	CHULN	CHULN	CSH	CSP	ULSSM
Dirigente	53,6	53,6	54,4		54,4
Médico	41,2	41,1	40,7	42,8	41,0
Enfermagem	38,4	38,5	38,2	50,3	39,2
Farmacêutico	45,6	43,1	43,1		43,1
Téc. Superior Saúde	50,5	51,6	51,1	51,2	51,1
TSDT	43,5	43,9	43,7	49,0	44,0
Outro Pes.Téc.Superior	44,1	44,1	42,8	48,1	43,1
Informática	48,7	50,2	50,9	58,0	51,4
Docente	51,8	51,7	52,7		52,7
Assistente Técnico	47,9	48,3	48,5	50,6	48,8
Técnico Auxiliar de Saúde			46,9		46,9
Assistente Operacional	47,3	47,7	52,5	56,5	52,8
Outro Pessoal	55,3	52,0	54,0		54,0
Total	42,9	43,0	42,8	47,6	43,2

A taxa de emprego feminino mantém-se elevada, como consequência da predominância das mulheres nos dois grupos profissionais mais representativos (enfermeiros e assistentes operacionais) e reflete, também, a constante evolução dos médicos no mesmo sentido (em 31/12/2024, cerca de 65% eram mulheres). Recordemos que esta taxa, em 31/12/2022, era de 63%. Os Cuidados de Saúde Primários (CSP) agravam a taxa de emprego feminino da ULSSM.

Grupo Profissional	dez/22	dez/23	dez/24		
	CHULN	CHULN	CSH	CSP	ULSSM
Dirigente	65,4	65,4	65,4		65,4
Médico	63,0	63,6	62,7	75,0	64,5
Enfermagem	85,5	85,5	85,9	90,7	86,3
Farmacêutico	87,2	86,8	84,7		84,7
Téc. Superior Saúde	72,0	72,0	75,9	100,0	84,1
TSDT	82,0	82,0	81,9	92,9	82,5
Outro Pes.Téc.Superior	82,1	84,9	84,6	91,7	85,0
Informática	26,1	25,0	23,1	50,0	25,0
Educador Infância	100,0	100,0	100,0		100,0
Assistente Técnico	80,5	81,3	81,1	84,5	81,7
Técnico Auxiliar de Saúde			80,3		80,3
Assistente Operacional	75,8	75,8	43,4	85,7	46,8
Outro Pessoal					
Total	76,9	77,2	77,3	83,6	77,9

# 2024

## Relatório e Contas



Hospital de Saúde de Santa Maria, E.P.E





## 6 Investimentos

### 6.1 Execução do programa de investimentos

O ano de 2024, foi caracterizado pela concretização do plano de investimentos sucessivamente adiado pelas circunstâncias dos últimos anos. A ULSSM continuou a reorganizar-se de modo a responder às necessidades de resposta aos seus utentes, mantendo a qualidade técnica, qualidade do atendimento e qualidade dos profissionais, na prestação de cuidados de Saúde.

Observando a fase da execução dos programas e projetos de investimento, esta apontou para um esforço ao nível da modernização de equipamento médico e instalações, com investimento significativo em equipamentos pesados aumentando o nível do mesmo, face aos anos anteriores e, no final do ano, o valor concretizado foi de 21,4M€. Este valor garantiu a continuidade do esforço de investimento efetuado nos projetos iniciados no último triénio, nomeadamente focados na “Eficiência Energética do Hospital de Santa Maria”, destacando-se ainda a remodelação das Unidades Técnicas de Gastro e, com o apoio do Plano de Recuperação e Resiliência inserido na Submedida da Saúde, o novo Bloco de Partos. Desenvolvemos ainda várias ações de resposta das infraestruturas dos serviços, bem como as necessárias benfeitorias de conservação e reparação dos edifícios, dando-se destaque também, para a prossecução da modernização dos equipamentos e sistemas médicos, como o sistema robotizado para a distribuição de medicamentos, e a continuidade do desenvolvimento dos sistemas de informação.

A execução do programa de investimentos atingiu o valor acima referido, com a seguinte desagregação por natureza:

Natureza do Investimento	Valores (milhares de euros)
Edifícios/Construções/Instalações	5 506
Equipamento Médico	8 945
Equipamento Administrativo	76
Hardware /Software	266
Outros/Imobilizações em Curso	6 604
<b>Total</b>	<b>21 396</b>

Fonte: Serviço de Gestão Financeira

Em termos gráficos:



Fonte: Serviço de Gestão Financeira

## 6.2 Projetos cofinanciados

### 6.2.1 No âmbito do Programa Portugal 2020, em 2024, destacamos as seguintes candidaturas, para o financiamento dos seguintes projetos:

- **SAMA** – “*Citizen Care: Implementação de um novo modelo de atendimento e prestação de cuidados de saúde ao Cidadão*”, com o custo total de 1M€, cuja candidatura, após recente restruturação encontra-se concluído;
- **SAMA** – “*Connecting Patient Anywhere*”, com um custo inicial de 2,4M€, e com uma atualização do montante para 1,8M€ após a candidatura ter sido alvo de restruturação, encontra-se concluído;
- **SAMA** – “*Integração de Cuidados em pessoa com multipatologia do CHULN e ACES*”, com um investimento total de 0,5M€ e um financiamento de 0,3M€, encontra-se concluído;
- **POSEUR** – “*Eficiência energética nos Edifícios da Administração Pública Central*” com um custo de 15,33M€ e financiamento de 14,48M€, com término em 2024.
- **PRR** – Reforma das Saúde Mental - Requalificar as instalações dos serviços locais de Saúde Mental existentes – com um custo estimado de 3,2M€ e financiamento de 1,5M€;

- **PRR** – Equipamento para Hospitais em Lisboa e Vale do Tejo - Aquisição de equipamento médico pesado de tecnologia avançada para a área da Imagiologia e Radioterapia, com um custo de 4,2M€ e financiamento a 100%, encontra-se em execução;
- **PRR** - Rede Nacional de Test Beds - Consórcio TB4Health com um orçamento total de 697.687,50€, financiado a 70%;
- **Lisboa 2030** - Projetos de I&D Individuais / Copromoção - Projeto Safemed com investimento elegível no valor de 222.000,00€;
- **Lisboa 2030** - Hospitais: Equipamentos Hospitalares - Aquisição de um equipamento de Tomografia Computacional de Planeamento para o Serviço de Radioterapia, com um custo total de 849.481,90€ e financiamento a 40%;
- **Bloco de Partos** – financiado em sede de Contrato Programa em 2023, no valor de 3,1M €, com início no final de 2023, concluído em 2024.

No período de 2020 a 2024 a execução dos financiamentos obtidos por cofinanciamento ascendeu a 19,5 M€.

#### **6.2.2 No âmbito de cofinanciamento por programas Europeus, nomeadamente EIT Health e Horizonte Europa, destacamos os seguintes projetos:**

- **Horizonte Europa** - EUnetCCC - Joint Action para criação e integração de Comprehensive Cancer Centre a nível Europeu, com um orçamento global de 360.000€;
- **EIT Health** - FLASHKNIFE - Validação Clínica de equipamento de radioterapia, com um valor total de 332.500,00€ a 100%;
- **EIT Health** - Innobics / Sahs - Projecto Europeu para diagnóstico precoce da Apneia do Sono, com um orçamento total de 0,6M€;
- **EIT Health** - BRIGHT - Projecto Europeu na área do cancro da mama, com um valor de 0,2M€.

## 6.3 Evolução dos investimentos ao longo dos últimos 5 anos

O quadro *infra* compara os investimentos realizados e em curso de execução, durante os anos de 2020 a 2024. Da sua análise, é possível constatar o seguinte:

- 1) Durante o período em análise registou-se um indispensável investimento no equipamento médico, que atingiu as **28,1M€**, evidência da Instituição, na atualização, renovação e inovação tecnológica dos seus aparelhos de forma a contribuir para a melhoria da prestação dos cuidados de saúde. Destacamos a instalação de um Acelerador Linear, o primeiro robot cirúrgico na ULSSM, bem como a dotação de novo equipamento para a nova Urgência de Obstetrícia e Maternidade e, na Unidade de Transplante Medula Óssea (UTMO).
- 2) Nas benfeitorias das infraestruturas o investimento ascendeu, nos anos em apreciação, o valor de **19,6M€** e, caracterizou-se essencialmente, por intervenções de construção/melhoria e remodelação dos diversos serviços da ULSSM, bem como nas infraestruturas do projeto de eficiência energética; finalização da instalações dos painéis fotovoltaicos; as obras de modernização das Técnicas de Gastro; PRR – Saúde Mental e na Unidade de Transplante de Medula Óssea a fim de aumentar a capacidade de internamento do Serviço de Hematologia e Transplantação de Medula, este último ainda em curso.

Nas tecnologias de informação e comunicação, o investimento realizado em cerca de **2,6M€**, foi direcionado essencialmente para o processo de renovação e revitalização do parque tecnológico (hardware e software), sendo que no ano de 2024, foram já desenvolvidas ações no que concerne à integração de redes, utilizadores e sistemas de comunicação num único ambiente partilhado da ULSSM.

Ao nível das soluções clínicas destaque para a implementação do sistema Flaknife no âmbito da Radioterapia e para o projeto INNOBICS-SAHS no âmbito da Pneumologia.

Natureza do Investimento	2024	2023	2022	2021	2020
Edifícios/Construções/Instalações	5,51	3,93	3,48	3,34	3,4
Equipamento Médico	8,94	1,91	4,02	2,53	10,75
Equipamento Administrativo	0,08	0,04		0,03	0,05
Hardware /Software	0,27	0,40	1,0	0,33	0,68
Outros/Imobilizações em Curso	6,60	8,24	6,0	11,66	5,40
<b>Total</b>	<b>21,40</b>	<b>14,5</b>	<b>14,5</b>	<b>17,89</b>	<b>20,28</b>

## 6.4 Financiamento do investimento efetuado

O quadro seguinte exibe as distintas origens dos fundos que suportaram os investimentos, nos últimos cinco anos.

Conclui-se que o recurso ao autofinanciamento corresponde à origem de fundos dominantes. Assumem também grande relevância no investimento realizado, os subsídios ao investimento no ano de 2021, e outras fontes, no contexto de pandemia, no ano de 2020.

Natureza do Investimento	2024	2023	2022	2021	2020
Investimento Total	21 396	14 497	14 501	17 891	20 276
Autofinanciamento	19 911	12 047	12 474	8 923	15 281
Subsídios ao Investimento	40	2 289	1 473	7 694	3 991
Outras Fontes	1 445	161	554	1 274	4 995

Fonte: Serviço de Gestão Financeira

Incluído nas Outras Fontes encontram-se as doações com particular destaque no ano de 2020, como medida de resposta do Governo para combate à Covid-19, de equipamentos de cuidados intensivos adquiridos pela ACSS (ventiladores, bombas de perfusão, seringas infusoras, e consumíveis), no valor de 4M€.

No ciclo de gestão 2020-2024, o esforço de autoinvestimento rondou os 13 M€/ano, de modo a garantir a satisfação das necessidades globais de investimento.

Na Estratégia da ULSSM explanada no PDO 2024-2026, foi previsto um aumento considerável do Investimento (30 M€/ano).

No ano de 2024, assistimos ao retomar dos planos de obras e melhoramentos onde destacamos: a Unidade de Laboratório de Técnicas de Gastro e a Unidade de Transplante de Medula Óssea (UTMO).

O investimento totaliza o valor de 21,4M€, todavia, as aquisições são distintas. Em 2023, o investimento centrou-se essencialmente no esforço de obras (registadas em investimento fixo e em curso), enquanto que em 2024, o esforço incidiu na aquisição de Equipamento Médico.

## 6.5 Rácios e indicadores

Este mapa apresenta a evolução de índices diversos, ao longo dos cinco anos em apreciação.

Cumpre assim, salientar a trajetória moderada do investimento que, nos últimos cinco anos, ascendeu a 88,6 M€.

Rácios e Indicadores	2024	2023	2022	2021	2020
Investimento Consolidado (M€)	21,4	14,5	14,5	17,9	20,3
Proveitos Totais (M€)	691,5	553,0	514,0	496,0	457,0
Taxa de Investimento (%)	3,10	2,62	2,82	3,61	4,44

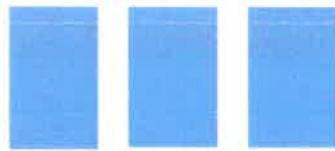
Fonte: Serviço de Gestão Financeira

# 2024

## Relatório e Contas



Unidade Local de Saúde de Santa Maria, E.P.E



## 7 Cumprimento das Orientações Legais

Este capítulo foi elaborado com base no ofício com a referência SAI\_DGTF/2025/254, de 24 de fevereiro, da Direção Geral do Tesouro e Finanças que divulga as instruções sobre o processo de prestação de contas referente a 2024, para as Entidades Públicas Empresariais.

### *1. Objetivos de gestão e Plano de Desenvolvimento Organizacional*

*a) Indicar os objetivos definidos pelo “acionista” para 2024, explicitando o grau de execução dos mesmos, assim como a justificação dos desvios e das medidas de correção aplicadas ou a aplicar*

O Contrato-Programa celebrado anualmente entre a Tutela e a Instituição define as orientações e objetivos de gestão no âmbito da prestação de serviços e cuidados de saúde, em termos de produção contratada, bem como a respetiva remuneração, incentivos institucionais atribuídos em função do cumprimento de objetivos de Acesso, Qualidade Assistencial e Eficiência Económico-financeira, e os Gastos e Rendimentos inerentes à execução da atividade assistencial.

No exercício de 2024, a ULSSM conseguiu alcançar, apesar de tudo, bons resultados, conforme poderemos verificar no quadro de acompanhamento do CP 2024.

## Acompanhamento ao Contrato Programa SNS 2024

	Objetivos 2024	2024	Δ% 2024 / CP 2024	Taxa de Execução
<b>Cuidados Primários</b>				
<b>Consultas</b>				
Nº Total Consultas Médicas	850 822	810 884	-4,7%	95,3%
Nº Consultas Médicas Presenciais (CSP)	529 735	518 425	-2,1%	97,9%
Nº Consultas Médicas Não Presenciais (CSP)	321 087	292 459	-8,9%	91,1%
Serviços Domiciliários	47 761	44 664	-6,5%	93,5%
Nº Visitas Domiciliárias Médicas (CSP)	3 732	3 775	1,2%	101,2%
Nº Visitas Domiciliárias Enfermagem (CSP)	44 029	40 889	-7,1%	92,9%
Outras Consultas por Pessoal não Médico	444 539	428 557	-3,6%	96,4%
Nº Consultas de Enfermagem (CSP)	420 753	398 619	-5,3%	94,7%
Nº Consultas de Outros Profissionais (CSP)	23 786	29 938	25,9%	125,9%
<b>Cuidados Hospitalares</b>				
<b>Consultas Externas</b>				
Nº Total Consultas Médicas	772 464	837 114	8,4%	108,4%
Primeiras Consultas	221 851	240 119	8,2%	108,2%
Primeiras Consultas com origem nos CSP referenciadas via CTH	57 466	51 649	-10,1%	89,9%
Primeiras Consultas Descentralizadas	72	161	123,6%	223,6%
Primeiras Consultas	164 313	188 309	14,6%	114,6%
Consultas Subsequentes	550 613	596 995	8,4%	108,4%
Consultas Subsequentes Descentralizadas	147	262	78,2%	178,2%
Consultas Subsequentes	550 466	596 733	8,4%	108,4%
Internamento				
Doentes Saídos - Agudos (incluso berçário)	36 010	33 423	-7,2%	92,8%
D. Saídos - GDH Médicos (Total)	23 322	19 697	-15,5%	84,5%
D. Saídos - GDH Cirúrgicos Programados (Total)	8 144	8 843	8,6%	108,6%
D. Saídos - GDH Cirúrgicos Urgentes (Total)	4 544	4 883	7,5%	107,5%
Urgência				
Total de Atendimentos SU Polivalente (sem Internamento)	171 055	166 367	-2,7%	97,3%
Hospital de Dia				
Total de sessões de Hospital de Dia (s/GDH Ambulatório Médico)	79 294	80 494	1,5%	101,5%
Hematologia / Imuno-Hemoterapia	4 172	3 988	-4,4%	95,6%
Psiquiatria e Unidades Sócio Ocupacionais	4 328	5 233	20,9%	120,9%
Base (Pediatría+Pneumología+Oncología+s/Quimio+Outros)	70 794	71 273	0,7%	100,7%
Serviços Domiciliários				
Total de Domicílios	1 722	1 595	-7,4%	92,6%
Hospitalização Domiciliária	221	276	24,9%	124,9%
GDH Ambulatório				
GDH Médicos de Ambulatório (Total)	12 313	12 007	-2,5%	97,5%
GDH Cirúrgicos de Ambulatório (Total)	18 942	23 401	23,5%	123,5%
Sessões de Radioncologia				
Tratamentos Simples	5 940	2 711	-54,4%	45,6%
Tratamentos Complexos	30 783	31 800	3,3%	103,3%
Sessões de Quimioterapia				
Quimioterapia	21 397	28 758	34,4%	134,4%

No âmbito da **Consulta Externa**, em 2024, a ULSSM concentrou os seus esforços na melhoria da acessibilidade às especialidades hospitalares, tendo alcançado uma produção global 8,4% acima das metas contratadas. No âmbito do **Internamento**, em 2024, registou-se uma redução generalizada da atividade face ao que havia sido contratado, especialmente devido ao atraso na reabertura prevista do Bloco de Partos, da Urgência de Obstetrícia e Ginecologia, e do Internamento pós-parto. No entanto, esta redução foi atenuada pela implementação do Plano de Recuperação da Atividade Cirúrgica Programada, que permitiu alcançar uma taxa de execução de 109% nos GDH cirúrgicos programados. No âmbito da **Urgência**, para os episódios que não originaram seguimento para Internamento, registou-se um desempenho 2,7% abaixo dos valores contratados. No âmbito dos tratamentos de **Radioterapia**, verificou-se uma redução acentuada nos tratamentos simples, consequência da externalização de alguns tratamentos, que deixou de ser realizada a partir de 2024 e que não foi tida em conta na proposta do Contrata Programa. No que concerne aos **Cuidados Primários** este resultado ficou aquém da proposta. Apesar do esforço contínuo para garantir o acesso a cuidados de saúde de proximidade e de qualidade, persiste um desafio significativo, nomeadamente o elevado número de utentes sem médico de família, que em 2024 representou 31,8% da população abrangida.

**b) Evidenciar a execução do plano de desenvolvimento organizacional para 2024, obrigatoriamente quanto ao volume de negócios, gastos operacionais, rácio de gastos Operacionais/Volume de Negócios, resultados e nível de endividamento, apresentando para o efeito os valores orçamentados, executados e respetivos desvios, bem como justificação para os incumprimentos e as medidas de correção, quando aplicável**

Indicadores	PDO 2024	Executado 2024	Desvio valor
Resultado Líquido	-81 268	-111 456	-30 188
EBITDA	-67 367	-99 999	-32 632
Resultado Operacional	-81 230	-111 413	-30 183
Volume de negócios	687 564	685 274	-2 290
Gastos Operacionais	814 614	789 939	-24 675
Gastos Operacionais/Volume de negócios	118,48%	115,27%	0,00%
Endividamento	0	0	0
Dlv. Financ. Liquida/EBITDA	0	0	0
Disponibilidades	5 405	5 773	368

O Plano de Desenvolvimento Organizacional para 2024-2026 foi aprovado, em comunicação via e-mail da Direção Executiva, a 30 de julho de 2024, em âmbito circunscrito, e com o pedido de algumas tarefas no que diz respeito ao Desempenho assistencial; económico-financeiro, recursos humanos e investimento.

A variação apresentada espelha uma performance inferior à nossa estimativa resultando do impacto nos fornecimentos e serviços externos pela absorção dos gastos com os convencionados e nos gastos com pessoal derivado das medidas governamentais, no ano de 2024, totalizando estas rubricas o valor global de (+5M€). No entanto, ressalva-se ainda que, não incluído no Volume de Negócios, existe uma rubrica de proveitos estimada no PDO, no valor de 55,8M€ como custos de contexto que não se veio a realizar, comparado apenas com 3,1M€ recebidos como contrapartida de descentralização não efetuada.

*c) No que aos Investimentos diz respeito, proceder à apresentação de um quadro devendo, nos casos em que se observe a execução de investimentos não previstos no PDO aprovado, ou estando previstos no PDO aprovado, excederam o valor orçamentado, explicitando se os mesmos foram objeto de autorização autónoma pelas tutelas e em que termos,*

Indicadores	PAO 2024	Executado 2024	Desvio valor
Investimentos	35 070	21 396	13 674

Face ao planeado não foi possível em 2024 realizar as obras previstas no âmbito da parceria START (3 M€), bem como alguns investimentos de equipamentos como sejam os aceleradores lineares e a ressonância magnética.

*d) Na eventualidade de existência de contrato-programa, contratos de prestação de serviços público ou de interesse económico geral celebrado com o Estado, a empresa deverá apresentar a execução face ao explicitado nos instrumentos de planeamento.*

Em termos de objetivos, através da análise do quadro infra verificamos que ao nível do Acesso: (**TMRG**) – apesar do trabalho realizado para otimizar os tempos de espera, o resultado obtido foi de 68,4%, ligeiramente abaixo do objetivo estabelecido de 70%. Este desvio deveu-se, em grande parte, ao impacto da elevada procura cirúrgica e às limitações de capacidade em algumas especialidades com maior pressão assistencial. Em relação à **Qualidade Assistencial** na

**Percentagem de reinternamentos em 30 dias, na mesma grande categoria de diagnóstico** – foi alcançado um valor de 3,3% face ao objetivo de 3,2%. Na **Percentagem de cirurgias da anca realizadas nas primeiras 48 horas** – o desempenho (41,8%) ficou significativamente abaixo do objetivo (69,1%). Ao nível da **Percentagem de consultas hospitalares descentralizadas, domiciliárias e de saúde mental na comunidade no total de consultas hospitalares realizadas** – o valor registado foi de 0,1%, aquém do objetivo de 0,3%. Por último, a **Percentagem de cirurgias em ambulatório para procedimentos tendencialmente ambulatorizáveis** – situou-se ligeiramente acima do objetivo (28,5% face a 28%).

No que concerne à **Integração de Cuidados a Percentagem de utilizadores frequentes do Serviço de Urgência (> 4 episódios/ano)** – registou-se um valor de 2,0% face ao objetivo de 1,7%.

#### Acompanhamento Incentivos Institucionais 2024

	Objetivos	Meta	Realizado	Grau de Cumprimento
<b>Cuidados de Saúde</b>				
<b>A. Acesso</b>				
A.1 Índice de Desempenho* da Sub-área Acesso	74,0	75,2		<b>102%</b>
A.2 Percentagem de pedidos em Lista de Espera para Consulta (LEC) dentro do TMRG	51,0	52,0		<b>102%</b>
A.3 Percentagem de utentes em Lista de Inscritos para Cirurgia (LIC) dentro do TMRG	70,0	68,4		<b>98%</b>
<b>B. Qualidade Assistencial</b>				
B.1 Índice de Desempenho* da Sub-área Gestão da Saúde	57,1	65,2		<b>114%</b>
B.2 Índice de Desempenho* da Sub-área Gestão da Doença	62,0	74,1		<b>120%</b>
B.3 Índice de Desempenho* da Sub-área Qualificação da Prescrição	68,5	75,2		<b>110%</b>
B.4 Percentagem de reinternamentos em 30 dias, na mesma grande categoria de diagnóstico	3,2	3,3		<b>97%</b>
B.5 Percentagem de cirurgias em ambulatório, para procedimentos tendencialmente ambulatorizáveis	28,5	28,0		<b>98%</b>
B.6 Percentagem de cirurgias da anca efetuadas nas primeiras 48 horas	69,1	41,8		<b>60%</b>
B.7 Demora média ajustada	1,0	1,1		<b>94%</b>
B.8 Demora média antes da cirurgia	0,9	0,8		<b>117%</b>
B.10 Número de ensaios clínicos iniciados no ano	90,0	n.d		-
B.11 Percentagem de doentes saídos em hospitalização domiciliária (GDH) no total de doentes saídos (GDH)	0,6	0,8		<b>120%</b>
B.12 Percentagem de consultas hospitalares descentralizadas, domiciliárias e de saúde mental na comunidade no total de consultas hospitalares realizadas	0,3	0,1		<b>0%</b>
<b>Integração de Cuidados</b>				
D.1 Resolutividade em doença aguda dos CSP	59,0	n.d		-
D.4 Percentagem de utilizadores frequentes do SU (> 4 episódios no ano)	1,7	2,0		<b>84%</b>
D.5 Percentagem de episódios triados com cor verde, azul ou branca no SU	45,0	44,3		<b>102%</b>

Em termos de desempenho económico financeiro, o Resultado Líquido apresentado em 2024, diminui relativamente ao período homólogo; negativo em -111.456.731€, bem como o EBITDA - 999.999.119€, que compara com um Resultado Líquido negativo de -62.445.288€ e um EBITDA de -51.001.603€.

*e) Para as empresas públicas que integram o perímetro da consolidação da Administração Pública, incluir um quadro que evidencie o grau de execução do orçamento carregado no SIGO/SOE e notas justificativas dos respetivos desvios.*

No capítulo 8 apresenta-se a execução orçamental no que concerne ao orçamento financeiro e económico. No capítulo 6 destaca-se o Investimento executado no ano de 2024.

*2. Gestão do Risco Financeiro – descrição da evolução da taxa média anual de financiamento, incluindo juros efetivamente suportados anualmente com o passivo renumerado e outros encargos associados, nos últimos 5 anos, acompanhada de uma análise de eficiência da política de financiamento.*

A ULSSM não regista qualquer Passivo remunerado nos últimos 5 anos.

*3. Limites de crescimento do endividamento, nos termos definidos no n.º 1 do artigo 38.º da Lei n.º 82/2023, de 29 dezembro (Lei do Orçamento de Estado para 2024), apurado nos termos da fórmula disposta no nº 1 do artigo 135º do Decreto-lei nº 17/2024 de 29 de janeiro (DLEO 2024):*

Tal como referido no ponto anterior a ULSSM não regista qualquer Passivo remunerado nos últimos 5 anos, sendo que a aprovação dos mesmos está sujeita a autorização da Tutela.

*4. Evolução do Prazo Médio de Pagamento (PMP) a fornecedores, em conformidade com a RCM nº 34/2008, de 22 de Fevereiro, com a alteração introduzida pelo Despacho nº 9870/2009, de 13 de Abril, e divulgação dos atrasos de pagamentos (arrears), conforme definidos no Decreto-Lei nº65-A/2011 de 17 de Maio, bem como a estratégia adotada para a sua diminuição.*

*As empresas públicas com um PMP superior a 60 dias, devem assegurar que divulgaram nos termos do nº2 do artigo 26º do DLEO 2023, nos respetivos sítios na internet, e atualizaram trimestralmente até ao fim do mês seguinte ao final de cada trimestre, uma lista das dívidas certas, liquidas e exigíveis há mais de 30 dias.*

### Evolução do prazo médio de pagamentos (PMP)

Prazo Médio Pagamentos - PMP	2024				2023				Δ % 4ºT 24/ 4º T 23
	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	
Prazo (dias)	131	105	108	96	167	156	154	148	-13,92%

Durante o ano de 2024 verificou-se um acréscimo de gastos significativos, em grande parte associado à retoma da atividade e à inclusão dos cuidados de saúde primários. Assim, e graças ao reforço de verbas que nos foram disponibilizadas pela ACSS, apesar da pressão de pagamentos a pessoal adicionais, dos fornecimentos associados às infraestruturas e à recuperação da atividade cirúrgica, não só foi possível diminuir o PMP a fornecedores externos, como também permitiu reduzir o valor da dívida, face ao período homólogo.

### Detalhe da dívida conforme definidos no Decreto-Lei nº 65-A/2011 de 17 de maio

Dívida vencida (valor€)	Valor das dívidas vencidas de acordo com o art.º 1.º DL65-A				
	0-90 dias	90-120	120-140	240-360	»360
Aquisições de bens e serviços	46 271 531 €	370 229 €	3 707 276 €	-1 023 507 €	71 329 132 €
Aquisições de capital	3 643 590 €	0 €	0 €	0 €	52 230 €
Total	49 915 121 €	50 285 350 €	53 992 626 €	52 969 119 €	124 350 481 €

De referir que nos termos do n.º 2 do artigo 14.º do Decreto-Lei nº 18/2016 de 13 de abril, alterado pelo Decreto-Lei nº 35-A/2016 de 30 de junho, iremos proceder à divulgação no sítio da internet das dívidas certas, líquidas e exigíveis.

Pagamentos em atraso nos termos do nº1 do artigo 40º da LOE 2024	Saldo
1 Pagamentos em atraso 2023(»90dias)	138 126 414
2 Pagamentos em atraso 2024(»90dias)	124 350 481
3 Variação Pagamentos atraso (2-1)	-13 775 934
4 Dotações Orçamentais 2024	76 997 313
5 Saldo (3+4)	63 221 379

**5. As diligências tomadas e os resultados obtidos no âmbito do cumprimento das recomendações do acionista, emitidas aquando da última aprovação dos documentos de prestação de contas.**

No âmbito do cumprimento das recomendações do acionista não existe nada a relevar. O último parecer do acionista foi efetuado sobre as contas de 2012.

**6. Diligências tomadas com vista a solucionar as situações subjacentes à emissão de reservas na última Certificação Legal das Contas.**

No seguimento das reservas emitidas na última Certificação Legal de Contas, continuamos a trabalhar visando analisar a situação das diferenças de integração das várias aplicações, relacionadas com os stocks da ULSSM.

**7. Remunerações/honorários dos Órgãos Sociais e Auditor Externo,**

**a).1 Órgãos sociais - Conselho de Administração**

O Conselho de Administração do CHULN, nomeado para o triénio 2023-2025, através do Despacho nº 1905/2023 de 8 de fevereiro, publicado no Diário da República, 2.ª série — n.º 28, designa os seguintes membros, que se mantiveram em funções até 31 de janeiro de 2024:

**Composição do Conselho de Administração 2023-2025**

Mandato (Início-Fim)	Cargo	Nome	Designação		Remuneração	
			Forma <sup>(1)</sup>	Data	[Entidade pagadora]	O/D 2
2023-2025	Presidente	Ana Paula Mecheiro de Almeida Martins Silvestre Correia	D	1 de fevereiro de 2023	Centro Hospitalar Universitário Lisboa Norte, EPE	D
2023-2025	Vogal Executivo (Diretor Clínico)	Rui António Rocha Tato Marinho	D	1 de fevereiro de 2023	Centro Hospitalar Universitário Lisboa Norte, EPE	O
2023-2025	Vogal Executivo (Enfermeira Diretora)	Jose Alexandre dos Santos Abranches	D	1 de fevereiro de 2023	Centro Hospitalar Universitário Lisboa Norte, EPE	O
2023-2025	Vogal Executiva	Catarina Duarte Galhardo Batista	D	1 de fevereiro de 2023	Centro Hospitalar Universitário Lisboa Norte, EPE	D
2023-2025	Vogal Executivo	Andre Filipe de Sousa da Trindade Ferreira	D	1 de fevereiro de 2023	Centro Hospitalar Universitário Lisboa Norte, EPE	D

Com a publicação do Decreto-Lei nº 102/2023 de 7 novembro, procedendo à restruturação das entidades públicas integradas no SNS, adotando-se o modelo de organização e funcionamento das Unidades Locais de Saúde e, este Conselho Administração terminou o seu mandato no dia 31 de janeiro de 2024.

O Conselho de Administração da ULSSM, nomeado para o triénio 2024-2026, através do Despacho nº 2445/2024 de 7 de março, publicado no Diário da República, 2.ª série — n.º 48, designa os seguintes membros:

#### **Composição do Conselho de Administração 2024-2026**

Mandato (Início-Fim)	Cargo	Nome	Designação		Remuneração	
			Forma <sup>(1)</sup>	Data	[Entidade pagadora]	O/D 2
2024- 2026	Presidente	Carlos José das Neves Martins	D	1 de fevereiro de 2024	Unidade Local de Saúde de Santa Maria, EPE	D
2024-2026	Vogal Executivo (Diretor Clínico - CSH)	Rui António Rocha Tato Marinho	D	1 de fevereiro de 2024	Unidade Local de Saúde de Santa Maria, EPE	O
2024-2026	Vogal Executiva (Diretora Clínica - CSP)	Eunice Isabel do Nascimento Carrapicho	D	1 de fevereiro de 2024	Unidade Local de Saúde de Santa Maria, EPE	D
2024-2026	Vogal Executiva (Enfermeira Diretora)	Carla Cristina de Matos Apolinário Martins Ribeiro	D	1 de fevereiro de 2024	Unidade Local de Saúde de Santa Maria, EPE	O
2024-2026	Vogal Executivo	Miguel Jorge de Figueiredo Carpinteiro	D	1 de fevereiro de 2024	Unidade Local de Saúde de Santa Maria, EPE	D
2024-2026	Vogal Executivo	Francisco António Alvelos de Sousa Matoso	D	1 de fevereiro de 2024	Unidade Local de Saúde de Santa Maria, EPE	D

No que concerne à acumulação de funções apresentamos os seguintes quadros:

#### **Acumulação de funções**

Membro do Conselho de Administração	Acumulações de funções CA 2023 - 2025		
	Entidade	Função	Regime (público/privado)
Vogal Executivo – Andre Trindade	Universidade Europeia	Assistente Convidado	Privado

Membro do Conselho de Administração	Acumulações de funções CA 2024 - 2026		
	Entidade	Função	Regime (público/privado)
Diretor Clínico CSH- Rui Tato Marinho	Faculdade Medicina Lisboa	Professor Auxiliar Convidado	Publico

No que concerne ao montante anual da remuneração auferida pelos membros do Conselho de Administração, apresentamos os seguintes quadros:

Membro do Órgão de Administração 2023-2025	Fixado	Classificação	Estatuto do Gestor Público			
			Vencimento	Redução RB-gestores públicos	Despesas de representação	Redução DP-gestores públicos
Ana Paula Mecheiro De Almeida Martins Silvestre Correia	S	B	5 223,66 €	-261,18€	2 089,46€	-104,47€
Rui António Rocha Tato Marinho	S	B	4 178,93 €	-208,95€	1 671,57€	-83,58€
Andre Filipe De Sousa Da Trindade	S	B	4 178,93 €	-208,95€	1 671,57€	-83,58€
Catarina Duarte Galhardo Baptista	S	B	4 178,93 €	-208,95€	1 671,57€	-83,58€
Jose Alexandre Dos Santos Abrantes	S	B	4 178,93 €	-208,95€	1 671,57€	-83,58€

Membro do Órgão de Administração 2023-2025	Fixado	Classificação	Estatuto do Gestor Público			
			Vencimento	Redução RB-gestores públicos	Despesas de representação	Redução DP-gestores públicos
Carlos Jose das Neves Martins	S	B	5 223,66 €	-261,18€	2 089,46€	-104,47€
Rui António Rocha Tato Marinho	S	B	4 178,93 €	-208,95€	1 671,57€	-83,58€
Eunice Isabel Nascimento Carrapico	S	B	4 178,93 €	-208,95€	1 671,57€	-83,58€
Miguel Jorge Figueiredo Carpinteiro	S	B	4 178,93 €	-208,95€	1 671,57€	-83,58€
Francisco António Alvelos de Sousa Matoso	S	B	4 178,93 €	-208,95€	1 671,57€	-83,58€
Carla Cristina M. A. Martins Ribeiro	S	B	4 178,93 €	-208,95€	1 671,57€	-83,58€

	Conselho de Administração (01/01/2024 a 31/01/2024)						Conselho de Administração (01/02/2024 a 31/02/2024)					
	Ana Paula Mecheiro De Almeida Martins Silvestre Correia - Presidente	Rui António Rocha Tato Marinho - Diretor clínico	José Alexandre Dos Santos Abrantes - Enfermeiro Diretor	Andre Filipe De Sousa Da Trindade - Vocal	Catarina Duarte Galhardo Baptista Vocal	Carlos José Das Neves Martins - Presidente	Rui António Rocha Tato Marinho - Diretor clínico	Eunice Isabel Nascimento Carrapico - Diretor clínico	Carla Cristina Matos Apolinario Martins Ribeiro - Enfermeiro Diretor	Francisco Antonio Alvelos De Sousa Matoso - Vocal	Miguel Jorge Figueiredo Carpinteiro - Vocal	
Mandado												
Adaptado ao EGP (Sí/Não)												
Remuneração Total (1.+2+3.14)	8 357,65 €	5 970,50 €	6 958,60 €	6 711,32 €	6 711,32 €	92 176,91 €	73 685,83 €	73 578,83 €	73 916,07 €	73 710,83 €	73 740,83 €	
OPRLQ	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	
Entidade de Origem (Identificar)												
Entidade pagadora (origem/Destino)												
1.1.Remuneração Anual	6 142,19 €	4 176,93 €	4 178,93 €	4 913,75 €	4 913,75 €	67 478,24 €	54 326,09 €	54 326,09 €	54 555,33 €	54 326,09 €	54 326,09 €	
1.2.Despesas de Representação (Anual)	2 089,46 €	1 671,57 €	1 671,57 €	1 671,57 €	1 671,57 €	22 984,06 €	18 387,27 €	18 387,27 €	18 387,27 €	18 387,27 €	18 387,27 €	
1.3.Senha de presença (Valor Anual)												
1.4.Redução decorrente da Lei 12-A/2010						365,85 €	292,53 €	292,53 €	292,53 €	292,53 €	292,53 €	
1.5.Redução decorrente da Lei 64-B/2011												
1.6.Suspensão do pagamento dos subsídios de férias e natal												
1.7.Reduções de anos anteriores												
1. Remuneração Anual Efetiva Líquida (1.1+1.2+1.3-1.4-1.5-1.6-1.7)	8 231,66 €	5 850,50 €	5 850,50 €	6 585,32 €	6 585,32 €	90 096,66 €	72 420,83 €	72 420,83 €	72 650,07 €	72 420,83 €	72 420,83 €	
2.Remuneração variável												
3.Isenção de Horário de Trabalho (IHT)												
4.Outras - Subsídio Extraordinário Risco combate COVID-19												
Subsídio de deslocação												
Subsídio de refeição	126,00 €	120,00 €	108,00 €	126,00 €	126,00 €	1 332,00 €	1 266,00 €	1 158,00 €	1 266,00 €	1 290,00 €	1 320,00 €	
Encargos com benefícios sociais												
Regime de Proteção Social												
- Indicar Regime (ADSE/Seg.Social/Outros)	Seg. Social	(CGA)+(ADSE)	(CGA)+(ADSE)	Seg. Social	Seg. Social	Seg. Social	CGA+(ADSE)	Seg. Social+(ADSE)	CGA+(ADSE)	CGA+(ADSE)	Seg. Social+(ADSE)	
- Valor	983,84 €	792,62 €	789,81 €	975,13 €	870,61 €	9 910,60 €	9 891,22 €	10 408,29 €	10 712,49 €	10 362,22 €	10 348,57 €	
Seguros de saúde												
Seguros de vida												
Seguro de Acidentes Pessoais												
Outros (indicar)												
Acumulação de Funções de Gestão (SG)												
Entidade (Identificar)												
Remuneração Anual												
Mandato												
Modalidade de Utilização												
Valor de referência da vultura nova												
Ano Início												
Ano Término												
N.º prestações (se aplicável)												
Valor Residual												
Valor de renda/prestação anual da vultura de serviço												
Combustível gasto com a vultura (anotação anual) Comissões e atribuição												
Outros (Portagens / Reparações / Seguro)												
Límite definido conforme Artº33 do EGP (Sí/Não)												
Gastos c/ deslocações	Nome e Cargo	Nome e Cargo	Nome e Cargo	Nome e Cargo	Nome e Cargo	Nome e Cargo	Nome e Cargo	Nome e Cargo	Nome e Cargo	Nome e Cargo	Nome e Cargo	
Mandato	I/I	I/I	I/I	I/I	I/I	I/I	I/I	I/I	I/I	I/I	I/I	
Costo total anual c/ viagens												
Costos anuais com Alojamento												
Ajudas de custo						748,26 €						
Outras (indicar)												

#### *a). 2 Órgãos sociais – Conselho Fiscal*

Segundo o disposto no Decreto-Lei n.º 52/2022, de 4 agosto, e devidas atualizações pelo Decreto-lei nº 102/2023 de 7 novembro e Decreto-Lei nº 82/2023 de 29 dezembro, a fiscalização e controlo da legalidade da gestão financeira e patrimonial da ULSSM é exercida por um Conselho Fiscal e por um Revisor Oficial de Contas, de acordo com a Lei n.º 148/2015, de 9 de setembro que aprova o Regime Jurídico da Supervisão de Auditoria.

Este órgão de fiscalização é constituído por três membros efetivos e por um suplente, sendo um deles o Presidente do órgão e por um Revisor Oficial de Contas ou por uma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, que não seja membro daquele órgão, obrigatoriamente de entre os auditores registados na Comissão do Mercado de Valores Mobiliários.

Os membros do Conselho Fiscal são nomeados por despacho dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da saúde, por um período de três anos, renovável por uma única vez.

O Conselho Fiscal da ULSSM foi nomeado em 10 de setembro de 2024, por Despacho Conjunto do Secretário de Estado do Tesouro e das Finanças, e em 2 de outubro de 2024 pela Secretaria de Estado da Saúde, para o mandato 2024-2026, sendo composto pelos seguintes membros:

- Presidente: Marlene Lopes Fernandes
- Vogal: Mahomed Ashif Mohamad Bashir
- Vogal: Paulo Jorge Rodrigues Mateus
- Vogal Suplente: Patricia Isabel Silvestre Ataíde

Na sequência da renúncia do Vogal Efetivo Dr. Mahomed Ashif Mohamad Bashir em 03/02/2025, procedeu-se à recomposição do Conselho Fiscal, passando a suplente a Dr.ª Patricia Ataíde a exercer as funções de Vogal Efetiva.

A remuneração do Conselho Fiscal é fixada no despacho de nomeação, atendendo ao grau de complexidade e de exigência inerente ao exercício do respetivo cargo e tendo em conta os critérios de classificação do Hospital EPE, estabelecidos na resolução do Conselho de Ministros, a que se refere o n.º 4 do artigo 28.º do Estatuto do Gestor Público. Cessando o mandato do Conselho Fiscal e do Revisor Oficial de Contas, os titulares mantêm-se em exercício de funções até à designação de novos ou à declaração ministerial de cessação de funções.

### Composição do Conselho Fiscal 2017-2019

Mandato (início-fim)	Cargo	Nome	Designação		Estatuto remuneratório (mensal)
			Forma	Data	
2017-2019	Presidente	José Maria Monteiro de Azevedo Rodrigues	Despacho SET/SES	29/11/2017	Não remunerado
2017-2019	Vogal Efetivo	Paulo Guilherme Fernandes Lajoso	Despacho SET/SES	29/11/2017	-
2017-2019	Vogal Efetivo	Carla Sofia Reis Santos	Despacho SET/SES	29/11/2017	1.149,39€
2017-2019	Vogal Suplente	Maria Teresa Vasconcelos Abreu Flôr Morais	Despacho SET/SES	29/11/2017	Não remunerado

O Vogal Efetivo Dr. Paulo Lajoso exerceu funções até 1 de agosto de 2021, tendo nessa data sido publicada a sua aposentação/reforma através do aviso nº 12682/2021 de 1 de agosto, emitido pela Caixa Geral de Aposentações, I.P.

No final do primeiro trimestre de 2022, o Sr. Presidente Dr. Azevedo Rodrigues reformou-se, por limite de idade, tendo em 2023 alertado a Tutela para este facto, reforçando a ausência de nomeação de Conselho Fiscal para o CHULN.

### Composição do Conselho Fiscal 2024-2026

Mandato (início- fim)	Cargo	Nome	Designação		Estatuto remuneratório (mensal)
			Forma	Data	
2024- 2026	Presidente	Mariene Fernandes	Despacho SETF/SES	10/9/24 e 2/10/24	1.462,62€
2024- 2026	Vogal Efetivo	Mahomed Bashir	Despacho SETF/SES	10/9/24 e 2/10/24	-
2024- 2026	Vogal Efetivo	Paulo Jorge Mateus	Despacho SETF/SES	10/9/24 e 2/10/24	1.096,97€
2024- 2026	Vogal Suplente	Patricia Ataíde	Despacho SETF/SES	10/9/24 e 2/10/24	Não remunerado

### *a).3 Órgãos sociais – Revisor de Contas*

A ULSSM é qualificada como uma entidade de interesse público, nos termos do Regime Jurídico da Supervisão da Auditoria, aprovado pela Lei n.º 148/2015, de 9 de setembro, dispondo o n.º 1, do artigo 15.º, dos seus Estatutos que nas entidades públicas empresariais, abrangidas pelo regime constante dessa mesma Lei, determina que a fiscalização e controlo da legalidade da gestão financeira e patrimonial seja exercida por um conselho fiscal e por um revisor oficial de contas ou por uma sociedade de revisores oficiais de contas que não seja membro daquele órgão (ROC), obrigatoriamente, de entre os auditores registados na Comissão do Mercado dos Valores Mobiliários. Este ROC, ao abrigo do n.º 4 do artigo 15.º dos Estatutos do Hospital nomeado por despacho conjunto dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da saúde, sob proposta fundamentada do Conselho Fiscal, tendo o mandato a duração de três anos, renovável apenas uma vez.

Para o triénio 2022-2024 é designado, por Despacho Conjunto do SET e do SES, em 24 janeiro de 2022, enquanto Revisor Oficial de Contas do Centro Hospitalar Universitário de Lisboa Norte, E.P.E., a sociedade João Cipriano & Associados, SROC, Ld.ª, com inscrição na OROC n.º 119, com o registo na CMVM n.º 20161438, com o número de identificação fiscal 503342742, representada pelo sócio ROC João Amaro Santos Cipriano, inscrito na OROC com o n.º 631 e na CMVM com o n.º 20160277.

De acordo com o n.º 6 do art.º 15.º dos Estatutos em vigor, cessando o mandato do ROC, mantém-se o titular em exercício de funções até à designação de novo revisor ou à declaração ministerial de cessação de funções.

### Número de anos em que o ROC exerce funções na entidade/grupo

Mandato (início-fim)	Cargo	Identificação SROC/ROC							N.º de anos de funções exercidas no grupo	N.º de anos de funções exercidas na entidade		
		Nome	N.º inscrição na OROC	N.º Registo na CMVM	Forma (1)	Data	Contratada					
2016 - 2019 (realizado em 2018)	ROC	João Cipriano & Associados SROC, Lda., representada por João Amaro Santos Cipriano	119 631	20161438	Despacho Conjunto do SET e SES	06/11/2018	3	3	3	3		
		João Cipriano & Associados SROC, Lda., representada por João Amaro Santos Cipriano	119 631	20161438	Proposta Conselho Fiscal		outubro/2020					
		João Cipriano & Associados SROC, Lda., representada por João Amaro Santos Cipriano	119 631	20161438	Despacho Conjunto do SET e SES	24/01/22						

### Remuneração do ROC relativa ao ano de 2024

Nome	Remuneração Anual Bruta
João Cipriano & Associado SROC, Lda. - CLC 23	24.304,72 €

### b) Auditor Externo

A Unidade Local de Saúde de Santa Maria E.P.E., não tem auditor externo. Em 2024, não foram contratados quaisquer serviços adicionais a serviços de auditoria ao auditor externo, cujos procedimentos e critérios aplicáveis à intervenção do órgão de fiscalização se encontram definidos nos estatutos da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e no Regime jurídico da Supervisão e Auditoria.

**8. Aplicação do disposto nos artigos 32º e 33º da EGP, no que se refere:**

**a) À não utilização de cartões de crédito e outros instrumentos de pagamento por gestores públicos, tendo por objeto a realização de despesas ao serviço da empresa;**

Não foram utilizados cartões de crédito nem foram reembolsadas despesas de representação pessoal.

As despesas dos membros do Conselho de Administração cumprem os mesmos procedimentos de autorização das restantes.

**b) Ao não reembolso a gestores públicos de quaisquer despesas que caiam no âmbito dado conceito de despesas de representação pessoal.**

Não aplicável

**c) Ao valor das despesas associadas a comunicações, que incluem telefone móvel, telefone domiciliários e internet.**

Nome	Período	Plafond Mensal	Valor
Ana Paula M. A. Martins S. Correia	Janeiro	70€	26,38€
Rui António Rocha Tato Marinho	janeiro	70€	- €
José Alexandre S. Abrantes	janeiro	70€	8,65€
André Filipe Sousa da Trindade	janeiro	70€	13,73€
Catarina D. Galhardo Batista	janeiro	70€	5,39€

Os membros do Conselho de Administração em funções no mandato de 1 de fevereiro a 31 dezembro de 2024, não apresentaram despesas de comunicações.

**d) Ao valor de combustível e portagens afeto mensalmente às viaturas de serviço.**

Os membros do Conselho de Administração em funções no mandato de 1 fevereiro 2023 a 31 de janeiro de 2024, não usufruíram de viaturas de serviço.

Os membros do Conselho de Administração em funções no mandato de 1 fevereiro 2024 a 31 de dezembro de 2026, não usufruem de viaturas de serviço.

***9. Da aplicação do disposto no n.º 2 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, que proíbe a realização de despesas não documentadas***

O ponto acima referido foi aplicado em conformidade com o n.º 2 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 133/2013.

***10. Elaboração, de três em três anos, e divulgação interna e no respetivo sitio da internet do relatório sobre remunerações pagas a mulheres e homens, conforme determina a Resolução de Conselhos de Ministros nº 18/2014 de 7 de Março.***

Não existe, na Unidade Local de Saúde de Santa Maria, E.P.E., diferença nas remunerações pagas a homens e a mulheres.

***11. Elaboração, e divulgação interna e no respetivo sítio da internet do Plano para a Igualdade (anual) conforme determina o artigo 7º da Lei n.º 62/2017 de 1 de agosto, e indicação do cumprimento da obrigação de comunicação às Comissões competentes, nos termos conjugados do artigo 3.º e do n.º 3 do artigo 6º do Despacho Normativo n.º 18/2019 de 21 de junho.***

A Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não-Discriminação - Portugal + Igual (ENIND) foi publicada, no dia 21 de maio de 2018, em Resolução do Conselho de Ministros n.º 61/2018.

O texto da publicação, refere que a ENIND pretende consolidar os progressos alcançados e perspetivar o futuro da ação governativa, tendo em vista o desenvolvimento sustentável do país que depende da realização de uma igualdade substantiva e transformativa, garantindo simultaneamente a adaptabilidade necessária à realidade portuguesa e sua evolução até 2030, em alinhamento com o já estabelecido na estratégia nacional de promoção da igualdade, estabelecida em 2013, que considerava como requisito de boa governação a perspetiva de género em todos os domínios de política (mainstreaming de género), numa preocupação de integração progressiva da dimensão da igualdade de género nas políticas e nas ações desenvolvidas e promovidas pelos vários departamentos governamentais.

Com esta estratégia em vista, a Instituição já dispõe de um diagnóstico da situação de homens e mulheres na empresa, conforme previsto na Área Estratégica (n.º 2 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 18/2014), através do Balanço Social (entregue a 27 de março 2025), para validação pela ACSS.

No âmbito da não discriminação, a ULSSM promove as seguintes políticas:

- Incrementar a utilização de linguagem inclusiva, não discriminatória, na documentação produzida;
- Aplicar o princípio da igualdade de oportunidades na gestão de recursos humanos, nomeadamente recrutamento, seleção e nomeação de cargos de chefia;
- Garantir a equidade na representação de género na composição de júris de procedimentos de seleção e recrutamento, com especial relevância para o género sub-representado;
- Atribuir as licenças de paternidade/maternidade sem discriminações e no estrito cumprimento da lei. O regresso ao trabalho após o gozo da licença de parentalidade é facilitado e, se necessário, facultadas atividades de formação profissional;
- A ULSSM promove a conciliação de horários para que os seus colaboradores cumpram as suas obrigações parentais.

**12. Evidenciar a elaboração e divulgação dos instrumentos e medidas do Regime Geral da Prevenção da Corrupção (RGCP), aprovado pelo Decreto Lei nº109-E/2021 de 9 de dezembro), designadamente o Código de Conduta (artigo 7º do RGPC), do Plano de Prevenção de Riscos e Infrações Conexas (artigo 6º do RGPC) e o Relatório anual de acompanhamento de execução do PPR (nº1 do artigo 46º do RJSPE e artigo 6º do RGPC)**

**Indicação quanto ao cumprimento do dever de comunicação previstos no RGPC**

**Indicar os links de acesso (no site da sociedade) a cada um dos instrumentos acima indicados**

Na sequência da recomendação n.º 1/2009, publicada na 2.ª Série do Diário da República, n.º 140, de 22 de julho de 2009, aprovada pelo Conselho de Prevenção da Corrupção, em 1 de julho 2009, sobre “Planos de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas” o Conselho de Administração do Centro Hospitalar Universitário Lisboa Norte aprovou, a 7 de julho de 2022, a

última versão do Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (adiante designado por PPR), com base:

- Na Recomendação n.º 1/2009, publicada na 2.ª Série do Diário da República, n.º 140, de 22 de julho de 2009, aprovada pelo Conselho de Prevenção da Corrupção (doravante CPC), em 1 de Julho 2009 sobre “Planos de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas”;
- No Regime Geral de Prevenção da Corrupção (adiante designado por RGPC), aprovado pelo Decreto-Lei 109-E/2021, de 9 de dezembro;
- Novo modelo de Gestão dos Riscos implementado no CHULN.

A implementação do novo modelo de Gestão dos Riscos foi realizada a partir de indicadores específicos correlacionados com os riscos e com as medidas preventivas. Os indicadores foram definidos de forma a permitir a aplicação das medições a todos os Serviços da ULSSM, sendo que na primeira fase serão abrangidos os Serviços de Apoio do Centro Hospitalar, e, posteriormente os serviços clínicos.

Depois da definição dos indicadores e da sua correlação com os riscos, foi realizada a devida adaptação com as medidas preventivas, chegando assim à Matriz dos Riscos de Corrupção e Infrações Conexas Global da ULSSM.

O novo PPR está disponível para consulta no seguinte link:

[https://www.ulssm.min-saude.pt/wp-content/uploads/2025/02/R3a6\\_PGRCIC\\_ULSSM\\_2025\\_v3.pdf](https://www.ulssm.min-saude.pt/wp-content/uploads/2025/02/R3a6_PGRCIC_ULSSM_2025_v3.pdf)

**13. Da Contratação Pública indicando designadamente:**

*a) O modo como foram aplicadas as normas de contratação pública vigentes em 2024, sendo que, nas empresas-mãe de grupos públicos, este ponto deverá incluir todas as empresas em que estas participem maioritariamente.*

*b) Os procedimentos internos instituídos para a contratação de bens e serviços e se os mesmos são objeto de revisão periódica, com a referência à última atualização.*

Nos termos do Regulamento Interno em vigor, compete ao Serviço de Gestão de Compras assegurar a contratação, compra e disponibilização de todos os bens, serviços e empreitadas necessários ao funcionamento do Hospital e ao cumprimento da missão assistencial com que o mesmo se encontra superiormente comprometido, com respeito pelas regras da Contratação

Pública previstas no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei N.º 18 de 2008, de 29 de janeiro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei N.º 111-B/2017, de 31 de agosto, na sua redação atual e demais disposições legais aplicáveis.

Decorrente da emergência de saúde pública de âmbito internacional, declarada pela Organização Mundial de Saúde, no dia 30 de janeiro de 2020, bem como à classificação do vírus como uma pandemia, no dia 11 de março de 2020, algumas das aquisições realizadas no âmbito da doença COVID-19, foram instruídas ao abrigo do Decreto-Lei n.º 10 -A/2020, de 13 de março, regime legal adequado a esta realidade excepcional, em especial no que respeita a matéria de contratação pública, para contingência, mitigação e tratamento da doença COVID -19.

O Decreto-Lei n.º 66-A/2022, de 30 de setembro, que determina a cessação de vigência de vários decretos-leis publicados no âmbito da pandemia da doença COVID-19, e termos em que desde 01 de outubro de 2022, são desenvolvidos os procedimentos de aquisição previstos no Código dos Contratos Públicos.

A ULSSM submete, para conhecimento do Tribunal de Contas, nos termos do disposto no artigo 6.º, n.º 1 e n.º 2, da Lei n.º 1-A/2020, de 19 de março, e do disposto no art.º 6.º da Lei n.º 1-A/2020, de 19 de março, todos os contratos abrangidos pelo Decreto-Lei n.º 10-A/2020, de 13 de março, bem como outros contratos celebrados pelas entidades referidas no artigo 7.º do Decreto -Lei n.º 10-A/2020, de 13 de março, de valor igual ou superior a 750.000€ e os contratos de montantes superior a 950.000€ isolados ou relacionados entre si, nos termos da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas, Lei n.º 98/97, de 26 de agosto, e republicações subsequentes, nomeadamente, a Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro, com as alterações e adaptações previstas na Lei n.º 27-A/2020 de 24 de julho e na Lei n.º 12/2022, de 24 julho.

Nesta sequência, foi publicada ainda a Lei n.º 31/2023, de 4 de julho, que determina a cessação de vigência de leis publicadas no âmbito da pandemia da doença Covid-19 – em especial, a (isenção de) fiscalização prévia do Tribunal de Contas, o que implica que todos os contratos celebrados [i.e., outorgados] a partir de 5 de julho, de valor igual ou superior a 750.000€ (cfr. artigos 46.º e 48.º da LOPTC), e que não estejam isentos (cfr. 47.º da LPOTC), foram submetidos a fiscalização prévia do Tribunal de Contas, observando o disposto na Lei n.º 98/97, de 26 de agosto (Lei de Organização e Processo do Tribunal, LOPTC), e em cumprimento com as regras presentes na Resolução n.º 3/2022-PG de 8 de abril.

A ULSSM recorreu ao Despacho n.º 2879/2023 de 02 de março, para assunção de compromissos plurianuais, por forma a otimizar os recursos financeiros, materiais e administrativos até à sua

revogação, regendo-se então pelo disposto no Artigo 6º, n.º 1, alínea a) da LCPA Lei n.º 8/2012, 21 fevereiro; artigo 22.º do Decreto-Lei 197/99, de 8 de junho; artigo 11.º/1 do DL 127/2012 e Portaria 108/2021 de 4 março, tendo sido submetidos os pedidos de assunção de despesa plurianual, na plataforma SNS + Investimento e nos serviços online da DGO.

Os encargos com contratos de aquisição de serviços pela ULSSM são, também, regulados pelo LOE e DLEO, estando esta Entidade em cumprimento com a referida Legislação.

Para além das aquisições de medicamentos, de material de consumo clínico e de serviços efetuadas ao abrigo dos Contratos Públicos de Aprovisionamento (CPA) na área da Saúde e nas áreas Transversais, mediante convite à apresentação de proposta dirigido aos cocontratantes naqueles CPA e de acordo com o procedimento pré-contratual previsto no artigo 259.º do CCP, o Serviço de Gestão de Compras efetua igualmente aquisições de bens e serviços pelo Sistema Nacional de Compras Públicas, através da Unidade Ministerial de Compras do Ministério da Saúde, na qualidade de entidade voluntária, através de compra centralizada por via de contrato de mandato administrativo, no âmbito da agregação centralizada, promovida pelos Serviços Partilhados do Ministério da Saúde.

**c) Indicação de quais os atos ou contratos celebrados com valor superior a 5M€, independentemente da espécie do ato ou contrato em causa e se os mesmos foram sujeitos a visto prévio do Tribunal de contas, conforme determina o artigo 47.º da LOPTC**

Processo	Objeto Aquisitivo	Valor	Tipo	Sujeito a visto prévio do Tribunal de Contas
241000030	TAFAMIDIS 20 MG CAPS, PARA TRIÉNIO 2024-2026	30 636 000,00 €	Produtos Farmacêuticos	Não (sem redução a escrito)
241000150	Compra Centralizada de Medicamentos - 816/2024	14 545 804,35 €	Produtos Farmacêuticos	Não (sem redução a escrito)
241000119	Compra Centralizada de Medicamentos - 804/2024 (2024)	14 351 226,74 €	Produtos Farmacêuticos	Não (sem redução a escrito)
241000174	Compra Centralizada de Medicamentos - 831/2024	13 944 106,82 €	Produtos Farmacêuticos	Não (sem redução a escrito)
241000175	Compra Centralizada de Medicamentos - 822/2024	13 641 048,91 €	Produtos Farmacêuticos	Não (sem redução a escrito)
241000214	Compra Centralizada de Medicamentos - 887/2024	12 856 494,52 €	Produtos Farmacêuticos	Não (sem redução a escrito)
241000046	Medicamentos do foro oncológico e imunomoduladores	10 911 306,01 €	Produtos Farmacêuticos	Não (sem redução a escrito)
241000185	TAFAMIDIS 61 MG CAPS (TRIÉNIO 2024-2026)	10 194 300,00 €	Produtos Farmacêuticos	Não (sem redução a escrito)
241G000260	Moduladores CFTR no tratamento da Fibrose Quística.	9 159 574,88 €	Produtos Farmacêuticos	Sim (1069/2024)
241000153	Compra Centralizada de Medicamentos - 807/2024	7 230 120,11 €	Produtos Farmacêuticos	Não (sem redução a escrito)
241000197	Compra Centralizada de Medicamentos - 806/2024.	6 705 300,88 €	Produtos Farmacêuticos	Não (sem redução a escrito)
241000154	Compra Centralizada de Medicamentos - 832/2024	6 416 409,50 €	Produtos Farmacêuticos	Não (sem redução a escrito)
241A000015	Reagentes análises clínicas -24/26	6 208 400,70 €	Produtos Farmacêuticos	Sim (3169/2024)
241000138	Compra Centralizada de Medicamentos -794/2024	5 828 646,46 €	Produtos Farmacêuticos	Não (sem redução a escrito)
249X000360	Lavagem e Tratamento de Roupa Hospitalar- maio24 a jun26.	5 798 903,74 €	Prestação Serviços	Sim (1362/2024)
241000319	PATISIRAN 2 MG/ML SOL INJ AMP 5 ML.	5 500 241,60 €	Produtos Farmacêuticos	Não (sem redução a escrito)

**14. Medidas tomadas ao nível da adesão da empresa ao Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP)**

Natureza	Total sem IVA
Produtos Farmacêuticos	168 882 093 €
Material de Consumo Clínico	10 230 532 €
Material de Consumo Administrativo	629 222 €
Serviços	6 327 059 €
Equipamento Informático	654 537 €
<b>Total</b>	<b>186 723 443 €</b>

**15. Eficiência operacional, prevista no nº 1,2 e 3 do artigo 134º do DLEO 2024, e evolução dos gastos operacionais, previstas no nº4 e 5 do artigo 134º do DLEO 2024**

Plano de Redução de Custos							
	2024 (Executado)	2024 (Orçamento)	2023 (Executado)	Acréscimo 2024/2023		Acréscimo 2024/2024 Orç.	
				Valor	%	Valor	%
(1) CMVMC	-281 523 433 €	-292 020 106 €	-250 698 921 €	-30 824 512 €	10,9%	10 496 673 €	0,0%
(2) FSE	-167 261 187 €	-166 127 694 €	-78 699 304 €	-88 561 883 €	52,9%	-1 133 493 €	0,0%
(3) Gastos com Pessoal	-338 345 567 €	-347 937 344 €	-269 841 134 €	-68 504 433 €	20,2%	9 591 777 €	0,0%
i. Relativos aos Órgãos sociais	567 375 €	357 420 €	513 768 €	53 607 €	9,4%	209 955 €	0,0%
ii. Indemnizações pagas por rescisão	3 336 €	8 704 €	10 199 €	-6 863 €	205,7%	-5 368 €	0,0%
iii. Efeitos do acordo para a melhoria do rendimento	0 €	0 €	0 €	0 €	0,0%	0 €	#
iv. Valorizações remuneratórias que sejam obrigatórias	0 €	0 €	0 €	0 €	0,0%	0 €	#
(4) Gastos com Pessoal sem os impactos i, ii, iii e iv	-337 774 857 €	-347 571 220 €	-269 317 167 €	-68 457 690 €	20,3%	9 796 363 €	0,0%
(5) Gastos Operacionais = [(1)+(2)+(3)-(5)]	-787 130 187 €	-806 085 144 €	-599 239 359 €	-187 890 828 €	23,9%	18 954 957 €	0,0%
(6) Volume de Negócios (VN)	685 274 005 €	678 442 139 €	488 669 356 €	196 604 649 €	28,7%	6 831 866 €	0,0%
Vendas	8 574 €	9 500 €	8 818 €	-244 €	-2,8%	-926 €	0,0%
Prestação de serviços	673 801 161 €	669 232 639 €	473 172 762 €	200 628 399 €	29,8%	4 568 522 €	0,0%
Outros	11 464 270 €	9 200 000 €	15 487 776 €	-4 023 506 €	35,1%	2 264 270,40€	
(7) Impacto no VN							
(8) Volume de Negócios para efeitos do apuramento de eficiência operacional	685 274 005 €	678 442 139 €	488 669 356 €	196 604 649 €	28,7%	6 831 866 €	0,0%
(9) Peso dos Gastos/VN = (4)/(5)	-1,15	-1,19	-1,23	-0,96		0 €	0,0%

**16. Recursos Humanos e Massa Salarial (artigo 132º e 134º do DLEO 2024/Despachos de 29 de dezembro de 2023 do senhor Ministro das Finanças)**

**Evolução do número de Recursos Humanos e massa salarial**

Indicadores	2024 (Executado)	2024 (Orçamento)	2023 (Executado)	Acréscimo 2024/2023		Acréscimo 2024/2024 Orç.	
				Valor	%	Valor	%
N.º Total RH (O.S.+ Cargos de Direção+ Trabalhadores)	7514	7064	6602	912	12,1%	450	6,4%
N.º Órgãos Sociais (O.S.) (nº)	7	7	7	0	0,0%	0	0,0%
N.º Cargos de Direção sem O.S. (nº)	45	45	45	0	0,0%	0	0,0%
N.º Trabalhadores sem O.S. e sem Cargos de Direção (nº)	7462	7012	6550	912	12,2%	450	6,4%
Gastos com Dirigentes/Gastos com o Pessoal [b/(1-f)]	0,02	0,01	0,01	0	60,6%	0	
<b>Número viaturas</b>	<b>36</b>	<b>36</b>	<b>36</b>	<b>0</b>	<b>0,0%</b>	<b>0</b>	

**17. Do cumprimento do Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado, conforme previsto no artigo 28.º do RJSPE, artigo 105º da LOE 204 e artigo 91º do DLEO 2024**

Dando cumprimento ao regime aplicável nos termos do diploma acima referido, em 31 de dezembro de 2024, cerca de 96,6% das disponibilidades da ULSSM estavam depositadas no IGCP. No entanto, a ULSSM de acordo com autorização de 16 de abril de 2024 encontra-se exencionado da aplicação deste princípio para os anos de 2024 e 2025, por motivo de agilização na cobrança de taxas moderadoras e por utilização do sistema de *homebanking* do Banco Santander Totta.

IGCP (€)	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre
Disponibilidades	12 218 686€	12 595 297€	8 527 323€	5 572 069€
Aplicações financeiras	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>12 218 686€</b>	<b>12 595 297€</b>	<b>8 527 323€</b>	<b>5 572 069€</b>

Banca Comercial (€)	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre
CGD - Caixa Geral Depósitos SA	3 480 €	3 480 €	3 480 €	3 480 €
Banco Santander Totta	722 129€	€	143 393€	166 566€
<b>TOTAL</b>	<b>725 609€</b>	<b>57 803€</b>	<b>146 873€</b>	<b>170 046 €</b>

**18. Divulgação das recomendações dirigidas à ULSSM resultantes de Auditorias conduzidas pelo Tribunal de Contas nos últimos três anos, bem como as medidas tomadas e o respetivo resultado.**

Nos últimos dois anos não foram rececionados relatórios referentes a Auditorias do Tribunal de Contas no CHULN e, no último ano, não foi rececionado para a ULSSM.

**19. Elaboração e divulgação da demonstração não financeira prevista nos art.º 66º-B ou 508º-G do CSCS contendo no mínimo a informação indicada no n.º 2 dos mencionados artigos. Esta informação deverá ser preferencialmente apresentado no Relatório em separado do Relatório de Gestão, em anexo ao RGS,**

Esta informação consta de capítulo próprio no Relatório de Governo Societário.

Demonstração não financeira (art 66º-B Código Sociedades Comerciais	Menção
Modelo empresarial da empresa	Pontos I e II do RG relativos ao Sumário Executivo e à Missão, Objetivos e Políticas e pontos relativos à Apresentação Estrutura Orgânica e Demonstração não financeira no Relatório e Contas
Políticas seguidas pela empresa, resultados e riscos em relação às questões ambientais e sociais	Pontos VI e IX do RGS relativos à Organização Interna e à Análise de sustentabilidade da empresa nos domínios económico, social e ambiental e na Demonstração não financeira no Relatório e Contas
Políticas seguidas pela empresa, resultados e riscos em relação a questões relativas aos trabalhadores, à igualdade entre mulheres e homens e à não discriminação	Pontos VI e IX do RGS relativos à Organização Interna e à Análise de sustentabilidade da empresa nos domínios económico, social e ambiental e na Demonstração não financeira no Relatório e Contas
Políticas seguidas pela empresa, resultados e riscos em relação a questões relativas ao combate à corrupção e tentativas de suborno	Pontos VI e IX do RGS relativos à Organização Interna e à Análise de sustentabilidade da empresa nos domínios económico, social e ambiental e na Demonstração não financeira no Relatório e Contas
Indicadores chave de desempenho	Pontos II, VI e IX do RG relativos à Missão, Objetivos e Políticas e Organização Interna e à Análise de sustentabilidade da empresa nos domínios económico, social e ambiental e na Demonstração não financeira no Relatório e Contas

**20. Informação divulgada no sítio da Internet do SEE (portal da DGTF) a 31 de dezembro de 2024.**

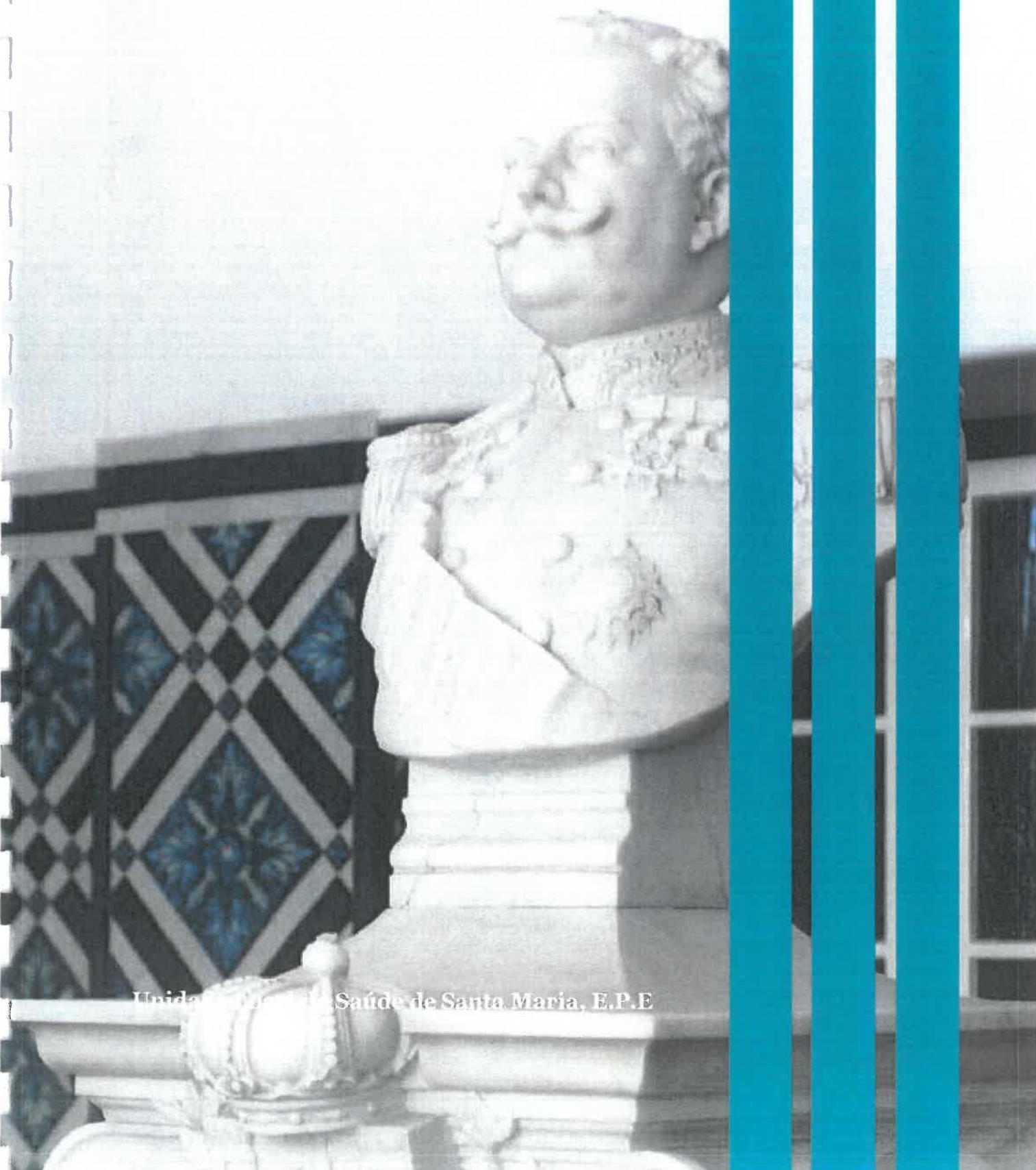
Informação	Divulgação			Data atualização	Comentários
	Sim	Não	N. A.		
Estatutos	X				
Caraterização da empresa	X				
Função da Tutela e Acionista	X				
Órgãos Sociais e Modelo de Governo:	X				
Identifica dos órgãos sociais	X				
Estatuto remuneratório fixado	X				
Divulgação das remunerações auferidas pelos Órgãos Sociais	X				
Identificação das funções e responsabilidades dos membros do Conselho de Administração	X				
Apresentação das sínteses curriculares dos membros dos Órgãos Sociais	X				
Esforço Financeiro Público	X				
Ficha Síntese	X				
Informação financeira histórica e atual	X				
Princípios do Bom Governo	X				
Regulamentos internos e externos	X				
Transações Relevantes com entidades relacionadas	X				
Outras transações	X				
Análise da sustentabilidade da empresa: económico; social e ambiental	X				
Avaliação do cumprimento dos Princípios do Bom Governo	X				
Código de Ética	X				

# 2024

## Relatório e Contas

Unida

Saúde de Santo Maria, E.P.E







## 8 Análise do Desempenho Económico-Financeiro

A informação atinente à Atividade Assistencial e Desempenho Económico-Financeiro, cujo resultado se consubstancia, entre outros, no “Relatório Analítico e Desempenho Económico e Financeiro” continua a ser reportada com a periodicidade requerida, bem como a informação pretendida pela DGO, para monitorização da Execução Orçamental, e para a DGTF através da plataforma SIRIEF, assim como outras de caráter esporádico que ao longo do ano sempre surgem, tendo o carácter de urgência como denominador comum.

O ano de 2024, representou para a ULSSM, um desafio extra em termos de uniformização de processos contabilísticos, reportes e acompanhamento da nova realidade da integração dos Cuidados de Saúde Primários.

Salienta-se que, com a criação da Unidade Local de Saúde de Santa Maria a 1 de janeiro de 2024, a apresentação das contas de 2024 não cumpre com o princípio contabilístico da comparabilidade, isto é, as informações não estão apresentadas de *“forma que permita comparações ao longo do tempo ou entre diferentes entidades, auxiliando na avaliação de desempenho e na análise de tendências”*. Não tendo recebido orientações superiores da Tutela as contas não refletem movimentos de integração da ARSLVT.

A dotação orçamental inicial que nos foi atribuída para o ano de 2024, tal como em anos anteriores, verificou-se insuficiente, tal como antecipávamos e tivemos oportunidade de mencionar em sede de elaboração da memória justificativa do respetivo “Projeto de Orçamento”. Por ser escassa, obrigou-nos a alertar por diversas vezes às Tutelas Setorial e das Finanças, requerendo reforços de capital para solver compromissos assumidos e não pagos de anos anteriores.

A insuficiência de dinheiro e o seu direcionamento para atividades *core* da instituição condiciona inapelavelmente, toda e qualquer proposta de inovação que possamos pensar implementar. Com a nova realidade dos CSP do ponto de vista económico financeiro o ano de 2024, revelou-se um ano de consolidação e reorganização de processos de modo a funcionar como ULS, no seu todo.

Não obstante, continuámos o esforço iniciado em 2023, no sentido de retomar os dois projetos que suportam a aplicação das Normas de Contabilidade Pública n.º 26 (Contabilidade Orçamental) e n.º 27 (Contabilidade de Gestão), do SNC- AP.

**Contabilidade Analítica** – iniciou-se no último trimestre de 2021, a implementação de um modelo de obtenção de custos diretos e indiretos, baseado na informação obtida na contabilidade patrimonial, e que introduzindo as regras de imputação nos permitirá obter uma visão da estrutura de custos por serviço/departamento no CHLN, base da contabilidade de Gestão. Encontra-se implementado em pleno, face às instruções da tutela, tendo o CHULN construído, em paralelo, um modelo onde refizemos algumas das premissas de distribuição de custos para melhor espelhar a atividade. O ano de 2023, pautou-se por um aprofundar dos critérios de rateio e distribuição de custos recorrendo a integração de informação de outros repositórios internos, apresentando-se um quadro resumo em capítulo próprio.

Em junho 2024, a ACSS publicou o novo Plano de Contabilidade Analítica promovendo reuniões com as instituições, ao longo do último trimestre do ano, pelo que abandonamos o nosso esforço no modelo descrito anteriormente e estamos neste momento a implementar seguindo as novas diretrizes da Tutela.

**Contabilidade Orçamental** – face às inúmeras dificuldades encontradas na sua implementação em anos anteriores, apesar de todo o esforço das equipas internas, ainda não foi possível, em 2023, concluir este projeto. No entanto, durante o ano em curso e, com outro parceiro de implementação, foi possível preparar a transição em termos de afetação de rubricas de despesa e receita, e iniciar o ano de 2024 já a trabalhar com este referencial, pelo que estamos finalmente a reportar na plataforma do Tribunal de Contas com a panóplia de mapas obrigatórios neste normativo.

A presente análise Económico-Financeira encontra-se baseada no referencial contabilístico SNC-AP, suportando a nossa análise em quadros detalhe sempre que possível.

## 8.1 Desempenho Económico

O Resultado Líquido apresentado em 2024, negativo em 111.456.731€ e o EBITDA negativo de 99.999.119€, enquanto que, em 2023, o CHLN individualmente apresentou um Resultado Líquido negativo de 62.445.288€ e um EBITDA negativo de 51.001.603€, no ano anterior.

Tal como em anos anteriores confirma-se um Resultado Operacional negativo dado o valor dos custos estruturais que a ULSSM suporta. Salientamos os valores de CMVMC, que continua sempre em crescendo face ao tipo de atividades complexas que prestamos, em termos de cuidados de saúde, aos FSE que acompanham a subida do salário mínimo refletida em rubricas como limpeza, alimentação, lavandaria, vigilância e segurança e, essencialmente, aos Gastos com Pessoal resultado da legislação emanada.

Apresenta-se no quadro seguinte as principais rubricas que concorrem para os resultados económico e financeiros:

Indicadores de Gastos, Rendimentos e Resultados (M€)	2024	2023	Variação 2024-2023
<b>Gastos Operacionais</b>	<b>789,94</b>	<b>602,92</b>	<b>31,02%</b>
<b>Rendimentos Operacionais</b>	<b>689,94</b>	<b>551,92</b>	<b>25,01%</b>
<b>EBITDA</b>	<b>-99,00</b>	<b>-51,00</b>	<b>94,12%</b>
Amortizações	-11,40	-11,38	0,18%
<b>Resultado Operacional Antes Gastos Financiamento</b>	<b>-111,41</b>	<b>-62,38</b>	<b>78,60%</b>
Juros e Rendimentos Similares Obtidos	0,00	0,00	0,00%
Juros e Gasto Similares Suportados	-0,01	-0,03	-66,67%
<b>Resultados Antes de Impostos</b>	<b>-111,42</b>	<b>-61,41</b>	<b>81,44%</b>
Imposto do Exercício	-0,04	-0,04	0,00%
<b>Resultado Líquido</b>	<b>-111,46</b>	<b>-61,45</b>	<b>81,38%</b>

Analisando a evolução dos Ganhos e Rendimentos obtemos o seguinte quadro:

RENDIMENTOS OPERACIONAIS (M€)	2024	2023	Variação 2024-2023
<b>Rendimentos Operacionais</b>	<b>690,0</b>	<b>552,0</b>	<b>25,00%</b>
<b>Taxas Moderadoras</b>	<b>0,8</b>	<b>1,0</b>	<b>-20,00%</b>
<b>Prestação de Serviços</b>	<b>673,8</b>	<b>473,2</b>	<b>42,39%</b>
SNS - Contrato Programa	662,1	461,6	43,44%
SNS - Programas Verticais	6,4	4,3	48,84%
Outras Entidades	5,3	7,3	-27,40%
<b>Transferências e Subsídios Correntes</b>	<b>5,6</b>	<b>57,4</b>	<b>-90,25%</b>
<b>Outros Rendimentos Operacionais</b>	<b>9,8</b>	<b>20,2</b>	<b>-51,49%</b>
<b>Juros e Outros Rendimentos Similares</b>	<b>0,0</b>	<b>0,2</b>	

O aumento global de 25%, que se traduz numa variação de 137 M€ globais, deve-se ao acréscimo de Produção por via da verba de captação.

Refira-se que, o Contrato-Programa SNS foi reconhecido nas Prestações de Serviços como rendimento faturável em 98% e o remanescente como acréscimos de rendimentos, de acordo com a comunicação da ACSS, a 10 janeiro de 2025. O seu valor representa uma contrapartida financeira fixada mediante um valor prospectivo correspondente a atos e atividades, calculado com um modelo de financiamento de base capitacional, ajustada pelo risco, pelos fluxos e pela diferenciação das entidades de acordo com regras estabelecidas.

O valor final do Contrato Programa 2024 inclui 46.326.694€ da verba atribuída a título de incentivos, evidenciando a necessidade de garantir a resposta à procura crescente de cuidados de saúde, incluídos também na rubrica de Prestações de Serviços, contrariamente ao Rendimentos de Contexto nos anos anteriores refletidos em **Transferência Correntes e Subsídios**.

Considerando a divulgação pela ACSS da Circular Informativa nº 1/2020 atualizámos as **Taxas Moderadoras**, que se encontravam por cobrar e ainda não reconhecidas em Acréscimos. A diminuição desta linha está diretamente relacionada com a legislação publicada em junho 2022.

A análise por linhas de produção é efetuada em capítulo próprio da Atividade Assistencial.

Os **Programas Verticais** em 2024 referem-se a Incentivos a Transplantes, Assistência Médica ao Estrangeiro, Atrofia Muscular Espinhal, e correspondem à nossa melhor estimativa, confirmada pela comunicação da ACSS, no dia 28 de março 2025.

A **Produção não SNS** reflete essencialmente os subsistemas, seguradoras e embaixadas.

Em **Outros Rendimentos Operacionais** destacamos essencialmente a não faturação de medicamentos cedidos em ambulatório cujo encargo financeiro pertence à ARSLVT.

Em relação aos **Gastos e Perdas** salientamos as principais rubricas, no seguinte quadro:

GASTOS OPERACIONAIS (M€)	2024	2023	Variação 2024-2023
Gastos Operacionais	790,00	602,92	31,03%
Materiais de Consumo	281,5	250,7	12,29%
Fornecimento e Serviços Externos	167,3	78,7	112,58%
FSE Serviços de Saúde	98,9	22,76	334,53%
Outros FSE	68,4	55,93	22,30%
Gastos com Pessoal	338,3	269,8	25,39%
Outros Gastos Operacionais	2,9	3,72	-22,04%

Analizando em detalhe verificamos que o aumento dos Gastos Operacionais, em termos percentuais, se deve essencialmente à rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos devido aos denominados gastos com os convencionados, a Gastos com Pessoal, e Materiais de Consumo.

Apresenta-se em seguida alguns quadros detalhando as principais variações:

Detalhe de Materiais de Consumo (M€)	2024	2023	Variação 2024-2023
Materiais de Consumo	281,5	250,6	12,33%
Produtos Farmacêuticos	212,8	190,7	11,59%
Medicamentos	198,1	177,3	11,73%
Reagentes e outros	14,7	13,4	9,70%
Material Consumo Clínico	65,7	57,1	15,06%
Outros Materiais de Consumo	3	2,8	7,14%

Na análise do consumo de Medicamentos verificou-se um desvio que se deve essencialmente, a dois grupos farmacêuticos (medicamentos antineoplásicos e imunomoduladores e anti-infeciosos). Refira-se que 58% localiza-se em Hospital de Dia em que a Unidade de Oncologia se destaca (+7MEUR). Em relação à obtenção de rappel verificou-se a obtenção de +4MEUR (+5,9%) ou seja, (72 MEUR em 2024 face a 68 MEUR em 2023).

O aumento verificado em Material de Consumo Clínico reflete-se nos acréscimos das próteses e material de tratamento acompanhando a evolução da produção nos serviços clínicos;

No que concerne ao Fornecimentos e Serviços Externos verificamos o seguinte

Detalhe FSE (M€)	2024	2023	Variação 2024-2023
<b>Fornecimento e Serviços Externos</b>	<b>167,3</b>	<b>78,69</b>	<b>112,61%</b>
FSE Serviços de Saúde	98,9	22,76	334,53%
Meios complementares de Diagnóstico	22,8	8,36	172,73%
Patologia Clínica	11,15	3,68	202,99%
Radiologia	7,4	3,01	145,85%
Medicina Nuclear	1,7	1,4	21,43%
Meios Complementares de Terapêutica	15,66	2,57	509,34%
Hemodialise	7,37	0	
Medicamentos	43,53	0	
Internamentos	8,3	8,32	-0,24%
Psiquiatria	3,78	3,59	5,29%
Continuados	1,91	1,33	43,61%
SIGIC	2,61	3,4	-23,24%
Outros FSE	68,4	55,93	22,30%
Serviços Médicos e outros RH	6,18	3,36	83,93%
Transporte de Doentes	12,47	9,69	28,69%
Serviços de Alimentação	6,46	5,94	8,75%
Serviços de Lavandaria	2,45	2,42	1,24%
Vigilância e Segurança	4,74	2,98	59,06%
Conservação e Reparação	17,16	13,83	24,08%
Comunicações	0,53	0,38	39,47%
Eletricidade	2,83	3,64	-22,25%
Combustíveis e Lubrificantes	0,63	0,54	16,67%
Água	0,73	0,78	-6,41%
Limpeza, Higiene e Conforto	8,3	6,64	25,00%

Destacamos o aumento nas rubricas Patologia Clínica e Radiologia e o aparecimento de novas linhas como a Hemodialise traduzindo o efeito da integração dos cuidados de saúde primários, geralmente denominados convencionados. Destaque particular para a linha de Medicamentos e Vacinas que representam 44% do total dos Gastos Serviços Saúde. Em sentido inverso observamos um decréscimo de SIGIC como resultado do esforço de internalização.

Os Serviços especializados, apresentam um aumento resultante da consequência das políticas salariais que influenciaram os contratos hoteleiros, acrescido do crescimento das prestações de serviços médicos, totalizando a variação dos “serviços especializados” (+27%; 8,8MEUR), nomeadamente no que concerne aos CSP (+3,4 MEUR). Energia e Fluidos, diminuíram 14% (-0,7 MEUR) com tendência inversa à rubrica de combustíveis. Deslocações e Estadas, aumentam 31,6%, atingindo os 12,7 MEUR, devido ao retomar da atividade e aos CSP (1,6 MEUR), influenciando o número e o valor de gastos de Transportes de Doentes (9,6 MEUR em 2023 e 7,2 MEUR em 2022). Serviços Diversos, registam acréscimos de 15,6%, refletindo o efeito do aumento de salário mínimo e o encargo com os CSP (0,9MEUR), essencialmente no que diz respeito à rubrica de Limpeza, mantendo as restantes rubricas os valores em linha com o período homólogo. Em sentido inverso representando uma poupança de 0,5 MEUR, apresenta-se a rubrica de Rendas e Alugueres em consequência da inativação dos contentores.

Em relação aos Gastos com Pessoal a sua variação encontra-se explanada em capítulo próprio inserido nos Recursos Humanos.

Detalhe de Gastos com Pessoal (M€)	2024	2023	Variação 2024-2023
Gastos com Pessoal	338,33	269,8	25,40%
Remunerações Base	177,46	133,7	32,73%
Suplementos de Remuneração	66,07	60,2	9,75%
Trabalho Extraordinário	36,55	34,8	5,03%
Subsídios de Férias e Natal	28,55	22,9	24,67%
Encargos Sobre Remunerações	62,7	49,2	27,44%
Outras Despesas com Pessoal	3,55	3,8	-6,58%

De modo a obter uma análise mais linear do impacto dos gastos nas diversas rubricas da ULSSM incluímos um quadro resumido por grandes linhas:

Gastos com ACES	2024
Custo das Mercadorias	2 687 970 €
Fornecimentos e Serviços	79 490 996 €
Gastos com Pessoal	32 094 545 €
Outros Gastos e Perdas	1 779 €
Gastos/Reversões de Depreciação	400 €
Total Gastos	114 275 689 €

## 8.2 Execução orçamental económica – contrato programa

RENDIMENTOS E GASTOS (€)	Acumulado ano 2023	Acumulado ano 2024	Orçamento ano 2023/4	Desvio face ao Orçamento	
				Em valor	Em %
Impostos, Contribuições e Taxas	1 037 120 €	780 134 €	1 200 000 €	-419 866 €	-34,99
Vendas	8 818 €	8 574 €	9 500 €	-926 €	-9,75
Prestações de Serviços e Concessões	473 172 762 €	673 801 161 €	669 232 639 €	4 568 522 €	0,68
Transferências e Subsídios Correntes Obtidos	57 410 178 €	5 567 834 €	2 200 000 €	3 367 834 €	153,08
Variações nos Inventários da Produção				0 €	
Trabalhos para a Própria Entidade	1 583 061 €	1 642 538 €	1 800 000 €	-157 462 €	-8,75
Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas	-250 698 922 €	-281 523 433 €	-292 020 106 €	10 496 673 €	-3,59
Fornecimentos e Serviços Externos	-78 699 304 €	-167 261 187 €	-166 127 694 €	-1 133 493 €	0,68
Gastos com o Pessoal	-269 841 135 €	-338 345 567 €	-347 937 344 €	9 591 777 €	-2,76
Transferências e Subsídios Concedidos				0 €	
Prestações Sociais				0 €	
Imparidade de Inventários (perdas/reversões)				0 €	
Imparidade de Dívidas a Receber (perdas/reversões)	102 068 €	-109 646 €		-109 646 €	
Provisões (aumentos/reduções)	-450 952 €	-505 547 €	-300 000 €	-205 547 €	68,52
Imparidade de Investimentos Não Depreciáveis/Amortizáveis (perdas/reversões)				0 €	
Aumentos/Reduções de Justo Valor				0 €	
Outros Rendimentos e Ganhos	18 603 633 €	8 250 133 €	5 800 000 €	2 450 133 €	42,24
Outros Gastos e Perdas	-3 228 931 €	-2 304 113 €	-1 001 819 €	-1 302 294 €	129,99
	0 €	0 €	0 €	0 €	
<b>Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento</b>	<b>-51 001 603 €</b>	<b>-99 999 120 €</b>	<b>-127 144 824 €</b>	<b>27 145 704 €</b>	<b>-21,35</b>
Gastos/Reversões de Depreciação e Amortização	-11 381 792 €	-11 414 240 €	-12 800 000 €	1 385 760 €	-10,83
Imparidade de Investimentos Depreciáveis/Amortizáveis (perdas/reversões)	0 €	0 €	0 €	0 €	
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)</b>	<b>-62 383 395 €</b>	<b>-111 413 360 €</b>	<b>-139 944 824 €</b>	<b>28 531 464 €</b>	<b>-20,39</b>
Juros e Rendimentos Similares Obtidos	1 004 €	2 390 €	5 000 €	-2 610 €	-52,21
Juros e Gastos Similares Suportados	-29 897 €	-12 761 €	-30 000 €	17 239 €	-57,46
<b>Resultado antes de impostos</b>	<b>-62 412 288 €</b>	<b>-111 423 731 €</b>	<b>-139 969 824 €</b>	<b>28 546 093 €</b>	<b>-20,39</b>
Imposto Sobre o Rendimento	-33 000 €	-33 000 €	0 €	-33 000 €	
<b>Resultado líquido do período</b>	<b>-62 445 288 €</b>	<b>-111 456 731 €</b>	<b>-139 969 824 €</b>	<b>28 513 093 €</b>	<b>-20,37</b>
Variação dos Gastos relevantes para EBITDA	-559 681 261 €	-789 939 847 €	-807 386 963 €	17 652 663 €	-2,16
Variação dos Rendimentos relevantes para EBITDA	513 081 292 €	689 940 728 €	680 242 139 €	9 493 041 €	1,43
<b>EBITDA</b>	<b>-46 599 969 €</b>	<b>-99 999 120 €</b>	<b>-127 144 824 €</b>	<b>27 145 704 €</b>	<b>-21,35</b>

\* de acordo com a Demonstração de Resultados submetida no SICA no dia 28/02/25 para elaboração de adenda ao Contrato Programa de 29/01/25

Face ao orçamentado para 2024 em sede de Contrato Programa destacamos aqui as principais variações no que concerne aos Gastos e Perdas, como sejam o decréscimo do CMVMC por via de obtenção de rappel em valores superiores ao estimado. A variação negativa dos FSE está relacionada com o fato de não existir histórico nomeadamente no que concerne aos gastos com os convencionados, destacando-se nesse grupo os Medicamentos.

Os Gastos com Pessoal apesar de todas uma panóplia de legislação: alteração à tabela remuneratória dos enfermeiros com efeito a 01-11-2024; reconstituição da carreira de enfermagem no âmbito do DL 80-B/2022; adesão dos médicos ao regime de dedicação plena; suplemento remuneratório dos profissionais afetos à USF modelo B; aplicação do suplemento remuneratório previsto no DL 45-A/2024 e os processos de avaliação das carreiras gerais e enfermeiros bem como a contagem de pontos dos TSDT e acelerador de carreiras, conseguiu apresentar uma poupança de 9,6 MEUR dado que as políticas elencadas não foram aplicadas para os catorze meses , mas sim ao longo do ano. Os cuidados de saúde primários contribuíram para este impacto em 32,5 MEUR.

O desvio por linha de produção encontra-se explicados no capítulo da atividade assistencial.

### 8.3 Síntese Execução Orçamental – Receita e Despesa

A Conta Geral do Estado é o principal documento de prestação de contas do Estado, que encerra o ciclo orçamental anual.

O presente relatório apresenta os dados mais atualizados do fecho do exercício, quer do ponto de vista orçamental quer do ponto de vista financeiro. O reporte da informação foi efetuado no Sistema de Informação de Gestão Orçamental (SIGO) a 31 de março de 2024, cumprindo com a Lei de Enquadramento Orçamental.

Esta ULS solicitou a prorrogação do prazo de entrega da Conta de Gerência ao Tribunal de Contas, a qual foi aceite. Todavia, a submissão do reporte no SIGO foi efetuada no prazo estabelecido na Lei.

Ressalva-se que, após a submissão deste reporte, foram ainda efetuados ajustamentos, validações, cruzamento entre mapas, de modo a que fosse possível cumprir com o reporte no Tribunal de Contas.

Apresentamos nos pontos seguintes a informação relativa à execução orçamental da ULSSM, no âmbito do apuramento da Conta de Gerência do Estado de 2024.

## Execução Orçamental da Receita

Neste ponto pretende-se analisar a estrutura da receita por classificação económica no ano de 2024 e a sua evolução.

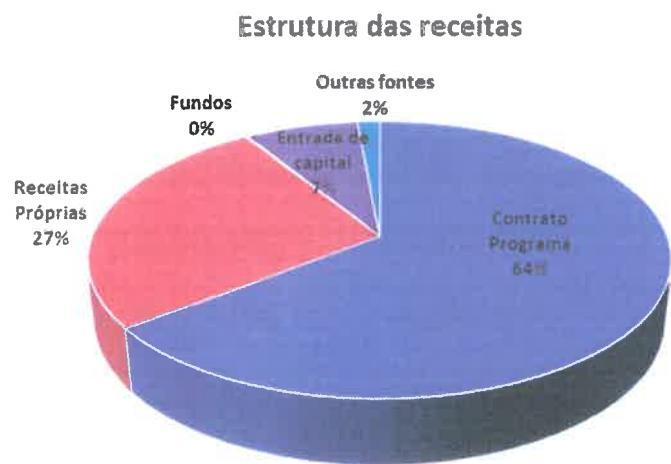
A execução orçamental da receita a dezembro de 2024 apresenta um total de recebimentos de 774M€, com um grau de execução que ascende a 74,80%, apresentando um decréscimo, face ao período homólogo, analisando a execução anual com o valor do orçamento.

Receita	Dez 2022	Dez 2023	Dez 2024
Valor Orçamentado	759 043 859 €	808 348 393 €	1 035 412 111 €
Valor Executado	602 390 342 €	651 752 291 €	774 531 278 €
Grau de Execução	79,36%	80,63%	74,80%

No que se refere à previsão inicial, o orçamento aprovado para a ULSSM, perfaz o montante total de 933M€, (ainda que insuficiente para fazer face a todas as despesas). Ao longo do ano de 2024, o orçamento sofreu alguns ajustamentos, pelo que o total das previsões corrigidas foi de 1.035M€. Realce para a entrada de capital para cobertura de prejuízos (76,1M€), recebidos da Direção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF). Acresce a transição do saldo de 2023, no valor de 9M€. Contudo, cumprindo com o Despacho 339/SEAO/2024, foi efetuado um ajustamento ao Contrato-Programa, com uma redução no orçamento de 22,7M€.

Porém, é necessário ressalvar que o valor do orçamento se divide em duas grandes fontes de financiamento, a fonte 511 – Receitas com origem em RI provenientes do OE, que se referem na íntegra às verbas transferidas pela ACSS, referentes ao Contrato-Programa e Descentralização e a FF 513 - RP do ano - Com outras origens. Esta fonte de financiamento, aquando da elaboração do Orçamento de Estado é sobrevalorizada, no sentido em que, seguindo a regra de equilíbrio orçamental. Em sede de elaboração do orçamento para a ULSSM, após a atribuição do plafond correspondente ao Contrato-Programa, a verba é distribuída no grupo de despesas com pessoal e na rubrica de medicamentos. As restantes áreas ficam sem cobertura por esta fonte de financiamento e, o remanescente é orçamentado pela fonte 513 (receitas próprias). Acontece que a execução das receitas próprias fica sempre aquém da previsão inicial e por essa razão, a execução da receita não atinge os 100% face ao valor orçamentado.

O grau de execução da receita diminuiu face a 2023, mas é importante salientar que, no período homólogo, o valor do reforço para cobertura de prejuízos recebidos da DGTF foi superior, face a 2024 (93M€). Ressalva-se ainda que, o valor registado em fontes próprias para o equilíbrio orçamental, foi mais baixo face a 2024 (cerca de -90M€).



Conforme referido anteriormente, a fonte de financiamento de receitas próprias (FF513) representa uma grande fatia do orçamento, no entanto, o grau de execução ascendeu a apenas a 5,7%. O valor registado para equilibrar o orçamento inicial (241M€), evidencia assim o subfinanciamento desta Unidade Local de Saúde. Situação reportada, anualmente, na memória justificativa do orçamento.

No quadro seguinte apresenta-se o detalhe da execução da receita.

RUBRICA	DESCRÍCION	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO CORRIDIDA	TOTAL	GRAU DE EXECUÇÃO %
04	Taxas, Multas e Outras Penalidades	856 977 €	856 977 €	475 654 €	55,50
06	Transferências Correntes	2 819 543 €	9 604 013 €	6 304 866 €	65,65
07	Venda de Bens e Serviços	930 113 252 €	929 524 781 €	674 690 370 €	72,58
08	Desconto Pronto Pagamento	100 000 €	130 000 €	126 451 €	97,27
10.00	Receitas de Capital - Comparticipação Projetos	-€	619 088 €	619 087 €	100,00
12.06	Passivos Financeiros	104 166 €	76 997 313 €	76 997 312 €	100,00
15.01	Reposição Não Abatidas nos Pagamentos	-€	8 608 076 €	6 245 676 €	0,00
16.00	Saldo Transitado (2023)	-€	9 071 863 €	9 071 861 €	100,00
<b>TOTAL</b>		<b>933 993 938 €</b>	<b>1 035 412 111 €</b>	<b>774 531 278 €</b>	<b>74,80</b>

A taxa de execução atingiu os 74,80%, uma ligeira subida face ao período homólogo, devido aos seguintes fatores:

- Em consequência da legislação aplicada, a previsão inicial da rubrica referente à receita de Taxas Moderadoras tem vindo a diminuir, com uma execução de apenas 55,50%;
- O nível de recebimentos face à atividade assistencial mantém-se, acompanhando o valor indicado pela ACSS;
- As Transferências Correntes cobradas em 2024, resultam do esforço adicional, no que concerne à cobrança dos ensaios clínicos;
- A rubrica de Venda de Bens e Serviços ainda reflete a dependência total dos adiantamentos ao contrato programa para fazer face às despesas;
- A rubrica de Passivos Financeiros evidencia a entrada de capital para cobertura de prejuízos, recebida e executada em dezembro de 2024.

A rubrica referente às participações de projetos apresenta uma taxa de execução de 100%, uma vez que, não estava previsto receber nesse âmbito, refletindo-se em um crédito especial para a ULSSM.

### Execução Orçamental Despesa

Neste ponto pretende-se analisar a execução da despesa por classificação económica no ano em apreço, e a sua evolução comparada.

O quadro seguinte apresenta a evolução da despesa nos últimos três anos, face ao valor orçamentado, com referência ao mês de dezembro.

Despesa	Dez 2022	Dez 2023	Dez 2024
Valor Orçamentado	757 828 511 €	801 876 458 €	1 035 412 111 €
Valor Executado	595 916 312 €	642 680 429 €	769 776 684 €
Grau de Execução	78,63%	80,15%	74,34%

Como se pode verificar o valor orçamentado tem vindo a subir significativamente. Não obstante, como foi referido anteriormente, o valor registado para o equilíbrio orçamental tem relevância para esta análise.

A despesa paga acumulada apresentada em dezembro de 2024, foi superior à despesa no mesmo período de 2023, devido principalmente à criação da Unidade Local de Saúde em 01 de janeiro de 2024, com integração dos Centros de Saúde Primários, verificou-se que, no decorrer da atividade ao logo do ano, que o valor estimado em algumas rubricas orçamentais seria manifestamente insuficiente, pelo que se impôs alguns ajustamentos que permitiram garantir a prestação de cuidados de saúde sem interrupções. A área sob maior pressão foi a dos serviços especializados, nomeadamente a prestação de serviços médicos.

No gráfico seguinte é possível verificar os valores pagos por tipo de despesa e respetivo peso relativo.



Do valor total pago, 55% corresponde a Aquisição de Bens e Serviços e 43% a Despesas com o Pessoal (Remunerações, Abonos e Segurança Social). As rubricas do grupo de Aquisição de Bens e Serviços que mais consomem o orçamento anual, são as correspondentes a medicamentos e material de consumo clínico.

O quadro que se segue apresenta o detalhe do grau de execução da despesa.

MAPA DESPESA - ORÇAMENTO FINANCEIRO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO CORRIGIDA	COMPROMISSOS	TOTAL PAGAMENTOS	GRAU DE EXECUÇÃO %
01 Despesas com Pessoal	337 281 311 €	341 562 519 €	339 669 361 €	328 388 570 €	96,14
02 Aquisição de Bens e Serviços Correntes	563 579 389 €	666 662 671 €	655 732 366 €	427 005 943 €	64,05
06 Outras Despesas Correntes	1 176 877 €	1 796 725 €	1 795 012 €	1 597 665 €	88,92
07 Aquisição de Bens de Capital	31 956 362 €	25 390 196 €	22 683 459 €	12 784 506 €	50,35
<b>TOTAL</b>	<b>933 993 939 €</b>	<b>1 035 412 111 €</b>	<b>1 019 880 198 €</b>	<b>769 776 684 €</b>	<b>74,34</b>

A despesa apresenta um grau de execução global de 74,34%, o que significa que o nível de execução da despesa está equilibrado face ao nível da execução da receita.

Antes de se analisar as várias rubricas da despesa e alguns dos fatores explicativos para a sua execução, importa salientar que o valor dos pagamentos efetuados está sempre em consonância com a receita, porém, a maior problemática da despesa está nos compromissos, no sentido em que, para se enquadrar processos aquisitivos é necessária dotação orçamental disponível para o devido enquadramento. E, é com esta dificuldade que a ULSSM se debate ao longo dos anos, uma vez que, os compromissos tendem a aumentar e o orçamento não acompanha em igual ritmo.

Analizando as rubricas destacamos alguns fatores

- O grupo 01 – Despesas com Pessoal, contrariamente aos anos anteriores, o orçamento sofreu poucos ajustamentos. O valor dos pagamentos é inferior aos compromissos e dotação corrigida, atendendo a que os impostos de dezembro apenas são liquidados em janeiro do ano seguinte;
- Relativamente ao grupo de Aquisição de Bens e Serviços correntes, verifica-se um saldo positivo no que se refere ao valor da dotação corrigida face aos compromissos assumidos e aos pagamentos.
- Para o saldo positivo contribuiu a atribuição de 76,1M€, recebidos da DGTF, para cobertura de prejuízos como contrapartida de pagamento da dívida a fornecedores aplicando o critério da antiguidade. A distribuição deste valor ocorreu nas rubricas de produtos farmacêuticos, material de consumo clínico, alimentação, assistências técnicas e produção ao exterior;
- No que se refere a Aquisições de Bens de Capital, a nível de projetos, não se verificou grande impacto, atendendo a que, os projetos em curso ficaram concluídos em 2023. Todavia, iniciou-se um projeto ao abrigo do PRR, encontrando-se a 50% da sua

execução. Ao analisar a execução do plano de investimento que garanta a continuidade em ações de adaptação das infraestruturas dos serviços, bem como as necessárias benfeitorias de conservação e reparação como:

- Concretização da Renovação e remodelação do Serviço de Hematologia e Transplantação da Medula Óssea (UTMO) que tem como objetivo adequar as instalações às especificações técnicas exigíveis na atualidade dadas as imposições em termos de licenciamento. Este serviço dispõe de quatro unidades funcionais cujo número de camas necessita de ser aumentado e restrukturado sendo que o internamento terá obrigatoriamente de incluir equipamentos sanitários próprios, filtros HEPA e climatização própria;
- Remodelações várias nos Serviços que necessitam de melhoramentos ao nível das estruturas sendo que o objetivo principal será o de adaptar as condições existentes para aumentar.

A ULSSM assume o compromisso e a preocupação com um ambiente mais sustentável, com o conforto dos seus utentes e dos seus colaboradores, promovendo várias melhorias nas infraestruturas, apostando na qualidade técnica com a modernização dos equipamentos e sistemas, bem como a continuidade do desenvolvimento dos sistemas de informação, tendo sempre como objetivo principal que todos estes investimentos tenham como consequência o aumento da atividade de modo a diminuir as listas de espera existentes.

Assim sendo, podemos afirmar que apesar da ULSSM efetuar a gestão possível da dotação de receitas que lhe é atribuída, e de alertar em sede própria que a mesma é insuficiente para o cumprimento cabal da sua missão, existem outros fatores que não podemos deixar de enumerar, e que constituem uma pressão diária, como seja:

- Existência de um diferencial entre o Orçamento Financeiro (OE) e o Orçamento Económico (CP) sendo que o primeiro é submetido na Direção Geral do Orçamento, sob a alçada do Ministério das Finanças;
- Aumento da despesa em Medicamentos fruto da pressão dos utentes em face das novas terapêuticas, constituindo fatores exógenos, não previsíveis, e o elevado custo com medicamentos utilizados em patologias, sem qualquer contrapartida de financiamento tornando o orçamento financeiro manifestamente insuficiente para absorver tanto os compromissos como os pagamentos;

- O volume da dívida existente em 31 de dezembro de 2024, que transitou em Balanço para 2025, alvo do reforço dos 76 M€ acima descritos, destinado única e exclusivamente a este fim, foi insuficiente para que a dívida no final de 2024. No entanto, resultado de uma apertada política de pagamentos por antiguidade o valor da dívida total diminuiu face ao ano anterior, sendo o PMP de 96.

No quadro seguinte é apresentada a variação face ao período homólogo, no que se refere à execução dos compromissos.

Resumo da execução da despesa - Compromissos				
Rubricas	Dez 2023	Dez 2024	Variação homóloga	%
Despesas Com Pessoal	270 623 873 €	339 669 361 €	69 045 488 €	20%
Aquisição de Bens e Serviços Correntes	387 255 113 €	655 732 366 €	268 477 253 €	41%
Outras Despesas	1 563 758 €	1 795 012 €	231 254 €	13%
Investimento	17 076 172 €	22 683 459 €	5 607 286 €	25%
<b>Total</b>	<b>676 518 916 €</b>	<b>1 019 880 198 €</b>	<b>343 361 282 €</b>	<b>99%</b>

Se a análise for efetuada tendo em consideração que o orçamento de despesa deve ter como principal foco o valor dos compromissos, pois é sempre necessária dotação para se assumir cabimentos/compromissos. A falta de dotação orçamental limita e condiciona toda a atividade da ULSSM, se considerarmos que os processos aquisitivos não avançam sem afetar o orçamento.

O agrupamento das Despesas com Pessoal com uma variação de 20% face a 2023, que se explica pelo aumento significativo de recursos humanos.

Destaque também para a rubrica de Aquisição de Bens e Serviços que, embora, com uma variação de 268M€, na verdade, uma parte significativa destes compromissos, não foram executados, tendo sido transportados para o ano de 2025. Porém, verificou-se ao longo do ano, uma grande pressão em algumas rubricas, que se explica pelo aumento das despesas com a criação da ULS.

Para melhor compreensão da variação apresentada, se considerarmos que o valor das obrigações do ano ascende a 947M€, podemos constatar que foram registados mais de 200M€ em compromissos assumidos que não representam obrigações no próprio ano, transitando para o ano seguinte.

Enquanto que, se a análise tiver por base o valor dos pagamentos, não se verifica dificuldades inerentes à atividade, uma vez que existem compromissos assumidos não pagos que transitam para o ano seguinte.

Resumo da execução da despesa - Pagamentos				
Rubricas	Dez 2023	Dez 2024	Variação homóloga	%
Despesas Com Pessoal	268 987 447 €	328 388 570 €	59 401 123 €	18%
Aquisição de Bens e Serviços Correntes	357 011 430 €	427 005 943 €	69 994 513 €	16%
Outras Despesas	1 390 873 €	1 597 665 €	206 792 €	13%
Investimento	15 290 679 €	12 784 506 €	- 2 506 174 €	-20%
<b>Total</b>	<b>642 680 429 €</b>	<b>769 776 684 €</b>	<b>127 096 255 €</b>	<b>28%</b>

O agrupamento das Despesas com Pessoal foi o mais representativo, com uma variação de 18%, face a 2023, que se explica pelo aumento significativo do número de recursos humanos e, também, resultado da aplicação da legislação, e de várias atualizações remuneratórias.

Destaque também para o agrupamento das Aquisições de Bens e Serviços (ABS) com uma variação de 16%, que se explica pela pressão áreas, anteriormente mencionadas, devido à criação da Unidade Local de Saúde.

O investimento diminuiu face a 2023, cujo o motivo, como já foi referido anteriormente, se deve à conclusão da maioria dos projetos em curso, ainda no ano de 2023 e, alguns atrasos na execução dos investimentos e projetos previstos para o ano de 2024.

Os constrangimentos orçamentais são recorrentes e, é de extrema importância manter o seu controlo e identificar as áreas com maior risco, relembrando que existem regras ditadas pelo Decreto-Lei da Execução Orçamental e que por vezes limitam a gestão do orçamento, tais como: as alterações orçamentais, nas rubricas que são objeto de exceção, quer de aumento quer de redução da dotação.

Para além disso, um dos maiores desafios é conseguir manter os fundos disponíveis a positivo, uma vez que, em caso contrário incumpre-se com a Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (LCPA) e, como consequência disso a recusa do visto prévio do Tribunal de Contas dos processos aquisitivos.

## 8.4 Desempenho Financeiro

O Balanço apresenta um Total de Ativo de **571.475.653€** para um Património Líquido positivo em **9.816.974€** e um Passivo de **561.658.680€**.

Balanço Sintético

RUBRICAS	31/12/2023	31/12/2024
<b>ACTIVO</b>		
Activos fixos tangíveis	216 665 728 €	226 624 965 €
Propriedades de investimento	141 065 €	140 062 €
Outros activos financeiros		
<b>Total do Activo Não Corrente</b>	<b>216 806 793 €</b>	<b>226 765 027 €</b>
<b>Activo corrente</b>		
Inventário	48 011 346 €	69 651 405 €
Clientes, contribuintes e utentes	79 493 085 €	94 578 552 €
Estado e outros entes públicos	246 922 €	191 210 €
Outras contas a receber	182 959 556 €	174 356 941 €
Diferimentos	9 709 €	159 789 €
Caixa e depósitos	9 071 861 €	5 772 729 €
<b>Total do Activo Corrente</b>	<b>319 792 479 €</b>	<b>344 710 626 €</b>
<b>Total do Activo</b>	<b>536 599 272 €</b>	<b>571 475 653 €</b>
<b>Patrimonio/Capital</b>		
Reservas	351 092 428 €	351 092 428 €
Resultados transitados	11 330 486 €	11 330 486 €
Outras variações no patrimonio líquido	-267 184 600 €	-253 447 636 €
<b>Resultado líquido do período</b>	<b>9 879 172 €</b>	<b>12 298 427 €</b>
	<b>42 672 198 €</b>	<b>9 816 974 €</b>
<b>Provisões</b>		
Financiamentos obtidos	14 791 959 €	14 703 431 €
<b>Total do Passivo Não Corrente</b>	<b>24 599 863 €</b>	<b>25 016 882 €</b>
Fornecedores	133 554 825 €	157 129 555 €
Adiantamentos de clientes, contribuintes	187 255 027 €	200 594 748 €
Estado e outros entes públicos	10 106 704 €	11 191 221 €
Fornecedores de investimentos	4 144 452 €	9 441 015 €
Outras contas a pagar	130 804 930 €	157 910 259 €
Diferimentos	3 461 273 €	375 000 €
<b>Total do passivo corrente</b>	<b>469 327 211 €</b>	<b>536 641 798 €</b>
<b>Total do passivo</b>	<b>493 927 074 €</b>	<b>561 658 680 €</b>
<b>Total do Patrimonio Líquido e Passivo</b>	<b>536 599 272 €</b>	<b>571 475 653 €</b>

Os investimentos atingiram os 21,4 MEUR, estando 31% em curso, respeitantes a projetos obras iniciadas este ano ou em anos anteriores, e ainda não terminadas (rede de incêndio, sala angiografia, material informático SPMS).

Tendo por base os valores de inventários, as Existências Finais contabilísticas refletem o valor de 69,7 MEUR, dos quais 63,4 MEUR (91%) corresponde a Produtos Farmacêuticos, influenciado pela redução do Custo Médio Ponderado (CMP), e pelo efeito da emissão de Notas de Crédito (NC) pela Indústria Farmacêutica, abatidas aos Consumos, no montante global de 72,2 MEUR,

+4,3 MEUR, face aos 67,9 MEUR de 2023. Este valor está influenciado pela orientação da ACSS, no sentido de ser assegurada a concretização do Plano de Compras Centralizadas de 2024 e emitir as respetivas notas de encomenda de medicamentos até final do ano o que representou um stock adicional de 9,6 MEUR.

As dívidas de Clientes, Contribuintes e Utentes ascendiam a 94,6 MEUR a 31 dezembro 2024, em que as ARS representam 90,3 MEUR (95,4%), incluindo ainda imparidades acumuladas de 18,7 MEUR. As imparidades para clientes de cobrança duvidosa são avaliadas anualmente tendo em conta a avaliação dos riscos de cobrança dos respetivos saldos, utilizando o critério fiscal de constituição de imparidades para dívidas com antiguidade superior a dois anos, com avaliação casuística. Foram constituídas em 2024 imparidades para cobrança duvidosa no montante total de 200.848€, e foram desreconhecidos 91.203€, relativos a dívidas que foram recuperadas.

No seguimento do preconizado no Manual de Consolidação da ACSS, não foram constituídas imparidades sobre as dívidas a cobrar a entidades do SNS, na expectativa da sua boa cobrança.

As Provisões para os riscos inerentes aos processos em tribunal que se encontram em curso são anualmente ajustadas em função das informações do Gabinete Jurídico e da Sociedade de Advogados BAS. Na sequência dessas informações, em 2024, foram reconhecidos catorze novos processos, tendo sido reforçada a provisão em 0,9 MEUR e desreconhecidos treze processos no valor de 0,4 MEUR.

Incluído na linha de Outras Contas a Receber e Outras Contas a Pagar foram efetuados Acréscimos e Diferimentos a Gastos e a Rendimentos, conforme detalhe em quadro anexo:

Os saldos a 31/12/2024 são os seguintes:

Acréscimo de Rendimentos (Outras contas a receber) (€)	31/dez/23	31/dez/24
Prestações de Serviços a faturar		
SNS	118 312 942 €	130 564 396 €
Não SNS	43 038 991 €	29 848 632 €
Outros rendimentos	13 432 069 €	7 178 949 €
Total	174 784 002 €	167 591 977 €

O valor registado no SNS concerne aos Contrato-Programa, desde 2017 à data, que se encontram por encerrar, enquanto o valor não SNS reflete, essencialmente, a produção pendente de subsistemas, hemodiálise e taxas moderadoras.

Acréscimo de Gastos (Outras contas a pagar) (€)	31/dez/23	31/dez/24
Gastos com Pessoal	29 623 166€	38 379 224€
Fornecimentos e Serviços Externos	20 205 451€	40 862 618€
Outros a liquidar	5 433 €	5 433 €
<b>Total</b>	<b>49 834 050 €</b>	<b>79 247 275 €</b>

A rubrica de Gastos com Pessoal inclui a estimativa de férias e subsídio de férias a pagar em 2025, referente a 2024 e respetivos encargos, ajustadas com a entrada de novos colaboradores no ACES.

Os Fornecimentos e Serviços Externos incluem as faturas emitidas pelos fornecedores em 2025, mas relativas a gastos de 2024, como sejam os gastos de *utilities*, serviços hoteleiros, transporte de doentes, bem como os valores de Termos de Responsabilidade emitidos em 2024, cujas faturas não foram contabilizadas no ano, por ainda não terem sido enviadas pelo prestador do serviço. Salienta-se o valor de acréscimo de 14 MEUR de faturação de cuidados respiratórios por parte da ARSLVT. Ainda a acrescer no final de 2024 dois meses de gastos com os denominados convencionados (Farmácia e MCDT'S), no valor de 16,2 MEUR.

## 8.5 Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso

Dívida total a terceiros, da dívida vencida e dos *arrears* (pagamentos em atraso há mais de 90 dias, após data de vencimento).

Verificamos que a dívida em 2024 se manteve praticamente em linha com 2023:

Ano	Dívida Total	Dívida Vencida	Arrears
2022	220 192 517€	69 495 542€	78 086 719€
2023	200 746 315€	58 170 858€	79 955 556€
2024	214 112 395€	49 915 121€	74 271 539€

Os valores em 31 de dezembro de 2024 são os reportados para a ACSS em 8 de janeiro de 2025.

Para a manutenção do valor de *arrears* na grandeza apresentada, contribuiu o impacto do saldo com a ARSLVT de 92,8% (68,8 M€). Para a redução da dívida contribuíram, sobretudo a atribuição, a 10 de dezembro de 2024, da verba de 76.182.252€, a título de entrada de capital para cobertura de prejuízos transitados, consignada ao pagamento de dívida vencida (por Despacho Conjunto das Finanças e Saúde);

Da análise do quadro infra verificamos que a dívida total aumentou cerca de 14 milhões de euros, no entanto, assistimos a um decréscimo de arrears, fruto das instruções na aplicação da verba recebida, liquidando a dívida vencida por antiguidade.

Designação	Dívida 2024	Dívida 2023
<b>Arrears</b>	<b>74 435 358€</b>	<b>79 955 556 €</b>
Fornecedores Externos	163 820€	4 758 649€
Outras Entidades do Estado	272 504€	68 421€
SNS	73 999 034€	75 128 486€
<b>Dívida Vencida</b>	<b>49 915 121€</b>	<b>58 170 858 €</b>
Fornecedores Externos	47 963 118€	55 812 580€
Outras Entidades do Estado	848 132€	1 109 587€
SNS	1 103 871€	1 248 681€
<b>Dívida Vincenda</b>	<b>89 761 915€</b>	<b>62 619 901€</b>
Fornecedores Externos	88 733 011€	62 147 854€
Outras Entidades do Estado	640 494€	88 257€
SNS	388 410€	373 790€
<b>Total</b>	<b>214 112 395€</b>	<b>200 746 315€</b>

O Prazo Médio de Pagamentos (PMP) em 2024 foi de 96,8 dias, menos 52 dias que o realizado em 2023, tendo superado o objetivo proposto pela ACSS/DGO para 2024: 111 <PMP<126 dias.

Apesar da melhoria destes indicadores só possível pelos reforços do ano, continuam a existir fatores considerados como de risco, para obtermos uma redução na dívida, porque os Rendimentos Operacionais são manifestamente insuficientes para absorver os Gastos Operacionais da instituição, quer do ponto de vista estrutural, quer do ponto de vista exógeno.

Esta pressão continua nos Gastos Operacionais reflete-se essencialmente na rubrica de Produtos Farmacêuticos que aponta para uma tendência de crescimento pelo fato da nossa instituição constituir referência para tratamentos, procura pelos utentes, introdução de inovações, que a nível terapêutico quer de novos medicamentos e dispositivos médicos. A inovação tecnológica do nosso hospital é uma necessidade premente, e para isso temos recorrido aos projetos comunitários, no âmbito do Portugal 2020 (POSEUR/SAMA), todavia estes apenas são uma participação.

Ao longo do ano fomos implementando medidas no sentido de tentar reduzir este impacto nomeadamente através de insistência escrita perante a Tutela. No que concerne à obtenção de Receita era importante que a Tutela nos apresentasse mecanismos alternativos de regularização de dívidas das Regiões Autónomas.

## 8.6 Evolução dos Indicadores Económico-Financeiros

	Unidade	2024	2023
<b>Indicadores de Produtividade</b>			
VAB	M€	237,7	219,2
Excedente Bruto de Exploração	M€	-100,6	-50,6
Massa Salarial	M€	338,3	269,8
Número de Colaboradores		7 514	6 602
Produtividade Económica do Trabalho	%	31,64	33,2
Produtividade Salarial	%	0,70	0,81
Produtividade Global	%	0,84	0,87
<b>Indicadores de Liquidez</b>			
Geral	%	0,64	0,68
Reduzida	%	0,94	1,04
<b>Indicadores Operacionais</b>			
PMP publicado ACSS (RCM nº 34/2008)	Dias	96	148
Período de Rotação Stocks	Dias	90	70
<b>Indicadores Financeiros</b>			
Peso dos Custos com Pessoal nos Custos Totais	%	42,19	43,85
Absorção de Proveitos Totais por Custos com Pessoal	%	48,99	48,80
Autonomia Financeira	%	1,72	7,95
Solvabilidade	%	1,75	8,64

As demonstrações financeiras, os mapas, os indicadores e os rácios que integram este Relatório objetivam o exame da situação atual e, também, a apreciação das tendências e perspetivas futuras da Empresa demonstrando, assim, a situação difícil em que a ULSSM se encontra, em termos económicos, mas principalmente ao nível financeiro, embora apresentando algumas melhorias como consequência do reforço de final de ano. Permite-nos ainda a análise do impacto de algumas medidas importantes que caracterizaram o ano de 2024.

Apresentamos em seguida alguns dos principais rácios da atividade de 2024 e a situação no final do período em análise, do modo que se segue:

- Ao nível de desempenho económico os resultados operacionais apresentados resultam negativos em 111,4 M€, no entanto a estrutura de custos alterou-se pelo aumento generalizado das três grandes linhas, por ordem decrescente (FSE; Gastos com Pessoal e CMVMC).
- A contribuição para a criação de valor é expressa pelo VAB que ascende a 237,7 M€, apresentando um aumento de 8,4% face a 2023.
- O rácio de Produtividade Económica do Trabalho diminui para 31,6%, com o peso dos Gastos com o Pessoal a representar 42,1% do total dos encargos suportados, representando o fato da estrutura de custos se equilibrar contribuindo para tal o aumento dos FSE mantendo-se o nível de absorção dos proveitos gerados, não obstante o reforço da Tutela.
- Relativamente ao PMP, verifica-se o decréscimo (52 dias), fruto das entradas de liquidez, a título de aumento de capital que permitiram liquidar dívida por antiguidade e aumento de capital, mas ainda assim a dívida vencida a representar um grande peso neste cálculo. O valor a pagar mensalmente ao IPST, contribui decisivamente para esta redução ao nível da linha dos fornecedores do SNS. Salientamos que o financiamento da ULSSM tem sido feito através de recurso a dívidas a terceiros.
- No que concerne ao Rácio de Liquidez Geral apresenta um decréscimo traduzido pelo aumento do ativo corrente inferior a aumento do passivo corrente, acompanhado pelo indicador de Liquidez Reduzida, inferior à unidade, traduzindo uma ligeira contenção na capacidade de solver os compromissos a curto prazo.
- Por fim, refiram-se os índices de Autonomia Financeira e Solvabilidade cujo crescimento infletiu em relação ao ano anterior. Apesar deste efeito, como consequência da injeção de capital para cobertura de prejuízos de anos transitados e aumento de capital, o Património Líquido ainda se apresenta positivo com impacto direto nos rácios de estrutura/endividamento.

## 8.7 Contabilidade de Gestão

Em cumprimento do ponto 36 da Norma de Contabilidade Pública (NCP) 27 relativa à Contabilidade de Gestão, apresentamos os mapas de custos trabalhados por linha de atividade principal (Internamento, Consulta Externa, Hospital de Dia, Urgência e Cirurgia de Ambulatório), distribuídos em Gastos Diretos e Indiretos, Rendimento Produção e Custos Unitários, para os anos de 2024 e 2023.

2024	Internamento	Hospital de Dia	Urgência	Consulta Externa	Cirurgia de Ambulatório
Gastos Diretos	204 286 314	177 765 018	51 487 007	83 575 532	3 135 792

2023	Internamento	Hospital de Dia	Urgência	Consulta Externa	Cirurgia de Ambulatório
Gastos Diretos	159 787 159	155 227 545	49 048 737	82 259 337	10 485 034
Gastos Indiretos	79 061 338	792 855	14 151 575	46 657 573	7 799 104
Rendimento	148 904 089	2 183 715	19 382 753	62 486 043	65 498 661
Produção	299 542	21 261	195 914	779 227	19 809
Custo Unitário	797,38	7 338,34	322,59	165,44	923,02

No ano de 2023, o valor dos Gastos Diretos de Hospital de Dia encontra-se influenciado pelo valor de medicamentos que em 2023 atingiu os 144 milhões de euros. O reduzido montante de Gastos Indiretos resulta como consequência das notas de créditos recebidas, resultantes do protocolo de Apifarma e Payback, que estão a afetar esta linha.

Durante o ano de 2024 iniciámos os trabalhos de análise das imputações de acordo com este modelo que estava estabelecido.

No entanto, com a publicação em junho de 2024, do Plano de Contabilidade Analítica das ULS, foi necessário reorganizar a nossa abordagem, tendo iniciado os trabalhos de estabilização entre a correspondência da tabela de Centro de Custo internos e a tabela da ACSS, nomeadamente no que diz respeito aos Recursos Humanos para que, no início de 2025 fosse já possível trabalhar com o mapeamento correto.

## **Proposta de Aplicação de Resultados**

Em cumprimento das disposições legais aplicáveis, o Conselho de Administração da Unidade Local de Saúde de Santa Maria, E.P.E. propõe que o Resultado Líquido negativo apurado no período de 2024, no montante de 111.456.731,20€ euros (cento e onze milhões, quatrocentos e cinquenta e seis mil, setecentos e trinta e um euros e vinte céntimos), seja transferido para a conta de Resultados Transitados.

# Demonstrações Financeiras Exercício 2024

Balanço em 31-12-2024

RUBRICAS	NOTAS	SNC-AP	SNC-AP
		31-12-2024	31-12-2023
<b>ACTIVO</b>			
<b>Ativos não correntes</b>			
Ativos fixos tangíveis	5	226.624.965,37	216.665.728,21
Propriedades de investimento	8	140.062,24	141.065,15
		<b>226.765.027,61</b>	<b>216.806.793,36</b>
<b>Ativo corrente</b>			
Inventário	10	69.651.405,06	48.011.345,83
Clientes, contribuintes e utentes	18.1	94.578.552,38	79.493.085,06
Estado e outros entes públicos	18.1	191.210,42	246.922,44
Outras contas a receber	18.1	174.356.939,87	182.959.555,63
Diferimentos		159.788,82	9.709,20
Caixa e depósitos	2.1	5.772.728,84	9.071.861,41
		<b>344.710.625,39</b>	<b>319.792.479,57</b>
<b>Total do Ativo</b>		<b>571.475.653,00</b>	<b>536.599.272,93</b>
<b>PATRIMONIO LÍQUIDO</b>			
Património/Capital	2	351.092.428,00	351.092.428,00
Reservas		11.330.485,92	11.330.485,92
Resultados transitados	2	-253.447.635,59	-267.184.599,90
Outras variações no património líquido	2	12.298.426,53	9.879.172,37
Resultado líquido do período		-111.456.731,20	-62.445.287,69
		<b>9.816.973,66</b>	<b>42.672.198,70</b>
<b>PASSIVO</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
Provisões		10.313.451,32	9.807.903,84
Financiamentos obtidos	21.1	14.703.431,11	14.791.959,00
		<b>25.016.882,43</b>	<b>24.599.862,84</b>
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores	18.2	157.129.554,69	133.554.824,74
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	18.2	200.594.747,59	187.255.027,19
Estado e outros entes públicos	18.2	11.191.220,64	10.106.704,00
Fornecedores de investimentos	18.2	9.441.014,58	4.144.452,29
Outras Contas a pagar	18.2	157.910.259,41	130.804.930,17
Diferimentos		375.000,00	3.461.273,00
		<b>536.641.796,91</b>	<b>469.327.211,39</b>
<b>Total do Passivo</b>		<b>561.658.679,34</b>	<b>493.927.074,23</b>
<b>Total do Património Líquido e Passivo</b>		<b>571.475.653,00</b>	<b>536.599.272,93</b>

**Demonstração de resultados por natureza em 31-12-2024**

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2024	2023
Impostos, contribuições e taxas	14	780.134,11	1.037.120,39
Vendas	13.2	8.573,93	8.817,68
Prestações de serviços e concessões	13.1	673.801.160,72	473.172.762,32
Transferências e subsídios correntes obtidos	14	5.567.833,50	57.410.178,29
Trabalhos para a própria entidade	5	1.642.538,27	1.583.060,88
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	10	-281.523.432,78	-250.698.920,76
Fornecimentos e serviços externos	21.2	-167.261.187,16	-78.699.303,73
Gastos com o pessoal	19	-338.345.567,33	-269.841.134,84
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		-109.645,83	102.068,34
Provisões (aumentos/reduções)	15	-505.547,48	-450.951,64
Outros rendimentos e ganhos	13.3	8.250.133,06	18.601.236,11
Outros gastos e perdas		-2.304.112,65	-3.228.931,95
<b>Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento</b>		<b>-99.999.119,64</b>	<b>-51.003.998,91</b>
Gastos/reversões de depreciação e amortização	5	-11.414.240,40	-11.381.791,85
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)</b>		<b>-111.413.360,04</b>	<b>-62.385.790,76</b>
Juros e rendimentos similares obtidos		2.389,71	3.400,30
Juros e gastos similares suportados		-12.760,87	-29.897,23
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>-111.423.731,20</b>	<b>-62.412.287,69</b>
Imposto sobre o rendimento	21.4	-33.000,00	-33.000,00
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>-111.456.731,20</b>	<b>-62.445.287,69</b>

## Demonstração das alterações ao Património Líquido em 31-12-2024

Descrição	Notas	Património Líquido Atribuído aos Detentores do Património Líquido da Entidade que Controla						Total do Património Líquido	
		Capital/Património Subscrito	Reservas Legais	Outras Reservas	Resultados Transitados	Excedentes de Revalorização	Outras Variações no Património Líquido	Resultado Líquido do Período	
<b>POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO</b>		<b>351.092.428</b>	<b>2.692.645</b>	<b>8.637.841</b>	<b>-267.184.600</b>	<b>0</b>	<b>9.879.172</b>	<b>-62.445.288</b>	<b>42.672.199</b>
<b>ALTERAÇÕES NO PERÍODO</b>									
Outras Alterações Reconhecidas no Património Líquido	2							2.419.254	2.419.254
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>						<b>0</b>	<b>0</b>	<b>-111.456.731</b>	<b>-111.456.731</b>
<b>RESULTADO INTEGRAL</b>						<b>0</b>	<b>0</b>	<b>2.419.254</b>	<b>-111.456.731</b>
<b>OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO</b>									
Entradas para Cobertura de Perdas	2					76.182.252		76.182.252	
Outras Operações	2					-62.445.288	62.445.288	0	0
<b>POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO</b>		<b>351.092.428</b>	<b>2.692.645</b>	<b>8.637.841</b>	<b>-253.447.636</b>	<b>0</b>	<b>12.298.426</b>	<b>-111.456.731</b>	<b>9.816.974</b>
									<b>9.816.974</b>

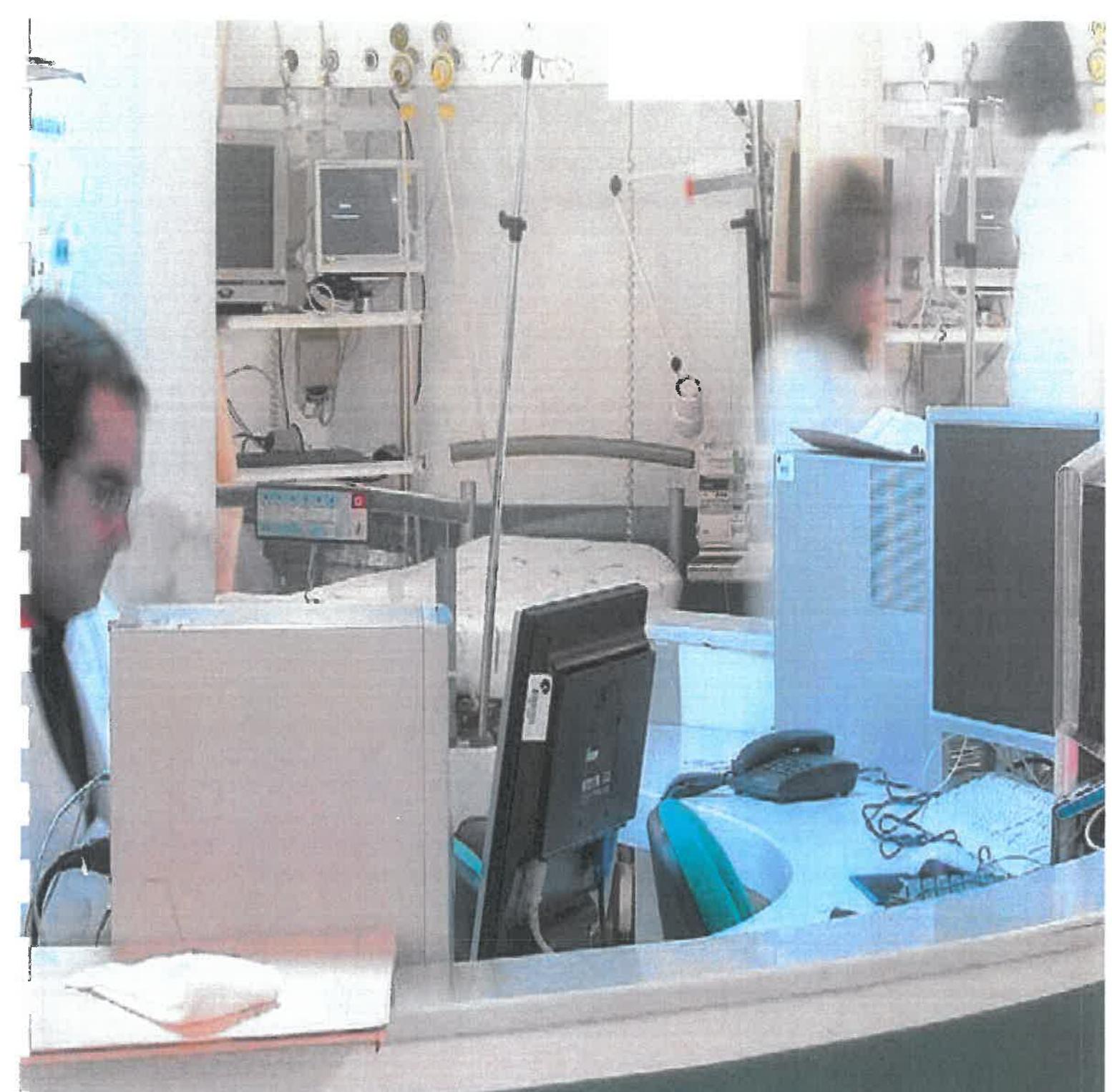
## Demonstração das alterações ao Património Líquido em 31-12-2023

Descrição	Notas	Património Líquido Atribuído aos Detentores do Património Líquido da Entidade que Controla						Interesses que não controlam	Total do Património Líquido
		Capital / Património Subscrito	Reservas Legais	Outras Reservas	Resultados Transitados	Excedentes de Revalorização	Outras Variações no Património Líquido		
<b>POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO</b>		<b>312.440.000</b>	<b>2.692.645</b>	<b>8.637.841</b>	<b>-263.791.518</b>	<b>0</b>	<b>12.059.928</b>	<b>-57.847.020</b>	<b>14.191.876</b>
<b>ALTERAÇÕES NO PERÍODO</b>									
Outras Alterações Reconhecidas no Património Líquido	2							-2.180.756	-2.180.756
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>						<b>0</b>	<b>0</b>	<b>-62.445.288</b>	<b>-2.180.756</b>
<b>RESULTADO INTEGRAL</b>						<b>0</b>	<b>0</b>	<b>-62.445.288</b>	<b>-62.445.288</b>
<b>OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO</b>						<b>0</b>	<b>-2.180.756</b>	<b>-62.445.288</b>	<b>-64.626.043</b>
Entradas para Cobertura de Perdas	2					54.453.938		54.453.938	54.453.938
Outras Operações	2	38.652.428	38.652.428	0	0	-57.847.020	0	57.847.020	38.652.428
<b>POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO</b>		<b>351.092.428</b>	<b>2.692.645</b>	<b>8.637.841</b>	<b>-267.184.600</b>	<b>0</b>	<b>9.879.172</b>	<b>-62.445.288</b>	<b>42.672.199</b>
									<b>42.672.199</b>

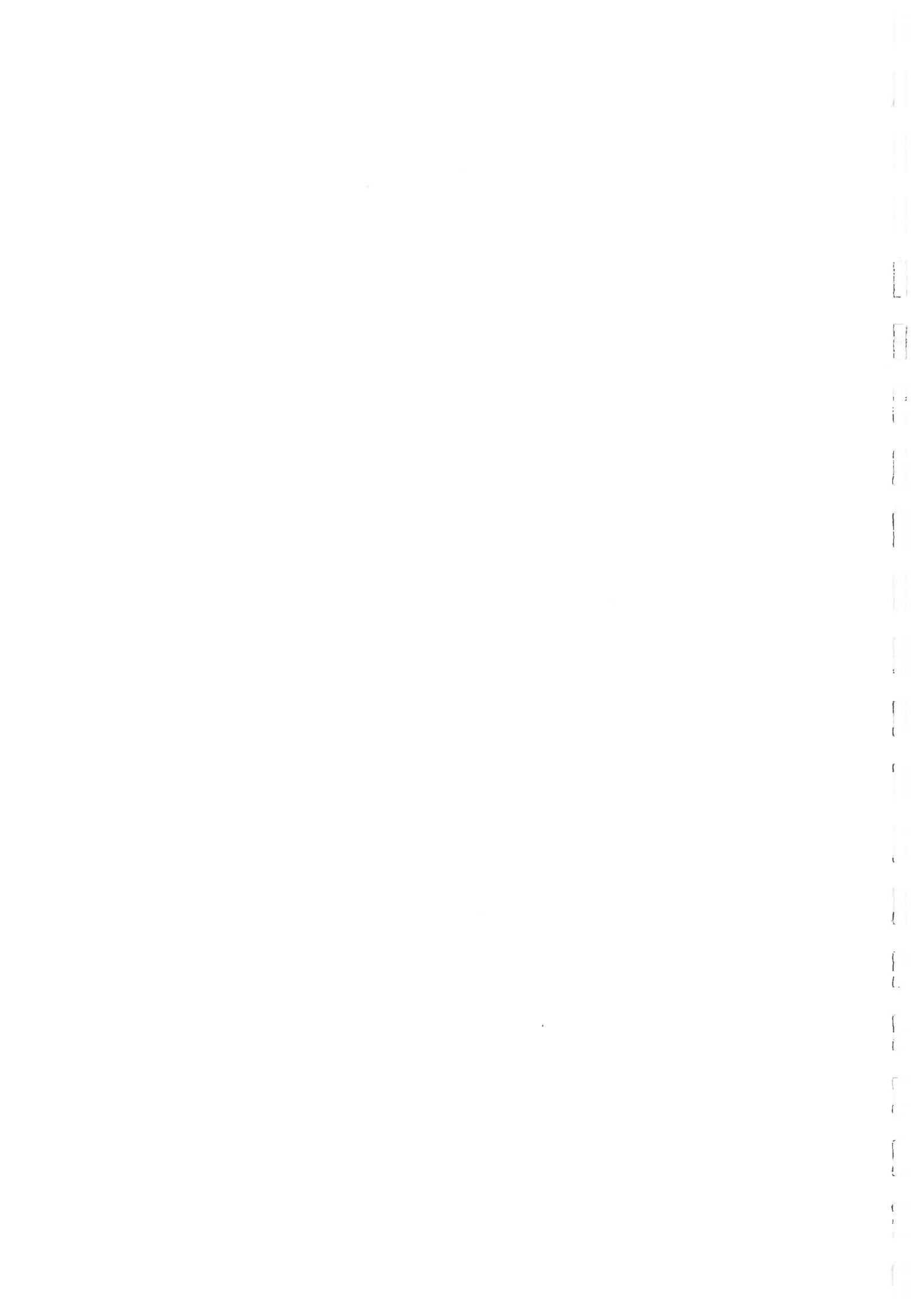
## Demonstração de Fluxos de Caixa em 31-12-2024

Rubricas	Notas	Períodos	
		2024	2023
<b><u>Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais</u></b>			
Recebimentos de Clientes/Utentes		684.955.607,15	546.651.749,96
Pagamentos a Fornecedores		-425.759.519,35	-358.398.790,20
Pagamentos ao Pessoal		-327.128.094,56	-268.987.447,23
Caixa Gerada Pelas Operações		<b>-67.932.006,76</b>	<b>-80.734.487,47</b>
Outros Recebimentos/Pagamentos			
<b>Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais</b>		<b>-67.932.006,76</b>	<b>-80.734.487,47</b>
<b><u>Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento</u></b>			
<b>Pagamentos Respeitantes a:</b>			
Ativos Fixos Tangíveis	5	-12.943.061,58	-15.294.191,73
Investimentos Financeiros			
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Investimentos Financeiros		1.393.163,78	2.289.005,10
Subsídios ao Investimento			
<b>Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento</b>		<b>-11.549.897,80</b>	<b>-13.005.186,63</b>
<b><u>Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento</u></b>			
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Realizações de Capital e de Outros Instrumentos de Capital	2	0,00	38.652.428,00
Cobertura de Prejuízos	2	76.182.252,00	54.453.938,00
Doações		520,00	98,00
Investimentos Financeiros			
<b>Pagamentos Respeitantes a:</b>			
<b>Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento</b>		<b>76.182.772,00</b>	<b>93.106.464,00</b>
<b><u>Variação de Caixa e Seus Equivalentes</u></b>			
Efeito das Diferenças de Câmbio		-3.299.132,56	-633.210,10
Caixa e Seus Equivalentes no Início do Período		9.071.861,41	9.705.071,51
Caixa e Seus Equivalentes no Fim do Período		5.772.728,84	9.071.861,41
<b><u>CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDO DE GERÊNCIA</u></b>			
Caixa e Seus Equivalentes no Início do Período		9.071.861,41	9.705.071,51
Caixa e Seus Equivalentes no Fim do Período	2.1	<b>5.772.728,84</b>	<b>9.071.861,41</b>





# ANEXOS



# **ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

## **EXERCÍCIO 2024**

### **1. Identificação da Entidade**

**Designação da Entidade:** Unidade Local de Saúde de Santa Maria, E.P.E.

**Sede Social:** Avenida Professor Egas Moniz

**Endereço Eletrónico:** [administracao@ulssm.min-saude.pt](mailto:administracao@ulssm.min-saude.pt)

**Página Internet:** [www.ulssm.min-saude.pt](http://www.ulssm.min-saude.pt)

**Natureza da Atividade Principal:** Atividade dos estabelecimentos de saúde com internamento

O Decreto-Lei 23/2008 de 8 de fevereiro criou o Centro Hospitalar Lisboa Norte, E.P.E., por fusão do Hospital Santa Maria E.P.E. e do Hospital Pulido Valente, E.P.E.

Assim, o Centro Hospitalar Lisboa Norte, E.P.E. é, desde 1 de março de 2008, uma pessoa coletiva de direito público de natureza empresarial, dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial com o número de pessoa coletiva 508481287.

Pelo Despacho da DGO nº P/3469/2014, de 9 abril de 2014, foi o Centro Hospitalar Lisboa Norte classificado como Entidade Pública Reclassificada (EPR), integrando o setor institucional das Administrações Públicas para efeitos do Orçamento de Estado.

Em 3 de Agosto de 2018, com a publicação do Decreto-Lei nº 61/2018 o Centro Hospitalar Lisboa Norte, EPE altera a sua designação para Centro Hospitalar Universitário de Lisboa Norte, EPE.

Com Decreto-Lei n.º 102/2023, de 7 de novembro, que procedeu à reestruturação do Centro Hospitalar Universitário de Lisboa Norte, E.P.E., integrando o Agrupamento de Centros de Saúde Lisboa Norte e do Centro de Saúde de Mafra, anteriormente integrado no Agrupamento de Centros de Saúde do Oeste Sul foi criada a Unidade Local de Saúde de Santa Maria, E.P.E.

A Unidade Local de Saúde de Santa Maria, E.P.E. é um estabelecimento de referência no Serviço Nacional de Saúde, desempenhando funções diferenciadas na prestação de cuidados de saúde, de formação pré, pós-graduada e continuada, bem como na área de investigação.

A sua atividade centrada no primado do doente, através da prestação de cuidados de saúde diferenciados à população da sua zona de influência abarca, também, a referenciamento diferenciada em múltiplas áreas clínicas, no contexto regional, nacional e dos países de expressão portuguesa.

## 2. Referencial Contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de harmonia com base nos registos contabilísticos mantidos em conformidade com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto – Lei nº 192/2015, de 11 setembro, e foram aplicados os requisitos das normas de Contabilidade Pública (NCP) relevantes para a entidade.

Em 2015, foi publicado o Decreto-lei nº 192/2015, de 11 de setembro, que aprova o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aplicável às entidades públicas reclassificadas, produzindo efeito a partir de 1 de janeiro de 2017. Posteriormente é publicado o Decreto-lei nº 85/2016, de 21 de dezembro, adiando esta decisão para 1 de janeiro de 2018.

No ano de 2018, de acordo com as instruções da UNILEO em simultâneo com as instruções da ACSS, o CHLN aplicou o normativo SNC-AP no que diz respeito à contabilidade financeira, desenvolvendo internamente esforços ao nível da aplicação do normativo da contabilidade orçamental.

Tendo sido o ano 2018, o ano de transição entre sistemas normativos POCMS – SNC-AP foi necessário realizar uma reconciliação ao nível do balanço de modo a permitir a comparabilidade entre os dados relatados no ano anterior e o ano em causa. Com a criação da Unidade Local de Saúde de Santa Maria a 1 de janeiro de 2024, a apresentação das contas de 2024 não cumpre com o princípio contabilístico da comparabilidade, isto é, as informações não estão apresentadas de “forma que permita comparações ao longo do tempo ou entre diferentes entidades, auxiliando na avaliação de desempenho e na análise de tendências”.

Uma das alterações efetuadas prendeu-se com os Ativos comparticipados através de Programas Comunitários e Projetos Co-financiados que (até ao ano 2017) eram amortizados, na mesma base e às mesmas taxas dos restantes bens do Centro Hospitalar Universitário Lisboa Norte, sendo o respetivo custo compensado em Proveitos e Ganhos Extraordinários, pela amortização das participações registadas na Rubrica de Acréscimos e Diferimentos – Subsídios para Investimentos. Com a entrada em vigor do SNC AP (Ano 2018) os valores registados nas rubricas de Acréscimos e Diferimentos transitaram para o Passivo – Património Líquido de acordo com a NCP 14, tendo sido estas as

reclassificações modificativas realizadas. No ano 2024, a ULSSM continua a aplicar as regras da NCP14 conforme indica o quadro abaixo:

(valores expressos em euros)

Quantias dos subsídios reconhecidas na demonstração dos resultados e no balanço	Período de 2024			Período de 2023		
	Dem. Resultados	Balanço		Dem. Resultados	Balanço	
	Imputadas em outros rendimentos e ganhos	Quantias reconhecidas em resultados do período	Quantias reconhecidas no capital	Imputadas em outros rendimentos e ganhos	Quantias reconhecidas em resultados do período	Quantias reconhecidas no capital
Não reembolsáveis Subsídios relacionados com ativos	Estado -Sub-Região	42.407	42.407	805.817	42.414	42.414
	Piddac 97-HPV	9.927	9.927	234.468	9.929	9.929
	Fundos Comunitários	1.025.219	1.025.219	2.533.635	1.311.237	3.558.853
	Unidade Inter. Cuidados Paliativos	2.514	2.514	155.689	2.514	158.203
	Outros-IGIF	3.045.122	3.045.122	4.599.442	73.404	73.404
<b>Totais</b>		<b>4.125.189</b>	<b>4.125.189</b>	<b>8.329.051</b>	<b>1.439.498</b>	<b>1.439.498</b>
						<b>6.363.996</b>

Para além dos subsídios indicados no quadro entraram nas rubricas do Património Líquido os seguintes itens:

- Doações: 1.463.949,30€
- Resultados Transitados anos anteriores – 62.445.287,69€
- Cobertura de Prejuízos: 76.182.252€

Para garantir a sustentabilidade das entidades SNS, foi efetuado o seguinte movimento:

- Com a atribuição em 10 de dezembro 2024, através de Despacho Conjunto do Secretário de Estado do Orçamento e do Secretário de Estado Adjunto e da Saúde, recebemos verba de 76.182.252€ a título de entrada de capital para cobertura de prejuízos transitados, consignada ao pagamento de dívida vencida;

As verbas transferidas são monitorizadas e controladas pela Inspeção – Geral das Finanças e o acompanhamento é efetuado pela Administração Central do Sistema de Saúde, I.P.

A publicação da Circular Normativa nº 14/2025 da ACSS veio definir os procedimentos para o encerramento e reporte das contas do exercício de 2024.

Esta publicação foi efetuada para que, a Conta Consolidada do Ministério da Saúde, possa cumprir os objetivos constantes da Recomendação da Auditoria à conta Consolidada do Ministério da Saúde, emitida pelo Tribunal de Contas.

## Desagregação de caixa e depósitos

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 a desagregação dos saldos de caixa e depósitos bancários era a que se encontra no quadro abaixo:

Meios financeiros líquidos constantes do balanço	31-12-2024			31-12-2023		
	Quantias disponíveis para uso	Quantias indisponíveis para uso	Totais	Quantias disponíveis para uso	Quantias indisponíveis para uso	Totais
<b>Conta</b>						
Caixa	30.613		30.613	39.579		39.579
Depósitos à ordem						
Depósitos à ordem no IGCP	5.344.977		5.344.977	2.772.287		2.772.287
Depósitos bancários à ordem	170.046		170.046	188.054		188.054
Outros Depósitos no IGCP		227.092	227.092		6.071.942	6.071.942
<b>Total de caixa e depósitos</b>	<b>5.545.636</b>	<b>227.092</b>	<b>5.772.729</b>	<b>2.999.919</b>	<b>6.071.942</b>	<b>9.071.861</b>

As quantias indisponíveis para uso referem-se a depósitos relacionados com processos a decorrer no Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa – Juízo Trabalho do Barreiro (Juízo 2 e Juízo 7) no valor de 98.343€ e 128.749,52€ de caução relativas ao programa POSEUR.

## 2.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras.

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de harmonia com os seguintes princípios/pressupostos:

### Continuidade

- As demonstrações financeiras foram preparadas no sentido de dar continuidade às operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da entidade, os quais estão de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceite em Portugal.

### Acréscimo

- Os Rendimentos e os Gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos, de acordo com regime do acréscimo.

### Relevância

- Estão agregadas as linhas de itens que não sejam materialmente relevantes.

### Comparabilidade

- As políticas contabilistas e os critérios de mensuração adotados em 2024 não são comparáveis com os usados na preparação das demonstrações financeiras em 2023. Assim sendo para este exercício económico não é cumprido o princípio da comparabilidade. As informações não se

encontram apresentadas de “forma que permita comparações ao longo do tempo ou entre diferentes entidades, auxiliando na avaliação de desempenho e na análise de tendências.

As demonstrações financeiras demonstram uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, passivo e dos resultados da entidade.

Os eventos ocorridos após a data do balanço que afetam valor dos ativos e passivos existentes à data do balanço são considerados na preparação das demonstrações financeiras do período. Esses eventos, se significativos, são divulgados no presente anexo às demonstrações financeiras.

As notas não mencionadas, não se aplicam a Unidade Local de Saúde de Santa Maria, respeitam a fatos ou situações não materialmente relevantes ou não ocorreram durante o exercício em causa.

Todas as notas apresentam valores em M€ e respeitam a ordem estabelecida no referencial contabilístico normativo da Administração Pública.

## 2.2 Outras políticas contabilísticas relevantes

### a) Ativos fixos tangíveis

A partir da data de transição, os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição que comprehende o seu preço de compra, incluindo os direitos de importação e os impostos de compra não reembolsáveis, após dedução dos descontos e abatimentos, quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo na localização e condição necessárias, para o mesmo ser capaz de funcionar da forma pretendida, e a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção do item e de restauração do local no qual este está localizado, deduzido das respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade. Na data da transição para o SNC-AP, a Entidade considerou como custo dos ativos fixos tangíveis o seu custo de aquisição.

Os gastos subsequentes são reconhecidos como ativos fixos tangíveis apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Entidade, ou seja, quando aumentam a vida útil dos ativos ou resultem em benfeitorias ou melhorias significativas. Os gastos de reparação e manutenção são reconhecidos como gastos à medida que são incorridos, de acordo com o regime de acréscimo.

A Entidade procede a testes de imparidade, relativamente aos seus ativos fixos tangíveis, sempre que eventos ou circunstâncias indiciem que o valor contabilístico destes ativos excede o seu valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida diretamente em resultados.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu “justo valor deduzido de custos de alienação” e o seu “valor de uso”, sendo este último calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, que se esperam vir a obter do uso continuado dos ativos e da sua alienação no fim da sua vida útil.

Os terrenos não são depreciáveis. As depreciações dos restantes ativos fixos tangíveis são calculadas segundo o método das quotas constantes, de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada:

Designação	Vida Útil (média)
Edifícios e outras construções	35 Anos
Equipamento básico	14 Anos
Equipamento de transporte	12 Anos
Equipamento administrativo	10 Anos
Outros ativos tangíveis	10 Anos

As vidas úteis, o método de depreciação e o valor residual dos bens são revistos anualmente. O efeito das alterações a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

Os ganhos ou perdas provenientes do abate ou alienação são determinados pela diferença entre o recebimento e a quantia escriturada do ativo, sendo reconhecidos como rendimentos ou gastos no período.

#### b) Propriedades de Investimento

No decorrer do ano de 2021 foi regularizado parte de uma doação de um imóvel (50%), tendo o mesmo sido registado pelo valor patrimonial inscrito na Certidão Predial. Em 2023 foram incluídos os restantes imóveis deste testamento.

#### c) Inventários

As matérias-primas, subsidiárias e de consumo são mensuradas ao menor entre o seu custo de aquisição e o seu valor realizável líquido. O custo de aquisição inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição atual. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda estimado no decurso normal da atividade deduzido dos respetivos custos de venda.

A fórmula de custeio das saídas de armazém (consumos) é o custo médio ponderado.

A Entidade reduz o custo dos inventários para o seu valor realizável líquido, sempre que esses ativos estão escriturados por quantias superiores àquelas que previsivelmente resultariam da sua venda ou uso.

#### d) Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do período registado em resultados inclui o efeito do imposto corrente e do imposto diferido.

O imposto corrente corresponde ao valor esperado a pagar sobre o rendimento tributável do período, utilizando a taxa de imposto em vigor à data de balanço, e quaisquer ajustamentos aos impostos de períodos anteriores. O rendimento tributável do período é apurado através da adição/subtração ao resultado contabilístico dos montantes não relevantes fiscalmente ou que permitem deduções adicionais de gastos ou de rendimentos não tributáveis, podendo estas diferenças ser temporárias ou permanentes.

A Entidade encontra-se sujeita a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) à taxa de 21% sobre a matéria coletável. A tributação é acrescida de Derrama Municipal a uma taxa de até 1,5% sobre o lucro tributável.

Adicionalmente, a parte do lucro tributável, sujeito e não isento de IRC, superior a 1.500.000€ está sujeito a Derrama Estadual às seguintes taxas:

- 3% sobre a parte do lucro tributável superior a 1.500.000€ e até 7.500.000€;
- 5% sobre a parte do lucro tributável superior a 7.500.000€ e até 35.000.000€;
- 9% sobre a parte do lucro tributável que exceda os 35.000.000€.

Os impostos diferidos referem-se a diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos relevados contabilisticamente e os respetivos montantes considerados para efeitos fiscais.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados, e periodicamente avaliados, utilizando as taxas de tributação aprovadas à data de balanço, não se procedendo ao respetivo desconto financeiro.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos somente quando é provável a existência de lucros tributáveis futuros que absorvam as diferenças temporárias dedutíveis para efeitos fiscais (incluindo prejuízos fiscais reportáveis). Na data de cada balanço é efetuada uma reapreciação das diferenças

temporárias subjacentes aos ativos por impostos diferidos em função da expectativa atual da sua recuperação futura.

Os prejuízos fiscais apurados em períodos de tributação que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2023 são deduzidos aos lucros tributáveis dos períodos de tributação posteriores, sem limite temporal.

Esta nova regra aplica-se também aos prejuízos fiscais apurados em períodos de tributação anteriores a 1 de janeiro de 2023, cujo período de dedução ainda se encontre em curso naquela data.

A dedução de prejuízos fiscais está limitada a 65% do lucro tributável, não ficando, porém, prejudicada a dedução da parte desses prejuízos que não tenham sido deduzidos, nas mesmas condições, nos períodos de tributação posteriores.

Os prejuízos fiscais apurados em determinado período de tributação não podem ser deduzidos aos lucros tributáveis de um ou mais períodos de tributação posteriores quando se verificar, à data do termo do período de tributação em que é efetuada a dedução, que, em relação àquele a que respeitam os prejuízos, se verificou a alteração da titularidade de mais de 50% do capital social ou da maioria dos direitos de voto, excepto quando se conclua que a operação não teve como principal objetivo ou como um dos principais objetivos a evasão fiscal, o que pode considerar-se verificado, nomeadamente, nos casos em que a operação tenha sido realizada por razões económicas válidas.

O gasto relativo ao imposto sobre o rendimento do período resulta da soma do imposto corrente com o imposto diferido.

O imposto sobre o rendimento é reconhecido na demonstração dos resultados, exceto quando relacionado com itens que sejam movimentados em capitais próprios, facto que implica o seu reconhecimento em capitais próprios.

Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios são reconhecidos em resultados, no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

A Entidade procede à compensação dos ativos e passivos por impostos diferidos sempre que:

- Tiveram direito legalmente executável de compensar ativos por impostos correntes contra passivos por impostos correntes; e,
- Os ativos por impostos diferidos e os passivos por impostos diferidos se relacionarem com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável.

**e) Caixa e equivalentes de caixa**

A caixa e seus equivalentes englobam o dinheiro em caixa e em depósitos à ordem e investimentos financeiros a curto prazo, altamente líquidos que sejam prontamente convertíveis para quantias conhecidas de dinheiro e que estejam sujeitos a um risco insignificante de alterações de valor.

**f) Transações sem contraprestação**

A Entidade reconhece um ativo proveniente de uma transação sem contraprestação quando obtém o controlo de recursos que satisfaçam a definição de um ativo e os critérios de reconhecimento.

Um anúncio de uma intenção de transferir recursos para a Entidade não é em si mesmo suficiente para identificar esses recursos como controlados. A Entidade apenas reconhece um ativo quando pode reclamar esses recursos e excluir ou regular o acesso do cedente a esses recursos.

Caso existam restrições sobre ativos transferidos, a Entidade procede à sua divulgação.

No caso de ofertas e doações, incluindo bens em espécie, quando as condições de reconhecimento estão cumpridas, é reconhecido um ativo por contrapartida de património líquido.

O ativo é mensurado pelo seu justo valor ou, no caso de terrenos e edifícios, pelo seu valor patrimonial bruto.

**g) Subsídio e outros apoios das entidades públicos**

Os subsídios das Entidades públicas não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos no Património Líquido e, subsequentemente, quando respeitam a ativos fixos tangíveis depreciáveis e intangíveis com vida útil definida, imputados, numa base sistemática, como rendimentos durante os períodos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados que se pretende que eles compensem. Quanto aos que respeitem a ativos fixos tangíveis não depreciáveis, são mantidos no Património Líquido, exceto se a respetiva quantia for necessária para compensar qualquer perda por imparidade.

Um subsídio de Entidades públicas que se torne recebível como compensação por gastos já incorridos ou para dar suporte financeiro imediato à Entidade sem qualquer gasto futuro relacionado é reconhecido como rendimento do período em que se tornar recebível.

Os subsídios que são concedidos para assegurar uma rentabilidade mínima ou compensar défices de exploração de um dado período imputam-se como rendimentos desse período, salvo se se destinarem a financiar défices de exploração de períodos futuros, caso em que se imputam aos referidos períodos.

#### **h) Provisões**

São reconhecidas provisões quando:

- A Entidade tem uma obrigação presente, legal ou construtiva como resultado de um acontecimento passado;
- É provável que um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos será necessário para liquidar a obrigação;
- É possível efetuar uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

Numa base anual, as provisões são sujeitas a uma revisão, de acordo com a estimativa das respetivas responsabilidades futuras. A atualização financeira da provisão, com referência ao final de cada período, é reconhecida como um gasto financeiro.

#### **i) Ativos e passivos contingentes**

A Entidade não reconhece ativos nem passivos contingentes. Os passivos contingentes são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos. Os ativos são divulgados, quando for provável um influxo de benefícios económicos.

Os ativos e passivos contingentes são avaliados continuadamente para assegurar que os desenvolvimentos estão apropriadamente refletidos nas demonstrações financeiras.

Se se tornar provável que um exfluxo de benefícios económicos futuros será exigido para um item previamente tratado como um passivo contingente, é reconhecida uma provisão nas demonstrações financeiras do período em que a alteração da probabilidade ocorra.

Se se tornar virtualmente certo de que ocorrerá um influxo de benefícios económicos, o ativo e o rendimento relacionado são reconhecidos nas demonstrações financeiras do período em que a alteração ocorra.

### j) Instrumentos financeiros

A Entidade reconhece um ativo financeiro, um passivo financeiro ou um instrumento de capital próprio apenas quando se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

A mensuração inicial de um ativo financeiro ou passivo financeiro é efetuada ao justo valor. Os custos de transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro ou à emissão do passivo financeiro devem ser incluídos no justo valor, no caso dos ativos e passivos financeiros cuja mensuração subsequente não seja o justo valor.

Após o reconhecimento inicial, a Entidade mensura, em cada data de relato, todos os ativos financeiros pelo justo valor com as alterações de justo valor reconhecidas nas demonstrações de resultados, exceto quanto a:

- Instrumentos de capital próprio de uma outra Entidade que não sejam negociados publicamente e cujo justo valor não possa ser obtido de forma fiável, bem como derivados que estejam ligados a instrumentos financeiros e devam ser liquidados pela entrega de tais instrumentos, os quais devem ser mensurados ao custo menos perdas por imparidade;
- Contratos para conceder ou contrair empréstimos que não possam ser liquidados em base líquida quando executados, e se espera que reúnam as condições para reconhecimento ao custo ou ao custo amortizado menos perdas por imparidade, e a Entidade designe, no momento do reconhecimento inicial, para serem mensurados ao custo menos perdas por imparidade;
- Ativos financeiros que a Entidade designe, no momento do seu reconhecimento inicial, para serem mensurados ao custo amortizado (utilizando o método da taxa de juro efetiva) menos qualquer perda por imparidade;
- Ativos financeiros não derivados a serem detidos até à maturidade, os quais deverão ser mensurados ao custo amortizado.

Um ativo financeiro pode ser designado para ser mensurado ao custo amortizado se satisfizer todas as seguintes condições:

- Seja à vista ou tenha uma maturidade definida;
- Os retornos para o seu detentor sejam: (i) de montante fixo; ou, (ii) de taxa de juro fixa durante a vida do instrumento ou de taxa variável que seja um indexante típico de mercado para operações de financiamento (como, por exemplo, a Euribor) ou que inclua um spread sobre

esse mesmo indexante; e,

- Não contenha nenhuma cláusula contratual que possa resultar para o seu detentor em perda do valor nominal e do juro acumulado (excluindo-se os casos típicos de risco de crédito).

Após o reconhecimento inicial, a Entidade mensura, em cada data de relato, todos os passivos financeiros pelo custo amortizado usando o método do juro efetivo, exceto quanto a passivos financeiros classificados como detidos para negociação, os quais devem ser mensurados pelo justo valor com as alterações de justo valor reconhecidas na demonstração dos resultados.

### **Imparidade**

Em cada data de balanço é efetuada uma avaliação da existência de imparidade de todos os ativos financeiros que sejam mensurados ao justo valor.

Se existir evidência objetiva de imparidade, o montante de perda, a inscrever em resultados, para ativos financeiros mensurados ao custo amortizado resulta da diferença entre a quantia escriturada e o valor atual dos fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juro efetiva original do ativo financeiro, podendo ser revertida em período subsequente se deixar de existir prova objetiva de imparidade. O montante de perda, a inscrever em resultados, para ativos financeiros mensurados ao custo, resulta da diferença entre a quantia escriturada e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados descontados à taxa de retorno do mercado corrente para um ativo financeiro semelhante, não podendo ser revertida em períodos subsequentes.

Considera-se que existe prova objetiva de imparidade quando ocorrem os seguintes eventos de perda:

- Significativa dificuldade financeira do emitente ou devedor;
- Quebra contratual, tal como não pagamento ou incumprimento no pagamento do juro ou amortização da dívida;
- O credor, por razões económicas ou legais relacionadas com a dificuldade financeira do devedor, oferece ao devedor concessões que o credor de outro modo não consideraria;
- Torne-se provável que o devedor irá entrar em falência ou fará qualquer reorganização financeira;
- O desaparecimento de um mercado ativo para o ativo financeiro devido a dificuldades financeiras do devedor;

- Informação observável indicando que existe uma diminuição na mensuração da estimativa dos fluxos de caixa futuros de um grupo de ativos financeiros desde o seu reconhecimento inicial, embora a diminuição não possa ser ainda identificada para um dado ativo financeiro individual do grupo, tal como sejam condições económicas nacionais, locais ou setoriais adversas.

Os ativos financeiros que sejam individualmente significativos são avaliados individualmente para efeitos de imparidade. Os restantes são agrupados com base em similares características de risco de crédito.

#### **k) Instrumentos de capital**

Um instrumento é classificado como instrumento de capital próprio quando não exista uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal, evidenciando um interesse residual nos ativos de uma Entidade após dedução de todos os seus passivos.

#### **l) Benefícios dos empregados**

Remunerações, salários, contribuições para a segurança social e caixa geral de aposentações, férias anuais e baixa por doença, gratificações e benefícios não monetários são reconhecidos no exercício em que os serviços associados são prestados pelos empregados da ULSSM.

As demonstrações financeiras da Unidade Local de Saúde de Santa Maria refletem, na conta de Outras contas a pagar, o montante dos encargos com férias e subsídios de férias e respetivos encargos sociais, cujos direitos já se venceram, mas o pagamento ainda não é devido.

#### **m) Reconhecimento de gastos e rendimentos**

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime de acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas de Outras Contas a Receber ou Outras Contas a Pagar, conforme sejam valores a receber ou a pagar.

### **n) Rendimento de transações com contraprestação**

Uma transação com contraprestação é uma transação na qual a entidade presta um serviço ou entrega um bem e em troca recebe um valor aproximadamente igual ao bem que entregou ou ao serviço que prestou. O rendimento inclui apenas os influxos brutos de benefícios económicos ou potencial de serviços recebidos, e é mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber.

Se a retribuição for recebida em forma de caixa ou equivalente, o justo valor corresponde à quantia de caixa ou equivalente de caixa a receber. Se esta retribuição for diferida no tempo, o justo valor será menor que o valor nominal, pois terá o efeito da passagem do tempo (desconto). A diferença entre o valor nominal e este justo valor é reconhecido como rendimento de juro de forma proporcional ao tempo.

Se a retribuição for recebida em forma de ativos, a mesma deve ser mensurada ao justo valor do ativo recebido.

#### **Venda de bens**

O rendimento proveniente da venda de bens é reconhecido quando tiverem sido satisfeitas todas as condições seguintes:

- A Entidade tiver transferido para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens;
- A Entidade não mantiver envolvimento continuado na gestão a um nível usualmente associado à propriedade, nem o controlo efetivo sobre os bens vendidos;
- A quantia do rendimento puder ser mensurada com fiabilidade;
- For provável que os benefícios económicos ou potencial de serviço associados à transação fluirão para a Entidade; e,
- Os gastos suportados ou a suportar relativos à transação puderem ser mensurados com fiabilidade.

#### **Prestações de serviços**

O rédito associado a uma prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data do balanço quando o desfecho de uma transação possa ser fiavelmente estimado. O desfecho de uma transação pode ser fiavelmente estimado quando todas as condições seguintes forem satisfeitas:

- A quantia de rendimento pode ser mensurada com fiabilidade;
- É provável que os benefícios económicos ou potencial de serviço associados à transação fluirão para a Entidade;
- A fase de acabamento da transação à data de relato pode ser mensurada com fiabilidade; e,
- Os custos suportados com a transação e os custos para completar a transação podem ser mensurados com fiabilidade.

O crédito compreende os montantes faturados na venda de produtos ou prestações de serviços líquidos de impostos sobre o valor acrescentado, abatimentos e descontos.

#### **Acontecimentos após a data de balanço**

As demonstrações financeiras apresentadas refletem os eventos subsequentes ocorridos até 10 de abril de 2024, data em que foram aprovadas pelo Conselho de Administração.

Os eventos ocorridos após a data do balanço sobre condições que existiam à data do balanço são eventos ajustáveis considerados na preparação das demonstrações financeiras.

Os acontecimentos materiais após a data do balanço que não dão lugar a ajustamentos são divulgados na Nota 17.

#### **2.3 Julgamentos (excetuando os que envolvem estimativas) que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras.**

Para além das estimativas incluídas na Nota 2.6, não foram identificados julgamentos com impacto significativo nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras.

#### **2.4 Principais pressupostos relativos ao futuro (envolvendo risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o ano financeiro seguinte).**

As situações identificadas que são suscetíveis de provocar ajustamentos materiais nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o ano seguinte encontram-se detalhadas na Nota 2.3. Não se identificaram situações que coloquem em causa a continuidade da Entidade.

## **2.6. Principais fontes de incerteza das estimativas (envolvendo risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o ano financeiro seguinte).**

O SNC-AP pressupõe que sejam efetuadas estimativas e julgamentos no âmbito da tomada de decisão sobre alguns tratamentos contabilísticos com impactos nos valores reportados no total do ativo, passivo, capital próprio, gastos e rendimentos. Os efeitos reais podem diferir das estimativas e julgamentos efetuados, nomeadamente no que se refere ao efeito dos gastos e rendimentos reais.

As principais estimativas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos são apresentadas nesta nota com o objetivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados pela Entidade e a sua divulgação. Uma descrição detalhada das principais políticas contabilísticas utilizadas pela Entidade é apresentada na Nota 2.2.

Considerando que em algumas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado pela Entidade, os resultados reportados poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente tivesse sido escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Entidade e o resultado das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes.

### **Recuperabilidade de saldos devedores de clientes, contribuintes e utentes e outras contas a receber**

As perdas por imparidade relativas a saldos devedores de clientes, contribuintes e utentes e outras contas a receber são baseadas na avaliação efetuada pela Entidade quanto à existência de prova objetiva de imparidade e da probabilidade de recuperação dos saldos das contas a receber, antiguidade de saldos, anulação de dívidas e outros fatores. Existem determinadas circunstâncias e factos que podem alterar a estimativa das perdas por imparidade dos saldos das contas a receber face aos pressupostos considerados, incluindo:

- Verificação pela Administração Central do Sistema de Saúde, IP (ACSS) da produção referente aos anos de 2017 a 2024;
- Decisões das Entidades que regulam o Serviço Nacional de Saúde, incluindo o Ministério da Saúde, ACSS e Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, IP (ARSLVT);
- Alterações da conjuntura económica; e,
- Deterioração da situação creditícia dos principais clientes e de incumprimentos significativos.

Este processo de avaliação está sujeito a diversas estimativas e julgamentos. As alterações destas estimativas podem implicar a determinação de diferentes níveis de imparidade e, consequentemente, diferentes impactos nos resultados.

### **Provisões**

A quantia reconhecida como uma provisão é a melhor estimativa do dispêndio exigido para liquidar a obrigação presente à data do balanço. De acordo com a NCP 15, e com base nas situações dos vários processos e o seu possível desfecho, segundo a opinião técnica dos causídicos.

#### **Vida útil estimada e valor residual dos ativos fixos tangíveis**

A vida útil estimada do equipamento operacional foi determinada pela Entidade com base no CIBE - Cadastro e Inventário dos Bens do Estado que constava da Portaria n.º 671/2000 que, com base na nossa experiência, consideramos uma boa estimativa da vida útil destes ativos.

## **5. Ativos Fixos Tangíveis**

Os ativos fixos tangíveis de acordo com o descrito no capítulo das outras políticas contabilísticas relevantes, encontram-se registados ao custo depreciado, as depreciações foram calculadas de acordo com o CIBE - Cadastro do Inventário dos Bens do Estado (Portaria 671/2000, de 17 de abril). Desde 2012, ano em que se procedeu à normalização do referido cálculo, utiliza-se para esse efeito o método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada classe de artigo.

Salientamos que não foram aplicadas as taxas de depreciação publicadas no Classificador Complementar 2 – Cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento incluídos no Plano de Contas Multidimensional porque dificuldades técnicas, dada a dimensão do número de itens do cadastro.

Mantivemos no Balanço o valor atribuído aos Terrenos e aos Edifícios, pois apesar de o CHULN não deter a propriedade legal do Hospital de Santa Maria é na realidade que tem na sua posse o controlo do bem no montante de Terreno de 45.328.000€ e Edifícios de 87.257.223,87€, indo de encontro à definição de Ativo na Estrutura Conceptual do SNC AP. Não tendo bases em 2023 para utilizar outro critério de valorização mantivemos a política contabilística praticada em anos anteriores.

Os ativos fixos tangíveis comparticipados através de Programas Comunitários e Projetos Co-financiados são depreciados, na mesma base e às mesmas taxas dos restantes bens da ULSSM.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam bens ainda em fase de construção/instalação, são integrados no item ativos fixos tangíveis e mensurados ao custo de aquisição.

## Ativos Tangíveis - variação das depreciações e perdas por imparidades acumuladas

(valores expressos em euros)

Rubrícias	Quantia Bruta	Depreciações acumuladas	Perdas por Imparidade Acumuladas	Quantia Escriturada	Quantia Bruta	Depreciações acumuladas	Ano 2023	
							(1)	(2)
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural								
Ativos fixos em concessão								
Outros Ativos fixos tangíveis								
Terrenos e recursos naturais	60.200.700			60.200.700	60.200.700			60.200.700
Edifícios e outras construções	211.181.807	95.918.253	115.263.554	203.190.601	92.104.683			111.085.918
Equipamento básico	150.914.196	117.942.239	32.971.957	147.060.458	118.220.533			28.839.925
Equipamento de transporte	782.584	646.142	136.442	783.184	632.152			151.032
Equipamento administrativo	34.131.154	30.385.313	3.745.841	37.782.021	33.150.883			4.651.138
Equipamentos biológicos								
Outros ativos tangíveis	421.465	376.748	44.717	460.809	412.582			48.227
	457.631.907	245.268.696	212.363.211	449.477.774	244.500.833			204.976.941
Ativos fixos tangíveis em curso	14.261.754		14.261.754	11.688.788				11.688.788
Total	471.893.661	245.268.696	226.624.966	461.166.361	244.500.833			216.665.728

## Ativos Tangíveis - quantia escriturada e variações do período

Rubricas	Quantia escriturada	Adições	Transferências internas à entidade	Revalorizações	Reversões de Perdas por Imparidade	Variações 2024/2023			Quantia Escriturada Final										
						(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)=(1)+(2)+(3)+(4)+(5)+(6)+(7)+(8)+(9)				
<b>Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural</b>																			
<b>Ativos fixos em concessão</b>																			
<b>Outros Ativos fixos tangíveis</b>																			
Terrenos e recursos naturais	60.200.700																		
Edifícios e outras construções	111.085.918	5.505.107		2.507.685															
Equipamento básico	28.839.925	8.944.692		1.474.908															
Equipamento de transporte	151.032																		
Equipamento administrativo	4.651.138	340.706		47.945															
Equipamentos biológicos																			
Outros ativos tangíveis	48.227	921		925															
	204.976.941	14.791.426		4.031.463															
Ativos tangíveis em curso	11.688.788	6.604.430																	
	11.688.788	6.604.430																	
<b>Total</b>	<b>216.665.728</b>	<b>21.395.855</b>		<b>4.031.463</b>						<b>-11.413.237</b>			<b>-4.054.843</b>						
														<b>226.624.966</b>					

## Ativos Tangíveis – adições

(valores expressos em euros)

Rubricas	Adições			
	Internas	Compra	Doação, herança, legado ou perdida a favor do Estado	Total
	(1)	(2)	(6)	(11)=(1)+(2)+(3)+(4)+(5)+(6)+(7)+(8)+(9)+(10)
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural				
Ativos fixos em concessão				
Outros Ativos fixos tangíveis				
Terrenos e recursos naturais				
Edifícios e outras construções	1.642.538	3.032.546	830.024	5.505.107
Equipamento básico		8.338.313	606.379	8.944.692
Equipamento de transporte				
Equipamento administrativo		313.159	27.547	340.706
Equipamentos biológicos				
Outros ativos tangíveis		921		921
	1.642.538	11.684.938	1.463.949	14.791.426
Ativos tangíveis em curso		6.604.430		6.604.430
		6.604.430		6.604.430
<b>Total</b>	<b>1.642.538</b>	<b>18.289.368</b>	<b>1.463.949</b>	<b>21.395.855</b>

O valor de adições de 14,7 milhões de euros apresentados evidencia a política da ULSSM na contínua aposta na renovação e inovação tecnológica dos seus equipamentos.

## Ativos Tangíveis – diminuições

(valores expressos em euros)

Rubricas	Diminuições			
	Alienação a título oneroso	Transferência ou troca	Outras	Total
	(1)	(2)	(5)	(6)=(1)+(2)+(3)+(4)+(5)
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural				
Ativos fixos em concessão				
Outros Ativos fixos tangíveis				
Terrenos e recursos naturais				
Edifícios e outras construções				
Equipamento básico	-23.125			-23.125
Equipamento de transporte				
Equipamento administrativo	-255			-255
Equipamentos biológicos				
Outros ativos tangíveis				
				-23.380
Ativos tangíveis em curso		-4.031.463		-4.031.463
		-4.031.463		-4.031.463
<b>Total</b>		<b>-4.031.463</b>		<b>-4.054.843</b>

As diminuições ocorridas em 2024 referem-se a abates, essencialmente de equipamento básico e/ou administrativo.

#### Ativos Tangíveis - depreciações

Depreciações reconhecidas nos resultados ou como parte de um custo de outros ativos	(valores expressos em euros)	
	2024	2023
<b>Depreciações reconhecidas nos resultados</b>		
<b>Outros Ativos fixos tangíveis</b>		
Terrenos e recursos naturais		
Edifícios e outras construções	3.835.157	3.496.391
Equipamento básico	6.264.442	5.962.906
Equipamento de transporte	14.590	14.933
Equipamento administrativo	1.293.692	1.401.516
Equipamentos biológicos		
Outros ativos tangíveis	5.356	5.308
	11.413.237	10.881.053
<b>Total</b>	<b>11.413.237</b>	<b>10.881.053</b>

Não existem ativos fixos tangíveis retirados de uso ativo e detidos para venda.

#### 8. Propriedades de Investimento

Em 2021 foram doados por testamento, em partes iguais, ao CHULN e ao IPO Lisboa, imóveis que não estando afetos a atividade desenvolvida, foram registados como propriedades de investimento, utilizando o critério valor patrimonial atual, constante da certidão predial. Em 2023 registaram-se os restantes imóveis deste testamento.

#### Propriedades de Investimento - quantia escriturada e variações do período

Rubricas	Quantia escriturada	Variações 2024/2023							Quantia Escriturada Final
		Adições [3]	Transferências Internas à Entidade	Depreciações do Período	Perdas por Imparidade	Reversões de Perdas por Imparidade	Diferenças Cambiais	Diminuições	
		(1)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)
<b>Propriedades de investimento</b>									
Bens de domínio público									
Terrenos e recursos naturais	36 416	0	0	0	0	0	0	0	36 416
Edifícios e outras construções	104 649	0	0	-1 003	0	0	0	0	103 646
Outras propriedades de investimento	141 065	0	0	-1 003	0	0	0	0	140 062
Propriedades de investimento em curso	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>141 065</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>-1 003</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>140 062</b>

## 10. Inventários

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a rubrica de inventários tinha a seguinte composição:

Inventários			(valores expressos em euros)	
Descrição	31-12-2024		31-12-2023	
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	69.651.405,06		48.011.345,83	
Imparidade acumulada	0		0	
Quantia recuperável	69.651.405,06		48.011.345,83	

A demonstração do Custo das Mercadorias e das Matérias Consumidas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 detalham-se como segue:

### Demonstração do Custo das Mercadorias e das Matérias Consumidas

Custo das Mercadorias e das Matérias Consumidas			(valores expressos em euros)	
Descrição	2024		2023	
	Mat. Primas Sub. Consumo	Total	Mat. Primas Sub. Consumo	Total
Existências Iniciais - 1 Jan		48.011.345,83		46.012.898,38
Compras:				
Produtos farmacêuticos	234.577.238,64		191.699.785,33	
Material Consumo Clínico	65.707.772,84		58.108.003,82	
Outras compras inventários	3.094.778,05		3.029.562,15	
Regularizações existências	-216.297,52		-139.983,09	
Existências Finais - 31 Dez	69.651.405,06		48.011.345,83	
Custos do Exercício	281.523.432,78		250.698.920,76	

Não existem quantias escrituradas de inventário dados como penhor de garantia a passivos.

## 13. Rendimentos de transação com contraprestação

No quadro seguinte apresentamos os rendimentos de transação com contraprestação globais:

Tipo de transação com contraprestação	2024			2023			(valores expressos em euros)
	Facturado	Estimado	Total	Facturado	Estimado	Total	
Prestações de Serviços							
Serviço Nacional de Saúde	655 280 814	13 236 198	668 517 012	465 861 262			465 861 262
Outros Subsistemas	5 284 149		5 284 149	5 962 449	1 349 051	7 311 500	
Total Prestações Serviços	660 564 963	13 236 198	673 801 161	471 823 711	1 349 051	473 172 762	
Venda de bens	8 574		8 574	8 818		8 818	
Juros	1 158		1 158	12		12	
Transf - ensaios clínicos	2 434 003		2 434 003	2 433 307		2 433 307	

(valores expressos em euros)

Tipo de transação com contraprestação	2024			2023		
	Facturado	Estimado	Total	Facturado	Estimado	Total
Outros Rendimentos e Ganhos						
Medicamentos	31 905		31 905	9 918 708		9 918 708
Parques	1 945 162		1 945 162	905 971		905 971
Outros reembolsos	1 805 098		1 805 098	3 625 977		3 625 977
<b>Total Outros Rendimentos e Ganhos</b>	<b>3 782 165</b>		<b>3 782 165</b>	<b>14 450 655</b>		<b>14 450 655</b>
<b>Total</b>	<b>666 790 863</b>	<b>13 236 198</b>	<b>680 027 061</b>	<b>488 716 503</b>	<b>1 349 051</b>	<b>490 065 554</b>

### 13.1. Prestação de Serviços

A rubrica de prestação de serviços, serviço nacional de saúde, inclui essencialmente os rendimentos associados ao contrato-programa estabelecido entre a ULSSM e o Ministério da Saúde, constitui o instrumento de definição e de quantificação das atividades a realizar pela ULSSM, no âmbito do Serviço Nacional de Saúde. Assim, o contrato-programa define, nomeadamente, os objetivos de produção e da sua remuneração, bem como os apoios extraordinários concedidos (designadamente para compensar as obrigações do Centro Hospitalar no âmbito do serviço público de saúde) e ainda os programas especiais propostos pelo Ministério da Saúde.

Até 2017, os acréscimos de rendimentos eram registados com base em estimativas calculadas pelo Instituto, tendo em consideração a produção realizada e os preços estabelecidos no respetivo contrato programa. Com vista à eliminação de diferenças de consolidação, a partir de 2017 a ACSS passou a indicar os valores das estimativas a serem contabilizadas pelas instituições do SNS, que a ULSSM tem assumido nos seus registo contabilísticos.

O financiamento por captação nas ULS é indutor da criação de valor, na medida em que incentiva os prestadores a gerir as disponibilidades financeiras em função das Termos de Referência para Contratualização de Cuidados de Saúde no SNS para 2024 estimulando a prestação de cuidados com a melhor relação custo-benefício, garantindo o acesso e a qualidade.

### 13.2. Venda de Bens

Venda de bens - O rendimento é reconhecido quando os riscos e benefícios inerentes a posse dos ativos são transferidos para o comprador. As vendas aqui reconhecidas não são produtos, mas sim materiais vendidos a títulos de resíduos.

### 13.3. Outros Rendimentos e Ganhos

O rendimento é reconhecido quando os riscos e benefícios inerentes a posse dos ativos são transferidos para o comprador. Não incluímos neste quadro os rendimentos que não tem uma contraprestação (acertos de inventário, entre outros).

#### Transferências – Ensaios Clínicos

Em relação a esta rubrica, incluímos a mesma no quadro explicativo, pois consideramos como rendimento de transação com contraprestação o valor de ensaios clínicos, recebido de acordo com as clausulas estabelecidas em protocolo. Este valor na Demonstração de Resultados por natureza esta incluído na linha de Transferências e Subsídios Correntes Obtidos (nota 14).

## 14. Rendimentos de transação sem contraprestação

No período findo em 31 de dezembro de 2024, os rendimentos sem contraprestação tinham a seguinte composição:

Tipo de transação sem contraprestação (1)	Rendimento do período				Quantia por receber (3) Adiantamentos recebidos	
	(2)					
	Resultados	Património líquido	início do período	Final do período		
Impostos, Contribuições e Taxas		780.134				
Transferências e Subsídios correntes obtidos						
Rendimentos de Contexto						
Sobras de Inventário		1.009.199				
Imputação subsídios investimento		2.028.586				
<b>Totais</b>	<b>3.817.919</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	

### 14.1. Impostos, Contribuições e Taxas

Esta rubrica é usada quase exclusivamente para apresentar os valores apurados para as taxas moderadoras dos utentes. Em 2024, foram especializadas taxas moderadoras de atos médicos realizados no valor de 780.134,11€.

## 15. Provisões. Passivos contingentes e ativos contingentes

O movimento ocorrido nas provisões durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 foi o seguinte:

Provisão	Quantia escriturada inicial 2023	Aumentos		Diminuições		Quantia Escriturada Final
		Reforços	Total de aumentos	Utilizações	Total de diminuições	
		(1)	(2)	(5)=(2)+(3)+(4)	(6)	(9)=(6)+(7)+(8)
Impostos, contribuições e taxas						
Garantias a clientes						
Processos judiciais em curso	9.807.904	930.865	930.865	425.317	425.317	10.313.451
<b>Total</b>	<b>9.807.904</b>	<b>930.865</b>	<b>930.865</b>	<b>425.317</b>	<b>425.317</b>	<b>10.313.451</b>

Considerou-se a situação dos vários processos e o seu possível desfecho, segundo a opinião técnica dos causídicos.

## 16. Efeito de alterações em taxas de câmbio

A moeda de apresentação das demonstrações financeiras é o Euro, que é também a moeda funcional da Entidade.

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas em vigor na data da transação. As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes na data das cobranças, dos pagamentos ou à data da demonstração da posição financeira, no caso dos ativos e passivos monetários, são registadas na demonstração dos resultados.

À data de 31 de dezembro de 2024 não existem passivos/ativos em moeda estrangeira.

## 17. Acontecimentos após data do Balanço

Encontram-se ainda por aprovar as demonstrações financeiras referentes ao ano de 2013 e seguintes, sendo convicção do Conselho de Administração que serão aprovadas sem alterações ou sem alterações significativas.

## 18. Instrumentos Financeiros

### 18.1. Ativos financeiros

O detalhe dos Instrumentos Financeiros Ativos, bem como o respetivo movimento nos períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, era como se segue:

## Ativos Financeiros – quantia escriturada

(valores expressos em euros)

Quantias escrituradas de cada uma das categorias de Ativos financeiros	Nota	Quantia escriturada inicial	2024				Quantia escriturada final	
			Aumentos		Diminuições			
			Reversões de perdas por imparidade	Outros	Perdas por imparidade	Outros		
Outros ativos financeiros								
Fundo de compensação de trabalho		0		20		20	0	
Ativos financeiros ao custo ou custo amortizado								
Clientes c/c	(a)	79.493.085		26.422.881		11.337.414	94.578.552	
Clientes de cobrança duvidosa	(a)	18.668.265		200.849		118.956	18.750.158	
Perdas por imparidade acumuladas	(a)	-18.668.265	148.534		230.427		-18.750.158	
Estado e outros entes públicos								
Pagamentos especiais por conta	(b)	61.411		308		61.163	556	
Retenções na fonte: Terceiros	(b)	185.511		7.078		1.935	190.655	
Outras contas a receber								
Pessoal		205.320		366.900.254		367.042.718	62.856	
Devedores por acréscimos rendimentos	(c)	174.784.002		811.801.441		818.993.466	167.591.976	
Outros devedores (Estado)	(d)	2.969.964		90.816.613		91.564.675	2.221.902	
Outros devedores (outros)	(e)	5.000.270		11.833.898		12.353.962	4.480.206	
Caixa e Depósitos bancários		9.071.861		967.031.770		970.330.902	5.772.729	
Outros ativos financeiros		0					0	
<b>Totalis</b>		<b>271.771.425</b>	<b>148.534</b>	<b>2.275.015.111</b>	<b>230.427</b>	<b>2.271.805.212</b>	<b>274.899.432</b>	

a) Em 31 de Dezembro de 2024 cerca de 97% do saldo de Clientes concentrava-se em 3 entidades:

- Instituições da SPA/SNS (225.245,32€);
- ARS (90.315.101,47€);
- Instituições do SEE (1.086.728,81€)

Os clientes de cobrança duvidosa representam 99% do valor apresentado em cobranças duvidosas. Desse valor cerca de 36% pertencem à Sociedade Megalabirinto (6.839.773€). Foram constituídas, em 2020, imparidades para as Instituições do Estado e Regiões Autónomas (8M€). A perda por imparidade acumulada de 18.750.158€ foi reforçada em 2024 por 81.893€ utilizando o critério já usado em anos anteriores, ou seja, 100% das dívidas de Clientes Não Estado com antiguidade superior a 2 anos.

b) Na rubrica de Estado e Outros Entes Públicos, estão registados os valores a receber relativos a pagamento especial por conta e a retenções realizadas por terceiros.

c) Os devedores por acréscimos de rendimento dizem respeito as seguintes naturezas:

Devedores por acréscimos rendimentos	Nota	(valores expressos em euros)	
		31-12-2024	31-12-2023
ACSS: Contratos-programa			
2017	(c1)	82.620.957	82.620.957
2018	(c1)	26.361.950	27.068.021
2019	(c1)	1.652.007	5.264.890
2020	(c1)	966.855	1.257.558
2021	(c1)	-271.078	128.543
2022	(c1)	1.694.478	1.854.845
2023	(c1)	41.511	118.128
2024	(c1)	17.497.715	0
ARSLVT- Hemodialise	(c2)	0	15.122.895
Subsistemas	(c2)	14.093.653	12.463.294
Taxa Moderadoras	(c3)	15.754.979	15.452.802
Rappel de fornecedores	(c4)	7.097.849	13.337.395
Outros		81.099	94.674
<b>Totais</b>		<b>167.591.976</b>	<b>174.784.002</b>

(c1) Relativamente aos devedores por acréscimos de rendimentos, ACSS, os mesmos correspondem essencialmente as estimativas efetuadas no âmbito da execução dos contratos-programa relativos aos anos em causa, 2017 a 2024, de acordo com as orientações recebidas da ACSS. É convicção do Conselho de Administração que os valores em causa refletem a melhor estimativa possível dos valores de produção a faturar, não sendo expetável que, no âmbito do encerramento formal dos contratos-programa em causa resultem correções significativas.

(c2) Os valores de acréscimos de rendimentos referentes a serviços prestados à ARSLVT e a subsistemas traduzem a melhor estimativa das quantias a faturar pelos serviços prestados, carecendo ainda de uma definição dos montantes definitivos a recuperar daquelas entidades.

(c3) De acordo com a Circular Informativa nº 1/2020 emitida pela ACSS às entidades do serviço nacional de saúde, foi recomendado manter na rubrica devedora por acréscimos de Rendimentos as taxas moderadoras por cobrar, sendo que o valor existente em 31 de dezembro de 2024 reflete o período de 2017 a 2024.

(c4) A rubrica de devedores por acréscimos de rendimentos, rappel de fornecedores, diz respeito a notas de crédito rececionadas em 2025, relativas a diversos acordos comerciais negociados com os fornecedores no ano de 2024.

d) Os outros devedores (estado), decompõem-se como segue:

Outros Devedores Estado	(valores expressos em euros)	
	31-12-2024	31-12-2023
Agência para o desenvolvimento e coesão, I.P. (SAMA2020/POSEUR)	535.448	1.034.380
Administrações Regionais de Saúde	217.887	276.131
SUCH - Serviço de Utilização Comum dos Hospitais	245.704	302.679
Outros	1.222.863	1.356.774
<b>Total</b>	<b>2.221.902</b>	<b>2.969.964</b>

e) Os outros devedores (outros), decompõem-se como segue:

Outros Devedores	(valores expressos em euros)	
	31-12-2024	31-12-2023
Entidades não codificadas	3.006.208	2.734.352
Ensaios clínicos	454.902	553.440
IQVIA Solutions Portugal, Lda.	23.705	22.728
ITAU - Instituto Técnico de Alimentação Humana, S.A.	35.189	631.112
Outras instituições	960.202	1.058.638
<b>Total</b>	<b>4.480.206</b>	<b>5.000.268</b>

## 18.2. Passivos financeiros

O detalhe dos Instrumentos Financeiros Passivo, bem como o respetivo movimento nos períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, era como se segue:

### Passivos Financeiros - quantia escriturada

Quantias escrituradas de cada uma das categorias de Passivos financeiros	Nota	Quantia escriturada inicial	2024			(valores expressos em euros)	
			Aumentos		Diminuições		
			Reversões de perdas por imparidade	Outros	Perdas por imparidade	Outros	
Fornecedores c/c	(a)	133.554.825		1.411.822.161		1.388.247.431	157.129.555
Adiantamento de clientes	(b)	187.255.027		667.426.879		654.087.158	200.594.748
<b>Estado e outros entes públicos</b>							
Imposto sobre o rendimento	21.4	33.000		33.000		33.000	33.000
Imposto sobre o valor acrescentado	(c)	246.135		10.808.957		10.858.797	196.294
Retenções na fonte	(d)	3.207.271		46.984.046		46.458.495	3.732.822
Contribuições para sistemas proteção social	(d)	6.618.400		105.947.752		105.339.694	7.226.459
Outros		1.898		36.403		35.656	2.646
Fornecedores de investimentos c/c	(e)	4.144.452		56.041.630		50.745.068	9.441.015
<b>Outras contas a pagar</b>							
<i>Credores por acréscimos de gastos</i>							
Remunerações a liquidar	(f)	29.623.166		53.273.876		44.488.605	38.408.437
Outros acréscimos de gastos	(g)	20.210.885		230.970.003		210.312.836	40.868.052
<i>Outros credores</i>							
Pessoal		0		269.002.257		269.002.257	0,00
Instituições do estado	(h)	77.163.787		6.627.630		8.026.127	75.765.289
Outros credores diversos	(i)	3.807.092		811.557		1.750.168	2.868.481
<b>Totais</b>		<b>465.865.938</b>		<b>2.859.786.152</b>		<b>2.789.385.293</b>	<b>536.266.797</b>

- (a) Fornecedores c/c, respeitam a dívidas de compras e fornecimentos e serviços externos com prazo médio de pagamento (PMP) de 96,8 dias e 148 dias, em 2024 e 2023, respetivamente.
- (b) A rubrica de Adiantamento de Clientes reflete essencialmente os montantes recebidos da ACSS cuja faturação ainda se encontra por emitir, no âmbito do encerramento de contrato-programa.
- (c) Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), diz respeito ao IVA liquidado nos meses de novembro e dezembro de 2024 e entregue ao Estado em janeiro e fevereiro do corrente ano;
- (d) As quantias relativas as retenções na fonte a terceiros de impostos sobre o rendimento e de contribuições para sistemas proteção social, resultaram quase na sua totalidade da liquidação de verbas respeitantes à função de pessoal, que foi objeto de entrega em janeiro de 2025.
- (e) Fornecedores de investimento, dizem respeito a obras e aquisição de equipamentos;
- (f) Remunerações a liquidar, são relativas a férias, subsídio de férias e respetivos encargos vencidos a 31 de dezembro de 2024, e a pagar no corrente ano de 2025;
- (g) Outros acréscimos de gastos, decompõem-se como segue:

Credores por acréscimos de gastos	(valores expressos em euros)	
	31-12-2024	31-12-2023
Entidades do SNS	14.976.368	14.907.476
Subcontratos	22.278.499	3.609.582
Trabalhos especializados	1.024.047	873.997
Conservação e reparação	188.576	415.454
Limpeza higiene e conforto	497.806	273.645
Alimentação	1.584.648	0
Comunicações	59.156	21.247
Outros	258.952	109.483
<b>Totais</b>	<b>40.868.052</b>	<b>20.210.885</b>

- (h) Outros credores - Instituições do Estado, decompõem-se como segue:

Instituições do Estado	(valores expressos em euros)	
	31-12-2024	31-12-2023
ARS LISBOA VALE TEJO, I.P.	68.693.747	68.773.475
IPST - Instituto Português do Sangue e da Transplantação	3.949.562	5.627.440
ACSS - Administração Central do Sistema de Saúde, I.P.	1.105.894	1.106.790
INST. NAC.SAÚDE DR.RIC. JORGE, IP	17.027	84.619
Instituto de Oftalmologia Dr. Gama Pinto	99.142	99.142
Outras instituições	1.899.918	1.472.321
<b>Total</b>	<b>75.765.289</b>	<b>77.163.787</b>

Salientamos ainda nesta rubrica as dívidas à ARS Lisboa Vale Tejo, I.P. no valor de 68.693.747€ e ao IPST - Instituto Português do Sangue e da Transplantação no montante de 3.949.562€. De salientar que esta última, tem vindo a ser amortizada à cadênci a de 500 mil euros/mês de harmonia com as disponibilidades de liquidez da ULSSM.

- (i) Outros credores – diversos, dizem respeito essencialmente às dívidas a diversos prestadores de serviços médicos e de diagnóstico, no combate à diminuição da lista de espera do SNS.

Não existem ativos dados em garantia como colateral de passivos, nem dívidas a fornecedores externos cuja duração residual seja superior a cinco anos.

## 19. Benefícios dos empregados

Os benefícios de empregados de curto prazo incluem salário, ordenados, subsídio de alimentação, subsídio de férias e natal.

De acordo com a legislação laboral aplicável o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes se encontram reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

Custos com o Pessoal	(valores expressos em euros)	
	2024	2023
<b>Órgãos Sociais:</b>		
Remunerações dos Órgãos Sociais	485.533	406.073
Subsídio de refeição	8.238	6.945
Outros	748	
Enc. s/ Rem. Órgãos Sociais	66.315	48.005
<b>Total Órgãos Sociais</b>	<b>560.835</b>	<b>461.023</b>
Remunerações do Pessoal	261.831.428	207.242.445
Enc. s/ Rem. Pessoal	62.700.122	49.223.461
Subsídio de refeição	9.221.246	9.039.580
Seguros	2.169.104	1.810.154
Outros	1.862.832	2.064.473
<b>Total Pessoal</b>	<b>337.784.732</b>	<b>269.380.113</b>
<b>TOTAL</b>	<b>338.345.567</b>	<b>269.841.136</b>

O número de funcionários no final do 2024 e 2023 foi de 7.514 e 6.602 respetivamente. A discrepância no número de trabalhadores entre os dois anos deve-se a inclusão do pessoal dos CSP.

## 20. Divulgações Partes Relacionadas

O capital estatutário da ULSSM, E.P.E. é detido pelo Estado Português e encontra-se totalmente realizado.

A Administração Central do Sistema de Saúde (ACSS) é a entidade controladora final do Grupo Público da Saúde, sendo responsável pela consolidação das Contas.

Para além das transações realizadas com clientes e fornecedores, o CHULN também se relaciona com outros hospitais do Serviço Nacional de Saúde e com as Administrações Regionais de Saúde (ARS), mais concretamente para a realização de meios complementares de diagnóstico e terapêutica.

Entidades	Balanc		Demonstração de Resultados	
	Ativo	Passivo	Gastos	Rendimentos
<b>Entidades não pertencentes ao Serviço Nacional de Saúde</b>				
ACÇÃO GOVERNATIVA - entidade contabilística				
GABINETE DO MINISTRO DA SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
GABINETE DO SECRETARIO DE ESTADO ADJUNTO DO MINISTRO DA SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
GABINETE DO SECRETARIO DE ESTADO DA SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
DIREÇÃO-GERAL DA SAÚDE	115,77	13.365,00	14.850,00	387,32
EAS EMPRESA AMBIENTE NA SAÚDE, TRATAMENTO DE RESIDUOS				
HOSPITALARES UNIPESSOAL, Lda.	0,00	0,00	0,00	0,00
ENTIDADE REGULADORA DA SAÚDE	0,00	0,00	3.500,00	0,00
FUNDO PARA A INVESTIGAÇÃO EM SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
INFARMED - AUTORIDADE NAC. DO MEDICAMENTO E PROD. DE SAÚDE, I.P.	0,00	0,00	0,00	115,57
INSPEÇÃO-GERAL DAS ATIVIDADES EM SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
INSTITUTO NACIONAL DE EMERGENCIA MEDICA, I.P.	0,00	0,00	12.584,00	202.985,38
SECRETARIA-GERAL DO MINISTÉRIO DA SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
INSTITUTO DE PROTEÇÃO E ASSISTENCIA NA DOENÇA, I.P.	0,00	0,00	18.208,10	0,00
SERVIÇO DE INTERVENÇÃO NOS COMPORTAMENTOS ADITIVOS E NAS DEPENDENCIAS	535.435,80	0,00	0,00	283.085,04
SERVIÇO DE UTILIZAÇÃO COMUM DOS HOSPITAIS (SUCH)	245.703,68	3.646.907,59	4.073.358,25	121.744,22
SERVIÇOS PARTILHADOS DO MINISTERIO DA SAÚDE, EPE	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Entidades pertencentes ao Serviço Nacional de Saúde (SNS)</b>				
ADMINISTRAÇÃO CENTRAL DO SISTEMA DE SAÚDE, I.P.	101.005.616,85	170.974.705,96	0,00	671.005.386,11
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAÚDE DE LISBOA E VALE DO TEJO, I.P.	90.882.147,35	68.763.657,35	0,00	7.669.579,18
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAÚDE DO ALENTEJO, I.P.	460.587,25	2.340,01	0,00	3.078,32
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAÚDE DO ALGARVE, I.P.	288.319,86	0,00	0,00	18.332,00
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAÚDE DO CENTRO, I.P.	1.201.278,03	622,33	0,00	27.602,33
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAÚDE DO NORTE, I.P.	63.281,14	6.530,70	0,00	4.643,92
CENTRO HOSPITALAR COVA DA BEIRA, EPE	984,09	0,00	-21,90	984,09
CENTRO HOSPITALAR DE ENTRE O DOURO E VOUGA, EPE	0,00	0,00	0,00	0,00
CENTRO HOSPITALAR DE LISBOA - ZONA OCIDENTAL, EPE	115.947,50	125.433,46	67.767,55	74.465,86
CENTRO HOSPITALAR DE SETUBAL, EPE	173.559,98	122,40	0,00	11.083,02
CENTRO HOSPITALAR DO BARREIRO - MONTijo, EPE	15.174,50	0,00	110,20	3.749,30
CENTRO HOSPITALAR DO TAMEGA E SOUSA, EPE	0,00	0,00	0,00	0,00
CENTRO HOSPITALAR MÉDIO AVE, EPE	31,00	0,00	0,00	0,00
CENTRO HOSPITALAR MEDIO TEJO, EPE	6.038,11	97.123,42	144.480,39	3.669,13
CENTRO HOSPITALAR PÓVOA VARZIM / VILA DO CONDE, EPE	0,00	0,00	0,00	0,00
CENTRO HOSPITALAR PSQUIATRICO DE LISBOA	1.294,91	0,00	0,00	-776.882,19
CENTRO HOSPITALAR TRÁS-OS-MONTES E ALTO DOURO, EPE	0,00	0,00	0,00	0,00
CENTRO HOSPITALAR UNIVERSITÁRIO DE LISBOA CENTRAL, EPE	103.831,57	106.381,07	12.088,27	43.880,33
CENTRO HOSPITALAR UNIVERSITÁRIO DE LISBOA NORTE, EPE	0,00	0,00	0,00	0,00
CENTRO HOSPITALAR UNIVERSITÁRIO DO PORTO, EPE	0,00	38.148,40	33.674,50	0,00
CENTRO HOSPITALAR VILA NOVA GAIA/ESPINHO, EPE	0,00	1.244,54	1.244,54	0,00
CENTRO MEDICO DE REABIL. DA REG. CENTRO - ROVISCO PAÍS	0,00	0,00	0,00	0,00
HOSPITAL ARCEBISPO JOAO CRISOSTOMO - CANTANHEDE	0,00	0,00	0,00	0,00
HOSPITAL DE MAGALHÃES LEMOS, EPE	0,00	0,00	0,00	0,00
CENTRO HOSPITALAR UNIVERSITÁRIO SÃO JOÃO, EPE	578,20	0,00	0,00	328,30
HOSPITAL DISTRITAL FIGUEIRA DA FOZ, EPE	0,00	0,00	0,00	0,00
HOSPITAL DISTRITAL SANTA MARIA MAIOR, EPE - BARCELLOS	0,00	0,00	0,00	0,00

Entidades	Balanço		Demonstração de Resultados	
	Ativo	Passivo	Gastos	Rendimentos
HOSPITAL DISTRITAL SANTAREM, EPE	8.382,70	0,00	0,00	-674,54
HOSPITAL DR. FRANCISCO ZAGALO – OVAR	0,00	0,00	0,00	0,00
HOSPITAL ESPÍRITO SANTO DE ÉVORA, EPE	12.410,31	937,80	9.665,10	-46.030,86
HOSPITAL FERNANDO DA FONSECA, EPE	49.703,45	1.010.775,76	630.819,29	44.570,61
HOSPITAL GARCIA DE ORTA, EPE – ALMADA	36.421,77	113.083,90	25.311,04	16.534,17
INSTITUTO NACIONAL DE SAÚDE DR. RICARDO JORGE I.P.	1.069,11	17.027,36	206.194,05	0,00
INSTITUTO OFTALMOLOGICO DR. GAMA PINTO	3.071,18	99.141,59	0,00	-6,56
INSTITUTO PORTUGUES DE ONCOLOGIA DE COIMBRA, EPE	0,00	0,00	0,00	26,40
INSTITUTO PORTUGUES DE ONCOLOGIA DE LISBOA, EPE	31.884,12	27.237,44	122.265,75	17.434,50
INSTITUTO PORTUGUES DE ONCOLOGIA DO PORTO, EPE	2.147,70	72.891,90	79.298,90	2.147,70
INSTITUTO PORTUGUES DO SANGUE E DA TRANSPLANTAÇÃO, IP	244,84	3.949.561,67	3.810.644,54	150.134,51
UNIDADE LOCAL DE SAÚDE ALTO MINHO, EPE	0,00	0,00	0,00	0,00
UNIDADE LOCAL DE SAÚDE DA GUARDA, EPE	0,00	0,00	0,00	0,00
UNIDADE LOCAL DE SAÚDE DE MATOSINHOS, EPE	5.924,79	-462,57	0,00	2.128,56
UNIDADE LOCAL DE SAÚDE DE CASTELO BRANCO, EPE	0,00	225,93	0,00	0,00
UNIDADE LOCAL DO BAIXO ALENTEJO, EPE	36.657,65	65.490,06	0,00	10.067,29
UNIDADE LOCAL SAÚDE NORTE ALENTEJANO, EPE	307.412,20	128,32	0,00	16.673,98
C.H. UNIV. COIMBRA, EPE	1.783,50	37.693,26	104.573,84	52,80
Unidade Local Saúde Litoral Alentejano	147.634,31	5.205,45	0,00	72.914,48
C.H. OESTE EPE - TORRES VEDRAS	202.731,79	100.918,24	1.093,60	121.661,25
CENTRO HOSPITALAR DE LEIRIA, EPE	3.987,53	0,00	0,00	-52.014,30
CENTRO HOSPITALAR DO BAIXO VOUGA, EPE	0,00	0,00	0,00	0,00
C. HOSP. UNIV. ALGARVE EPE	19.406,70	463,30	0,00	11.895,86
UNID LOCAL SAUDE NORDESTE, EPE	11.475,79	0,00	0,00	4.232,88
CENTRO HOSPITALAR TONDELA-VISEU, E.P.E.	54.073,00	0,00	0,00	0,00
UNIDADE LOCAL SAÚDE ESTUÁRIO DO TEJO, EPE	593,20	0,00	0,00	2.729,08
UNIDADE LOCAL SAÚDE DE LOURES-ODIVELAS, EPE	63.180,42	817,12	0,00	59.014,30
UNIDADE LOCAL SAÚDE DE SANTO ANTÓNIO, EPE	0,00	0,00	13.648,80	0,00
<b>Total</b>	<b>196.100.122</b>	<b>249.277.719</b>	<b>9.385.359</b>	<b>679.131.709</b>

## 21. Outras Divulgações

### 21.1. Passivos não correntes: Financiamentos obtidos

No Passivo não Corrente, financiamentos obtidos, respeitante ao valor da subvenção reembolsável semestralmente, a partir de agosto de 2025, relativo ao projeto de Eficiência Energética do Hospital de Santa Maria, ao abrigo do POSEUR.

### 21.2. Fornecimentos e Serviços Externos

Os Fornecimentos e Serviços Externos são uma rubrica de gastos importante e com algum relevo na ULSSM. No mapa que se segue encontramos os valores repartidos pelos diversos itens com relevância para a rubrica Subcontratos que é aquela com mais expressão. Neste capítulo, o aumento verificado em algumas rubricas de Serviços Especializados deve-se essencialmente ao reforço obrigatório face à situação inflacionária que ainda decorre.

Fornecimentos e Serviços Externos	(valores expressos em euros)	
	2024	2023
<b>Subcontratos</b>	<b>98.881.107</b>	<b>22.765.876</b>
Entidades do Ministério da Saúde	35.165.205	8.466.769
Outras Entidades	63.715.902	14.299.107
<b>Serviço de Instalações e Equipamentos</b>	<b>17.165.429</b>	<b>13.826.513</b>
<b>Serviços logística e Stocks</b>	<b>10.712.181</b>	<b>10.032.272</b>
<b>Serviços Sistemas de Informação</b>	<b>4.903.462</b>	<b>3.207.207</b>
<b>Departamento Recursos Humanos</b>	<b>6.185.826</b>	<b>3.795.412</b>
<b>Trabalhos Especializados</b>	<b>2.600.050</b>	<b>1.858.389</b>
<b>Materials</b>	<b>256.161</b>	<b>311.262</b>
<b>Energia e Fluidos</b>	<b>4.260.130</b>	<b>4.952.613</b>
<b>Deslocações, Estadas e Transportes</b>	<b>12.744.070</b>	<b>9.686.073</b>
<b>Serviços Diversos</b>	<b>9.552.771</b>	<b>8.263.689</b>
<b>Total</b>	<b>167.261.187</b>	<b>78.699.304</b>

### 21.3. Garantias

Existem garantias no valor de 12.659.738,22€, a favor da ULSSM, prestadas pelos diversos fornecedores ao abrigo da legislação em vigor.

Emitimos em 2016, a favor da Segurança Social uma garantia no valor de 52.999,91€.

Em 2019 emitimos uma garantia a favor da Agência Portuguesa do Ambiente no valor de 682,46€, reforçada este ano com 34.39€ de acordo com a solicitação desta agência, totalizando assim 716,99€

Em 2021 emitimos nova garantia a favor da Agência Portuguesa do Ambiente no valor de 6.183,10€.

### 21.4. Imposto sobre o rendimento

A ULSSM, E.P.E está sujeito a IRC à taxa normal de 21%, a Derrama à taxa de 1,5% e a Tributação Autónoma sobre um conjunto de despesas, tendo contabilizado a correspondente estimativa de imposto.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção pelas autoridades fiscais durante um período de 4 anos, considerando a ULSSM, E.P.E que eventuais correções resultantes dessas revisões não terão um efeito significativo nas presentes demonstrações financeiras.

## **21.5. Interesses em outras entidades**

A Unidade Local de Saúde de Santa Maria, EPE participa na empresa SUCH – Serviço de Utilização Comum dos Hospitais comparticipando com uma quota mensal de 250€. O Resultado Líquido do SUCH, no ano de 2024 é de 9.873.603€ e será comunicado o seu registo no Sistema de Participações Residente (SIPART).

## **21.6. Outros assuntos**

Cumpre ao Conselho de Administração informar a Tutela, na qualidade de acionista, de que a Unidade Local de Saúde de Santa Maria, E.P.E. se enquadra no âmbito do art.º 35.º do Regime Jurídico do Sector Público Empresarial, que em consequência da atribuição da verba para cobertura de prejuízos transitados, através do despacho conjunto do Secretário de Estado do Orçamento e do Secretário de Estado Adjunto e da Saúde o valor patrimonial líquido no encerramento de 2024 se encontra positivo, impulsionando os rácios de estrutura. No entanto, é nosso entender que esta situação não se deverá manter ao longo de 2025 dado o histórico operacional da nossa instituição, bem como o efeito da legislação ao nível dos recursos humanos que terá um impacto consolidado no ano de 2025.

# Demonstrações Orçamentais Exercício 2024

## Desempenho de execução orçamental da receita

Rubricas	Recebimentos	Fontes de Financiamento					
		RP - Receitas Próprias	RP - Receitas Gerais	UE - Financiamento da União Europeia	EMPR - Contração de Empréstimos	FUNDOS ALHEIOS	TOTAL
	<b>Saldo de gerência anterior</b>	<b>8 520 591,90 €</b>	- €	<b>551 269,51 €</b>	- €	- €	<b>9 071 861,41 €</b>
R101	R101 - Operações Orçamentais [1]	8 520 591,90 €	- €	551 269,51 €	- €	- €	9 071 861,41 €
R102	R102 - Devolução do saldo oper. orçamentais	- €	- €	- €	- €	- €	- €
R104	R104 - Recebimento do saldo devolvido por terceiras entidades	- €	- €	- €	- €	- €	- €
R103	R103 - Operações de tesouraria [A]	- €	- €	- €	- €	- €	- €
	<b>Receita Corrente</b>	<b>681 597 341,36 €</b>	- €	- €	- €	- €	<b>681 597 341,36 €</b>
R1	R1 - Receita Fiscal	- €	- €	- €	- €	- €	- €
R1.1	R1.1 - Impostos diretos	- €	- €	- €	- €	- €	- €
R1.2	R1.2 - Impostos Indiretos	- €	- €	- €	- €	- €	- €
R2	R2 - de saúde	- €	- €	- €	- €	- €	- €
R3	R3 - Taxas, multas e outras penalidades	475 653,58 €	- €	- €	- €	- €	475 653,58 €
R4	R4 - Rendimentos de propriedade	- €	- €	- €	- €	- €	- €
R5	R5 - Transferências e subsídios correntes	6 304 866,07 €	- €	- €	- €	- €	6 304 866,07 €
R5.1	R5.1 - Transferências correntes	6 304 866,07 €	- €	- €	- €	- €	6 304 866,07 €
R5.1.1	R5.1.1 - Administrações Públicas	3 336 815,65 €	- €	- €	- €	- €	3 336 815,65 €
R5.1.1.1	R5.1.1.1 - Administração Central - Estado Português	- €	- €	- €	- €	- €	- €
R5.1.1.2	R5.1.1.2 - Administração Central - Outras entidades	3 336 815,65 €	- €	- €	- €	- €	3 336 815,65 €
R5.1.1.3	R5.1.1.3 - Segurança Social	- €	- €	- €	- €	- €	- €
R5.1.1.4	R5.1.1.4 - Administração Regional	- €	- €	- €	- €	- €	- €
R5.1.1.5	R5.1.1.5 - Administração Local	- €	- €	- €	- €	- €	- €
R5.1.2	R5.1.2 - Exterior - U E	- €	- €	- €	- €	- €	- €
R5.1.3	R5.1.3 - Outras	2 968 050,42 €	- €	- €	- €	- €	2 968 050,42 €
R5.2	R5.2 - Subsídios correntes	- €	- €	- €	- €	- €	- €
R6	R6 - Venda de bens e serviços	674 690 370,66 €	- €	- €	- €	- €	674 690 370,66 €
R7	R7 - Outras receitas correntes	126 451,05 €	- €	- €	- €	- €	126 451,05 €
	<b>Receita de Capital</b>	<b>40 983,60 €</b>	- €	<b>578 103,29 €</b>	- €	- €	<b>619 086,89 €</b>
R8	R8 - Venda de bens de investimento	- €	- €	- €	- €	- €	- €
R9	R9 - Transferências e subsídios de capital	40 983,60 €	- €	578 103,29 €	- €	- €	619 086,89 €
R9.1	R9.1 - Transferências de capital	40 983,60 €	- €	578 103,29 €	- €	- €	619 086,89 €
R9.1.1	R9.1.1 - Administrações Públicas	40 983,60 €	- €	- €	- €	- €	40 983,60 €
R9.1.1.1	R9.1.1.1 - Administração Central - Estado Português	- €	- €	- €	- €	- €	- €
R9.1.1.2	R9.1.1.2 - Administração Central - Outras entidades	40 983,60 €	- €	- €	- €	- €	40 983,60 €
R9.1.1.3	R9.1.1.3 - Segurança Social	- €	- €	- €	- €	- €	- €
R9.1.1.4	R9.1.1.4 - Administração Regional	- €	- €	- €	- €	- €	- €
R9.1.1.5	R9.1.1.5 - Administração Local	- €	- €	- €	- €	- €	- €
R9.1.2	R9.1.2 - Exterior - U E	- €	- €	578 103,29 €	- €	- €	578 103,29 €
R9.1.3	R9.1.3 - Outras	- €	- €	- €	- €	- €	- €
R9.2	R9.2 - Subsídios de capital	- €	- €	- €	- €	- €	- €
R10	R10 - Outras receitas de capital	- €	- €	- €	- €	- €	- €
R11	R11 - Reposições não abatidas aos pagamentos	6 245 676,11 €	- €	- €	- €	- €	6 245 676,11 €
	<b>Receita efetiva [2]</b>	<b>687 884 001,07 €</b>	- €	<b>578 103,29 €</b>	- €	- €	<b>688 462 104,36 €</b>
	<b>Receita não efetiva [3]</b>	<b>76 182 252,00 €</b>	- €	<b>815 060,49 €</b>	- €	- €	<b>76 997 312,49 €</b>
R12	R12 - Receita com ativos financeiros	- €	- €	- €	- €	- €	- €
R13	R13 - Receita com passivos financeiros	76 182 252,00 €	- €	815 060,49 €	- €	- €	76 997 312,49 €
	<b>Soma [4]=[1]+[2]+[3]</b>	<b>772 586 844,97 €</b>	- €	<b>1 944 433,29 €</b>	- €	- €	<b>774 531 278,26 €</b>
	<b>ROT1 - Operações de Tesouraria [B]</b>	<b>1 028 361,90 €</b>	- €	- €	- €	- €	<b>1 028 361,90 €</b>
	<b>Receita total [1] + [2] + [3]</b>	<b>772 586 844,97 €</b>	- €	<b>1 944 433,29 €</b>	- €	- €	<b>774 531 278,26 €</b>

## Desempenho de execução orçamental da despesa

Rubrics	Descrição	Fontes de Financiamento					
		RP - Receitas Próprias	RG - Receitas Gerais	UE + Financiamento da União Europeia	EMPR - Contratação de Empréstimos	FUNDOS ALHEIOS	TOTAL
	<b>Despesa corrente</b>	<b>756 988 666,10 €</b>	- €	- €	- €	<b>3 512,00 €</b>	<b>756 992 178,10 €</b>
D1	D1 - Despesas com o pessoal	328 385 058,25 €	- €	- €	- €	<b>3 512,00 €</b>	<b>328 388 570,25 €</b>
D1.1	D1.1 - Remunerações Certas e Permanentes	<b>192 092 760,77 €</b>	- €	- €	- €	- €	<b>192 092 760,77 €</b>
D1.2	D1.2 - Abonos Variáveis ou Eventuais	73 891 514,86 €	- €	- €	- €	- €	<b>73 891 514,86 €</b>
D1.3	D1.3 - Segurança Social	62 400 782,62 €	- €	- €	- €	<b>3 512,00 €</b>	<b>62 404 294,62 €</b>
D4.1.1.3	D4.1.1.3 - Segurança Social	- €	- €	- €	- €	- €	- €
D2	D2 - Aquisição de bens e serviços	<b>427 005 942,70 €</b>	- €	- €	- €	- €	<b>427 005 942,70 €</b>
D3	D3 - Juros e outros encargos	- €	- €	- €	- €	- €	- €
D4.1.1.3	D4 - Transferências e subsídios correntes	- €	- €	- €	- €	- €	- €
D4.1	D4.1 - Transferências correntes	- €	- €	- €	- €	- €	- €
D4.1.1	D4.1.1 - Administrações Públicas	- €	- €	- €	- €	- €	- €
D4.1.1.1	Português	- €	- €	- €	- €	- €	- €
D4.1.1.2	entidades	- €	- €	- €	- €	- €	- €
D4.1.1.4	D4.1.1.4 - Administração Regional	- €	- €	- €	- €	- €	- €
D4.1.1.5	D4.1.1.5 - Administração Local	- €	- €	- €	- €	- €	- €
D4.1.2	D4.1.2 - Entidades do setor não lucrativo	- €	- €	- €	- €	- €	- €
D4.1.3	D4.1.3 - Famílias	- €	- €	- €	- €	- €	- €
D4.1.4	D4.1.4 - Outras	- €	- €	- €	- €	- €	- €
D4.2	D4.2 - Subsídios correntes	- €	- €	- €	- €	- €	- €
D5	D5 - Outras despesas correntes	<b>1 597 665,15 €</b>	- €	- €	- €	- €	<b>1 597 665,15 €</b>
	<b>Despesa de capital</b>	<b>12 784 505,60 €</b>	- €	- €	- €	- €	<b>12 784 505,60 €</b>
D6	D6 - Aquisição de bens de capital	<b>12 784 505,60 €</b>	- €	- €	- €	- €	<b>12 784 505,60 €</b>
D7	D7 - Transferência e subsídios de capital	- €	- €	- €	- €	- €	- €
D7.1	D7.1 - Transferências de capital	- €	- €	- €	- €	- €	- €
D7.1.1	D7.1.1 - Administrações Públicas	- €	- €	- €	- €	- €	- €
D7.1.1.1	Português	- €	- €	- €	- €	- €	- €
D7.1.1.2	entidades	- €	- €	- €	- €	- €	- €
D7.1.1.3	D7.1.1.3 - Segurança Social	- €	- €	- €	- €	- €	- €
D7.1.1.4	D7.1.1.4 - Administração Regional	- €	- €	- €	- €	- €	- €
D7.1.1.5	D7.1.1.5 - Administração Local	- €	- €	- €	- €	- €	- €
D7.1.2	D7.1.2 - Entidades do setor não lucrativo	- €	- €	- €	- €	- €	- €
D7.1.3	D7.1.3 - Famílias	- €	- €	- €	- €	- €	- €
D7.1.4	D7.1.4 - Outras	- €	- €	- €	- €	- €	- €
D7.2	D7.2 - Subsídios de capital	- €	- €	- €	- €	- €	- €
D8	D8 - Outras despesas de capital	- €	- €	- €	- €	- €	- €
	<b>Despesa efetiva [5]</b>	<b>769 773 171,70 €</b>	- €	- €	- €	<b>3 512,00 €</b>	<b>769 776 683,70 €</b>
	<b>Despesa não efetiva [6]</b>	- €	- €	- €	- €	- €	- €
D9	D9 - Despesa com ativos financeiros	- €	- €	- €	- €	- €	- €
D10	D10 - Despesa com passivos financeiros	- €	- €	- €	- €	- €	- €
	<b>Soma [7]=[5]+[6]</b>	<b>769 773 171,70 €</b>	- €	- €	- €	<b>3 512,00 €</b>	<b>769 776 683,70 €</b>
	DOT1 - Operações de tesouraria [C]	10 227,62 €	- €	- €	- €	- €	10 227,62 €
	Saldo para a gerência seguinte	<b>3 831 807,55 €</b>	- €	<b>1 944 433,29 €</b>	- €	<b>3 512,00 €</b>	<b>5 772 728,84 €</b>
	Operações orçamentais [8] = [4] - [7]	<b>2 813 673,27 €</b>	- €	<b>1 944 433,29 €</b>	- €	<b>3 512,00 €</b>	<b>4 754 594,56 €</b>
	Operações de tesouraria [D] = [A] + [B] - [C]	<b>1 018 134,28 €</b>	- €	- €	- €	- €	<b>1 018 134,28 €</b>
	Saldo Global [2] - [5]	<b>- 81 889 170,63 €</b>	- €	<b>578 103,29 €</b>	- €	<b>3 512,00 €</b>	<b>- 81 314 579,34 €</b>
	Despesa primária	<b>769 773 171,70 €</b>	- €	- €	- €	<b>3 512,00 €</b>	<b>769 776 683,70 €</b>
	Saldo corrente	<b>- 75 391 324,74 €</b>	- €	- €	- €	<b>3 512,00 €</b>	<b>- 75 394 836,74 €</b>
	Saldo de capital	<b>- 12 743 522,00 €</b>	- €	<b>578 103,29 €</b>	- €	- €	<b>- 12 165 418,71 €</b>
	Saldo primário	<b>- 81 889 170,63 €</b>	- €	<b>578 103,29 €</b>	- €	<b>3 512,00 €</b>	<b>- 81 314 579,34 €</b>
	Despesa total [5] + [6]	<b>769 773 171,70 €</b>	- €	- €	- €	<b>3 512,00 €</b>	<b>769 776 683,70 €</b>

## Execução orçamental da receita

Rúbrica	Designação	Previsões corrigidas	Previsões por liquidar	Receitas por cobrar de períodos anteriores	Receitas liquidadas	Liquidações anuladas	Receitas cobradas brutas	Reembolsos e restituições		Receitas Cobradas Líquidas	Total	Receitas por cobrar no final do período
								emitidos	pagos			
	Receita Corrente	940 115 771,00 €	198 031 212,67 €	46 676 455,62 €	697 364 763,90 €	1 926 651,19 €	681 645 990,60 €	48 649,24 €	48 649,24 €	5 662 646,50 €	675 934 694,86 €	681 597 341,36 €
R3	Taxas, multas e outras penalidades	856 977,00 €	377 896,74 €	1 122,80 €	479 832,25 €	1 874,79 €	477 528,37 €	1 874,79 €	1 874,79 €	- €	475 653,58 €	475 653,58 €
R5	Transferências e subsídios correntes	9 604 013,00 €	2 713 047,74 €	3 459 670,17 €	3 857 177,46 €	435 822,37 €	6 350 829,07 €	45 963,00 €	45 963,00 €	3 180 674,55 €	3 124 191,52 €	6 304 866,07 €
R6	Venda de bens e serviços	929 524 781,00 €	194 906 719,24 €	43 215 662,65 €	692 891 303,14 €	1 488 904,03 €	674 691 182,11 €	811,45 €	811,45 €	2 481 971,95 €	672 208 398,71 €	59 787 756,44 €
R7	Outras receitas correntes	130 000,00 €	5 548,95 €	- €	126 451,05 €	- €	126 451,05 €	- €	- €	- €	126 451,05 €	- €
	Receita de Capital	95 296 340,00 €	-	223 922,15 €	95 296 336,62 €	-	92 933 936,90 €	- €	- €	32 667,82 €	92 901 269,08 €	92 933 936,90 €
	Transferências e subsídios de capital	95 296 340,00 €	-	223 922,15 €	95 296 336,62 €	-	92 933 936,90 €	- €	- €	32 667,82 €	92 901 269,08 €	92 933 936,90 €
	Total	1 035 412 111,00 €	197 777 290,52 €	46 900 381,15 €	792 661 100,52 €	1 926 661,19 €	774 579 927,50 €	48 649,24 €	48 649,24 €	5 695 324,32 €	768 835 965,94 €	774 531 270,26 €
												62 883 880,92 €

## Execução orçamental da despesa

Rúbrica	Designação	Despesas por pagar de períodos anteriores	Dotações corrigidas	Compromissos	Obrigações	Despesas Pagas Líquidas			Compromissos a transferir	Obrigações por pagar
						Períodos Anteriores	Período Corrente	Total		
	Despesa corrente	151 197 014,07 €	1 010 021 915,00 €	997 196 739,61 €	925 057 438,26 €	136 234 195,54 €	620 757 982,56 €	756 992 178,10 €	72 116 952,81 €	169 050 919,89 €
D1	Despesas com pessoal	9 817 504,12 €	341 562 519,00 €	339 669 361,38 €	339 626 216,61 €	9 759 877,67 €	318 628 692,38 €	328 388 570,25 €	20 796,23 €	11 223 299,53 €
	Remunerações certas e permanentes	1 495 381,50 €	196 731 703,00 €	195 989 466,63 €	195 989 177,16 €	1 478 866,91 €	190 613 893,85 €	192 092 760,77 €	69,47 €	3 885 010,63 €
D1.1	Abonos variáveis ou eventuais	76 313,37 €	74 340 067,00 €	74 028 559,92 €	74 003 629,53 €	35 200,71 €	73 856 319,15 €	73 891 514,86 €	2 801,85 €	109 173,60 €
D1.1.3	Segurança Social	8 245 809,25 €	70 490 749,00 €	69 651 394,89 €	69 655 409,92 €	8 245 809,25 €	54 158 485,37 €	62 404 294,62 €	17 924,91 €	7 229 115,30 €
D2	Aquisição de bens e serviços	141 135 875,15 €	666 662 671,00 €	655 732 366,35 €	583 656 209,77 €	126 228 182,87 €	300 777 759,83 €	427 005 942,70 €	72 096 156,58 €	156 630 273,69 €
D5	Outras despesas correntes	246 134,80 €	1 796 725,00 €	1 795 011,88 €	1 795 011,88 €	246 134,80 €	1 351 530,35 €	1 597 665,15 €	- €	197 346,73 €
	Despesas de Capital	3 763 455,76 €	25 390 196,00 €	22 683 458,83 €	21 592 480,75 €	3 729 923,27 €	9 054 582,33 €	12 784 505,60 €	1 090 978,08 €	8 807 975,15 €
D6	Investimentos	3 763 455,76 €	25 390 196,00 €	22 683 458,83 €	21 592 480,75 €	3 729 923,27 €	9 054 582,33 €	12 784 505,60 €	1 090 978,08 €	8 807 975,15 €
	Total	154 960 469,83 €	1 035 412 111,00 €	1 019 880 198,44 €	946 649 919,01 €	139 964 118,81 €	629 812 564,89 €	769 776 683,70 €	73 207 930,89 €	176 858 895,04 €

# **ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS**

## **EXERCICIO 2024**

## Introdução

A contabilidade orçamental é regulada pela NCP 26 – Contabilidade e Relato Orçamental, do SNC-AP. Esta norma estabelece os conceitos, as regras e os modelos de demonstrações orçamentais.

O objetivo das Demonstrações Orçamentais são o proporcionar informação acerca do orçamento inicial, alterações orçamentais, da execução das despesas orçamentadas, da execução das receitas, dos pagamentos e recebimentos e do desempenho orçamental.

O orçamento está repartido por várias fontes de financiamento, de acordo com as normas definidas pela DGO, representando as verbas do Orçamento de Estado que se referem aos adiantamentos do contrato programa, com um peso significativo no total orçamentado.

Os registos da contabilidade orçamental permitem, por classificação económica, acompanhar o orçamento da despesa e receita, desde a sua abertura, as modificações, execução, até ao encerramento.

Para apoio ao acompanhamento da execução orçamental são utilizados vários mapas de execução.

### 1. Alterações orçamentais da receita

No decorrer do ano em apreço registaram-se várias alterações ao orçamento inicial de receita, seguindo a seguinte distribuição:

Rubrica	Designação	Tipo	Receita						
			Previsões iniciais	Peso	Alterações orçamentais			Previsões corrigidas	Peso
					Inscrições / reforços	Diminuições / anulações	Créditos especiais		
03	Taxas multas e outras penalidades	N/A	856 977,00 €	0,09%	- €	- €	- €	856 977,00 €	0,08%
05	Transferências e subsídios correntes	P/M	2 819 543,00 €	0,30%	6 784 470,00 €	- €	- €	9 604 013,00 €	0,93%
06	Venda de bens e serviços	P/M	930 115 252,00 €	99,58%	25 833 542,00 €	26 422 013,00 €	- €	929 524 781,00 €	89,77%
07	Outras receitas correntes	P	100 000,00 €	0,01%	50 000,00 €	- €	- €	150 000,00 €	0,01%
10	Outras receitas de capital	M	- €	0,00%	619 088,00 €	- €	- €	619 088,00 €	0,06%
11	Reposições não abatidas aos pagamentos	M	- €	0,00%	- €	- €	8 608 076,00 €	8 608 076,00 €	0,83%
13	Receita com passivos financeiros	M	104 166,00 €	0,01%	- €	- €	76 893 147,00 €	76 997 313,00 €	7,44%
14	Saldo da gerência anterior - operações orçamentais	M	- €	0,00%	9 071 863,00 €	- €	- €	9 071 863,00 €	0,88%
Total			933 993 938,00 €	100,00%	42 538 963,00 €	26 422 013,00 €	85 501 229,00 €	1 035 412 111,00 €	100,00%

Da leitura do quadro, destaque para os cerca de 6,7M€ inscritos para reforço das transferências correntes, mais concretamente, os 3M€ atribuídos para a Descentralização. Realce, igualmente para o reforço referente às reposições não abatidas aos pagamentos (RNAP) com cerca de 8,6M€ e, por último, o reforço de 76M€ na rubrica de passivos financeiros, para cobertura de prejuízos.

Deste modo de um orçamento inicial de 933.933.938€, com os diversos movimentos de inscrição e anulação efetuados ao longo do período, registou-se um total corrigido de 1.035.412.111€, ou seja, um crescimento de 9,7%.

## 2. Alterações orçamentais da despesa

Rubrica	Rubricas	Tipo	Despesa						Dotações corrigidas	Peso
			Dotações iniciais	Peso	Inscrições / reforços	Diminuições / anulações	Créditos especiais			
01 Despesas com o pessoal	N/A	357 281 511,00 €	5 183 933,00 €	902 725,00 €	- €	341 562 519,00 €				
01.1 Remunerações Certas e Permanentes	P/M	197 183 249,00 €	21,1%	- €	451 546,00 €	- €	196 731 703,00 €	19,00%		
01.2 Abonos Variáveis ou Eventuais	P/M	74 791 246,00 €	8,01%	- €	451 179,00 €	- €	74 340 067,00 €	7,18%		
01.3 Segurança Social	P/M	65 306 816,00 €	6,99%	5 183 933,00 €	- €	- €	70 490 749,00 €	6,81%		
02 Aquisição de bens e serviços	P/M	363 579 398,00 €	60,3%	26 907 227,00 €	- €	76 176 086,00 €	668 662 671,00 €	64,89%		
05 Outras Despesas Correntes	P/M	1 176 877,00 €	0,13%	619 848,00 €	- €	- €	1 786 725,00 €	0,17%		
06 Aquisições de bens de capital - Investimento	P/M	51 856 962,00 €	3,42%	- €	6 566 166,00 €	- €	25 390 196,00 €	2,45%		
Total		933 933 938,00 €	100%	32 711 008,00 €	7 468 891,00 €	76 176 086,00 €	1 035 412 111,00 €	100%		

Do lado da despesa, foram efetuadas durante o ano em análise reforços no valor de 108 887 064€, sendo que 76M€ se referem ao crédito especial atribuído pela DGTF, para cobertura de prejuízos. Foi ainda necessário um ajustamento pela negativa, com uma diminuição de cerca de 7,4M€. Verifica-se assim um crescimento de 9,7%, face ao orçamento inicial.

## 3. Operações de tesouraria

Código das contas	Saldo inicial	Recebimentos	Pagamentos	Saldo final
07.1.1 / 07.2.1 - Recebimentos / pagamentos por intermediação de fundos	- €	- €	- €	- €
07.1.2.1.1 / 07.2.2.1.1 - Autarquias Locais	- €	- €	- €	- €
07.1.2.1.2 / 07.2.2.1.2 - Entidade Contabilística Estado	- €	- €	- €	- €
07.1.2.1.3 / 07.2.2.1.3 - Região Autónoma Açores	- €	- €	- €	- €
07.1.2.1.4 / 07.2.2.1.4 - Região Autónoma Madeira	- €	- €	- €	- €
07.1.2.1.5 / 07.2.2.1.5 - Outras entidades beneficiárias	- €	- €	- €	- €
07.1.2.2 / 07.2.2.2 - Receita não Fiscal	- €	- €	- €	- €
07.1.3 / 07.2.3 - Constituição e reforço/devolução de cauções e garantias	- €	- €	- €	- €
07.1.4 / 07.2.4 - Cobrança/Entrega de recursos próprios europeus	- €	- €	- €	- €
07.1.5 / 07.2.5 - Receção/receitas de receitas próprias – duplo cabimento	- €	- €	- €	- €
07.1.6 / 07.2.6 - Retenções - Transição para o SNC-AP	- €	- €	- €	- €
07.1.9 / 07.2.9 - Outras receitas/despesas de operações tesouraria	- €	1 028 361,90 €	10 227,62 €	1 018 134,28 €
07.2.8- Conversão de operações de tesouraria em receita orçamental	- €	- €	- €	- €
Total:	- €	1 028 361,90 €	10 227,62 €	1 018 134,28 €

As operações de tesouraria são as que geram influxos ou exfluxos de caixa (movimentam a tesouraria) mas não representam operações de execução orçamental. No ano de 2024, os valores de recebimentos e pagamentos em operações de tesouraria foram de 1.028.361,90€ e 10.227,62€, respetivamente.

#### 4. Plano plurianual de investimentos

Unid: MEUR

Número do projeto	Investimento	2024	2025	2026	TOTAL
1	Equipamento médico geral	5	5	5	15
2	Radioterapia (substituição AL1 e AL2)		4,9		4,9
3	Requalificação do Bloco de Partos e urgência de Obst/ Ginecologia	3,46			3,46
4	Remodelação da UTMO	3,1			3,1
5	Cirurgia Robótica	2			2
6	Remodelação e ampliação da UCPA	1,7			1,7
7	HSM	1,6			1,6
8	Diverso Equipamento UTMO	1			1
9	Instalação de sistema de transporte de medicamentos e análises	1			1
10	Equipamento ACES	1	1	1	3
11	Diverso Equipamento Cuidados Intermédios	0,76			0,76
12	Radioterapia TC Simulação (substituição Siemens)	0,74			0,74
13	Equipamento Bloco de Partos	0,68			0,68
14	Beneficiação dos Internamentos de Ginecologia e Obstetrícia	0,5			0,5
15	Reabilitação de coberturas	0,3	0,3	0,3	0,9
16	Equipamento Neonatologia	0,33			0,33
17	Telereabilitação Respiratória	0,22			0,22
18	internamentos/ano}	0,2	0,2	0,2	0,6
19	Requalificação Heliporto	0,2			0,2
20	Equipamento Puerpério	0,22			0,22
21	Projeto de Segurança contra incêndios (2023)	0,15			0,15
22	Reabilitação de arruamentos e passeios	0,05		0,05	0,1
23	Cirurgia Robótica (+2)			4	4
24	Diverso Equipamento UCPA		0,6		0,6
25	Diverso Equipamento Unidade de Queimados			0,3	0,3
26	DCV - Transferência Salas de Hemodinâmica			0,8	0,8
27	DCV - Salas de Pacing e Eletrofisiologia			1,5	1,5
28	DCV - Equipamento Diverso			2,5	2,5
29	Gastro - Diverso Equipamento Endoscopia			0,65	0,65
30	Gastro - Instalação de angiógrafo	1,19			1,19
31	Reabilitação da Fachada do HSM	0,75	0,75	0,75	2,25
32	Reparação de muro do HSM	1,7			1,7
33	Reparação de muro do HPV			0,7	0,7
34	Projeto e obra de eficiência energética - HPV		6		6
35	Beneficiação da Nefrologia e Transplante Renal			1,5	1,5
36	Obra do DCV		1,5	2,1	3,6
37	Instalação do SRH no Ramiro Ávila			0,5	0,5
38	Instalação do S. de Genética no Ramiro Ávila		1,5		1,5
39	Instalação das Administradoras no piso 8 RH		0,4		0,4
40	Instalação da DIM, SSO e Comissão de Farmácia na Cirur. Experimental		0,55		0,55
41	Instalação do S. Reumatologia e Alergologia e PPCIRA no SSO		0,4		0,4
42	Ampliação H. Dia Oncologia e Unidade Investigação Clínica		3,3		3,3
43	Compartimentação corta-fogo		0,5	0,7	1,2
44	Criação do Centro Integrado Diagnóstico Terapêutico		5	7	12
45	Ampliação da Neonatologia	0,85			0,85
46	Ampliação do Internamento de puerpério	0,32			0,32
47	Beneficiação do piso 6 - Unidade de Ecografia	0,1			0,1
48	Remodelação da UC Intermédios		1,3		1,3
49	Reinstalação da Central de Colheitas e Farmácia		1		1
50	Substituição de 1 Acelerador Linear	2,53			2,53
51	Concepção, Projecto e Execução da Rede de Incêndio do Edifício do HSM	1,57			1,57
52	Sistema de CCTV		1		1
53	Infraestrutura e storage   disaster recovery plan	1	1	1	3
54	Suite hospitalar	0,5			0,5
55	IT CSP	0,2	0,2	0,2	0,6
56	Cibersegurança	0,15			0,15
	<b>TOTAL (em MEUR)</b>	<b>35,07</b>	<b>36,4</b>	<b>30,75</b>	<b>102,22</b>

No triénio 2024-2026 a ULSSM propôs-se a investir um montante de 102,22 milhões de euros.

Dos investimentos a realizar na ULSSM, destacam-se os seguintes projetos:

- **Equipamento médico geral (15M€)** – inclui uma lista de equipamentos que necessitam de ser substituídos e que são imprescindíveis para assegurar a continuidade da prestação de cuidados de saúde;
- **Radioterapia (substituição AL1 e AL2) (4,9M€)** – Inclui a substituição de 2 aceleradores lineares que se encontram obsoletos e em fim de vida, sendo essenciais para o tratamento de doentes oncológicos. Um dos aceleradores está inserido num contrato de financiamento ao abrigo do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), com comparticipação a 100%.
- **Cirurgia robótica (2M€)** tem como objetivo possibilitar o hospital de uma técnica inovadora de cirurgia avançada para reduzir procedimentos médicos, minimizando o tempo de pós-operatório;
- **Criação do Centro Integrado de Diagnóstico e Terapêutica (12M€)**, este Centro será uma Unidade da ULSSM e tem como principal objetivo melhorar a resposta do SNS, através de uma nova forma de estruturação e organização da atividade assistencial.

Em 2024, foram executadas e concluídas várias intervenções, nomeadamente, a requalificação do Heliporto, bem como as intervenções relacionadas com o Bloco de Partos e com a Unidade de Transplante de Medula Óssea.

## 5. Contratação Administrativa

### 5.1 Situação dos contratos

Entidade	Objeto	Data	Valor do contrato	Preço contratual	Nº registo	Data	pagamento - início da execução financeira	Pagamentos no período		Pagamentos a acumular			
								Trabalhos normais	Revisão de preços e a mais	Outros trabalhos	Incluído Trabalhos normais	Trabalhos / suprimento de erros e omissões a meios	
ABRIVE, LDA	ADQUINUMAS 40.166,04 M€ SOL INI CAFETÁTICO 2024-2029	15/01/2024	98.600,00 €	992.160,00 €	545/2024	29/12/2024	129.399,20 €						
AERON PHARMA SPAIN S.L.	EDUZINAMB 300 MG 20 ML INI	09/09/2024	89.286,25 €	945.611,42 €	2272/2024								
ALGOSA LOGEFARMA, SA	Alimento (vitáis e desidratados) para tréino 2024-2026	18/01/2024	2.215.23,37 €	2.348.630,80 €	151/2024	26/11/2024	321.212,60 €						
ALGOSA LOGEFARMA, SA	"Central Medicamentos" 62/2023	24/05/2024	2.446.266,01 €	2.586.631,97 €	182/2024	26/11/2024	369.928,38 €						
ALYMPI UNIPESSAL, LDA	PATISIAN 2 NO/NA SOL INI AMP 2 ML	23/05/2024	1.735.918,40 €	1.841.133,50 €	180/2024	27/07/2024	180.091,36 €						
AMBIAMED - Gestão Ambiente(s), Lda	"Tratamento de resíduos hospitalares - bim 2024/2025"	01/08/2024	2.659.507,00 €	3.123.161,64 €	117/2024	27/11/2024	240.346,69 €						
AMBIAMED - Gestão Ambiente(s), Lda	"Tratamento de resíduos hospitalares - bim 2024/2025"	05/09/2024	1.88.165,98 €	151.018,92 €	477/2024	26/09/2024	316.283,55 €						
AMBIAMED - Gestão Ambiente(s), Lda	"Tratamento de resíduos hospitalares - Jan 2024"	19/01/2024	188.165,98 €	151.018,92 €	477/2024	27/09/2024	163.703,99 €						
AMBIAMED - Gestão Ambiente(s), Lda	"Tratamento de resíduos hospitalares - Julho e agosto 2024"	24/07/2024	180.295,95 €	302.691,00 €	322/2024	26/11/2024	522.865,23 €						
BAEYER PORTUGAL, LDA	Damocles Alfa Pesa (plurianual 2024-2025)	19/09/2024	3.697.991,00 €	3.919.764,48 €	987/2024	29/10/2024	359.123,95 €						
BECKMAN COULTER PORTUGAL UNP,	Reagentes Análises Clínicas - Serviço Patologia Clínica 2024-2026	26/03/2025	6.208.000,70 €	5.056.271,74 €	3169/2024								
BIOGEN PORTUGAL - Sociedade Farmacêutica	"Central Medicamentos" 62/2023	26/09/2024	2.446.266,01 €	2.586.631,97 €	182/2024	26/11/2024	369.928,38 €						
BIO-PORTUGAL Química Farmacéutica	Reagentes Análises Clínicas - Serviço Patologia Clínica 2024-2026	19/03/2025	6.208.400,70 €	5.056.271,74 €	3169/2024								
BIGRAD LABORATORIES, LDA	Reagentes Análises Clínicas - Serviço Patologia Clínica 2024-2026	19/03/2025	6.208.400,70 €	5.056.271,74 €	3169/2024								
BIOSENPA, LDA	Adquisição de equipamentos médicos OTOM MADE 2024	15/07/2024	1.247.000,00 €	1.321.020,00 €	332/2024	26/11/2024	162.768,00 €						
CARDIOPA, PORTUGAL UNIPessoal	Anúltado de endovenosos e artigos standard para utilização	15/07/2024	99.000,00 €	98.000,00 €	328/2024	26/11/2024	30.053,77 €						
CSH SUDE - Centro Serviços Profissionais	Reagentes Análises Clínicas - Serviço Patologia Clínica 2024-2026	19/03/2025	6.208.400,70 €	5.056.271,74 €	3169/2024								
DI.SERVO IBERIA, S.A.	Reagentes Análises Clínicas - Serviço Patologia Clínica 2024-2026	18/03/2025	6.208.400,70 €	5.056.271,74 €	3169/2024								
ITAU-Instituto de Técnica Alimentação & Humanas	Prestação de serviços alimentação a domicílio e colaboradores do CHUM - Exe. 2024	05/03/2024	576.968,40 €	654.156,38 €	476/2024	26/07/2024	412.533,43 €						
ITAU-Instituto de Técnica Alimentação & Humanas	Prestação de serviços alimentação a domicílio e colaboradores do CHUM - Jún. 2024	31/01/2024				26/04/2024	485.377,29 €						
ITAU-Instituto de Técnica Alimentação & Humanas	Prestação de serviços de alimentação de UESM- julho a setembro 2024	30/09/2024	1.781.725,20 €	1.986.066,89 €	398/2024	26/11/2024	315.097,16 €						
ITAU-Instituto de Técnica Alimentação & Humanas	Prestação de serviços de alimentação de UESM- maio a Junho 2024	26/05/2024	1.553.815,60 €	1.393.112,12 €	1463/2024	30/10/2024	581.393,01 €						

Fornecedor	Descrição	Data	Valor do contrato / Preço contratual	Nº registo	Data	Pagamentos no período			Pagamentos acumulados		
						Trabalhos normais de execução financeira	Revisão de preços e mais	Trabalhos normais incluídos em contratos a menor	Outros trabalhos, incluídos em contratos a menor	Trabalhos de suprimento de serviços complementares	Trabalhos de suprimento de serviços complementares
ITA-Instituição Técnica Alimentação Humana	Prestação de serviços de alimentação da ULSHM-Marcos e abil 2024	28/03/2024	1.153.815,80 €	1.304.111,23 €	73/7/2024	26/07/2024	941.492,44 €				
ITA-Instituto Técnica Alimentação Humana	Prestação de serviços de alimentação da ULSHM-utubro a setembro 2024	14/02/2025	1.730.725,20 €	1.956.266,88 €	27/9/2024						
LusoPharx - Prod. Saúde Unip.	Reagentes Análises Clínicas - Serviço Patologia Clínica 2024-2026	18/03/2025	6.208.405,70 €	5.056.771,74 €	31/9/2024						
M-Hunes - Projectos e Instalações Eléctricas, SA	Aquisição de Resonância Magnética	09/01/2025	2.468.729,20 €	3.061.129,59 €	12/2/2025						
M-Nunes - Projectos e Instalações Eléctricas, SA	Aquisição da Sala Angiográfica para UTG do CHUL	27/09/2024	939.000,00 €	1.154.970,00 €	23/8/2024						
MEDICINALIA-CORNECIALIDA	Aquisição de endopróteses óticas standard para utilização	16/07/2024	1.247.000,00 €	1.321.820,00 €	13/7/2024	25/11/2024	340.057,77 €				
MEDTRONIC PORTUGAL, LDA	Aquisição de endopróteses óticas standard para utilização	16/07/2024	1.247.000,00 €	1.321.820,00 €	13/7/2024	26/11/2024	340.057,77 €				
MEDTRONIC PORTUGAL, LDA	Aquisição Sistema de Cirurgia Robótica e Consumíveis	07/10/2024	1.861.600,00 €	2.289.682,02 €	19/9/2024						
MICROGENE PRODUTOS LABORATÓRIO	Reagentes Análises Clínicas - Serviço Patologia Clínica 2024-2026	19/03/2025	6.208.405,70 €	5.056.271,74 €	23/9/2024						
Novo Nordisk Portugal, Lda	Eptacog Alfa (PNU)	21/05/2024	1.427.411,24 €	1.512.555,90 €	96/7/2024	26/12/2024	896.246,64 €				
PHILIPS PORTUGUESA,SA	Aquisição de Resonância Magnética	02/01/2025	2.468.725,20 €	3.061.129,59 €	12/8/2025						
PHILIPS PORTUGUESA,SA	Aquisição de Sala Angiográfica para UTG do CHUL	27/08/2024	939.000,00 €	1.154.970,00 €	22/9/2024						
PROMECENTRO	Aquisição de Sala Angiográfica para UTG do CHUL	27/08/2024	939.000,00 €	1.154.970,00 €	22/9/2024						
QUADIBAN-Química Laboratorial Analítica,SA	Reagentes Análises Clínicas - Serviço Patologia Clínica 2024-2026	19/03/2025	6.208.405,70 €	5.056.271,74 €	23/9/2024						
ROCHE - Farmacêutica Química, Lda	RISUPLEM 60 MG PO/PSOL/IRL/PAL, PANA,20%	21/03/2024	2.056.975,96 €	2.212.581,12 €	77/9/2024	29/10/2024	795.304,89 €				
ROCHE Sistemas de Diagnósticos	Reagentes Análises Clínicas - Serviço Patologia Clínica 2024-2026	21/03/2025	6.208.405,70 €	5.056.271,74 €	23/9/2024						
SANDEZ FARMACEUTICA, LDA	Aquisição de INFUDIMAB 100 MG (ZESSITY) Tratamento 2024-2026	25/01/2024	1.739.955,00 €	1.844.355,48 €	74/1/2024	26/11/2024	364.315,99 €				
SANDOZ FARMACEUTICA, LDA	Central Medicamentos 62/2023	24/06/2024	2.440.265,01 €	2.586.881,97 €	18/2/2024	26/11/2024	380.429,38 €				
SANOFI-Produtos Farmacêuticos	Central Medicamentos 2025/2024 Programa Nacional de Vacinação	09/10/2024	1.980.960,00 €	2.151.217,60 €	27/9/2022						
SEIFA-Fábrico de Arandelas Biográficos, Unh.	Reagentes Análises clínicas Sénior Patologia Clínica 24/26	18/03/2025	6.208.405,70 €	5.056.271,74 €	31/9/2024						
SIEMENS HEALTHCARE UNIPSONAL	Reagentes Análises clínicas Sénior Patologia Clínica 24/26	20/03/2025	6.208.405,70 €	5.056.271,74 €	31/9/2024						
SUCH-Serviços de Utilização Comum dos Hospitais	Lavagem e tratamento de Roupa Hospitalar - an e mar 2024	07/02/2024	658.375,40 €	809.056,66 €	20/4/2024	24/09/2024	634.520,98 €				
SUCH-Serviços de Utilização Comum dos Hospitais	Lavagem e tratamento de Roupa Hospitalar - julho 2024	24/06/2024	222.083,45 €	273.353,12 €	17/9/2024	28/12/2024	202.826,02 €				
SUCH-Serviços de Utilização Comum dos Hospitais	Lavagem e tratamento de Roupa Hospitalar - Junho 2024	31/05/2024	222.083,45 €	273.353,12 €	16/9/2024	27/12/2024	190.712,96 €				
SUCH-Serviços de Utilização Comum dos Hospitais	Lavagem e tratamento de Roupa Hospitalar - Junho 2024	15/05/2024	5.798.903,74 €	7.132.551,62 €	13/5/2024	28/12/2024	184.942,36 €				
THermo Fisher Diagnostics, SOC.	Reagentes Análises Clínicas - Serviço Patologia Clínica 2024-2026	18/03/2025	6.208.405,70 €	5.056.271,74 €	31/9/2024						
VATIVE, UNIPessoal,LDA	Saluções de Dátilas e Partos/2024-2026	04/06/2024	2.784.100,48 €	1.903.742,37 €	17/8/2024						
VERTEX PHARMACEUTICALS UNIP.	IVACATOR 75 MG Compínulos	14/08/2024	895.823,23 €	949.899,44 €	22/7/2024	25/10/2024	578.805,26 €				
VERTEX PHARMACEUTICALS UNIP.	Moduladores CFTR no Tratamento da Fibrose Quística	27/09/2024	1.882.769,32 €	1.995.725,94 €	10/6/2024	25/10/2024	1.994.395,15 €				
VERTEX PHARMACEUTICALS UNIP.	Moduladores CFTR no Tratamento da Fibrose Quística	19/04/2024	1.131.523,10 €	1.159.314,48 €	10/9/2024	25/10/2024	1.158.785,50 €				
VERTEX PHARMACEUTICALS UNIP.	Moduladores CFTR no Tratamento da Fibrose Quística	29/06/2024	9.159.574,88 €	9.709.491,38 €	10/9/2024	25/10/2024	2.169.200,44 €				
WEIREN PORTUGALDA	Reagentes Análises Clínicas - Serviço Patologia Clínica 2024-2026	19/03/2025	6.208.405,70 €	5.056.271,74 €	23/9/2024						
WILLIS-Corretoras de Seguros	Seguros Adedentes Trabalho - Fevereiro 2024	20/02/2024	162.534,00 €	162.534,00 €	26/5/2024	14/05/2024	162.534,00 €				
WILLIS-Corretoras de Seguros	Seguros Adedentes de Trabalho	04/07/2024	1.662.141,10 €	1.662.141,10 €	615/2024	12/06/2024	906.000,01 €				

Arenas foram incluídos os contratos analisados pelo Tribunal de Contas

## 5.2 Adjudicações por tipo de procedimento

Tipo de Contrato	ADJUDICAÇÕES POR TIPO DE PROCEDIMENTO										Contratação excluída	Total		
	Concurso Público		Concurso limitado com prévia qualificação		Procedimento de negociação		Dialogo concorrente		Ajuste direto					
	Número de contratos	Preço Contratual	Número de contratos	Preço Contratual	Número de contratos	Preço Contratual	Número de contratos	Preço Contratual	Número de contratos	Preço Contratual				
Bens	5	9 821 435,73 €	- €	- €	- €	- €	29	44 870 794,84 €	- €	34	54 772 230,57 €			
Serviços	1	2 859 507,00 €	- €	- €	- €	- €	6	1 051 217,91 €	4	6 901 454,04 €	21	10 812 178,95 €		
Empreitadas de Obras	5	5 289 523,20 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	3	5 289 523,20 €			
	9	17 950 265,93 €	- €	- €	- €	- €	35	46 022 012,75 €	4	6 901 454,04 €	48	70 873 730,72 €		

Apesar de terem sido incluídos os contratos analisados pelo Tribunal de Contas

Dos 48 contratos em execução, predomina a aquisição de serviços (34 contratos), correspondente a uma despesa contratual de 54.772.230,57€, seguindo as aquisições de serviços com 10.812.178,95€.

## 6. Transferências e subsídios – Receita

Tipos de receita	Disposições legais	Finalidade	Entidade financiadora	Receita prevista	Receita recebida	Receita prevista e não recebida	Devolução de transferências/ subsídios ocorrida no exercício	Observações
060101 - PÚBLICAS				- €	- €	- €	- €	
060102 - PÚBLICAS				- €	- €	- €	- €	
060101 - PÚBLICAS				- €	- €	- €	- €	
060102 - Privadas				- €	- €	- €	- €	
060201 - Bancos e outras instituições financeiras				- €	- €	- €	- €	
060202 - Companhias de seguros e Fundos de pensões				- €	- €	- €	- €	
060301 - Estado				- €	- €	- €	- €	
060302 - Estado - Subsistema de proteção social da cidadania - Regime de solidariedade				- €	- €	- €	- €	
060303 - Estado - Subsistema de proteção social da cidadania - Acção social				- €	- €	- €	- €	
060304 - Estado - Participação portuguesa em projectos co-financiados				- €	- €	- €	- €	
060305 - Estado - Participação comunitária em projectos co-financiados				- €	- €	- €	- €	
060306 - Estado - Participação comunitária em projectos co-financiados				- €	- €	- €	- €	
060307 - Serviços e fundos autónomos				- €	- €	- €	- €	
060308 - Serviços e fundos autónomos - Subsistema de proteção social da cidadania				- €	- €	- €	- €	
060309 - Serviços e fundos autónomos - Subsistema de proteção à família e políticas activas				- €	- €	- €	- €	
060310 - Serviços e fundos autónomos - Participação portuguesa em projectos co-financiados				- €	- €	- €	- €	
060311 - Serviços e fundos autónomos - Participação comunitária em projectos co-financiados				- €	- €	- €	- €	
060401 - Região Autónoma dos Açores				- €	- €	- €	- €	
060402 - Região Autónoma da Madeira				- €	- €	- €	- €	
060501 - Continente				- €	- €	- €	- €	
060502 - Região Autónoma dos Açores				- €	- €	- €	- €	
060503 - Região Autónoma da Madeira				- €	- €	- €	- €	
060601 - Sistema de solidariedade e segurança social				- €	- €	- €	- €	
060602 - Participação portuguesa em projectos co-financiados				- €	- €	- €	- €	
060603 - Financiamento comunitário em projectos co-financiados				- €	- €	- €	- €	
060604 - Outras transferências				- €	- €	- €	- €	
060701 - Instituições sem fins lucrativos				- €	- €	- €	- €	
060801 - Famílias				- €	- €	- €	- €	
060901 - União Europeia - Instituições				- €	- €	- €	- €	
060902 - União Europeia - Instituições - Subsistema de proteção social da cidadania				- €	- €	- €	- €	
060903 - União Europeia - Instituições - Subsistema de proteção à família e políticas activas				- €	- €	- €	- €	
060904 - União Europeia - Países - Membros				- €	- €	- €	- €	
060905 - Países terceiros e organizações internacionais				- €	- €	- €	- €	
060906 - Países terceiros e organizações internacionais - Subsistema de proteção social				- €	- €	- €	- €	
9999999901 - Funcionamento				- €	- €	- €	- €	
9999999901 - Investimento				- €	- €	- €	- €	
Total:	9 604 013,00 €		Instituto Nacional de Emergência Médica (INEM)	824 240,00 €	202 985,38 €	621 254,62 €	- €	
								Total: 9 604 013,00 € 6 304 866,07 € 3 299 146,98 € - €

Relativamente às transferências e subsídios correntes obtidos ascendeu a 9.604.013€, sendo que recebemos transferências no âmbito da Descentralização (3M€) e cerca de 3M€ de verba relacionada com os ensaios clínicos. Importa realçar que nesta rubrica foi ainda registado o valor de 2,5M€, referente ao valor de adiantamento ao PRR, pela ULSSM, registado na FF 532, valor esse que será restituído, ao abrigo do contrato de financiamento em vigor.

